



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Vinicius Miranda Gentil

**Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – e novos  
arranjos políticos da nova esquerda**

Rio de Janeiro

2018

Vinicius Miranda Gentil

**Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – e novos arranjos políticos  
da nova esquerda**



Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor, ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais, da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Latmann-Weltmann

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

G338 Gentil, Vinicius Miranda.  
Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade –  
PSOL – e novos arranjos políticos da nova esquerda /  
Vinicius Miranda Gentil. – 2018.  
249 f.

Orientador: Fernando Latmann-Weltmann.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.  
Bibliografia.

1. Partidos socialistas – Teses. 2. Partido Socialismo  
e Liberdade (Brasil) – Teses. 3. Cultura política – Teses. I.  
Lattman-Weltman, Fernando, 1960- . II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III.  
Título.

CDU 329.14

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Vinicius Miranda Gentil

**Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – e novos arranjos políticos da nova esquerda**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Fernando Latmann-Weltmann (orientador)  
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Prof. Dr. João Trajano Sento Sé  
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Prof. Dr. Américo Freire  
Fundação Getúlio Vargas - FGV

---

Prof. Dr. Paulo D’ávila  
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Prof. Dr. Jorge Chaloub  
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Rio de Janeiro

2018

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a minha mãe, Terezinha Gentil, ao meu pai, José Alfredo Gentil, inspirações, ao amor de uma vida, Daniela, e os motivos de acordar seguindo na luta a cada dia, Manu, Artur e Bia.

## AGRADECIMENTOS

Quando se toma a decisão de mergulhar num processo de doutoramento, é fundamental contar com a parceria de familiares e amigos. Eu posso me regozijar por ter ambos, motivo de agradecimentos a Deus. Nos quatro anos de pesquisa, por várias vezes, discutia as minhas angústias, sobretudo com os que estão mais próximos. E lá estavam Deus, família e os amigos. Jamais me senti sozinho nesse processo.

Antes de entrar no campo das emoções e afetos, é preciso agradecer a instituição CAPES, que garantiu a realização da pesquisa com um apoio fundamental durante os quatro anos. Em tempos onde o conhecimento é encoberto pelo obscurantismo golpista, a CAPES se manteve ao meu lado com recursos que foram essenciais para a caminhada.

Um grupo essencial a vida é a família. A motivação de todos foi sempre um enorme incentivo para a caminhada acadêmica. Mesmo aqueles mais distantes fisicamente, mostravam-se atentos e realizados com a trajetória. Minha mãe, professora da rede pública, e meu pai (que já não está conosco desde 1993), analista de sistemas, sempre foram referências para a compreensão de que a formação era central em minha vida. Agradecer, somente, é pouco. Sem nenhuma sombra de dúvidas, a minha caminhada se deu por ver o exemplo de vocês. O amor não cabe em mim. Meu irmão de sangue, José Alfredo Gentil Jr., mesmo distante devido as dinâmicas que o trabalho nos impõe, foi sempre aquele que decidiu acreditar em mim. As palavras sempre foram de carinho e admiração. Te amo meu irmão.

Na família que construí, minha amada Daniela foi quem sempre me convenceu de que era possível sonhar esta trajetória, apesar dos diversos muros que cresciam no horizonte. Daniela é daqueles amores que transbordam em toda uma vida. Da nossa união surgiram Manuela, Artur e Beatriz, heranças dadas pelo Senhor. Hoje eu entendo melhor a palavra amor através do nascimento deles. Os dias maus são resolvidos quando lembro do rosto de cada um deles. Onde encontrar motivo maior para viver? Posso estender um pouco esse agradecimento aos meus cunhados Maurício e Andréa. Esses são irmãos que chegaram no pacote do casamento, e eu posso afirmar que foram presentes do Eterno. Sempre ao meu lado e da minha família. Amo vocês demais.

Quanto aos amigos, posso citar o “GRUPO”, nome que define um conjunto de amigos que estão juntos a pelo menos 20 anos. Essa galera de forma permanente quis ouvir o que estava fazendo e debatia comigo os caminhos. O amor que tiveram comigo é impossível ser retribuído. Eduardo e Edneia, Paulo e Jack, Claudemir e Rejane, França e Aida, Roger e

Andréa, Márcio e Márcia, casais que me abençoaram com suas vidas, e que sempre estiveram prontos em me apoiar. Dos tempos de graduação, José Carlos é daqueles amigos raros. Discute todos os temas e termina afirmando estar junto em todas as frentes. Vocês representam o amor desse Deus maravilhoso que servimos juntos.

Nessa árdua caminhada, passei por mestres que somente engradeceram a jornada. Meu querido João Trajano Sento Sé, professor e orientador que me fez entrar no doutorado, meus mais sinceros agradecimentos. Entendi através de ti que o processo era árduo e muito duro, o que possibilitou em acordar ainda a tempo. Levo você como referência e como amigo da vida. Obrigado professor. Ao professor Jorge Chaloub, que decidiu ajudar em todos os momentos. Trocar ideias com Chaloub foi importantíssimo para os caminhos da pesquisa, mas também para o restante da vida. Obrigado de todo o coração. E ao meu orientador Fernando Latmann-Weltmann, professor que me acolheu e deu direção no momento mais difícil dessa trajetória. Não me permitiu pensar em sair dos trilhos, e me fez enxergar que “a hora” era aquela para mergulhar. Sigo com uma admiração profunda e o desejo de aprender ainda mais.

Não poderia deixar de agradecer aos companheiros e camaradas do PSOL que abriram suas agendas para a pesquisa, não só servindo de interlocutores, mas ganhando espaço de um parceiro de luta. Em especial agradeço ao presidente estadual do PSOL Rio de Janeiro (2015-2017), Álvaro Neiva, a presidente estadual do PSOL Rio de Janeiro (2018-2020), Carol, ao amigo Ewerson Cláudio, que me colocou em contato com vários quadros do partido, aos vereadores do partido, Marielle Franco, Leonel Brizola Neto, Renato Cinco e Tarcísio Motta, aos deputados estaduais, Marcelo Freixo e Wanderson Nogueira, aos deputados federais Chico Alencar e Gláuber Braga, e ao decano do partido, Milton Temer, que por duas vezes abriu sua casa para me receber. Obrigado e perdão pelos incômodos comuns de um pesquisador.

## RESUMO

GENTIL, Vinicius M. *Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL - e os arranjos políticos para a construção do partido de novo tipo a partir do Rio de Janeiro*. 2018. 249. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Nesta tese são analisadas as possibilidades de construção de um novo modelo de partido político através da experiência do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – tendo como eixo de atuação o Rio de Janeiro. O partido, que já possui 12 anos de história, se posiciona como um partido de novo tipo, conceito que se constitui, sobretudo, a partir de novos arranjos da esquerda e movimentos sociais do mundo contemporâneo. A pesquisa inclui uma densa parte teórica, trazendo um apanhado dos modelos de partidos e sistemas partidários, além de se debruçar sobre os documentos fundadores do partido. A formação do PSOL e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, a partir de suas origens, e que orientam a trajetória do partido. A organização e a estrutura interna do PSOL são motivos de análise na tese, em especial a relação das tendências e dos coletivos, organização mais moderna de movimentos sociais da juventude, que normalmente atuam a partir de uma pauta específica. A lógica do “novo” está justamente nos formatos dessa militância de base que hoje atuam no partido, transformando-o muitas vezes num espaço de enunciação, ao invés de pautar temas na sociedade. O PSOL se apresenta como a estrutura a serviço das pautas identitárias/humanitárias, garantindo a participação de uma série de organizações militantes em seu interior. Esse emaranhado de organizações, entre tendências e coletivos, se apresenta também como um enorme desafio para o partido. Com uma dinâmica especial no Rio de Janeiro, onde tem conseguido um desempenho eleitoral expressivo, inclusive numa disputa direta pelo comando da cidade por duas vezes, o PSOL ainda está nos limites que a nova alteração da lei eleitoral determina, ou seja, o PSOL ainda necessita crescer de forma mais robusta em todo o território. Do Rio de Janeiro surge também uma das principais lideranças do partido: o deputado estadual Marcelo Freixo. Com votações expressivas e crescentes desde 2006, Freixo surge como o principal orientador das ações do PSOL quando tenta ampliar as ações do partido. A estratégia de trazer pessoas conhecidas a partir de uma caminhada militante de sucesso é uma das saídas encontradas por Freixo e pelos parlamentares do partido para tornar o PSOL um partido maior. A ideia de definir o PSOL como partido de ativistas tem relação com essa dinâmica. A pesquisa é feita justamente no momento de ampla disputa pelos caminhos que o PSOL seguirá nos próximos anos, e pretende exatamente entender o lugar do PSOL no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Partido político. PSOL. Cultura política. Organização partidária. Pautas identitárias.

## ABSTRACT

GENTIL, Vinicius M. *A place in the sun: the Socialism and Freedom Party - PSOL - and the political arrangements for the construction of the new type party from Rio de Janeiro*. 2018. 249. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This thesis analyzes the possibilities of building a new model of political party inspired in the experience of PSOL (Socialism and Liberty Party) having Rio de Janeiro as venue. This 12-year-old party presents itself as a new brand of politics whose concept stems from the recent left-wing conduct and social moves in today's world. It contains a dense theoretical portion and presents an overview of party models and systems, taking a glance at the party's founding documents; the constitution of PSOL and its connection with PT (The Workers Party) from the initial ground and how it guides the party's path. Its layout and structure are analyzed in this thesis, especially the trends and masses, a more modern kind of youth social gathering which usually acts on specific agendas. The 'new' approach shapes today's party activists who turn the party into an arena for expression at times rather than touch the social issues. PSOL stands for the identity and humanitarian agenda, enabling the participation of a series of acting organizations within. This maze of cells, trends and masses are also a huge challenge for the party. PSOL draws a special dynamics in Rio de Janeiro where it has secured a sizeable electoral performance, having run twice for the city mayor's office, yet within the limits that the new electoral law states, which means the party has a long way to go growth wise in the city. Marcelo Freixo, State Representative, is one of the party's main leaders who has stood out and gained ground with extensive and growing voting since 2006. He is the leading voice when it comes to broadening the participation and influence of the party by bringing notorious people to rallies and making such events a successful way found by Freixo and other representatives to elevate the status of the party. The idea of defining PSOL as an activist party is closely connected to this strategy. This research is done amidst the important dispute over the party's next targets, and it also seeks to fathom PSOL's place in Brazilian politics.

Keywords: Political Party. PSOL. Political culture. Party organization. Identity guidelines.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Formas de Partido .....	58
Tabela 2 -	Quadro Ilustrativo do sistema partidário do Brasil .....	67
Tabela 3 -	Quadro Base Parlamentar 2005 .....	87
Tabela 4 -	Distribuição do Fundo Partidário Nacional .....	95
Tabela 5 -	Executiva Nacional – Mandato 2007-2009 .....	102
Tabela 6 -	Executiva Nacional – Mandato 2009-2011 .....	104
Tabela 7 -	Executiva Nacional – Mandato 2011-2013 .....	107
Tabela 8 -	Executiva Nacional – Mandato 2013-2015 .....	109
Tabela 9 -	Executiva Nacional – Mandato 2015-2017 .....	111
Tabela 10 -	Votação por Grupos e Tendências – Congresso 2017 .....	114
Tabela 11 -	Executiva Nacional – Mandato 2018-2020 .....	115
Tabela 12 -	Tendências Políticas PSOL segundo os campos de aproximação .....	126
Tabela 13 -	Teses apresentadas 6º Congresso .....	148
Tabela 14 -	Número de Filiados > 200 .....	158
Tabela 15 -	Resultado da Eleição - Congresso Estadual .....	162
Tabela 16 -	Delegados por tendência .....	163
Tabela 17 -	Teses apresentadas no 6º Congresso Nacional .....	166
Tabela 18 -	Eleição Congresso Nacional – 2017 .....	169
Tabela 19 -	Votação Chapas Nacional – 2017 .....	172
Tabela 20 -	Eleições Presidente – Rio de Janeiro – 1994 .....	185
Tabela 21 -	Eleições Presidente – Rio de Janeiro – 1998 .....	185
Tabela 22 -	Eleições Presidente – Rio de Janeiro – 2002 .....	186
Tabela 23 -	Eleições Presidente – Rio de Janeiro – 2006 .....	186
Tabela 24 -	Eleições Presidente – Rio de Janeiro – 2010 .....	187
Tabela 25 -	Eleições Presidente – Rio de Janeiro – 2014 .....	187
Tabela 26 -	Desempenho eleitoral eleições majoritárias .....	216
Tabela 27 -	Destaque votação PSOL Heloísa Helena - Eleições 2006 .....	217
Tabela 28 -	Desempenho nas eleições municipais .....	222
Tabela 29 -	Prefeitos e Governadores eleitos .....	224

Tabela 30 - Base Parlamentar – Rio de Janeiro .....	227
Tabela 31 - Disputas eleitorais para Prefeito da cidade: participação e desempenho de PT, PDT e PSOL .....	228
Tabela 32 - Disputas eleitorais para Governador do Estado do Rio de Janeiro: participação e desempenho de PT, PDT e PSOL .....	230
Tabela 33 - PSOL no Legislativo: comparação da base parlamentar do Rio de Janeiro .....	232
Tabela 34 - Bancadas do PSOL nos Estados e na Câmara Federal .....	233
Tabela 35 - Divisão em setores atuantes PSOL Rio de Janeiro .....	237

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Primeiro dia de Congresso PSOL Carioca – UFRJ – Flamengo .....	144
Foto 2 -	Primeiro dia Congresso Estadual na UERJ .....	156
Foto 3 -	Segundo dia de Congresso Estadual – Área externa UERJ .....	159
Foto 4 -	Convenção Cidadã – Apresentação das pré-candidaturas de Boulos e Guajajara .....	168
Foto 5 -	Convenção Cidadã – Apresentação das pré-candidaturas de Boulos e Guajajara .....	168

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - O que querem os radicais do PT .....	80
Imagem 2 - Revista Socialismo e Liberdade nº 4 – Ano II .....	119
Imagem 3 - Organograma – Composição das Tendências oriundas do PSTU e PT para a formação .....	122
Imagem 4 - Organograma – Tendências na atualidade 2018 .....	127
Imagem 5 - Mapa Nacional de Tendências Locais e Regionais .....	129
Imagem 6 - Organizações com militantes que atuam coletivamente com o PSOL .....	130
Imagem 7 - Organizações com Filiação Democrática .....	131
Imagem 8 - Organizações/ eleições com candidatos no PSOL .....	132
Imagem 9 - Intercessões dos coletivos .....	141
Imagem 10 - Folder do Ato de Lançamento do Manifesto .....	171
Imagem 11 - Conexão do Personagem de Tropa de Elite II com o deputado estadual Marcelo Freixo .....	192

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Filiados no Brasil .....	23
Gráfico 2 -	Filiados no Estado do Rio de Janeiro .....	23
Gráfico 3 -	Filiados na cidade do Rio de Janeiro .....	24
Gráfico 4 -	Evolução Eleitoral Marcelo Freixo .....	193
Gráfico 5 -	Comparativo eleitoral parlamentares .....	194
Gráfico 6 -	Evolução Eleitoral Executivo Municipal Marcelo Freixo .....	195
Gráfico 7 -	Comparação Eleições Deputado Federal – Chico Alencar .....	201

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Ação Popular Socialista
APS-CC	Ação Popular Socialista Corrente Comunista
APS-NE	Ação Popular Socialista Nova Era
AS	Alternativa Socialista
CL	Comunismo e Liberdade
CS	Construção Socialista
CSOL	Corrente Socialismo e Liberdade
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
DEM	Democratas
EM	Esquerda Marxista
GAS	Grupo de Ação Socialista
ICP	Instituto Caio Prado Jr.
LRP	Liberdade e Revolução Popular
LS	Liberdade e Socialismo
LSR	Liberdade Socialismo e Revolução
MAIS	Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista
MÊS	Movimento de Esquerda Socialista
MRT	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
NOS	Nova organização Socialista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCLCP	Polo Comunista Luís Carlos Prestes
PCO	Partido da Causa Operária
PCP/UP	Partido Comunista Revolucionário – Unidade Popular
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático brasileiro
PP	Partido Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
RPS	Revolução Popular e Socialista
SR	Socialismo e Revolução
TLS	Trabalhadores na Luta Socialista

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1	<b>A ORIENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA</b> .....	33
1.1	<b>O PSOL na relação com os estudos sobre partidos políticos</b> .....	33
1.2	<b>O cenário Nacional nas teorias sobre partidos políticos</b> .....	62
2	<b>PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PSOL</b> .....	72
2.1	<b>Um olhar sobre a história do Partido dos Trabalhadores (PT): as bases de construção do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)</b> .....	72
2.2	<b>As tensões no início do Governo Lula e a formação do PSOL</b> .....	80
2.3	<b>Marco fundador: os documentos que constroem a organização partidária</b> .....	88
2.3.1	<u>Resoluções aprovadas em Congressos</u> .....	101
2.3.2	<u>Livro “Um partido necessário: 10 anos do PSOL”</u> .....	116
2.3.3	<u>As Revistas “Socialismo e Liberdade”</u> .....	118
2.4	<b>As Tendências Políticas internas do PSOL: os pequenos partidos dentro do partido</b> .....	121
2.4.1	<u>O comportamento das Tendências: observação dos espaços de disputa</u> .....	132
2.5	<b>Os coletivos suprapartidários: organizações da política contemporânea</b> .....	137
2.6	<b>Uma etnografia sobre os Congressos do PSOL: Rio e Luziânia</b> .....	142
3	<b>O RIO DE JANEIRO COMO PLATAFORMA DO PARTIDO: CULTURA POLÍTICA, LIDERANÇAS E O PSOL COMO CANAL DE COLETIVOS</b> .....	172
3.1	<b>Uma discussão sobre a cultura política do Rio de Janeiro</b> .....	172
3.1.1	<u>O Partido Comunista e a cultura das esquerdas no Rio de Janeiro</u> .....	172
3.1.2	<u>Brizolismo em dois momentos</u> .....	180
3.1.3	<u>Lulismo e petismo carioca</u> .....	183
3.2	<b>O PSOL no Rio de Janeiro: organização, desempenho e liderança</b> .....	188
3.3	<b>A percepção dos dirigentes, parlamentares e militantes para os rumos do PSOL a partir do Rio de Janeiro</b> .....	207
3.4	<b>Um epítome do PSOL nas eleições majoritárias</b> .....	215
3.4.1	<u>Desempenho eleitoral – o crescimento do PSOL nas eleições municipais</u> .....	220

3.4.2	<u>Cultura política nas eleições da cidade</u> .....	224
3.4.3	<u>O espaço dos partidos de esquerda e de oposição no Rio de Janeiro e a força do Brizolismo: PDT, PT e PSOL</u> .....	227
3.4.4	<u>PSOL no Legislativo – As eleições nas capitais</u> .....	231
3.5	<b>A formação das Bases do partido no Rio de Janeiro</b> .....	234
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	239
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	243

## INTRODUÇÃO

O momento de crise política de um país equivale quase sempre a um momento de profusão de pesquisas no campo das ciências políticas. Desde 2013 o Brasil procura respostas para a crise da representatividade<sup>1</sup> política instaurada no país (AVRITZER, 2016). Com o advento das eleições de 2014<sup>2</sup> e as denúncias de corrupção se avolumando, a instabilidade se tornou o padrão do panorama político nacional. Dessa maneira, o estudo sobre partidos no Brasil (KINZO, 2006; VEIGA, 2011) tornou-se uma possibilidade importante para a construção mais intensa do conhecimento no país nos dias atuais.

A ideia de estudar a organização e a estrutura do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro advém do cenário complexo para qualquer grupo político de espectro ideológico de esquerda na atualidade (MESÁROS, 2003), sobretudo pela experiência recente do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder e pelo enorme desgaste político engendrado pelo processo de *impeachment* e de afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff (PT).

O fracasso do modelo da União Soviética (URSS) e o desmantelamento do socialismo real na década de 1990 tornaram ainda maior o desafio dos partidos que se colocam em semelhante campo ideológico. O PSOL pretende se apresentar como algo novo frente aos modelos de partidos de esquerda históricos no país, apesar de seu nascimento ser resultado de uma dissidência parlamentar do PT no primeiro governo de Lula, ou seja, surgir com quadros parlamentares, com uma trajetória consolidada dentro do sistema político tradicional.

Daí surge a principal questão da tese: seria o PSOL o partido que constitui uma nova esquerda? E o que ele traz de novo para o sistema partidário brasileiro? Seria sua organização distinta dos demais partidos ou estaria fadado a reproduzir a lógica dos anteriores? A partir do eixo político do Rio de Janeiro e dos campos de atuação em disputa internamente no partido e para fora dele, a discussão vai girar sobre a lógica de um novo modelo de desempenho político e a dinâmica de um partido de “novo tipo”, que alcance as causas populares.

Antes de avançar sobre os aspectos que delimitaram a pesquisa, é preciso explicitar os métodos que foram utilizados. A junção destes foi a mais apropriada para a pesquisa. Foram

---

<sup>1</sup> Em junho de 2013 começaram movimentos de manifestação popular que resultaram em movimentos de contestação de governos pelo Brasil, sobretudo o Governo Federal.

<sup>2</sup> Eleições para Presidente, Governadores, Deputados e Senadores – Vitória apertada da presidenta Dilma Rousseff (PT) sobre o candidato Senador Aécio Neves (PSDB).

utilizadas as pesquisas teórica, documental e empírica, ganhando densidade na produção de dados no âmbito das ciências sociais e da ciência política.

A pesquisa teórica teve como base a análise de obras que tinham como objetivo a investigação de modelos de partidos políticos e a relação deles nos respectivos sistemas partidários. Esse levantamento permitiu que a análise do objetivo desta tese pudesse ser observada a partir de um enquadramento teórico que apontasse questões importantes sobre organização, estrutura e institucionalização.

No âmbito da pesquisa documental, a investigação se dedicou a entender como o partido pretende orientar suas ações. O Estatuto define justamente o caráter de organização, e o programa sustenta as orientações mais objetivas de posicionamento político. Foram ainda objetivo de análise o livro de comemoração dos 10 anos do partido, as revistas publicadas por sua fundação e as resoluções congressuais que apontam para mudanças no processo histórico do partido.

Entendo, no entanto, que é a pesquisa empírica o trabalho mais enriquecedor desta tese. As entrevistas com os parlamentares, dirigentes e militantes e a observação dos congressos permitiram unir a base teórica, a documental e a realidade prática daqueles que fazem o partido existir.

Ademais, é importante dedicar um espaço para a questão ideológica, visto que o PSOL se constrói também neste campo. Todas as vezes que um militante tem um espaço de fala, ou mesmo um parlamentar ou dirigente, surge a ideia de transformar a sociedade através do socialismo, traço comum aos partidos de esquerda. Porém, o campo das esquerdas é vasto e possibilita uma série de conceitos, muitas vezes amplos e outras muito restritos. No caso da pesquisa em questão, foi definido o campo das esquerdas, mesmo entendendo que não são conceitos absolutos, utilizando algumas comparações deixadas por Bobbio (2011). O autor utiliza de alegorias com a direita para falar de aspectos da esquerda, usando contrapontos como forma de delimitar os campos ideológicos.

Partindo do pressuposto, como eu fiz, de que a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que o que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. (BOBBIO, 2011, pg.23)

Dentro destes aspectos ditos de esquerda, em que o conceito de igualdade é mais presente, um dos eixos centrais do partido diz respeito à superação do capitalismo pela lógica do socialismo democrático. O PSOL utiliza esta noção para justificar uma superação de

modelos de esquerda autoritários. Nogueira (2013) traduz a ideia do socialismo democrático, que segundo ele tem referências em Coutinho (1980):

A questão do vínculo entre socialismo e democracia marcou sempre, desde o início, o processo de formação do pensamento marxista; e, direta ou indiretamente, esteve na raiz das inúmeras controvérsias que assinalaram e assinalam a história da evolução desse pensamento (COUTINHO, 1980, p.19).

Tratava-se de um vínculo constitutivo do pensamento de Marx e dos grandes marxistas, que não podia, portanto, ser abandonado ou menosprezado. Ao contrário, precisava ser plenamente recuperado, valorizado e atualizado. Era hora de romper o marasmo, eliminar os vetos "marxista-leninistas" à democracia política "burguesa" e conceber uma estratégia democrática de transformação social, superando as limitações das prevaletentes teorias marxistas do Estado, da revolução e do partido. Naquela altura da história das lutas sociais no mundo, não fazia mais sentido menosprezar os procedimentos formais de representação, decisão e criação de vontade política, que surgiram no curso das revoluções burguesas clássicas e adquiriram dimensão de "valor universal", ou seja, ganharam validade geral e se incorporaram à experiência concreta das sociedades modernas, enriquecendo o gênero humano. (NOGUEIRA, 2013, pg. 12).

Ainda sobre a ideologia de esquerda, o PSOL diz, em seu programa, que tenta se diferenciar de um modelo de socialismo caricaturado pelas experiências totalitárias do período de Guerra Fria. Segundo Tonet (1997), o processo democrático deixou de ser visto como algo burguês para ser entendido de forma mais ampla, e assim se deu a ideia de um socialismo democrático, passando a perceber a democracia como eixo de transformação na transição para um governo socialista. O socialismo passa então a seguir os ditames de uma sociedade democrática, ganhando novo conceito:

Juntamente com os três conceitos anteriores, também o conceito de socialismo sofreu uma profunda alteração. Se antes tinha como categoria central o planejamento econômico centralizado pelo Estado, com os supostos da supressão da propriedade privada e do mercado, com um conseqüente caráter autocrático, agora se acentuava o caráter democrático tanto no plano econômico quanto no plano político. Posto isso, o caminho da transformação revolucionária consistiria, essencialmente, na conquista, pelas forças progressista, da hegemonia na sociedade civil e também no interior dos aparelhos de Estado. (TONET, 1997, pg.3)

Ainda em seu programa, o PSOL se coloca como um agente deste novo desenho político, buscando agendas e espaços públicos para a discussão de novos arranjos que se alinhem com as demandas do tempo presente.

O desafio posto, portanto, é de refundar a ideia e a estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a ideia elementar – mas desconstruída pelas experiências totalitárias dos regimes stalinistas e as capitulações à ordem no estilo da 3ª via socialdemocrata – de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expressão e organização, da rejeição aos modelos de partido único. Enfim, de que um projeto de emancipação social dos explorados e oprimidos nas condições atuais é um verdadeiro projeto de emancipação da civilização humana, de defesa da vida diante das forças brutais de destruição acumuladas pelo capitalismo imperialista. (Programa do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. <http://www.psol50.org.br/partido/programa/>)

Dentro das questões salientadas como eixos centrais do partido, tais como as lutas pela redução da jornada de trabalho, contra a insegurança e pelo direito a vida, e tantas outras, a

temática de um novo socialismo contemporâneo, o socialismo do século XXI (MESÁROS, 2003; SANTOS, 2007), também faz parte de uma discussão que envolve a premissa de procurar uma autenticidade no fazer político do partido. Essa discussão indica a tendência por ações políticas inovadoras que se unem à formação de jovens militantes em agendas que se auto definem como progressistas e humanitárias (MESQUITA, 2007).

O centro mais efervescente do PSOL, que une a ampliação de militantes filiados e resultados eleitorais expressivos, é o Rio de Janeiro. E, nesse cenário, dá-se um destaque maior para a cidade em relação ao estado como um todo. O partido tem conseguido resultados eleitorais significativos na cidade carioca e construído lideranças de oposição expressivas nacionalmente. Mesmo com pouco mais de 12 anos de história, e com escassos recursos<sup>3</sup>, nota-se, então, que o PSOL tem conseguido ocupar um lugar de oposição, principalmente no Rio de Janeiro.

A política fluminense possui algumas características que podem explicar, em certa medida, o posicionamento do PSOL como partido de oposição na atualidade. Desde quando capital, passando pela divisão em Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, a cultura política do Rio de Janeiro produziu uma série de disputas que marcaram campos ideológicos, além de transformar os debates locais em agendas nacionais. (Motta, 2004; Freire, 2004). Portanto, tais mobilizações políticas normalmente se deslocam para a disputa entre campos opositores muito marcados. O PSOL, por sua vez, tem representado e mobilizado, nos últimos anos, um desses campos de disputa.

O Partido dos Trabalhadores (PT), maior partido de esquerda<sup>4</sup> do tempo presente (com recorte pós-abertura política na década de 1980) e lugar de origem das principais lideranças do PSOL, sofreu rupturas mais agudas a partir de diversos escândalos no Governo Lula e do distanciamento do PT de antigas agendas. Na esfera local, o PT do Rio de Janeiro sofreu algumas intervenções da Executiva, desde a década de 1990, sobretudo em relação as eleições de 1998, onde o resultado do Congresso regional definiu que o deputado Vladimir Palmeira (PT) seria o candidato a governador pelo partido, mas os objetivos nacionais do partido determinaram um outro desenho para o processo eleitoral. Nesse instante, a Executiva

---

<sup>3</sup> De acordo com o art. 41-A da Lei nº 9.096/1995, do total do Fundo Partidário, 5% (cinco por cento) são destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso a esses recursos e 95% (noventa e cinco por cento) são distribuídos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

<sup>4</sup> O Partido dos Trabalhadores possui hoje cerca de 1 milhão e 500 mil filiados.

Nacional do PT, pois afirmara já ter fechado aliança<sup>5</sup> com o PDT, coloca a senadora Benedita da Silva como candidata a vice-governadora de Anthony Garotinho (Partido Democrático Trabalhista – PDT). A partir desse momento já existe no Rio um processo de desfiliação de parte de algumas tendências políticas do PT. O vereador Tarcísio Motta (PSOL) viveu esse momento no PT do Rio:

Quando houve o impedimento da candidatura do Vladimir, e o problema jurídico de sua candidatura, a Nacional entrevistou diretamente no processo. A preocupação era ter alguém que sustentasse a campanha de Lula no estado. Depois disso o partido não foi mais o mesmo. Muita gente se desfilou. (Entrevista Tarcísio Motta, realizada em 17 de junho de 2017)

Para além das questões internas do PT, o Rio de Janeiro fora também berço de um brizolismo que elegeu, ainda nos anos finais da ditadura, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, para o cargo de governador do Rio de Janeiro. A força do brizolismo é incontestável e não guarda comparações com modelos recentes. Como dito por Sento Sé (1999), o brizolismo é um campo onde a narrativa política é composta, permitindo a junção de estigmas e rejeição daquilo que Brizola representava. Sua força política será discutida na pesquisa, e, sem receio de errar, o movimento do brizolismo fez e ainda faz parte da cultura política da cidade e do estado, mesmo que arrefecido no momento atual.

A participação de PT e Lula no imaginário político carioca se constitui também como campo fértil de mobilização e cultura política. No processo histórico de formação petista, desde as eleições municipais de 1988, o PT passa a disputar o espaço da esquerda com o PDT, visto que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) oscilavam em alianças de apoio, mas sem candidato majoritário. Mesmo não tendo a densidade do Brizolismo no Rio de Janeiro, o PT construiu em torno de si uma forte presença na cidade, com a figura de Lula como eixo central desse movimento. No capítulo em que a cultura política será abordada, as disputas eleitorais e as relações políticas que envolvem o PT e Lula serão discutidas de forma mais ampla.

Entendo que essa relação direta da intervenção sobre o PT local não representa de forma majoritária as mudanças que permitiram ao PSOL ocupar um lugar de destaque no que se refere aos partidos e à oposição na cidade e no estado. São diversos fatores que contribuem, no percurso histórico, para que PT e PDT percam espaços no eleitorado carioca e na militância de juventude, apesar de representarem, em especial o PT, espaços consideráveis nos movimentos políticos do Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup> Ver mais em <http://www.folhadelondrina.com.br/politica/vladimir-palmeira-pede-registro-de-candidatura-ao-tre-do-rio-85316.html>

A consolidação do PSOL traduz em certa medida essa trajetória política dos últimos 30 anos no Rio de Janeiro. Os caminhos traçados pelo PDT e pelo PT contribuíram para o rompimento de correntes políticas internas (no caso do PT) e de militantes históricos em ambos os partidos. O PSOL passou a ser, então, no momento de sua formação, uma alternativa para a cidade e o estado do Rio de Janeiro. O vereador Renato Cinco conta que a criação do partido, num primeiro momento, possuía uma relação direta com a necessidade de abrigar os companheiros que haviam sido expulsos do antigo partido e outros tantos que não se sentiam mais parte daquela organização.

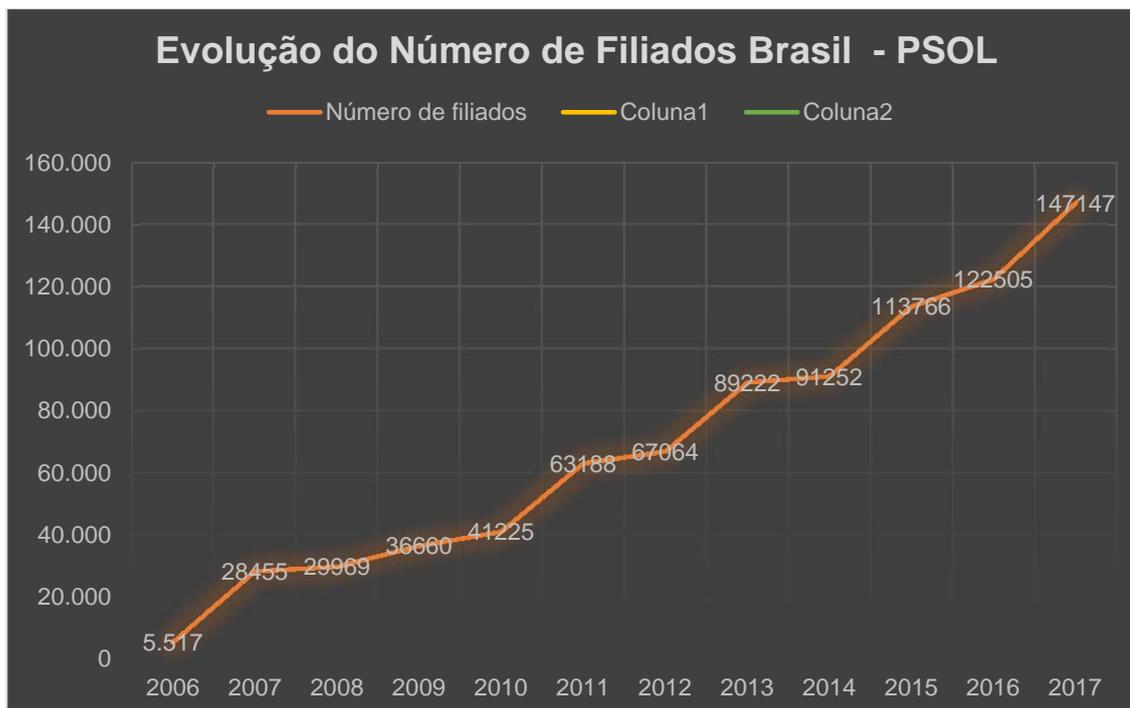
Apesar de organizado nos 27 estados da federação, o PSOL ainda é considerado um partido pequeno em âmbito nacional, em especial no que se refere ao número de parlamentares eleitos. No Rio de Janeiro, no entanto, o partido ganha status de principal partido de oposição, garantindo destaque nos pleitos eleitorais e arregimentando cada vez mais filiados.

O Gráfico 1, a seguir, mostra exatamente o aumento de filiados ao PSOL no Brasil, sendo este considerado o partido que mais cresceu proporcionalmente em 2017<sup>6</sup>. Sua taxa de crescimento no país chegou a 20,17% anual. Obviamente, quando comparado a grandes partidos brasileiros que já passaram da casa de 1 milhão de filiados, o PSOL, neste aspecto, ainda se encontra no grupo dos pequenos partidos. Porém, o crescimento contínuo apurado no decorrer dos anos, como demonstra bem o gráfico, aponta para uma possibilidade de formação de uma base mais robusta.

---

<sup>6</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/01/1949662-psol-lidera-ranking-de-novos-filiados-em-2017-mdb-e-psdb-tem-perda.shtml>

Gráfico 1 – Filiados no Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base no TSE

Gráfico 2 – Filiados no Estado do Rio de Janeiro



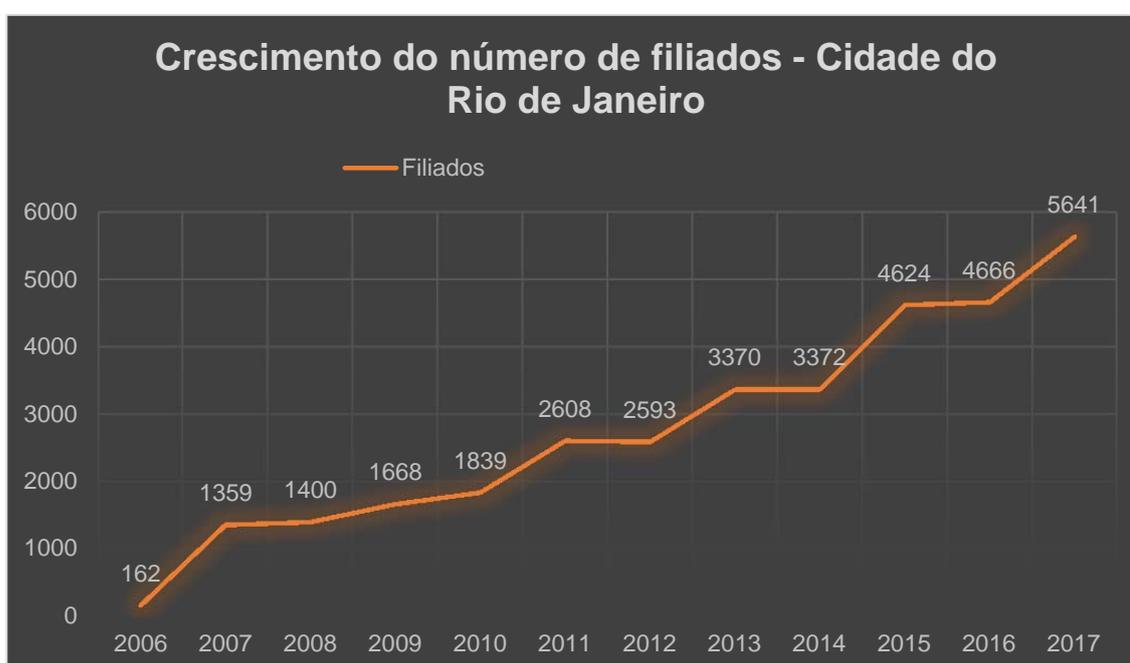
Fonte: Elaboração própria, com base no TSE

A partir da análise do gráfico 1, o crescimento logo após as eleições, locais ou majoritárias, chama a atenção. A partir de 2010, a terceira eleição, as ondas de crescimento são maiores, abalizando a consolidação do partido nos processos eleitorais. Já o gráfico 2, que

mostra o número de filiados ao PSOL no Estado do Rio de Janeiro, apesar de ter uma construção muito similar, demonstra um processo de crescimento mais incisivo em 2010.

Outra curva ascendente, que se coloca mais enfaticamente no gráfico 2, surge a partir de 2014, quando o PSOL tem sua maior vitória eleitoral no legislativo – sendo o deputado estadual Marcelo Freixo o mais votado do estado, com 4,44% dos votos válidos – e também no executivo – saltando de 1,67% com o candidato Jeferson Moura em 2010 para 8,92% com Tarcísio Motta.

Gráfico 3 – Filiados na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria, com base no TSE

Na cidade do Rio de Janeiro, a curva de crescimento do número de filiados ao partido segue a lógica das curvas nacional e estadual, porém, com algumas características específicas. O gráfico 3 apresenta uma pequena queda entre 2011 e 2012, mas também crescimentos robustos entre 2014 e 2015 e entre 2016 e 2017. A cidade do Rio de Janeiro foi o cenário de uma das eleições mais importantes para o PSOL.

Para melhor destacar essa dimensão em números, o PSOL, na última eleição municipal do Rio de Janeiro (2016), teve seu candidato a prefeito, o deputado estadual Marcelo Freixo, em segundo lugar, com 41% dos votos válidos, perdendo no 2º turno. Além disso, o partido teve também o 2º e o 5º vereadores mais votados da cidade, Vereador Prof. Tarcísio Motta e Vereadora Marielle Franco, respectivamente. O Rio de Janeiro tem o maior número de representantes do PSOL na Câmara Municipal – 6 (seis) vereadores num universo

de 51, o que corresponde a quase 12% do total – e na Assembleia Legislativa do estado – 5 (cinco)<sup>7</sup> deputados estaduais num universo de 70, resultando aproximadamente 7% do total, o que em certa medida demonstra um pouco da força do partido na cidade e no estado. O PSOL ainda elegeu a vereadora mais votada em Niterói, Talíria Perone, o Professor Pierre e o Zezinho do Caminhão, em Nova Friburgo, e por fim, em Itaocara, elegeu outros dois vereadores, Beto Papagaio e Rondinely Corrêa.

Deste modo, o Rio de Janeiro se transformou no campo de pesquisa, juntando o seu *status* legislativo – importante em ambas as casas parlamentares –, as últimas votações expressivas de Marcelo Freixo na disputa pela prefeitura, a cultura política da cidade e a maior possibilidade de articulação da pesquisa empírica. As dúvidas iniciais me fizeram investigar as formas encontradas pelo PSOL para se posicionar na cidade como principal partido de oposição, analisando suas estratégias de mobilização e formação, que em tese abarcam tanto militantes orgânicos do espectro de esquerda mais tradicional quanto grupos díspares<sup>8</sup> daqueles que tradicionalmente optariam por partidos de esquerda mais clássicos.

Na sua estrutura interna, o partido se organiza em tendências, dentro das quais os militantes se constituem para disputar as esferas de decisão do partido, além de permitir um espaço de muita diversidade conceitual e ideológica. O grande número de tendências por vezes parece ser a representação principal dos militantes, deixando a unidade do PSOL em segunda instância. Pode-se dizer que o PSOL parece abrigar uma série de outras organizações, funcionando como um “guarda-chuva” de pequenas instituições políticas.

Essas tendências ocupadas normalmente por jovens militantes apontam para uma espécie de perfil da organização. Oriundos de setores universitários e secundaristas, vários dos grupos que representam o que denominamos coletivos atuam também na esfera formal do partido ou apenas em algumas pautas que entendem ser parte do processo. Os métodos desses grupos conjugam-se com a hipótese do PSOL se organizar, de fato, de uma forma distinta dos demais partidos. Na verdade, os coletivos expressam uma nova forma de militância da juventude, a qual começa a entender que existem outros espaços – como os Diretórios Acadêmicos, por exemplo – de manifestação e de fazer político diferentes dos tradicionalmente utilizados em outros períodos. As pautas identitárias (ou humanitárias) formam a base de todos esses movimentos.

---

<sup>7</sup> No final de 2017 esse número caiu para 4(quatro) deputados, visto que o deputado Paulo Ramos foi afastado e posteriormente expulso do partido.

<sup>8</sup>O surgimento de reivindicações de grupos minoritários que entenderam o PSOL como uma estratégia de luta e o partido assimilou esses grupos (Prostitutas, LGBTs, etc.)

A atuação política desses coletivos, talvez, aponte para o que se constitui como uma nova forma de mobilização e militância, o que demandaria uma investigação mais profunda e novas pesquisas sobre a temática. Separei mais à frente um espaço para discutir a questão dos coletivos e o que representam.

Nesse mosaico de atores políticos é possível perceber feministas, movimento LGBT, Movimento Negro, servidores públicos, movimentos sociais e muitos outros grupos atuantes no Rio de Janeiro. Uma interessante conexão para a concepção de base de um partido político. Ao juntar estes grupos no trabalho de campo, é possível entender a enorme complexidade da formação do partido. Numa análise do perfil dos militantes do PSOL, Juliano Medeiros, atual presidente do partido, definiu da seguinte maneira:

No PSOL coexistem diferentes perfis de militantes. Temos desde filiados, com baixa participação na vida interna, até militantes engajados. Seu quadro de membros reflete um encontro de gerações: de um lado, militantes que vieram do PT e outros partidos, com larga vida partidária, tradição de combate à ditadura e em defesa do direito; de outro, jovens ativistas ligados às novas dinâmicas de resistência (mulheres, negros e negras, LGBTs, dentre outros). (Entrevista com Juliano Medeiros realizada em 27/02/2018)

O que mais chamou a atenção no trabalho de campo foi a fluidez da militância e a conexão com uma série de grupos e coletivos que dialogam com o partido, mas não se colocam como parte dele. O conceito de fluidez tem a ver com a maior capacidade de perceber que a participação da militância não está conectada apenas ao partido, mas sim à possibilidade ampla de dialogar a partir de outros espaços, distantes ou próximos de uma tendência, ou apenas como um parceiro de uma determinada agenda. Se a dialética do partido é a de ser uma instituição diferente, esses canais mais refinados com os movimentos sociais podem ser uma pista dessa nova estratégia de inserção de uma organização política, redesenhando os partidos e os modelos de fazer política.

Esse espaço, que reúne tendências, coletivos, militância, parlamentares e dirigentes em torno das pautas identitárias, lembra a lógica defendida por Matucelli (2015) em relação aos movimentos sociais. Para o autor, na contemporaneidade, os movimentos sociais atuam de forma mais efetiva nas mobilizações coletivas, que o autor chama de espaço de “denúncia”, ou seja, oferecendo um ambiente de denúncia a causas mais opacas.

Por outro lado, e esta é uma mudança substancial, a mesma lógica de ação dos movimentos sociais se transformou à medida que deixam de operar unicamente pela defesa ou a representação de certos interesses ou identidades, e funcionam cada vez mais como mobilizações que buscam, sobretudo, alertar a opinião pública e, por vezes, os poderes institucionais vigentes. Embora o destinatário final da ação seja sempre o sistema político — é sobre ele que incide, em última instância —, cada vez mais as mobilizações coletivas atuam como canais alternativos de representação-denúncia e de denúncia junto aos meios de comunicação e à opinião pública subjacente. (MARTUCELLI, 2015, p.64)

A questão que embasa a pesquisa surge exatamente dessa leitura de que o PSOL pode ser um partido que funcione a partir de novos modelos. Mesmo fazendo parte do padrão político institucional muito característico do sistema partidário brasileiro (Mainwaring, 2001) e dos partidos de esquerda, o PSOL parece seguir uma lógica a qual entende que o partido pode funcionar como um abrigo de vários grupos distintos que em comum possuem algumas pautas, normalmente ligadas às questões identitárias. Esse termo diz respeito a ideia de uma identidade fragmentada, que Hall (2003) explica que a identidade deixa de “ser” e abre espaço para “tornar-se”. Essa relação tem a ver com a forma de atuação de uma série de movimentos conectados ao partido, ou que orbitam ao redor dele. O PSOL tem assumido que essas pautas, necessariamente, precisam estar em sua narrativa.

O PSOL tem tentado se colocar nos debates e na mobilização dos coletivos e juventudes justamente no âmbito das pautas identitárias. Os movimentos LGBTs, de Negros, de Indígenas e Feministas funcionam como a base militante do partido. A ideia é não deixar de abordar assuntos que geram algum incômodo à sociedade. Segundo alguns parlamentares, o partido definiu não abrir mão de tratar tais assuntos, mesmo que se apresentem como entrave para uma vitória nas eleições. Ao comentar sobre a candidata Indianara (que se apresentava como prostituta), o vereador Tarcísio Motta reforça essa questão durante a conversa que tivemos:

A figura da Indianara é uma figura importante, é um símbolo, um sinal de que elas existem. Não foi só a Indianara, mas o PSOL também lançou candidatas trans em outras cidades do Brasil, como em São Paulo, Ceará, em Minas. Do ponto de vista de colaborar com esse avanço por que o processo é dialético, os direitos LGBTs avançaram, fruto do movimento, e a reação conservadora a eles veio muito forte. Nós estamos no momento dessa reação. Como é que a gente vai conseguir voltar e fazer a síntese desse momento e avançar novamente? A gente nunca imaginaria que o Fantástico, programa da Globo faria uma série de reportagens sobre trans com a sensibilidade que fizeram. É um sinal de que as pautas avançaram, e o PSOL tem importância nisso. No meu ponto de vista, o PSOL precisa continuar a falar sobre isso, mesmo que isso signifique perder eleições. Até porque a hora que a gente ganhar a gente vai poder fazer política pra isso. (Entrevista com vereador Tarcísio Motta realizada em 03/07/2017)

As dificuldades da pesquisa concentram-se justamente nesse espaço de fluidez e de permanente transformação de arranjos políticos. Novos coletivos se formam através das juventudes (normalmente) e começam a identificar as conexões possíveis no espaço institucional ou no espaço público de forma geral. O PSOL pode ser a forma mais concreta de ambiente organizacional dessa miríade de coletivos, grupos e tendências que atuam internamente no partido, passando a funcionar como uma possibilidade de espaço de enunciação. O militante André, da tendência Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR), que fez questão de afirmar que a análise era a de um militante do PSOL da Baixada Fluminense e

que não representava a LSR, chegou a afirmar que o partido parece ser uma legenda, que abriga uma série de micropartidos em seu interior, e essas organizações fomentam a criação de novos coletivos para ampliar a militância, mesmo não pertencendo institucionalmente à tendência ou ao partido.

A delimitação das entrevistas tem muito a ver com a intenção de ampliar o entendimento sobre o lugar do partido no sistema político nacional e de compreender seus desafios. A narrativa das principais lideranças e da militância no Rio de Janeiro permitiram pensar o PSOL no âmbito das teorias sobre os partidos políticos. Foram cerca de 23h de gravação, distribuídas por 16 (dezesseis) entrevistas (5 dirigentes, 5 vereadores, 2 deputados estaduais, 2 deputados federais e 2 militantes). O peso maior destas entrevistas concentra-se nos parlamentares, justamente pela tentativa de entender a face pública do partido diante das percepções da pesquisa, além de compreender a importância desses quadros num partido pequeno. Foi fundamental escutar os parlamentares e confrontar algumas posições. A investigação documental do partido ficou mais robusta a partir desses encontros que a pesquisa empírica proporcionou.

No acúmulo das entrevistas, os espaços do Congresso embasaram as observações sobre organização interna, coletivos e disputas políticas. A tensão dos debates indicou um partido vivo internamente, com uma variedade de posições grande e com uma militância muito jovem, mas com práticas de reprodução muito características de outros partidos de esquerda. Se existe uma democracia marcante nos debates das mais variadas tendências, além da participação dos parlamentares de forma mais próxima a horizontalidade, também indica um sectarismo muito marcado por alguns grupos internos e uma fragmentação complexa.

O presidente nacional do partido, Juliano Medeiros (APS-CC), entende que o PSOL é o partido que, de fato, representa a “nova esquerda”, unindo a histórica luta com movimentos absolutamente atuais e que comumente não eram discutidos pelos partidos de esquerda.

Somos parte de uma nova esquerda. Essas pautas, na medida que ganham projeção, devido à fragmentação do mundo do trabalho e da identidade de classe, encontram no PSOL seu desaguadouro. Estamos abertos a conciliar as lutas pelo socialismo às lutas pelas liberdades. Penso que o PSOL é um vetor de mobilizações importantes, na medida em que seus militantes e mandatos parlamentares têm vínculos estreitos com as lutas da cidade, como demonstram a luta contra a retirada da Vila Autódromo, o combate à corrupção dos governos do PMDB e as lutas estudantis contra o aumento das passagens, todas elas com grande protagonismo da militância do PSOL. (Entrevista com o presidente nacional do PSOL Juliano Medeiros – realizada em 10/03/2018)

Juliano Medeiros entende que as conexões do partido apontam, justamente, para o campo das fragmentações, que para ele é fruto de uma dinâmica do mundo pós-moderno. Na lógica que entende o PSOL, as “lutas pelas liberdades” significam hoje o socialismo

democrático. Talvez essa dinâmica tenha respaldo em alguma medida, visto que o PSOL se apresenta como um novo modelo de partido, buscando novas dinâmicas políticas.

Nessa perspectiva, um partido que mobiliza pesquisadores na atualidade e que se enquadra nessa categoria do “novo” é o PODEMOS, na Espanha. A experiência do partido tem sido observada por muitos pesquisadores mundo afora, justamente por sua participação e representação política distinta de modelos tradicionais em alguma medida. O PODEMOS nasce em 2008, num processo de profunda crise econômica, afetando sobretudo os mais jovens, que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho. A lógica de uma formação estudantil e em coletivos com pautas específicas constitui a formação partidária que surge como uma grande surpresa no cenário político espanhol.

O partido PODEMOS nasce da mobilização de movimentos sociais a partir da crise econômica de 2008, possuindo como principais atores os jovens e o precariado espanhol. O partido consegue canalizar a indignação de uma geração de jovens espanhóis que, a despeito de seus diplomas, agoniza entre o subemprego e a exclusão social, através das críticas as políticas “austeritárias”, imposta pela Troika e o regime de bipartidarismo entre PP e PSOE (Braga, 2014). Os jovens, mais afetados pelo desemprego ou trabalho precário passaram a ocupar lugar central na política através da mobilização de vários coletivos para a resistência social. Nesse contexto, alguns coletivos universitários uniram-se para formar em fevereiro de 2011 o movimento Juventud sin futuro, com o objetivo de barrar reformas e contrarreformas antissociais do governo, que tendiam a agravar a situação de precariedade material e a desesperança entre os jovens. O grupo se define da seguinte maneira: “Somos a juventude condenada ao desemprego, a precariedade e ao exílio, produzidas por políticas injustas impostas pela elite econômica e política. (SHERER, 2015, pg.43)

Não está em pauta aqui nenhuma comparação direta entre o PSOL e o PODEMOS, mas sim uma relação sobre a compreensão de novas experiências no âmbito dos partidos políticos contemporâneos e nos sistemas partidários. A formação de ambos os partidos é muito diferente, mas a composição possui algumas semelhanças, como as juventudes e os coletivos populares, que surgem nos dois na composição da luta por direitos. A ideia do novo tem muita relação com a forma de atuação e a composição do partido.

A lógica das pautas específicas que compõem o PODEMOS foi relatada por Guilherme Boulos (líder do MTST) numa entrevista inserida no livro “A crise das esquerdas”.

Qual a plataforma do PODEMOS? De onde ele surge? Um dos elementos fundamentais do surgimento do partido é a plataforma dos afetados por hipotecas (PHA), que elegeu agora a prefeita de Ada Calau, que é um movimento popular de gente que foi sendo despejada por conta do subprime espanhol. Os temas do PODEMOS, suas palavras de ordem são: contra os despejos; o tema da dívida pública e da reforma tributária; o tema da corrupção – que é o que eles chamam de porta giratória, o combate à promiscuidade entre público e privado na política. O que ensejou o surgimento do PODEMOS como uma nova alternativa política na Espanha, sem entrar no mérito do desgaste que está sofrendo, dos limites que tem, foi ter colado pautas concretas, populares, e ter sido capaz de reverberar essas pautas. (FORNAZIERI et. al., 2017, pg. 139)

O sentido do novo na atualidade traz como predicados esses movimentos com demandas muito particulares. O PSOL se constitui a partir dessa composição de vários coletivos e movimentos sociais que ganham maior visibilidade no país após as *Jornadas de Junho* em 2013. Desde as manifestações, que duraram semanas, coletivos no campo da esquerda e no campo da direita surgiram com maior intensidade no cenário nacional.

Dessa forma, como hipótese, entendo que o PSOL possui as características do sistema partidário brasileiro, reproduz uma série de dinâmicas tradicionais dos partidos de esquerda, mas se constitui a partir de especificidades contemporâneas que o diferenciam dos demais. Desta forma, ele representa um caminho para a composição de algo novo, possuindo elementos ainda muito marcadamente do campo da esquerda tradicional juntos a outros que atendem a um modelo do século XXI, compondo ainda com temas que tradicionalmente não eram utilizados como base dos partidos de esquerda: as tais pautas identitárias.

Quando se afirma que tais temas não formavam a base de partidos de esquerda, significa, na verdade, que estes não eram discutidos com caráter tão amplo e até mesmo radical como hoje se colocam no PSOL. Pode-se dizer, então, que vários movimentos fizeram parte dessa base anteriormente, sobretudo no PDT e no PT. Sento Sé (1999) traz em sua obra, de forma muito clara, essa relação de semelhança entre o que formava e forma hoje a base dos partidos de esquerda. As eleições de Abdias Nascimento, Caó (movimento negro) e o Cacique Juruna (Indígena) são provas dessa semelhança e de que esses movimentos já estavam inseridos nos partidos. A diferença, então, é que esses movimentos hoje determinam as agendas do PSOL, são eles as pautas essenciais do partido.

Um fator que se une a essa percepção é a participação de candidatos que se coloquem com uma candidatura diferente do tradicional, a qual o deputado estadual Marcelo Freixo vai denominar de “antissistêmica”, como foram as candidaturas de Guilherme Boulos (líder do MTST) e Sônia Guajajara (Indígena), candidatos que possuam um ativismo reconhecido dentro do seu campo de atuação (caso também de Marielle Franco, em relação às favelas), o que, aliás, tem sido um perfil escolhido por Freixo, e como é o caso de figuras públicas ou até mesmo celebridades do campo acadêmico e da luta por direitos humanos ou lutas populares, Alê Yousseff, por exemplo.

Nesse sentido, o PSOL pode representar, se não a criação de uma nova categoria no campo dos partidos políticos, um modelo que une quadros parlamentares tradicionais de esquerda, servidores públicos e candidatos midiáticos e populares (MC Leonardo, MC Carol, Jhony Boy). Seria algo em torno da ideia de um partido de ativistas. Dentro desta categoria, muitos deles já podem ser considerados “destaques” em seus campos de atuação. Podemos

citar os casos de Marcelo Freixo, David Miranda, Marielle Franco e Jean Wyllys, por exemplo, que estiveram envolvidos com uma exposição aguda nas mídias populares: Freixo, na atuação da CPI das Milícias e na sua relação com o filme *Tropa de Elite II*; David Miranda, como protagonista no caso internacional de espionagem Snowden; Marielle, na luta das mulheres negras; e Jean Wyllys, vencedor do reality show da TV Globo, *Big Brother Brasil*.

É importante reforçar que o trabalho nas bancadas ainda carrega outras marcas relevantes. Além da votação expressiva da última eleição, a própria CPI das Milícias e a coordenação da comissão de Direitos Humanos há 10 anos colocam Freixo como principal nome dessa categoria. David Miranda se coloca como primeiro LGBT eleito e tem essa pauta como bandeira de seu mandato na Câmara Municipal. Jean Wyllys também utiliza o campo LGBT e protagoniza debate com o setor religioso e do campo da direita.

Essa composição do PSOL foi atingida por uma tragédia no dia 14/03/2018. A vereadora mulher mais votada da cidade, Marielle Franco, representante, como seus companheiros, de uma pauta específica, que seria a de mulher, negra e favelada, foi assassinada depois de um encontro com movimentos sociais que tratavam justamente do lugar das mulheres negras e da capacidade de emitirem suas vozes na política. Marielle Franco era mais uma parlamentar ativista e com muito destaque, e por isso seria candidata a vice-governadora em companhia de Tarcísio Motta. Esse cenário ratifica a ideia de um partido ativista, que, criando ou trazendo militantes parlamentares reconhecidos, participa com protagonismo das disputas políticas, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Entendo que o PSOL hoje se coloca não mais como um grupo que procura um “local para pousar na política”, mas sim um partido com atributos muito próprios, sejam eles positivos ou negativos, dependendo da perspectiva de quem os analisa.

Na divisão da tese, dediquei o primeiro capítulo a discutir as teorias sobre os partidos políticos e sistemas partidários. A ideia foi estruturar a pesquisa a partir de autores reconhecidos nas ciências políticas e montar uma rede de teóricos que conseguisse alinhar a teoria com o trabalho empírico. Não existe a tentativa de enquadrar o PSOL nos modelos descritos, mas sim de identificar o partido no processo de formação dos partidos políticos e sua posição no sistema partidário atual.

No segundo capítulo, procurei mapear a história do partido, tendo como base a história do PT. É importante, para a compreensão do contexto de formação do PSOL e do momento em que esse movimento ocorre em relação ao posicionamento dos partidos de esquerda no país, buscar, mesmo que de forma resumida, o processo histórico que levou o PT até o

processo de expulsão no governo Lula. A partir daí, em seguida, descrevo os encontros que formarão o PSOL e as primeiras querelas da nova organização.

A partir da observação do ato de criação e de seus desdobramentos iniciais, passei a elencar os documentos fundadores do partido, aqueles que irão embasar as ações institucionais dos dirigentes, militantes e parlamentares que compõem a organização. São elementos que serão fundamentais para a formação do partido e seu direcionamento.

Ainda no segundo capítulo, procurei fazer uma análise da composição interna do partido, enfatizando a relação das tendências, e investigar a ideia do “novo” e a organização dos coletivos nessa relação com o partido. Resolvi me arriscar numa etnografia sobre os Congressos (municipal, estadual e nacional) que marcaram o ano de 2017 para o partido e que ampliaram o olhar sobre as relações entre militantes, tendências, coletivos e parlamentares. Acompanhar os Congressos foi fundamental para a pesquisa empírica.

No terceiro e último capítulo decidi falar especificamente da relação do PSOL no Rio de Janeiro, esmiuçando a cultura política da cidade, a relação com o estado e o desempenho eleitoral nas mais diversas instâncias. Nesse capítulo, a relação histórica da cidade com lideranças e organizações partidárias será fruto de discussão. Esse espaço da tese terá também um levantamento eleitoral em relação ao Rio de Janeiro e às forças de esquerda que compõem a cidade e o estado. Por fim, a construção das bases do PSOL no Rio de Janeiro será analisada, entendendo as dinâmicas do partido no desempenho das mobilizações.

Nas considerações finais, procuro fazer as articulações entre cada capítulo apresentando, tornando possível identificar a característica do PSOL e apresentar algumas respostas sobre a lógica de o partido representar um novo tipo de organização política.

## **1 A ORIENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA**

### **1.1 O PSOL na relação com os estudos sobre partidos políticos**

Durante todo o século XX, estudos importantes sobre a natureza dos partidos políticos foram capazes de construir um arcabouço teórico robusto e com diversas vertentes e perspectivas. No nosso caso, antes de pensar em qualquer forma de enquadramento do PSOL nas tipologias criadas e nas definições de modelos defendidas, a ideia é discutir esse volume de conceitos para num momento posterior tratar a relação do partido em todo esse mosaico de questões.

Como existe um vasto acervo de pesquisas sobre partidos políticos observando inúmeras questões relevantes, a dinâmica escolhida nesse capítulo foi selecionar alguns autores que, a meu ver, referenciam o meu objetivo de pesquisa e, ao mesmo tempo, são reconhecidos como clássicos nas ciências políticas, ou que possuam abordagens específicas para os objetivos traçados para essa tese. Esse formato ajuda o leitor a entender, por exemplo, a ausência de alguma obra que considere importante do seu ponto de vista.

Escolhi fazer um apanhado cronológico das obras, sem desistir de relacioná-las sempre que achar importante. A maioria dos clássicos tem como abordagem central partidos europeus, por isso decidi reservar para o final do capítulo as obras que tratam sobre a realidade da América Latina e, em específico, do Brasil.

Finalmente, as relações a partir de todo o apanhado das teorias elencadas fecharão o capítulo, apoiando-se nos temas levantados e nas possibilidades criadas com os conceitos. Reforço que não se pretende buscar uma definição para o PSOL, mas sim perceber as nuances que constroem os partidos políticos durante todo o século XX e XXI, sobretudo os partidos considerados de esquerda.

No caso das ciências políticas e seus estudos sobre a organização dos partidos, a primeira referência é Robert Michels (1982). O autor escreve no início do século XX e analisa o Partido Social Democrata Alemão. Sua relação com o Partido é de filiação, por isso é importante frisar as demarcações de seu trabalho, mesmo sendo este fundamental para o campo das ciências sociais. Uma das primeiras definições traçadas por Michels (1982) sobre o modelo dos socialistas é sobre a necessidade imperativa de organização dos trabalhadores.

Do mesmo modo concebe-se que a organização, cuja ausência torna todo o êxito impossível, a priori, tenha se tornado o princípio vital da classe operária. O operário que se recusa a participar da vida coletiva de sua classe só pode atrair consequências funestas para ele próprio. [...] O princípio da organização deve ser considerado a condição absoluta da luta política conduzida pelas massas. (MICHELS, 1982, pg. 15-16)

A fim de entender o posicionamento dos trabalhadores do início do século XX e as possibilidades de organização, Michels (1982) considera impossível um autogoverno das massas, o que torna imprescindível a formação de lideranças que orientem a coletividade. Sua crítica está justamente no entendimento de que as democracias que ele denomina modernas indicavam a possibilidade do autogoverno dos povos, o que para ele não se configura na prática. Michels (1982) deduz que movimentos muito grandes de trabalhadores normalmente não conseguem resolver as querelas do cotidiano, tornando imperativo alguma definição externa às massas. Ele dá ainda exemplos de assembleias de trabalhadores, as quais normalmente definem temas por aclamação, dada a enorme dificuldade de discutir os temas de forma mais aprofundada.

Desse cenário surge a necessidade premente de buscar representantes para as massas, o que para Michels (1982) é o embrião dos chefes mais poderosos, que formariam em algum momento as oligarquias nos partidos políticos.

Assim impõe-se a necessidade de delegados, capazes de representar a massa e garantir a realização da sua vontade. Mesmo nos grupos mais sinceramente democráticos, confia-se necessariamente a certos indivíduos os assuntos correntes, a preparação e a execução dos atos mais importantes. (MICHELS, 1982, pg. 18)

Vale sublinhar que o movimento de representação para Michels (1982) era natural, devido às dificuldades de organização das massas. O resultado desse processo democrático de representação de trabalhadores é que altera a forma e modifica o conceito de representação, deixando de ser um processo natural para um modelo hierarquizado. A lógica da representação seria a do representante subordinado completamente à vontade das massas, o que para Michels (1982) rapidamente se perde nos modelos burocráticos que estão sendo formados no início do século na Europa. A sentença de partidos socialistas e de origem marxista que se autoproclamam democráticos e, portanto, sem chefes modelos hierárquicos é criticada por Michels (1982), que aponta a sociologia como baliza para seu ponto de vista.

É bem verdade que certos militantes, sobretudo entre os marxistas ortodoxos do socialismo alemão, procuram nos persuadir, atualmente, que o socialismo não tem chefes, no máximo empregados, porque é um partido democrático e que a existência de chefes é incompatível com a democracia. Mas uma tal asserção, contrária à verdade, nada pode contra uma lei sociológica. Ela tem, ao contrário, o efeito de fortificar o domínio dos chefes, escondendo das massas um perigo que realmente ameaça à democracia. (MICHELS, 1982, p. 23)

Da organização e hierarquização surge a necessidade de formação de quadros burocráticos, que segundo Michels (1982) resulta em modelos de profissionalização dos chefes e representantes das massas. Mais uma vez, a necessidade de organização e as decisões tomadas para tal encaminham uma perspectiva de categorias dentro das organizações. Numa citação a Proudhon, Michels (1982) exemplifica o que estava sendo gestado dentro das organizações.

Podemos completar essa crítica do sistema representativo com uma observação política de Proudhon: Os representantes do povo, dizia ele, mal conquistam o poder e logo procuram consolidá-lo e reforçá-lo. Eles cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se **libertar por completo do controle popular**. (MICHELS, 1982, pg.24) [grifo meu]

A percepção de Michels (1982) é clara quanto à formação das oligarquias dos partidos. Os representantes terminam por representarem a si próprios, garantindo um poder cada vez mais estabelecido. Michels (1982) ainda utiliza de Mosca quando usa a citação de “falsidade de legenda parlamentar”, o que indica ser um claro erro a ideia de que representados e representantes se “unem em laços indissociáveis”.

Nesse contexto, existe para o autor uma disposição militante de obedecer às determinações do líder/chefe da organização sem questionamentos ou quaisquer interferências. Caberia aos militantes responder às necessidades da organização e às ordens definidas no cotidiano. Michels (1982) cita um socialista holandês para chegar a ideia de um certo “despotismo provisório”: fidelidade e submissão das massas àqueles que serão os condutores das massas.

Uma questão importante trazida por Michels (1982) é a dificuldade de conectar a relação do Estado com as massas, os entraves para pensar em estratégias coletivas para a disputa desse lugar de controle. Normalmente o indivíduo não consegue entender que decisões tomadas pelas lideranças podem impactar profundamente sua vida privada, resultando em uma ausência dos trabalhadores em fóruns de decisão e assembleias que podem definir questões particulares desse ou daquele trabalhador. Esse processo de afastamento das massas produz um vazio ocupado pela classe média, que acaba decidindo a vida do proletariado.

Um dos problemas graves desse distanciamento e da pouca percepção do processo coletivo é o conseqüente fortalecimento da figura dos chefes, que cada vez mais se tornam imprescindíveis para o direcionamento dos trabalhadores. Michels (1982) entende que o culto aos chefes ganha fôlego pela junção de sujeitos carismáticos e pelas dificuldades de compreensão da importância da participação efetiva de atividades coletivas dentro de

organizações. Desse cenário surge o que Michels (1982) chama de apatia das massas. Essa apatia resulta numa gratidão política ao chefe.

Além da indiferença política das massas e da necessidade de serem digeridas e guiadas, um outro fator, de qualidade moral mais relevante, contribui para assegurar a supremacia dos chefes: é o reconhecimento das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome, (MICHELS, 1982, pg. 39)

Esse processo de gratidão vai se transformando, em alguns casos, em um verdadeiro processo de veneração dos líderes, que se tornam muito além de um mero quadro burocrático, assumindo uma lógica de herói de um povo. Mesmo tentando se colocar de fora dessa relação de liderança absoluta, Karl Marx, que tanto defendia a libertação das massas, tornou-se com o passar do tempo esse herói do socialismo.

Michels (1982) procura definir nesse mergulho pelo interior das organizações alguns aspectos desse modelo de liderança que está observando no partido socialista. Para ele, os chefes possuem algumas características que impõem às massas seu poder, tais como: a) o poder de oratória dos chefes, sua capacidade de articular através da linguagem sua liderança frente aos trabalhadores; b) a profissionalização dos líderes e sua capacidade intelectual frente às dificuldades das massas absolutamente despreparadas; c) o poder de dominação dos chefes sobre as massas, que engloba também uma superioridade financeira sobre os trabalhadores.

O que se pode absorver dessa relação é que o poder dos chefes é algo consolidado sobre as massas. E uma vertente desse processo de consolidação é o cargo eletivo, ou seja, a força que os parlamentares possuem sobre as massas é robusta. O representante efetivo das massas é o parlamentar dono de seus votos, por isso a dificuldade de postularem esses uma deferência às normas do partido antes das massas que o elegeram. Essa é uma demanda bastante atual, visto que os partidos, guardando outras tantas vertentes que se somam nesse processo e evitando as generalizações, ainda hoje não conseguem ter uma voz preponderante sobre seus parlamentares. Ao contrário, são os parlamentares que acabam por dar o tom das trilhas que o partido seguirá. Esse tema será discutido por Duverger (1980) e será fruto de análise mais adiante. Michels (1982) ainda ressalta que em alguns países os parlamentares de um partido são proibidos de ocuparem cargos nos comitês, como uma espécie de tentativa de equilibrar os poderes. Entretanto, esse não é o caso da Alemanha, que está sob seu olhar de pesquisador.

Mas mesmo assim, a consideração e o poder que gozam os parlamentares não se encontram de nenhum modo diminuídos, visto que são eles que, na Alemanha sobretudo, ocupam as funções mais importantes, aquelas notadamente de membros do comitê de direção. (MICHELS, 1982, pg.87)

Um aspecto importante dessa relação de lideranças e poder recai no autoritarismo de algumas organizações de trabalhadores, como os sindicatos, por exemplo. Aliás, os sindicatos e sua relação com os partidos é uma discussão importante levantada por Panebianco (2005) mais à frente. Com Michels (1982) a relação dos sindicatos e movimentos operários com os trabalhadores retifica a ideia de que as massas precisam de líderes, muitas das vezes autoritários, como a já citada ideia de um “despotismo provisório”.

O que essa lógica líder-massas sugere é que, apesar das massas clamarem pela liderança forte de um líder, os indivíduos dessas massas podem se tornar tais condutores. E com isso estabelece-se uma outra questão para Michels (1982): a competição entre os líderes ou para chegar à liderança. O autor se mostra convencido de que a disputa pelas massas é absolutamente demagoga, não oferecendo verdade à população que está à espera da capacidade e efetividade desse líder de os guiar de forma correta e vantajosa. Mesmo com as generalizações perigosas a qualquer interpretação, Michels (1982) afirma que as tendências dessa competição resultam em pouquíssimas ações concretas para as massas.

Como a maior parte de seus eleitores e camaradas, não sabendo nada de preciso sobre sua função, são sempre levados a acusá-lo de indolente, o deputado se vê na obrigação a fazer alguma coisa para ser lembrado de vez em quando. (MICHELS, 1982, pg. 96)

É preciso salientar que Michels (1982) define as massas como apáticas em todo o processo democrático, mas isso não as coloca como impossibilitadas de romperem esses laços de dominação. Por isso, um dos problemas que podem surgir desse processo de oligarquização que Michels (1982) chama a atenção refere-se à ditadura imposta pelo líder e à revolta das massas, que mesmo sendo uma possibilidade de probabilidade pequena, segundo o que entende o autor, ela existe.

As dinâmicas dos partidos tendem a se burocratizar, o que torna ainda mais distante o acesso do indivíduo nos comitês de tomada de decisão dessas instituições. Michels (1982) alerta para o “burocratismo” que deixa mais dependentes as massas dos seus superiores, os tais chefes.

Junte ao burocratismo a lógica da centralização ou da descentralização dos modelos de partidos democráticos. Em sua análise, Michels (1982) entende que a centralização é mais uma forma de conter as massas e inviabilizar sua participação nos processos internos das organizações, cabendo a elas apenas a obediência às decisões enunciadas pelos chefes. A crítica consiste, desse modo, em entender que a democracia deveria privilegiar os aspectos descentralizadores, a fim de garantir maior autonomia e participação. Michels (1982) ainda deixa claro sobre essa discussão que, mesmo em países onde os partidos são descentralizados,

as lideranças ainda assim conseguem construir pequenas oligarquias, o que esclarece para seus leitores que dificilmente no início do século XX existiriam partidos sem oligarquias construídas.

Existem diversos outros casos de centralização, seja num modelo ainda democrático, seja em modelos autoritários. O caso de Bonaparte na França do século XIX é relatado por Michels (1982) como um caso específico em que o sufrágio ratifica um processo de autoritarismo, o que em certa medida torna mais legítima a ação do líder.

Normalmente, lideranças muito fortes ou autoritárias tendem a não permitir discordâncias claras a sua liderança. Mesmo em partidos que se autoproclamam democráticos é comum a perseguição de opositores que de alguma forma se insurgiram contra determinada liderança. Esse é mais um ponto que iguala os partidos, no entender de Michels (1982), pois para ele esse movimento acontece tanto em partidos socialistas quanto em partidos mais conservadores. A tendência de expurgar aqueles que não estão caminhando junto ao líder e em obediência a ele é absolutamente comum.

Nas análises que se seguem na “Sociologia dos Partidos Políticos”, Michels (1982) dá início à discussão sobre a democracia e a Lei de bronze da Oligarquia, garantindo uma arena sobre os conceitos de poder e dominação, afirmando com a ajuda de Mosca e Pareto. Michels (1982) define que sempre vai haver uma disputa incessante pelo lugar da maioria na classe política e assim pelo controle do processo democrático. Na obra do autor, Bakounine é citado como um defensor da não participação dos socialistas nas eleições, visto que o povo era dominado por uma “maioria possuidora”, e por isso o processo eleitoral seria uma “vã ilusão”.

Tendo como base o marxismo e o processo de transição entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista, a qual seria a ditadura do proletariado, Michels (1982) usa novamente a ideia de que a dominação está em disputa permanente e será ocupada por algum grupo. Nesse processo revolucionário em questão, defendido por Marx, “a ditadura dos chefes que tiveram a audácia e a força para arrancar das mãos da sociedade burguesa agonizante, em nome do socialismo, o espectro da dominação” (Michels, 1982, pg.230), o que parece apontar para uma ineliminável condição dos partidos ditos democráticos.

A análise de Michels (1982) traduz um sentimento um tanto pessimista (que o próprio autor descreve no prefácio como uma crítica de outros pesquisadores do período) sobre o processo democrático, pois entende que o caminho comum das organizações diz respeito à criação de um corpo burocrático oligárquico que guiaria seus liderados. Michels (1982) afirma que todo o partido que almeja ou eventualmente conquista poder, em algum momento, seguiria esse modelo. A tendência natural seria a formação de modelos de partidos com uma

cúpula oligárquica que iria direcionar as massas apáticas no campo político. A indicação de Michels (1982) mostra que as massas não saberiam se dirigir livremente, por isso a tutela de políticos profissionais que comandariam as massas ao caminho que desejavam.

Não é à toa que esses conceitos ficaram conhecidos com a “Lei de Michels” ou “Lei de Ferro”. Michels (1982) enquadra todos os modelos que conhecia como partido político. Criticava o modelo socialista que produzia autoridades (chefes, lideranças) que não atendiam os interesses de quem representavam democraticamente, assim como uma vez eleitos queriam permanecer no poder de qualquer forma. As lideranças não voltavam a ser guiadas por outrem. A formação do que entendia como oligarquia ficava caracterizada por Michels (1982) da seguinte maneira:

A apatia das massas e a necessidade de serem guiadas corresponde, para os chefes, uma sede ilimitada de poder. E é assim que o desenvolvimento da oligarquia democrática se encontra favorecida, acelerada pelas propriedades gerais da natureza humana. [...], mas aquele que chegou não volta de bom grado à situação obscura que ocupava anteriormente. “Aquele que foi eleito uma vez fará todo o possível para ser reeleito”, disse um dos mais honestos deputados da Câmara italiana, o professor de direito penal Pio Viazzi, membro do grupo republicano. (MICHELS, 1982, pg. 111).

Com as ressalvas temporais, o que Michels (1982) desenha com primor sobre a organização dos partidos e seu corpo burocrático guarda semelhança quando olhamos para a estrutura dos partidos políticos no país. As lideranças, sobretudo aquelas com mandatos, se perpetuam no poder, garantindo prioridade nos recursos captados pela organização, revelando-se assim um ciclo vicioso de controle das ações do partido.

No que pese o contexto da análise de Michels (1982) e as críticas que autores como Duverger, Sartori e tantos outros apontariam, é preciso entender que o autor escreve sua obra em 1911 e critica sobretudo o socialismo. Mesmo diante do desânimo com a democracia e sem ainda saber das construções totalitárias das décadas de 1920 e 1930, como o fascismo e o nazismo, Michels (1982) já apontava para os perigos do autoritarismo e do fascínio das massas por chamamentos eloquentes e por discursos motivadores e mobilizadores. Michels (1982) descrevera o que aconteceria alguns anos depois da realização de seu trabalho.

Tanto é verdade que Michels (1982) dedicou grande parte da sua pesquisa a analisar o surgimento dos chefes, seus comportamentos e as lutas pela permanência no poder. O que teve início com a organização dos partidos e a necessidade da criação de funções e quadros diferentes, expertises distintas e formação profissional, resultou em distanciamentos, oligarquização e a concepção da necessidade de articulações que permitissem a reprodução desses chefes nas instâncias de poder, garantindo a ocupação de cargos e poderes. Para o

autor, a principal questão que ocasionou nesse cenário dos partidos modernos democráticos no início do século XX foi a necessidade da criação de tais chefes para as organizações.

O processo que começou graças à diferenciação das funções do partido, foi concluído com a ajuda de um conjunto de qualidades que os chefes adquiriram pelo fato de terem se separado da massa. Os chefes que, no início, surgem “espontaneamente” e só exercem as funções de chefe a título “acessório” e gratuito tornam-se chefes profissionais. Esse primeiro passo logo vem seguido de um segundo, não tardando os chefes profissionais em tornarem-se chefes “estáveis e indomáveis”. (MICHELS, 1982, pg. 237)

O trabalho clássico de Michels (1982) tem um viés claro de esmiuçar a sociologia que compõe um partido moderno, em especial sua obra faz uma imersão nas questões intrapartidárias. Uma outra referência que vai discutir a construção dos partidos e vai propor algumas tipologias de acordo com suas inúmeras vertentes de formação é o de Maurice Duverger (1980). Sua análise se dá a partir de um período pós-guerras (1ª e 2ª Guerras Mundiais) nos anos 1950. Duverger (1980) aprecia o surgimento das democracias de forma mais robusta na Europa. Ao contrário de Michels (1982), que parecia um tanto pessimista em relação aos partidos, Duverger (1980) examina as dinâmicas democráticas, tentando desenhar uma teoria da organização sobre os partidos políticos.

O autor francês faz um enorme esforço ao se debruçar em diversos modelos de partidos pela Europa, garantindo o olhar para os partidos do espectro ideológico de esquerda como partidos do espectro ideológico de direita, o que permite um olhar amplo por dinâmicas distintas no continente. Vale a ressalva que Duverger (1980) perpassa em alguma medida os partidos norte-americanos, sobretudo a experiência dos EUA, e muito timidamente fala das experiências da América Latina. Com isso, a base do trabalho de Duverger (1980) consiste em analisar a formação de partidos europeus de diversos matizes e assim construir suas tipologias.

As primeiras discussões levantadas por Duverger (1980) recaem na lógica de formação dos partidos e na diferença que isso vai produzir na sua organização e atuação política. O caráter interno ou externo indica uma profunda diferença na organização do partido, incluindo nesse cenário a formação de bases e os recursos financeiros, itens de extrema importância para o futuro da organização política.

Um ponto crucial da obra de Duverger (1980) é a discussão sobre a estrutura dos partidos. A definição sobre os partidos burgueses é interessante, pois nos remete a uma tendência muito contemporânea. No lado oposto, a definição dos partidos socialistas talvez encontre eco em outro momento histórico no nosso país.

Repousam em comitês pouco amplos, assaz independentes uns dos outros, geralmente descentralizados; não procuram multiplicar seus partidários nem

enquadrar grandes massas populares, mas antes agrupar personalidades. Sua atividade é orientada inteiramente para as eleições e as combinações parlamentares, daí conservado um caráter semi-sazonal. Seu arcabouço administrativo é embrionário; sua direção permanece grandemente nas mãos de deputados e apresenta uma forma individual muito acentuada. [...] Os partidos socialistas da Europa continental possuem uma estrutura diferente, que repousa no enquadramento de massas populares tão numerosas quanto possíveis. Encontra-se ali, portanto um sistema de filiação preciso, complementado por um mecanismo de cotizações individuais muito rigoroso, no qual se apoiam essencialmente as finanças do partido (que se baseiam nos donativos e subvenções de alguns sócios solidários – comerciantes, empresas, industriais, bancos e etc. (DUVERGER, 1980, pg. 35-36)

Seguindo sua ideia de dissecar a formação dos partidos e suas diferenças, Duverger (1980) busca uma diferenciação através da forma de filiação de seus militantes. Para ele existe uma formação de estrutura direta – que são aqueles partidos que se compõem de indivíduos que aderiram ao partido, isto é, buscaram sua participação seja por ideologia ou por qualquer outro interesse – e os partidos com estrutura indireta – que são partidos constituídos por outras organizações, como sindicatos, por exemplo. O sujeito é antes do sindicato, para depois ser do partido. Esse caráter pode ter como exemplo uma igreja ou qualquer outro organismo. Geralmente, os partidos socialistas se enquadram no modelo de formação indireta e os conservadores no modelo de formação direta. De nenhuma maneira esse formato é rígido, pois existem partidos que nascem de organizações religiosas, tendo sua formação indireta, mas de caráter conservador.

Duverger (1980) vai denominar elementos de base dos partidos, tais como o comitê, a seção, as células e as milícias. Percebe-se que é importante elencar que as características dos partidos de formação indireta é possuir todas as instâncias, com exceção para as milícias (que possuem características militares e fascistas). É premente traduzir os elementos de base. Segundo Duverger (1980), os comitês têm um caráter restrito dentro dos partidos, formados normalmente por uma cúpula partidária, a qual Michels (1982) chamaria de oligarquias do partido. Já as seções são absolutamente o campo de mobilização e participação dos partidos e, segundo o autor, tratam-se de uma invenção socialista. Para Duverger (1980), a seção, por definição, é o oposto do comitê: se os comitês funcionam em períodos específicos, as seções funcionam ininterruptamente. As seções se assemelham aos núcleos característicos dos partidos de esquerda aqui no Brasil, pois atuam de forma ininterrupta e conseguem garantir maior participação do militante local. As células por sua vez, são menores que a seção e possuem um caráter de espaço profissional, atuando em locais de trabalho.

Igualmente importante à sua definição é o resultado desses elementos de base na construção da articulação do partido. Para Duverger (1980) um partido que tenha comitês, seção e células atuantes normalmente será um partido com articulação forte, e aqueles que

não possuem esses espaços serão partidos de articulação fraca. A ideia de centralização e descentralização ganha companhia com a lógica de verticalização e horizontalização na organização dos partidos. Partidos com alta centralização, como os comunistas, possuiriam uma ligação verticalizada, e os com processo de descentralização corrente, a ligação seria horizontal. Vale lembrar que Duverger (1980) faz uma distinção clara entre os partidos socialistas e comunistas, o que não confunde uma leitura rápida dos exemplos citados. Todavia, a relação de centralização-verticalização e descentralização-horizontalização não é uma regra estabelecida. Alguns partidos que possuem estruturas mais centralizadas podem em algum momento possuir relações horizontais e vice-versa.

Um modelo de descentralização que surge no trabalho de Duverger (1980) e que nos chama a atenção é a descentralização ideológica. Existem ainda outros três tipos, local, social e federal, mas darei ênfase a da ideologia. Esse tipo de descentralização consiste em “conceder certa autonomia às diversas “frações” ou “tendências” constituídas no âmbito do partido, pela influência subministrada a cada uma nos comitês dirigentes, pelo reconhecimento de uma organização separada etc.” (Duverger, 1980, pg. 89). Nos interessa a discussão a respeito dessa característica sobretudo em relação a ideia das tendências internas dos partidos socialistas. A natureza das tendências indica que o partido que as possui atua de forma descentralizada, pois de alguma forma possui outros espaços decisórios atuando de forma autônoma.

Mesmo não buscando o enquadramento do PSOL nas tipologias já estabelecidas nas teorias das ciências políticas sobre os partidos políticos, o encontro de referências é importante para a compreensão da organização fruto dessa pesquisa. As tendências internas do PSOL serão discutidas em outro capítulo e com uma dedicação intensa sobre suas características e modelo de atuação.

Enxergar quem são os membros do partido e buscar características que os definam é um âmbito interessante da obra de Duverger (1980). Temos nesse quadro os adeptos, os simpatizantes, os militantes, enfim, algumas possibilidades com características bem distintas. É nessa relação da formação dos membros que Duverger (1980) dá início à lógica dos partidos de quadros e dos partidos de massas. A primeira questão é que a diferença entre ambos não está na estrutura, mas sim na composição de seus quadros. Essa diferenciação se dá em especial pela compreensão do que vem a ser o adepto de um partido. Esse membro, que participa do partido e colabora financeiramente com ele, altera os partidos de quadros em partidos de massas. Duverger (1980) fala em evolução natural.

Duverger (1980) entende que a democracia representativa tem avanços com a ascensão de uma classe mais popular na direção de organizações políticas. Marca disso para o autor é a divisão entre partido de quadros – o qual afirma ser composto por uma elite política que representa os demais cidadãos, o que é da tradição de algumas democracias – e partido de massas – que são justamente esse salto na participação de mais atores na política, sobretudo das camadas operárias. A marca desse processo para o autor é a ampliação do sufrágio eleitoral, em muitos casos tornando-se universal. Mais atores na política, mais participação. De acordo com Duverger (1980), essa relação de partidos de quadros e partidos de massas é um processo somente possível através das democracias estabelecidas. A ampliação dos sufrágios em alguns países da Europa potencializou o surgimento dos partidos de massas e abriram novas possibilidades aos partidos de quadros, mas as diferenças essenciais entre ambos são nítidas. Uma das diferenças está na forma de acesso ao partido e nas características socioeconômicas dos sujeitos.

Do mesmo modo, os partidos de massas caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público: um público pagante, que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, junto a um público que ouve e que age, que recebe uma educação política e aprende o meio de intervir na vida do Estado. [...] O partido de quadros atende a uma noção diferente. Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Pessoas influentes, de início cujo nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe garantirão votos. (DUVERGER, 1980, pg. 100)

Mesmo com uma perspectiva mais otimista, Duverger (1980) entende que grupos aristocráticos conseguiram fazer da democracia um campo para sua atuação, garantindo serem eles próprios os representantes ideais dos demais. Esse modelo seria a caracterização maior do partido de quadros. Já os partidos de massas incorporaram de forma indireta diversas organizações, como os sindicatos de trabalhadores, permitindo um fortalecimento enorme de suas fileiras, o que financeiramente representa um incremento substancial para as ações do partido no âmbito de sua organização como também nas disputas eleitorais. Tentando definir de forma ainda mais clara as características entre os partidos de quadros e os partidos de massas que está enxergando no meio do século XX, Duverger (1980), de forma didática, diferencia-os mais uma vez.

Enfim, a distinção entre os partidos de quadros e partidos de massas coincide com as que se baseiam nos diversos tipos de arcabouço partidário. Os partidos de quadros correspondem aos partidos de comitês, descentralizados e fracamente articulados; os partidos de massas correspondem aos partidos alicerçados nas seções, mais centralizados e mais fortemente articulados. (DUVERGER, 1980, pg. 106)

A forma de pertencer e participar nos partidos foi alvo de Duverger (1980) e uma enorme contribuição para qualquer pesquisa sobre partidos políticos. Fazer a leitura sobre os conceitos de um eleitor, um simpatizante ou um militante tem um profundo impacto na

organização dos partidos. O esforço de Duverger (1980) em desmembrar os membros é importante para as ciências políticas. Além disso, esse entendimento reforça a lógica de formação dos partidos de quadros e partidos de massas, uma vez que para cada um a participação se torna distinta, mesmo sendo categorizado como um eleitor, por exemplo.

Os eleitores, como próprio Duverger (1980) utiliza, são facilmente mensuráveis: fazem parte daqueles que chegam as urnas e depositam seus votos. Já a categoria de simpatizante é um pouco mais abrangente e pode ser um tanto confusa. “O simpatizante é mais que eleitor e menos que um adepto” (Michels, 1980, pg. 137). Ele não está ligado ao partido de forma oficial, mas está muito mais próximo do que um eleitor comum. Ainda existe a figura do militante, que para o autor seria a de um adepto ativo. São membros que atuam diretamente nas instâncias do partido, mas sem poder de liderança. São aqueles que executam as determinações dos comitês. O esquema de Duverger (1980) é composto da seguinte forma:

Não constitui exagero figurando-se o partido no seguinte esquema: os militantes dirigem os adeptos, estes dirigem os simpatizantes, estes os eleitores. Os membros dos partidos não são uma sociedade igualitária e uniforme, porém uma comunidade complexa e hierarquizada; do mesmo modo, uma comunidade diversificada: pois a natureza da participação não é a mesma para todos. (DUVERGER, 1980, pg.151)

O entendimento de Duverger (1980) sobre a comunidade que compõe o partido lembra a tese defendida por Michels (1982) sobre a formação das oligarquias nos partidos e as posições que os quadros burocráticos procuram ocupar nas instâncias internas. A hierarquia é marca desse processo de cargos e funções dos partidos modernos. Obviamente que as definições de Duverger (1980) não funcionam de forma idêntica nas construções distintas dos partidos.

Depois das definições da composição do partido, Duverger (1980) chama a atenção para organizações anexas aos partidos. Tratam-se de diversos agrupamentos que de alguma forma se relacionam com os partidos modernos. Como normalmente os partidos possuem objetivos muito amplos, generalistas por vezes, a ideia dos partidos modernos seria a de se “desdobrarem” em várias frentes, fragmentando seus objetivos. Esse olhar sobre os desdobramentos de objetivos de acordo com determinadas comunidades se relaciona com Kirchheimer (1980) e sua definição dos partidos *catch all*. As abordagens são distintas, já que Duverger (1980) está nesse momento tentando entender as formas de participação no partido, mas se aproximam pela lógica que ambos estão pensando sobre a ampliação das ações dos partidos modernos na Europa.

Ao se debruçar mais intensamente na direção dos partidos, Duverger (1980) vai perceber algumas questões que são centrais para a organização das organizações. De início, a

percepção de que na maioria dos modelos de partidos as eleições internas não são realizadas através de sufrágio direto dos membros dos partidos, mas sim por um sufrágio indireto, que consiste na eleição de delegados que irão representar o número de membros daquele determinado partido. Antes de qualquer avanço, vale frisar que quando Duverger (1980) está falando de processos de eleições internas a referência majoritariamente é para os modelos de partidos de massas, uma vez que os partidos de quadros, em sua enorme maioria se organizam de forma distinta, e o termo maioria aqui pretende não excluir partidos de quadros que ampliaram sua forma de inserção no partido e, assim, possuem formas de organização semelhante com os partidos de massas.

Essa forma de realizar as disputas internas proporciona poderes que terminaram se consolidando nas esferas de controle e decisão dos partidos. O diálogo de Duverger (1980) mais uma vez aqui é com Michels (1982). A passividade das bases no processo eleitoral e natureza de formação das oligarquias é reforçada por Duverger (1980), ratificando assim as definições de Michels (1982) em sua análise dos partidos do início do século XX. Mesmo observando períodos distintos, separados por pelo menos 40 anos, Duverger (1980) chega à conclusão de que as oligarquias na direção do partido e a formação de chefes é absolutamente natural nos modelos de partidos modernos. Duverger (1980) chega a afirmar que “a noção de representação científica é ilusória: todo poder é oligárquico”. (1980, pg.197)

Ainda sobre essa forte tendência de oligarquização e a formação de círculos de poder, o caráter da autoridade que os chefes dos partidos vão adquirindo no processo indica a personificação dos poderes, causando uma imensa distância entre comandados e comandantes dos partidos. O que a democracia parecia desenhar era justamente o contrário, uma vez que pretendia um enfraquecimento de poderes absolutos. Duverger (1980) cita Michels (1982) ao verificar que o autor estaria examinando empiricamente que outros modelos de partidos seguiram a mesma lógica do partido da social democracia alemã:

Já em 1910, Robert Michels observava o progresso da obediência dos partidários, analisando as estruturas dos partidos socialistas e especialmente do social-democracia alemã. Que teria dito ele vendo os partidos do tipo moderno, socialistas ou fascistas? – Teria observado não somente que a obediência das massas se tornou mais rigorosa e mais precisa, como também que a natureza se transformou, que a docilidade mecânica cedeu lugar à docilidade psicológica e que a doutrinação se tornou uma das bases fundamentais da disciplina. (DUVERGER, 1980, pg.206)

Essa postura dos chefes e a tendência de se tornarem autoritários no percurso de crescimento dos partidos esbarra nas relações com outras funções dentro do partido ou para fora dele. Uma delicada relação que Duverger (1980) não deixa de analisar é a relação entre os dirigentes partidários e os parlamentares eleitos pelo partido. Essa tensa relação pode ser

percebida com uma preponderância dos últimos pelos primeiros ou dos primeiros pelos últimos, o que muito se deve à organização hierárquica do partido e as suas formas de controle.

Esse tema é absolutamente atual e permite uma análise das enormes dificuldades de enquadramento de modelos na contemporaneidade. A formação dos partidos não obedece a uma dinâmica tão disciplinada, em que pese algumas pequenas organizações. A relação entre dirigentes e quadros parlamentares é sempre tensa. É possível afirmar que existem determinações dos dirigentes partidários estabelecidas nos congressos as quais o parlamentar não consegue deixar de cumprir, e isso muito tem a ver com o tamanho de cada parlamentar. Hoje depende da capacidade de representação desse parlamentar para que seja possível uma análise de sua obediência ou vice-versa. As lideranças com expressão nacional, em sua maioria, terminam por indicar os caminhos que o partido vai seguir.

Um outro aspecto importante é a profissionalização desses quadros de dirigentes, que Duverger (1980) e Michels (1982) alertaram como um processo natural. A burocratização e a formação permanente de líderes tornavam tais chefes expoentes no partido e importantes para qualquer ação de um parlamentar. O exemplo usado por Duverger (1980) ilustra bem esse cenário:

A história dos partidos britânicos no fim do século XIX mostra que o desenvolvimento das estruturas partidárias gera naturalmente uma rivalidade entre os dirigentes internos e os parlamentares. Quanto maior a organização, tanto mais acentuada é a rivalidade, e tanto mais se enfraquece a autoridade dos parlamentares em benefício da autoridade dos dirigentes internos. (DUVERGER, 1980, pg.226)

As democracias europeias que Duverger (1980) está observando possuem formas e sistemas distintos. As categorias encontradas pelo autor são importantes descrições: a) o bipartidarismo; b) o multipartidarismo e o c) partido único. Os tamanhos de partidos que tais modelos sugerem igualmente apoiam a análise mais densa de como o cenário externo favorece a composição de grandes partidos ou pequenos partidos, além dos partidos com vocação majoritária. Esse cenário é importante para a reflexão do impacto dos modelos e das formas de sufrágio na organização dos partidos e da democracia como um todo.

Repousa nesse aspecto a disposição do autor de entender a participação dos grandes e pequenos partidos, seja no campo das oposições, seja como um integrante do governo. Essa forma de participação redireciona a composição do partido, a organização de sua cúpula e o poder que podem exercer, além da relação e da capacidade dos parlamentares nesse contexto.

Devido ao objeto de análise dessa tese ser um partido pequeno, interessa a análise feita por Duverger (1980) quanto aos partidos pequenos de personalidades e partidos refratários. Os primeiros têm como característica o oportunismo no uso das personalidades para angariar

um sucesso eleitoral, o que os torna mais fluidos e menos disciplinados. Já os segundos têm como base a doutrina partidária, recriminam os desvios ideológicos, procurando manter como realidade prática a pureza doutrinária.

Os aspectos levantados pelo autor trazem questões que hoje podem se misturar e não mais representar categorias dentro da lógica dos pequenos partidos, sejam eles de quaisquer modelos ideológicos. A ideia de se construir pelo cume é citada por dirigentes do PSOL como um entrave para o crescimento do partido e para a consolidação de bases militantes entre as massas trabalhadoras. Mais uma vez reforço que a ideia não é definir o PSOL dentro de uma categoria já aqui discutida, mas discutir alguns aspectos importantes para a análise do partido a partir de teorias clássicas sobre os partidos políticos.

O posicionamento dos partidos, situação e oposição, encontra explicação nas teorias defendidas por Duverger (1980). Os regimes, bipartidário ou multipartidário, trazem mais insumos para essa análise. Para Duverger (1980), o multipartidarismo engendra oposições mais difíceis de serem enfrentadas justamente pela necessidade do partido de buscar alianças com outros que divergem em alguns pontos de seu programa original. Com isso, existem oposições múltiplas, que incluem oposições internas na coalizão organizada:

Em regime multipartidário, a confusão aumenta pelo fato de que cumpre distinguir uma oposição externa, exercida pelos partidos minoritários, e uma oposição interna, entre os próprios partidos da maioria. As decisões governamentais resultam de um compromisso entre os partidos associados no poder; mas cada um deles reserva para si o direito de defender o seu ponto de vista próprio perante os militantes e de criticar, portanto, o compromisso governamental, atirando em cima dos aliados a responsabilidade de suas deficiências. (DUVERGER, 1980, pg. 449)

Nas conclusões de sua pesquisa, Duverger (1980) demonstra que a organização dos partidos tem um grande problema com o regime democrático, o que confere aos críticos uma enorme oportunidade. Porém, é inegável que, para o autor, os Partidos de Massas possuem mais virtudes que outros tipos de partidos, apesar das debilidades encontradas. As organizações internas dos partidos estão para ele como verdadeiras oligarquias autocráticas. Houve para Duverger (1980) um recrudescimento da democracia na institucionalização dos partidos. Quanto maior sua organização, maior a dimensão e menos democráticos se tornam. Em sua penúltima página, o autor descreve o cenário dos partidos em meados do século XX:

A democracia não está ameaçada pelo regime dos partidos, mas pelo rumo contemporâneo das suas estruturas internas; o perigo não se acha na própria existência dos partidos, mas na índole militar, religiosa e totalitária que, às vezes, revestem. (DUVERGER, 1980, pg.459)

Na contramão de Duverger (1980) surge o trabalho de Kirchheimer (2012). Se Duverger (1980) analisa com riqueza de detalhes os partidos de massas de forte organização e ideologia, Kirchheimer (2012) indica que tais partidos pós segunda guerra mundial não

possuem um futuro promissor. Ele aponta ainda que os partidos de massas de Duverger (1980) seriam apenas uma etapa para um novo modelo que ganhava espaço com a democracia. O autor vai além quando igualmente indica que os partidos burgueses, de adesão individualista e que, em alguns casos, tentava avançar sobre as massas trabalhadoras, também estão com dias contados diante do novo arranjo político que se coloca na Europa das décadas de 1950 e 1960. Kirchheimer (2012) observa o mesmo cenário que Duverger (1980).

A lógica de Kirchheimer (2012) é justamente a de traçar um processo histórico tendo como eixo alguns partidos europeus, sobretudo da Europa ocidental, para justificar sua teoria de transformação dos partidos políticos existentes no período de organização dos trabalhadores para um modelo de partido político que vai atender a outras necessidades depois dos períodos de guerras mundiais (1914-1918 – 1939-1945). As “falhas” para o que denomina de integração política ocorrem pela incapacidade de os partidos políticos e os governos entenderem a necessidade de participação democrática.

A aceitação desse argumento depende de mais diferenciações. Por “integração política” queremos dizer a capacidade de um sistema político fazer com que os grupos e seus respectivos membros, previamente excluídos da política oficial, convertam-se em plenos participantes do processo político. Muitos dos partidos de massa, entretanto, sequer foram capazes de ou interessados em integrar seus membros na comunidade política existente (KIRCHHEIMMER, 2012, pg. 358)

Uma das teses defendidas por Kirchheimer (2012) aponta para um conjunto de situações na Europa e que tem resultado direto na formação dos partidos políticos, de certa forma retardando organizações de partidos de massas mais robustas a participarem do processo democrático com maior intensidade. O autor aponta para falhas de integração social das organizações que terminaram inviabilizando a participação dos trabalhadores nas esferas partidárias. As únicas exceções, segundo Kirchheimer (2012), são os partidos confessionais, que conseguiram permitir uma integração social e política de seus militantes.

Com importante contribuição para a Sociologia política, o entendimento do alemão Kirchheimer (2012) consiste na análise de uma organização política eleitoral pós 2ª Guerra Mundial, e a ideia do autor é a de que os partidos burgueses e os partidos de massas mais populares já não conseguem atender aos anseios dessa sociedade que está sendo forjada no período posterior as grandes guerras.

Nesse momento, as ideologias estão sendo deixadas de lado e, assim, o que está em jogo nos partidos é enquadrar o máximo possível de proposições num mesmo campo político. Os partidos *catch-all* significam justamente a concepção de um organismo político que consegue adesão de várias correntes, flexibilizando as posições políticas. Em alemão a palavra *catch-all* seria *allerweltparteien*, algo como “partido de todo mundo”.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o partido burguês, do velho estilo da representação individual, tornou-se exceção. Enquanto alguns exemplares da espécie ainda sobrevivem, a natureza dos sistemas partidários, não obstante, já não é mais determinada por eles. Do mesmo modo, o partido da integração das massas, produto de uma era na qual havia uma rígida linha divisória entre as classes e estruturas de clivagens mais marcadamente protuberantes, está se transformando num partido popular *catch-all*. Abandonando seus esforços antes voltados para o enquadramento intelectual e moral das massas, esse partido está se concentrando mais completamente no cenário eleitoral, na tentativa de trocar a efetividade do debate mais aprofundado por uma audiência mais ampla e pelo sucesso eleitoral mais imediato (KIRCHHEIMMER, 2012, pg. 362)

Parece que o autor entende que existe um esvaziamento das linhas ideológicas e em contrapartida uma realidade prática que se anuncia para os partidos políticos disputarem os processos eleitorais democráticos.

O que Kirchheimer (2012) está considerando é a capacidade de grupos políticos em atender a diversos interesses ao invés de delimitar seus campos de ação a um modelo ideológico ou social. Ele entende que os partidos caminham dessa posição ideológica para a que denomina de *catch-all*, que engloba diversos interesses.

A lógica dos partidos foi a de ampliar a atuação e abarcar mais adeptos, eleitores e simpatizantes (usando as nomenclaturas de Duverger), garantindo aqueles que já atuam nas esferas do partido. Nesse formato o objetivo gira em torno dos eleitores, apesar dos limites estabelecidos pelos critérios de formação dos partidos e da história que possuem no decurso temporal.

Em alguns casos, a performance dos partidos *catch-all* encontra limites impostos pela estrutura tradicional da sociedade. Na Itália, o difuso *background* religioso da Democrazia Cristiana implica, logo de início, que o partido não poderá ser bem-sucedido se fizer apelos aos elementos anticlericais da população. Por outro lado, nada impede que o partido verbalize seus apelos de modo tal que consiga maximizar suas chances de capturar mais daqueles numerosos elementos que não se perturbam com suas ligações clericais. Já há algum tempo, o elemento solidário do núcleo-duro de sua doutrina vem sendo empregado de maneira bem-sucedida no que se refere à atração de uma clientela socialmente diversificada (KIRCHHEIMMER, 2012, pg. 363-364)

Um dos limites desse processo que fica bem nítido é que para o partido se tornar um *catch-all* deve haver ligação direta com as bases ideológicas. Kirchheimer (2012) dá ênfase a essa questão e define que possivelmente somente partidos grandes, de maior expressão no país em que atuam, consigam se tornar partidos “de todo mundo”, como na tradução alemã.

Uma análise sobre o autor alemão nos dá pistas de um ponto mais à frente daquilo que observava sobre os partidos políticos pós grandes guerras. Aproveitando as obras de Michels (1982) e Duverger (1980), é possível que o cenário pessimista das organizações e a convicção de que os partidos possuíam oligarquias em suas cúpulas redundassem na defesa de que muitos partidos ampliariam suas bases e atuariam buscando cada vez mais sucesso eleitoral, e,

para tanto, ser um partido *catch-all* era um passo central. As vitórias eleitorais permitiriam às lideranças a manutenção de seus espaços de poder, o que retroalimentaria as oligarquias descritas nas obras de Michels (1982) e Duverger (1980).

O potencial de integração do partido de massa *catch-all* baseia-se na combinação de fatores cuja finalidade resultante visível é a atração do máximo número de eleitores no dia da votação. Para obter tal resultado, o partido *catch-all* deve ter conseguido entrar em milhões de mentes como se fora um objeto familiar, preenchendo na política um papel análogo àquelas grandes marcas no mercado de artigos de consumo de massa universalmente necessários e altamente estandardizados. Não importa quais sejam as particularidades inerentes ao líder partidário, que, inclusive, garantiram sua ascensão no interior da organização, assim que for selecionado para a liderança, ele deve adaptar rapidamente seu comportamento segundo os requisitos da padronização (KIRCHHEIMMER, 2012, pg. 372)

A discussão que se segue na análise sobre o tipo *catch-all* refere-se aos aspectos negativos que o processo de ampliação do eleitorado pode gerar. Para se tornar um partido *catch-all* as organizações precisam sair de seus lugares estabelecidos no campo político e procurar expandir seus discursos. Esse movimento precisa ser planejado a fim de que não haja um rompimento de bases estabelecidas.

Portanto, não se torna um passo seguro para o partido sair de uma base militante leal para um cenário completamente imprevisível do ponto de vista da garantia de uma percentual base para o processo eleitoral. A aparente facilidade de se tornar um *catch-all* dá espaço para um leque de variáveis que podem destituir o partido de seu próprio eleitorado. Os interesses que estão em jogo precisam ser permanentemente monitorados para não haver uma sobreposição de tais interesses e assim colocar em disputa um público que outrora seria seguro.

O mais importante é que o grupo de interesse não quererá reprimir sentimentos de esperança depositados em outro partido *catch-all* ao qual, com alguns movimentos em sua direção, poderá trazer recompensas eleitorais. Tanto o partido como o grupo de interesse modulam seus comportamentos, agindo como se a possível contingência já tivesse chegado, nomeadamente que o partido já tivesse capturado o governo – ou uma importante parcela dele – e se deslocado da posição de amigo ou conselheiro para a de juiz ou de árbitro. De repente, investido da confiança da comunidade como um todo, o partido-governamental arbitrador faz seu melhor quando consegue redefinir todo o problema e descobrir soluções que, pelo menos no longo prazo, funcionarão em favor de todos os interesses e reivindicações. (KIRCHHEIMMER, 2012, pg. 374)

As estratégias para cooptação de novos eleitores têm como pano de fundo a construção de programas generalizantes, em que os partidos de tipo *catch-all* tangenciam temas, ora apontando falhas do adversário, quando se encontram na oposição, ora propondo questões que podem ter execuções diversificadas. Muitos partidos no século XXI ainda utilizam essas estratégias, o que demonstra a capacidade de Kirchheimer (2012) na compreensão das democracias modernas.

A comparação com os partidos de integração aponta para uma questão central na formulação teórica dos partidos *catch-all*: a busca permanente dos consensos. Os partidos *catch-all* poderiam ser denominados também por partidos de consensos.

Surge na construção dos partidos *catch-all* a importante presença de um líder. Assim como as obras anteriores reforçam a função dos chefes ou líderes, Kirchheimer (2012) também demonstra que o modelo *catch-all* para obter sucesso precisa de uma liderança que consiga alinhar e apresentar as questões mais abrangentes do partido e ficar atento para não prejudicar os nichos de eleitores que já possui.

A julgar as articulações que Kirchheimer (2012) faz para construir o conceito de *catch-all*, fica nítido que os partidos de massas e partidos burgueses, ainda que insistam em seus modelos, parecem fadados ao desaparecimento. Kirchheimer (2012) sugere que, com a ampliação do sufrágio universal, os modelos que se baseavam em propostas ideológicas ou corporativas tendem a perder eleitores. A saída é moderar as propostas ideológicas e ampliar as propostas mais generalizantes e que abarquem o maior número de possibilidades para o sucesso eleitoral.

A perspectiva de Sartori (1982) é a de observar os sistemas partidários, com destaque para a Europa, numa rica composição do processo histórico de governos e a evolução dos sistemas partidários. O autor faz questão de enunciar que os partidos da América Latina ficariam para um outro momento. A localização espacial delimitada aqui não tem o interesse em tornar o trabalho menor, pois até aqui os outros autores selecionados também trataram de partidos e sistemas europeus. Vale o destacar que a obra é datada do final da década de 1970, mais precisamente 1979, o que nos faz entender o momento do qual está propondo suas teses.

As definições de Mainwaring (2001) sobre sistemas partidários contribuem para melhor entender as questões levantadas por Sartori (1982). Um sistema partidário possui normas e regularidades características.

Um sistema é um conjunto de partes inter-relacionadas que interagem de modo padronizado, formando um todo complexo. Um sistema partidário, portanto, é o conjunto de partidos que interagem de maneira padronizada. Essa noção sugere que geralmente são respeitadas algumas normas e regularidades na competição interpartidária, ainda que contestadas e sujeitas a mudanças. A ideia de sistema também implica a continuidade dos elementos que o compõem. Quando existe uma profunda descontinuidade nesses elementos é sinal de que um sistema novo descolou o preexistente. (MAINWARING, 2001, pg.54)

As primeiras definições de Sartori (1982) apontam para uma evolução das facções ao modelo de partidos que conhecemos hoje. Para ele as facções não conseguiam ter amplitude suficiente para representar a diversidade de grupos na sociedade, cabendo aos partidos essa função. Mesmo com a noção da palavra partido como “parte de”, dando uma ideia de divisão,

no campo semântico ainda é possível entender partido como participação, conceito da preferência de Sartori (1982).

De participação à ideia de pluralismo. Sartori (1982) usa Burke para entender o processo de substituição de uma característica individualista, que segundo ele advém do Iluminismo, por uma noção mais ampla de representação de vários diferentes. Na sua divisão de pluralismo cultural, societal e político, o último nos ajuda mais na abordagem dessa tese.

Com relação ao terceiro nível, pode-se dizer que o pluralismo político indica uma “diversificação do poder” e, mais precisamente, a existência de uma “pluralidade de grupos que são ao mesmo tempo independentes e não inclusivos”. Já fiz menção há como esse pluralismo se estende às partes que são partidos. Mas há vários pontos ad hoc que merecem, agora, um desenvolvimento. (Sartori, 1982, pg. 36)

As ressalvas de Sartori (1982) quanto ao pluralismo indicam que o termo não serve apenas para afirmar “associações múltiplas”, mas sim o entendimento de que o pluralismo prevê participação voluntária ao mesmo tempo que recusa ser excludente em qualquer nível.

Ao analisar as estruturas internas de um partido, Sartori (1982) desenvolve uma análise sensível sobre o conceito de partido e sobre o que denomina de “subunidades partidárias”. Nos interessa essa conceituação, sobretudo por ser uma característica de partidos de esquerda e assim uma característica do partido objeto desse estudo. O autor entende partidos como “um agregado de pessoas que forma constelações de grupos rivais” e subunidades como “uma confederação mal estruturada de subpartidos” (1982, pg. 94). Dentro desse cenário existem novas diversidades de acordo com o ambiente político e histórico de formação dos partidos.

Partindo para a organização dos sistemas partidários, as divisões serão colocadas a partir da separação entre sistemas competitivos e sistemas não competitivos. Nos sistemas competitivos as modelagens podem ser: a) Pluralismo moderado; b) Pluralismo polarizado e sociedade segmentadas; c) Sistemas Bipartidários; d) Sistema de partido predominante. Os não competitivos dividem-se em: a) Partido único; b) Partido hegemônico.

Tais modelagens de sistemas funcionam de diferentes formas. O Pluralismo moderado indica uma fragmentação pequena de partidos, tornando o sistema até certo ponto mais equilibrado. No Pluralismo polarizado a taxa de fragmentação é alta, com a participação de diversos partidos e diferentes ideologias, o que o autor vai definir como um multipartidarismo de alta polarização ideológica. Nos sistemas de Partido Predominante, as disputas são de baixa intensidade e com pouca fragmentação partidária.

A leitura dos sistemas não competitivos é mais simples. No sistema de Partido único e no de Partido Hegemônico as disputas eleitorais deixam de existir. A diferença entre eles é que no primeiro o monopólio é apenas de um partido, não existindo a possibilidade de outras

organizações, ao passo que no segundo ainda existe a possibilidade da existência de partidos subalternos, com capacidade absolutamente reduzida e controlada.

Diante dessas divisões, nos sistemas competitivos estarão envolvidos partidos relevantes, cujo conceito tem relação com sua posição de destaque no parlamento e assim com sua posição de protagonista, e partidos irrelevantes, cuja definição indica que permanecem sem uma participação robusta durante muito tempo nos parlamentos. Uma questão de fundo nesse pequeno esquema de Sartori (1982) é a lógica dos partidos de chantagem, que, segundo ele, podem influenciar o andamento das políticas de partidos relevantes e, assim, interferem na arena política, conseguindo recompensas por isso.

Ainda sob a égide das definições de Sartori (1982), é imprescindível citar a ideia de coalizão, pois para ele existem partidos com baixa capacidade de buscar alianças e outros com alta capacidade de articulação e manutenção de coalizões. Esses perfis são diretamente relacionados à capacidade de se tornarem mais amplos em suas ideologias, garantindo assim um movimento coerente de suas ações.

Depois de Sartori (1982) esmiuçar os sistemas partidários, Ângelo Panebianco (2005) retoma a pesquisa sobre a organização dos partidos, formulando teorias mais contemporâneas a partir de partidos europeus numa perspectiva histórico-comparativa. Panebianco (2005) entende que seria necessário, depois dos trabalhos de Michels (1982) e Duverger (1980), dedicar uma pesquisa substancial sobre a organização partidária. A densa obra de Panebianco (2005) entende que o poder continua sendo um fator exponencial em todas as organizações. Além disso, ele acredita que os conflitos iniciais de um partido político irão acompanhá-lo como uma marca. É a ideia de que a natureza de nascimento do partido seguirá sempre orientando sua composição e organização.

A tentativa inicial de Panebianco (2005) é a de não cometer erros de pesquisadores anteriores a ele pelo que define como preconceito sociológico e preconceito teleológico. O primeiro é explicado pela dificuldade em enxergar que os sistemas partidários são absolutamente complexos e que definições sobre partidos podem criar conceitos equivocados. Já o preconceito teleológico é a atribuição de objetivos dos partidos *a priori*. Segundo Panebianco (2005), “esse raciocínio leva à elaboração de definições dos partidos que, assim como as definições em termos de representação (partidos burgueses, partidos operários etc.), predeterminam o andamento e o resultado da análise” (2005, pg. 7). Para o autor, o ambiente atua sobre os partidos, o que desenvolve nestes uma política específica sobre aquele.

Mesmo relativizando as teorias da Lei de Ferro de Michels (1982), é impossível não o trazer a memória quando as definições de qualquer organização perpassam obrigatoriamente

pelas esferas de poder. As formas de reprodução, de alternância e de manutenção de poder são analisadas por Panebianco (2005).

De fato, é inegável que nos partidos políticos há uma ampla capacidade de controle de manipulação por parte dos líderes, assim como é igualmente inegável que os líderes, na maioria dos casos, farão esforços contínuos para se manter em sintonia com os próprios seguidores. O que se precisa, na verdade, é de uma definição alternativa de poder organizativo, capaz de compreender novamente e explicar fenômenos aparentemente tão contraditórios. (PANEBIANCO, 2005, pg.42-43)

Toda essa relação de poder que circula dentro dos partidos possui igualmente formas de controle, as quais podem ser realizadas não só pelos líderes como também por organizações que possuem estruturas de base mais densas, que definem limites claros da instituição, entretanto a troca permanece desigual, assimétrica nas palavras de Panebianco (2005). O poder tem conexão direta com as relações estabelecidas na organização. Mesmo ganhando mais, alguma devolução aos liderados precisa acontecer. Daí surge o espaço de atuação que pode ampliar ou controlar os poderes: as zonas de incerteza da organização. Essas zonas são espaços em que as formas de troca ainda não estão estabelecidas e que, portanto, possuem o ambiente do imponderável.

Desse espaço surge a necessidade de definição do que será a moeda de troca nessa relação. Panebianco (2005) elabora a teoria dos incentivos, dividindo-os em coletivos e seletivos (que por sua vez se subdividem em material e de status). Os incentivos coletivos indicam uma identidade com a organização, uma forma de pertencimento a um modelo. Esses incentivos estão muito ligados a categoria dos eleitores, ou seja, aqueles que não são filiados ao partido, mas que o têm como alguma referência no campo político. Já os incentivos seletivos são formas mais diretas de troca. Normalmente esse espaço é do militante, que pode ter um incentivo material na organização, como um cargo, por exemplo, ou um incentivo de status, pela participação mais direta e próxima dos líderes. Esses filiados ao partido tendem a ter mais oportunidades de benesses emanadas pelas lideranças partidárias.

Fazendo uma maior imersão nesse grupo de militantes do partido, Panebianco (2005) subdivide a categoria em “crentes” e “carreiristas”. Os crentes seriam aqueles que recebem os incentivos coletivos de identidade e estão mais conectados com os objetivos oficiais do partido, preservando a doutrina original da instituição e normalmente não disputando espaços dentro das organizações. Os carreiristas já precisam de incentivos seletivos, além de serem eles que disputarão espaços no processo natural de formação de novas lideranças.

A partir dessas definições é possível pensar nas disputas internas e na relação de lealdades dentro da organização. Os incentivos vão mediar de forma permanente o equilíbrio das disputas. Pensando em Michels (1982), os líderes estarão atentos a qualquer movimento

de possíveis rachas para imediatamente lançarem mão de novos incentivos. Esse espaço é justamente o que Panebianco (2005) já definia como as zonas de incertezas, áreas da imprevisibilidade. Ele mesmo faz questão de ressaltar a fragilidade desse conceito, pois zonas de incertezas são por demais abrangentes. Para tentar diminuir o volume especulativo do termo, Panebianco (2005) concentra tais zonas em seis áreas vitais: a) a competência; b) as relações com o ambiente; c) a comunicação; d) as regras formais; e) os financiamentos.

Avançando a discussão sobre as elites partidárias, Panebianco (2005) reforça as teses de Michels (1982) e Duverger (1980) quanto a oligarquização dos partidos, no entanto caminha para a ideia de coalizão dominante. O autor explica que o termo lhe parece mais adequado, pois entende que mesmo as lideranças quase que absolutas no comando de tal organização precisam fazer alianças com níveis inferiores ao seu ponto para garantir o controle das zonas de incertezas. Seria então essa coalizão dominante a controladora das seis áreas vitais descritas. Panebianco (2005) aponta ainda a coalizão dominante precisa ser verificada a partir de três aspectos: o grau de coesão interna (como estão as relações internas do partido), o grau de estabilidade (se o partido garante uma estabilidade nas relações a partir dos incentivos seletivos e coletivos) e o mapa do poder organizativo (como estão divididas as formas de poder de um partido, garantindo, nesse caso, o equilíbrio de facções e tendências internas nos postos de comando)

Com as definições sobre a ideia de coalizão e seus aspectos, Panebianco (2005) critica o olhar de Michels (1982) sobre a tendência única dos partidos de seguirem a mesma linha para a consolidação do poder de controle da instituição. A ideia de coalizão indica que as formas de controle seguem possíveis alianças e que diluem o poder absoluto das lideranças pelas necessárias trocas que devem ser feitas para o equilíbrio do partido.

A reflexão de Panebianco (2005) me parece sensata e na verdade avança sobre a lógica dos modelos oligárquicos de Michels (1982). Um ponto chave nesse entendimento é a relação com o ambiente externo, que pode alterar as formas de controle, o que resulta na busca por novas coalizões. A definição de partido utilizada por Panebianco (2005) apoia essa compreensão:

Mas um partido, qualquer que seja – assim como qualquer organização – não é um objeto de laboratório isolável do seu contexto, nem um mecanismo que, uma vez construído e posto em movimento, continua a funcionar sempre do mesmo modo (ainda que desconsiderem os possíveis estragos mecânicos e o desgaste do tempo). Um partido, como qualquer organização, é uma estrutura em movimento que sofre evoluções, que se modifica no tempo e que reage às mudanças externas, à modificação dos ambientes nos quais está inserido e atua. (PANEBIANCO, 2005, pg.91)

A institucionalização dos partidos foi alvo de Panebianco (2005) como também o fora por Duverger (1980). Os processos de formação são importantes e irão acompanhar os partidos em suas jornadas. Diferente de Duverger (1980), Panebianco (2005) vai diferenciar as formas, deixando de lado a ideia de formação externa e interna, para construir a teoria da formação por penetração territorial ou por difusão territorial, ou ainda por ambas. A formação por penetração territorial é aquela em que o partido possui um centro consolidado e forte e estimula a criação de outras associações locais. Já a difusão territorial é aquela em que existe uma “germinação espontânea”, ou seja, o partido é construído a partir de elites locais e depois ganha uma organização comum.

A relação do crescimento dos partidos e de sua original formação também tem a ver com a participação de outros organismos no processo. Existem legitimações externas – nas quais organizações anteriores patrocinam a criação dos partidos – e organizações de legitimações internas – justamente as que não possuem outras organizações para seu patrocínio. Panebianco (2005) alerta para casos de recorrência entre partidos comunistas e socialistas e alguns partidos conservadores, em que os dois primeiros possuem patrocínios de sindicatos e os últimos patrocínios de igrejas. Não ficou de fora dessa análise um terceiro tipo de formação que se refere a partidos carismáticos. Nesses, a liderança carismática é absolutamente imprescindível. Panebianco (2005) chama a atenção que partidos carismáticos, nos quais uma liderança domina a organização, são mais raros e normalmente vivem pequenos períodos (partidos relâmpagos) e depois estão fora do jogo democrático.

Nesse processo de institucionalização, a relação com o ambiente externo é de extrema importância para a compreensão das variáveis que compõem um partido político. Panebianco (2005) subsidia a formação de novos conceitos dividindo-os em duas categorias: a autonomia em relação ao ambiente – as organizações exercem o controle sobre os espaços de troca – e a sistemicidade – as organizações possuem uma alta interdependência e assim possuem dificuldades em controlar as ações com o ambiente externo. Para o autor, quanto maior a autonomia em relação ao ambiente, mais forte se dará a institucionalização desse partido. E, sendo assim, de modo inverso, quanto maior a sistemicidade, mais fraca a institucionalização desse partido, criando uma dependência que por vezes pode paralisar as ações dessa organização.

A tendência de uma institucionalização forte gera um processo de organização em todo o partido, de forma muito homogênea. Esse parece ser um caminho favorável para as instituições, pois com esse processo forte, todas as formas de controle tendem a se tornar eficazes como, por exemplo, as formas de arrecadação. Um descompasso na arrecadação é

gerador de níveis distintos de partidos em cada localidade, o que não é dado bom para a instituição. Ainda sob este ângulo, a uma fraca institucionalização está ligada uma baixa participação em todos os níveis, poucas carreiras longas no partido e *outsiders* entrando pela cúpula no partido. Os partidos de quadros de Duverger (1980) se assemelham com a institucionalização fraca dos partidos de Panebianco (2005).

Partindo das tipologias estabelecidas sobre a formação das instituições, Panebianco (2005) se debruça sobre os partidos de oposição e sobre partidos governistas e partidos carismáticos. Em que pese a perda de alguma informação relevante, atendo-me aqui às questões levantadas sobre os partidos de oposição com maior ênfase. A primeira questão de ordem é posicionar-se sobre o que está procurando nos partidos de oposição. Para ele, esses partidos necessitam, mais que os outros tipos, de uma organização “forte e sólida”, pois não possuem as benesses do Estado. “Seguindo esse raciocínio, devemos esperar, portanto, que os partidos que nascem e se consolidam na oposição tendem mais facilmente a se tornar instituições fortes” (Panebianco, 2005, pg.127).

Ao fazer um apanhado histórico-comparativo dos partidos de oposição na Europa (Partido Socialdemocrata Alemão, Partido Comunista Francês e Partido Comunista Italiano), Panebianco aborda os aspectos de formação e de organização para mostrar que mesmo entre partidos com uma característica central comum, no caso a oposição, possuem diferenças e semelhanças claras em diversos aspectos, o que reforça a complexidade de definições estanques sobre as organizações partidárias. Nesses casos, a institucionalização de ambos é tida como forte, porém em graus distintos. Quando o autor relaciona o Partido Trabalhista Britânico, a Seção Francesa da Internacional Operária e o Partido Socialista Italiano, refere-se a organizações que possuem extrema dependência externa, o que resulta numa fraca institucionalização.

Vale destacar que essas tipologias de Panebianco (2005) são tipos ideais que permitem que novos estudos sobre a organização de partidos contemporâneos encontrem bases conceituais interessantes para o desenvolvimento das pesquisas. Uma delas é o conceito de identidade coletiva, que são valores-chave criados pelas lideranças do partido que irão subsidiar toda a formação de base da instituição. Por esse motivo os partidos lançam manifestos, programas, revistas e livros que contribuem na formação de uma identidade para todos aqueles que de alguma forma se sentem parte de um modelo partidário.

O trabalho de Panebianco (2005) traduz as organizações do final do século XX e as inúmeras influências econômicas, políticas e sociais. Mesmo com as dificuldades de tratar os aspectos da dimensão de um partido, o qual resolveu tratar com a única forma viável, o

número de filiados, Panebianco (2005) aposta numa mudança das estruturas partidárias e do seu redirecionamento nos processos eleitorais. As divisões mais voltadas para recortes classistas, que outrora direcionava a formação e os objetivos de um partido, hoje é diluída com a estratificação social e as novas formas de trabalho existentes no final do século XX. Para o autor, os partidos hoje pensam em estratégias eleitorais unidas, ao invés de ações pautadas por recortes de categorias ou classes. Isso não representa um abandono de um determinado grupo absolutamente identificado com o partido, mas uma mudança na “redefinição da identidade organizativa” (2005, pg.511),

Existem pontes sólidas de Panebianco (2005) com as definições do partido *catch-all* de Kirchheimer (2012). Os aspectos de transformação estabelecidos por Kirchheimer (2012) são centrais para a formulação de Panebianco (2005). Vale descrevê-las aqui:

- 1) uma acentuada desideologização (redução da bagagem ideológica);
  - 2) Uma maior abertura do partido à influências de grupos de interesse, acompanhada de uma transformação das antigas oligarquias colaterais, sindicais e religiosas etc.
  - 3) A perda de peso político dos filiados e um declínio acentuado do papel da militância de base;
  - 4) O fortalecimento do poder organizativo dos líderes que passam a se apoiar, para o financiamento da organização e para manter ligações com o eleitorado, muito mais nos grupos de interesse externos do que nos filiados;
  - 5) Relações partido-eleitorado mais fracas e descontínuas;
- (PANEBIANCO, 2005, pg.512)

Diante desse quadro Panebianco (2005) entende que o que está implícito na obra de Kirchheimer (2012), e assim se torna o mote de sua observação mais ampla, é a profissionalização dos partidos. Recupero aqui a tabela de Panebianco (2005) na qual diferencia as formas de partidos, incluindo o desenho que se entende ser resultado desse processo histórico:

Tabela 1 – Formas de Partido

Partido Burocrático de Massa	Partido profissional-eleitoral
centralização da burocracia (competência político-administrativa);	centralização dos profissionais (competências especializadas);
partido de <i>membership</i> , ligações organizativas verticais fortes; apelo ao eleitorado fiel;	partido eleitoral, ligações organizativas verticais fracas; apelo ao eleitorado de opinião;
predominância dos dirigentes internos, direções colegiais;	predominância dos representantes públicos, direções personalizadas;
financiamento por meio da filiação e atividades colaterais;	financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos;
ênfase na ideologia; centralização dos crentes no interior da organização;	ênfase nas <i>issues</i> e na liderança; centralização dos carreiristas e dos representantes dos grupos de interesse no interior da organização;

Fonte: Panebianco (2005, pg. 514)

Perpassando a lógica dos partidos burocráticos de massas para os partidos profissionais-eleitorais, as condições para o partido profissional-eleitoral são de ordem social, econômica e política. A estabilidade e o desenvolvimento dos Estados modernos criaram as bases para as mudanças que integravam os remanescentes das grandes guerras, como descreve Duverger (1980). As influências para a formação de uma organização partidária vão deixando de ser recortes de classe para ganhar outras dimensões. Panebianco (2005) entende como um processo natural de especialização e de profissionalização das organizações, que resulta em perda de espaço para modelos de integração burocráticos que acreditavam na manutenção e no controle dos partidos. O partido eleitoral-profissional de Panebianco, em que pese os problemas da nova categoria, é fruto da modernização da sociedade e do descrédito nos modelos oligárquicos enunciados por Michels (1982).

A afirmação do partido profissional-eleitoral cria, efetivamente, mais problemas do que pode resolver. Este é certamente, o produto da modernização, do aumento dos níveis de instrução e da melhoria das condições de vida de grupos inteiros, de classes e segmentos de classe que anteriormente eram social e politicamente prejudicados. (PANEBIANCO, 2005, pg. 534)

A mudança nas condições gerais da sociedade europeia e a estabilidade pós-guerras conseguiram transformar as instituições políticas. Os partidos de cunho notoriamente ideológicos perdem espaços para novos formatos. A perspectiva agora é utilizar os processos eleitorais para alcançar o maior número de eleitos e assim mais poder.

É interessante perceber que Panebianco (2005) se aproxima das ideias de Kirchheimer (2012), pois a tendência aqui é o movimento de diminuição de ideologias e ampliação de propostas mais generalizantes. O partido *catch-all* demanda profissionais do partido profissional-eleitoral de Panebianco (2005). As duas visões caminham para conceitos muito próximos.

Na caminhada sobre as organizações políticas surge o trabalho de Katz e Mair (1995). Os autores partem do entendimento de que alguns fatores promoveram uma alteração profunda na relação da sociedade com os partidos políticos. Seguindo em certa medida a linha de Kirchheimer (2012) e Panebianco (2005), Katz e Mair (1995) apostam na perda de credibilidade dos partidos tradicionais e definem três questões centrais para esse processo: a) o fim da divisão ideológica direita-esquerda a partir do colapso da URSS; b) os grandes blocos comerciais, como a União Europeia, por exemplo, o que indica um processo de transferência de procedimentos políticos para técnicos que negociaram o desenvolvimento de todo um conjunto de países; c) a criação de blocos econômicos e políticos gera a perda de poder de representação aos governos nacionais.

Nesse sentido Katz e Mair (1995) definem da seguinte forma esse processo:

Todas as três mudanças ajudaram a promover a despolitização e, portanto, também - o mais importante para o argumento do cartel - tornaram muito mais fácil para as partes cooperarem e entrar em conflito. A colusão, que é obviamente um elemento importante no argumento do cartel, torna-se mais fácil quando as participações da competição são reduzidas (Katz e Mair, 1995, pg. 754)

Mair (2003) acrescenta que a lógica de sustentação oligárquica dos partidos reforçou as dinâmicas externas do processo de esvaziamento de algumas organizações partidárias. Apesar dessa constatação, Mair (2003) reforça que os partidos políticos ainda permanecem atuantes e, dependendo dos espaços, representam grupos substanciais.

O que define a análise dos autores é o processo de mudança de olhar sobre a analogia entre os partidos, deixando de lado a relação com a sociedade civil e voltando-se para a relação com o Estado. E isso muito se deve à dependência cada vez maior dos fundos partidários, dos recursos que o Estado oferece nas democracias modernas. Esse cenário tem a ver com a queda acentuada de filiação e participação apontadas por Mair (2003):

Os dados mais recentes mostram o seguinte: entre 13 democracias há muito estabelecidas na Europa Ocidental, a filiação partidária enquanto percentagem do eleitorado nacional desceu de uma média de 9,8% em 1980 para apenas 5,7% nos anos 1990. Por outras palavras, a filiação partidária enquanto percentagem do eleitorado, registra atualmente pouco mais da metade dos níveis de há apenas duas décadas. (MAIR, 2003, pg. 279)

Para consolidar ainda mais esses dados, Mair (2003) ainda coloca que os níveis de participação interna nos partidos apresentam queda substancial em todas as democracias. Poucas pessoas acompanham comícios ou estabelecem uma rotina dentro dos partidos. Segundo Mair (2003), os partidos nas democracias modernas já não conseguem mobilizar os cidadãos e, com isso, a saída para os partidos é a de se aproximar dos centros de poder efetivo, que legalmente definem a realidade dos partidos: o Estado.

Ao mesmo tempo, contudo, verifica-se o desenvolvimento de uma importante tendência paralela: os partidos não só se tornaram mais distantes da sociedade em geral, como também se aproximaram mais do mundo do governo e do Estado, ao ponto de se tornarem inextricáveis destes. (MAIR, 2003, pg.280-281)

Nesse sentido, Mair (2003) explica que uma soma de fatores interligados estaria associada com essa aproximação dos partidos com o governo e o Estado. O primeiro quesito seria a fonte de recursos, devido à queda de arrecadação com a perda de filiados. Em segundo está a legislação cada vez mais complexa, restringindo a atuação dos partidos. As regulações nas mais diversas áreas fazem os partidos muito conectados com o Estado. E por fim, e não menos importante, a oferta de poder político e financeiro através dos cargos públicos.

A atuação dos partidos, segundo Mair (2003), tem sido modificada pela própria mudança da sociedade em diversos aspectos. Parece-lhe que poucas ações na atualidade

recaem exclusivamente sobre os partidos. O que anteriormente era um atributo específico, na atualidade se deslocou para outras instituições. Um exemplo desse processo é a capacidade de mobilização dos partidos. Hoje existe uma enormidade de instituições que partilham desse processo de mobilização, incluindo setores das esferas pública e privada.

Uma questão que se soma aos processos de mutação dos partidos políticos consiste na perda de identidade. As transformações ocorridas sobretudo a partir do final das décadas de 1980 e 1990 encerraram um período marcado pelas ideologias e pelos partidos de massas, e junto com essas mudanças terminam as identidades partidárias. Esse processo diminui consideravelmente a participação nos partidos. Na concepção de Mair (2003), “os partidos se arriscam a confundir-se cada vez mais uns com os outros” (pg. 287). O que está posto pelo autor não é o fim da ideologia, mas sim o fim dos conflitos ideológicos mais marcados.

A fórmula descrita por Mair (2003) indica que os partidos contemporâneos dificilmente terão estruturas externas que garantam seu funcionamento ou que dificilmente essas instituições serão capazes de atuar nesse sentido. Para o autor as dificuldades dos partidos são desafiadoras em certa medida.

Esse movimento de perda de identidade e afastamento do cidadão comum da militância dos partidos políticos traz mais problemas para os partidos que em outros tempos possuíam um arcabouço ideológico mais forte. Mair (2003) cita diretamente os partidos de esquerda.

Quando os partidos organizavam seus próprios canais de representação e funcionavam como partidos de massas, o seu alcance era potencialmente mais alargado. Todavia, quando a representação é canalizada através de interesses organizados, por muitos lados que sejam, é quase inevitável que, embora alguns interesses se organizem dentro da política, outros se organizem fora dela. (MAIR, 2003, pg. 291)

Assim como Kirchheimer (2012) apontava para uma mudança com um viés de obrigatoriedade, Mair (2003), em voo solo ou em companhia – Katz e Mair (1995) –, caminha na mesma trajetória, ou seja, de que o declínio dos modelos de partidos do século XX não atendem mais ao cidadão dessas novas democracias. Outros que se juntam nessa perspectiva são Dalton e Wattenberg (2000), que consideram os partidos fadados a alterar seus processos de organização e ação para sobreviverem aos novos tempos.

Esse movimento de perda de identidade, descrédito dos cidadãos e afastamento dos partidos políticos resultaram para Katz e Mair (1995) no que vão denominar de partidos-cartel, que teriam como marca o posicionamento do político como profissional e servidor do Estado e não mais um representante da população. A cartelização dos partidos impõe um profissionalismo da militância, e daí é possível ligar a ideia de partidos-cartel com a realidade

dos partidos no Brasil. O poder, na visão dos autores, deslocou-se para o Estado, sobretudo na oferta de cargos públicos e controle de novos recursos estatais.

A definição conceitual de Katz e Mair (1995) é importante para o cenário político contemporâneo. Os partidos-cartel atuam mais em benefício dos seus pares do que como representantes da sociedade. O problema dessa transformação é que, apesar da sobrevivência dos partidos e da contínua formação de suas elites, mais aparente se tornam as discrepâncias da democracia representativa.

Cada vez mais, os partidos foram vistos e se viram, como intermediários entre grupos sociais e entre grupos sociais e o Estado, e não como armas políticas de grupos específicos. Os conflitos ideológicos foram transformados em diferenças amorfas na orientação geral esquerda-direita. Um componente importante da competição eleitoral envolveu a prestação de serviços públicos, com as partes em vigor oferecendo para o apoio dos eleitores, prometendo mais serviços (especialmente à esquerda) e impostos mais baixos (especialmente à direita), e para apoiar os contribuintes potenciais, oferecendo legislação especialmente adaptada que muitas vezes resultou em o enfraquecimento da regulamentação de outra forma desejável ou a cobrança de menos receita (KATZ e MAIR, 1995, pg. 757)

Os partidos na atualidade utilizam permanentemente “a distribuição de recursos estatais para a distribuição de incentivos seletivos a seus membros ou grupos sociais que os apoiam”, como descrito por Panebianco (2005). Os autores apontam para uma mudança no entendimento político da sociedade. Na realidade, é a relação da política e dos partidos com a sociedade e com o Estado que vai produzindo novas formas de organização partidária e estabelecendo novas relações.

O movimento de cartelização dos partidos causa distorções no campo democrático das disputas partidárias. As definições de esquerda e direita se tornam mais nebulosas, mais difíceis de serem digeridas pelos eleitores como possibilidades distintas de políticas a serem implementadas em caso de vitória eleitoral desse ou daquele grupo.

Katz e Mair (1995) anunciam que o fenômeno da cartelização dos partidos apresenta uma saída importante para os partidos da atualidade, mas consideram que os prejuízos desse abandono de ideologias, desse pragmatismo eleitoral nítido e da colheita das benesses do Estado indicam a abertura de um movimento antipartidário, que deixa vulnerável todo o sistema democrático:

Por um lado, a cartelização contribuiu claramente para o surgimento de partidos populistas antipartidários que apelam diretamente para a percepção pública de que as partes principais são indiferentes aos desejos dos cidadãos ordinários. Essas partes também se sentiram substancialmente em proeminência e apoio na última década, e servem para sublinham os perigos para as partes do cartel de assistências excessivas ou excessivamente desviadas. Na outra parte, as partes do cartel também devem estar atentas à reação potencial de serem percebidas como tendo normas excessivamente violadas de justiça democrática (KATZ e MAIR, 1995, pg.759)

Uma definição interessante desse momento atual dos partidos políticos e que corrobora a visão de Katz e Mair (1995) com a ideia da cartelização dos partidos e da perda de legitimidade das organizações é a de Lawson (2007). O autor parte para o conceito da “desdemocratização”, a qual entende ser um processo comum em partidos europeus, sobretudo para a realidade do sistema partidário da região. Segundo Lawson (2007), as mudanças ocorridas com o fim da URSS nos anos 1990, reduziram as experiências do mundo neoliberal, o que contribuiu para uma perda do foro ideológico nos partidos e com isso uma natural tendência das instituições a se aproximarem do centro do espectro ideológico. Essa perda da competição democrática levou a uma forma mais individualista da sociedade, em que os partidos se voltam mais para os métodos de alargarem suas margens de eleitores e assim obterem o sucesso eleitoral em vez de promoverem políticas voltadas para um modelo específico de entendimento de uma sociedade.

Um olhar distinto que Lawson (2007) consegue inserir nesse contexto contemporâneo dos partidos é que a busca pelo sucesso eleitoral, o abandono de bases mais ideológicas e a competição através de pesquisas e abordagens mais técnicas do eleitorado resultaram numa corrida por recursos. Como os limites de algumas democracias, dessa desesperada busca por mais recursos deriva o surgimento de formas de corrupção em altíssima complexidade. Nada tão semelhante com o sistema partidário brasileiro.

A sobrevivência dos partidos no cenário construído por Lawson (2007) demanda uma questão central: o descontentamento popular e o afastamento da participação nas instâncias dos partidos. Esse descrédito já sublinhado por Mair (2003) forma um ciclo vicioso, no qual os partidos procuram cada vez mais novas formas de apenas se manterem estabelecidos no sistema, e a sociedade cada vez mais deslegitimando-os. A desdemocratização é exatamente esse processo.

## **1.2 O cenário Nacional nas teorias sobre partidos políticos.**

Apesar das referências europeias, a cartelização dos partidos maiores das sociedades permanece consolidada e funciona também como barreira para o surgimento de novas concorrentes no tabuleiro das disputas eleitorais, podendo ser percebida na América latina. No Brasil, a cláusula de barreira, que sempre próximo de períodos eleitorais se insere de uma nova maneira, vem com a ideia de frear o surgimento de mais partidos, justamente com o

objetivo de não ver pulverizado o voto em infindáveis legendas partidárias. No ano corrente (2017), a discussão da Reforma Política voltou a enfatizar a necessidade da diminuição da representatividade dos partidos, indicando novas formulações que impactam partidos menores. Para o ano de 2018 novos critérios de barreira já foram estabelecidos, levando os partidos menores a definirem como causa principal a sua sobrevivência enquanto organização.

Esse é um tema caro ao PSOL e a toda a sua estratégia de atuação. O partido não deixa dúvidas da bandeira socialista em todo o seu programa, porém, e não de forma contraditória, dilui seu discurso em diversos temas relevantes na sociedade. O sucesso eleitoral mais recente no Rio de Janeiro pode ter relação direta com essa tentativa de diversificar a agenda e popularizar as ações do partido, mas sem abrir mão de temas que considera inegociáveis, garantindo os motivos reais de sua existência enquanto organização.

Como surge como postulante de uma herança das esquerdas do Brasil, o PSOL é fruto direto do Partido dos Trabalhadores (PT) e se coloca como o partido que de alguma forma retoma os temas originais de sua formação, somando temas contemporâneos característicos do século XXI.

Mesmo com alguns distanciamentos, as teorias discutidas aqui possuem relação com o cenário partidário brasileiro, ao menos em algumas questões. As análises sobre os partidos-cartel (Katz e Mair, 1995) ou sobre os partidos *catch-all* (Kircheheimer, 1980) relacionam-se diretamente com a composição de diversos partidos no sistema brasileiro.

Em que pese a base gerada pelos pesquisadores europeus, um olhar direto sobre o sistema brasileiro é, de fato, importante. Além disso, a percepção sobre o sistema partidário da América Latina, mesmo que de forma resumida, encorpa esse movimento de análise. O objetivo é tentar inicialmente perceber os encontros e as diferenças mais gerais sobre os partidos latinos e depois se debruçar de maneira mais densa sobre o Brasil.

A pesquisa de Sáez e Freidenberg (2002) nos permite ter esse olhar mais extenso, apesar de não entrar especificamente na teoria sobre os partidos da América Latina. O interesse dos pesquisadores é de fato amplo, objetivando comparações entre os sistemas partidários com foco na questão numérica destes.

A primeira observação de Sáez e Freidenberg (2002) é a de que, apesar dos estigmas que as instituições partidárias carregam, ou seja, a de representarem cada vez menos os cidadãos, os partidos continuam sendo elementos constitutivos dos canais de representação dos povos na América Latina. Segundo eles, ainda existe uma referência, apesar da desconfiança sobre os modelos e seus representantes.

Uma marca em comum que caracteriza os sistemas políticos e seus respectivos partidos na América Latina é o período de ditaduras, que abalaram os países dessa região e possibilitaram posteriormente um movimento de abertura política que hoje caracteriza esses países. Sáez e Freidenberg (2002) dividem em 4 (quatro) agrupamentos referentes a semelhanças no processo de transição democrática:

No início dos processos de transição democrática (1978-1980), a América Latina contava com quatro cenários muito diferentes. O primeiro cobria os países com tradições partidárias sólidas, tanto em termos da existência de máquinas partidárias como de capacidade dessas máquinas para mobilizar o apoio de importantes setores da população. O segundo contemplava um modelo misto em que partidos antigos iriam coabitar com partidos novos surgidos do próprio processo de transição. O terceiro enquadrava os casos definidos pela manutenção da existência de organizações, mas historicamente vazias do ponto de vista político e social. Finalmente, o quarto estava presente nos países em que, somando-se a debilidade histórica partidária aos efeitos dos últimos tempos dos governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos. (SÁEZ e FREIDENBERG, 2002, pg. 140)

O Brasil se encontra no 2º grupo, em que partidos do período de suspensão da democracia conviveriam com partidos novos. Por aqui surgiram vários partidos a partir do fim do bipartidarismo obrigatório. PT, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), dentre outros, nasceram a partir de 1980, momento em que o país vivia os últimos anos da ditadura militar. Nessa divisão, Argentina, Uruguai e Chile estão categorizados pelos autores como o 1º modelo, sendo os partidos praticamente os mesmos depois do período antidemocrático. A tradição dos partidos nesses países garantiu a continuidade, mesmo com as lacunas herdadas das ditaduras.

Outro aspecto levantado pelos autores diz respeito às mudanças ocorridas já no período democrático, sugerindo elementos internos, como a perpetuação de antigos líderes, as disputas pelo poder no Estado e o problema da corrupção. Como fatores externos, Sáez e Freidenberg (2002) identificam a queda da URSS e o fim de um modelo real ideológico, mexendo com intensidade na formação de partidos de esquerda na América Latina.

A trajetória do multipartidarismo é percebida pelos autores na maioria dos países latinos, com exceções de Costa Rica, Honduras e Paraguai. Desse aspecto surgem duas questões mais centrais: a primeira diz respeito a ideia de necessidade de governos de coalizão nesses países, e a outra é que esse processo afeta a governabilidade, dificultando a formação de maiorias no campo legislativo.

A governabilidade é citada aqui como necessária sobre impactos da polarização ideológica nos sistemas partidários. A atuação a partir da definição dos campos de forma muito intensa pode resultar em prejuízos para a governabilidade. Sáez e Freidenberg (2002, pg. 148) entendem que países como “El Salvador, Nicarágua, Chile e México são os casos

com maior grau de polarização. Os primeiros refletem a integração da guerrilha no sistema político sob a forma de um partido”. Como a pesquisa é de 2002, talvez hoje o Brasil estivesse na lista dos autores.

Finalmente, Sáez e Freidenberg (2002) compreendem que os partidos ainda representam, mesmo com desconfiança, a sociedade em que estão inseridos, guardando todas as ressalvas.

Como já se mencionou nas páginas anteriores, os partidos na América Latina continuam estruturando a competição e dando forma aos resultados eleitorais; continuam criando o universo conceitual que orienta os cidadãos e as elites no que se refere à compreensão da realidade política, ajudam a costurar acordos em torno de políticas governamentais (muitas vezes de maneira conjuntural, como alianças fantasmas e até por políticas específicas, mas o fazem), estabelecem ações para a produção legislativa; provêm de quadros as instituições e, com tudo isso, tornam o sistema político operativo. Os partidos continuam sendo os atores principais na estruturação da dinâmica política latino-americana, apesar de certas exceções de sistemas pontuais e do papel que cada vez mais têm os meios de comunicação de massa e alguns novos movimentos sociais. (SÁEZ e FREIDENBERG, 2002, pg.150)

Esse breve olhar sobre a América Latina contribui para uma análise mais refinada sobre o Brasil. Mainwaring (2001) consegue fazer uma leitura substantiva do sistema partidário brasileiro, em especial sobre o período republicano. Aliás, a primeira referência à ideia de sistema partidário brasileiro é uma crítica a Sartori (1982). Mainwaring (2001) reforça que, apesar das ocasiões de suspensão democrática em períodos no Brasil, não é possível definir a não existência do sistema partidário no país como define Sartori (1982).

Embora minha definição de sistema partidário se baseie em Sartori (1976:43-44), tenho outra concepção dos seus limites. Sartori usa esse conceito de modo mais restrito. Por exemplo, ele disse que a Colômbia não tinha um sistema partidário, e na introdução à edição brasileira de seu livro, fez a mesma afirmação sobre o Brasil. [...] Do mesmo modo, no Brasil, nos períodos de 1946-1964 e de 1966-1979, os partidos cumpriam os requisitos fundamentais da noção de sistema. Competiam de modo padronizado; tanto os próprios partidos quanto seu número permaneceram razoavelmente constantes; (MAINWARING, 2001, pg.55)

Atenho-me a outro conceito importante produzido por Mainwaring (2001) quando os partidos são os objetos da pesquisa. O conceito de institucionalização é importante ferramenta para compreender a organização dos partidos. Institucionalização tem relação direta com estabilidade e importância de uma organização política.

O conceito de institucionalização diz respeito a um processo pelo qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita. [...] Na política, o conceito de institucionalização implica que atores têm expectativas claras e estáveis a respeito do comportamento de outros atores. (MAINWARING, 2001, pg.56)

Desde o período conhecido na história brasileira como Imperial, são as elites que coordenam e comandam a política. A formação dos primeiros grupos que iriam disputar o

Estado não possuía qualquer ligação com as classes populares ou até mesmo queria alguma aproximação no sentido da cena pública e no campo do poder político formal.

Esse processo perdurou ainda durante a virada para a República, garantindo ao mesmo tempo a criação de mais organizações locais enquanto mantém a posse do domínio sob a tutela das elites políticas, as quais eram representadas pelos modelos coronelistas daquele Brasil rural do início do século XX. (LEALb, 2012).

Os partidos eram institucionalmente fracos, sobretudo pela lógica da miúda participação, de um sufrágio censitário e excludente e de uma elite que desejava esse panorama. O Brasil viveu um processo até o fim da Era Vargas que não permitia a criação de um sistema político que garantisse o surgimento de partidos, e a partir daí a democracia representativa começaria a esboçar as diferenças políticas democráticas. Um quadro simples ilustra esse espaço de tempo e a organização política dos partidos no Brasil

Tabela 2 – Quadro Ilustrativo do sistema partidário do Brasil

1830-1889	1889-1930	1930-1937	1937-1945
2 Partidos em média com atuação nos Gabinetes Liberais e Conservadores	Partidos Locais – Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano do Distrito Federal, etc.	Instabilidade política com o golpe de 1930	Estado Novo e proibição de partidos políticos

Fonte: Elaboração própria

A partir desse quadro, é possível fazer algumas ligações com modelos que serviram de base para a construção política no país, a patronagem e o clientelismo (Nunes, 2010). Essa base utilizada pelas elites resultou num sistema em que o político individual era mais importante que a instituição partidária (Mainwaring, 2001). Essa relação não foi estabelecida através de circunstâncias, mas sim de forma planejada por aqueles que controlavam a política.

Mainwaring (2001) compara o período da República Oligárquica no Brasil (1889-1930) e a organização dos partidos a países vizinhos. O objetivo central era demonstrar as diferenças grandes entre o sistema brasileiro e o argentino ou o chileno, por exemplo. Nesses países, partidos de massa já estavam sendo fundados nesse período. Lamounier (1985) chega a falar de uma cultura política brasileira que privilegiava a lógica dos partidos fracos.

Junto desse desejo planejado das elites políticas sobre a organização do poder político, a realidade da sociedade brasileira era mais um fator a potencializar esse contexto de esvaziamento da participação e de fragilidade dos partidos políticos. Usando Graham (1968), Mainwaring (2001) complementa esse cenário até 1945.

A falta de um sistema de partidos facilitava a comunicação entre as elites políticas. O governo ainda podia ser uma ação entre amigos. Evitando dividir-se muito rigidamente em partidos distintos, elas podiam continuar dialogando através das linhas partidárias. (GRAHAM *apud* Mainwaring, 2001, pg.104)

As condições da sociedade brasileira são importantes, visto que o “segundo maior fator fundamental no desenvolvimento do sistema partidário é a formação da sociedade” (Mainwaring, 2001, pg.104). O analfabetismo era gritante e se unia à seletividade do sufrágio, excluindo milhares de pessoas da participação democrática. Até 1930, não existia no Brasil um partido que atuasse nacionalmente.

O fim do Estado Novo (1937-1945) com a deposição de Vargas vai marcar a história política nacional. Nesse período surgem os primeiros partidos de massa no Brasil. A criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrático (PSD) é estimulada por Vargas ainda em 1945. No mesmo sentido, surge a União Democrática Nacional (UDN), que dividiria com PSD e PTB a representatividade política do país. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que retomou suas atividades logo após a deposição de Vargas, voltou à ilegalidade pelas mãos do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).

Apesar de permanecer com a proibição de analfabetos nas eleições, a partir de 1945, a criação dos partidos fomentou mais participação e maior disputa, inaugurando um novo momento político. Seria necessário disputar e desejar cada voto para a vitória eleitoral, mesmo que ainda existissem os currais eleitorais. Mainwaring (2001) chega a afirmar que a institucionalização dos partidos é mais forte nesse período do que na reabertura política pós-ditadura militar.

O período de 1945-1964 caracterizou-se por tendências contraditórias na institucionalização do sistema partidário. De um lado, os partidos se tornaram as mais importantes vias de acesso ao poder e passaram a ser mais organizados do que tinham até então. Nessa época, os partidos estavam mais institucionalizados do que depois de 1985 e plantaram algumas raízes na sociedade. (MAINWARING, 2001, pg.113)

O que Mainwaring (2001) procura investigar é o grau de institucionalização do partido frente à permanente tendência de valorização do individual. O enraizamento dos partidos sempre foi um desafio no modelo brasileiro. Normalmente, os votos eram para as pessoas e não para os partidos, o que ainda acontece no século XXI.

Obviamente que o período ditatorial influenciou nessa dificuldade de enraizamento dos partidos. A proibição dos partidos e a criação do bipartidarismo proporcionou um esquema que, a partir de 1979, beneficiaria o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), justamente por sua criação no sistema controlado dos militares e continuidade mesmo após a ditadura.

A abertura a partir de 1979 fez surgir, já em 1980, uma série de partidos, os quais iriam mudar a dialética do sistema partidário brasileiro. Vários partidos surgem de rupturas do MDB. O interessante em analisar esse retorno do país nos anos que se seguem é o desaparecimento das antigas legendas antes do golpe. O PTB ainda foi mantido, mas sem nenhuma relação com o que representara antes do golpe militar.

No entendimento de Kinzo (1990), o surgimento de novas legendas a partir dos anos 1980 e a pouca densidade dos partidos que existiam antes de 1964 justificam esse desaparecimento das legendas. Entretanto, Lavareda (1989) mostra que a preferência partidária antes do golpe de 1964 era mais alta, chegando a 64%. De qualquer forma, a legitimidade dos partidos políticos no Brasil não é alta.

Um dos fatores que prejudicam o sistema partidário brasileiro é o multipartidarismo extremo. A proliferação de partidos tem relação com a liberação em 1985 de alianças, montagem de coligações e mudanças de partido, que induziram a criação de mais legendas. Quando se soma esse ingrediente ao histórico de formação e rupturas do Brasil, nota-se que a institucionalização é fraca e a conexão da população com os partidos é pequena. Ainda hoje, o papel das lideranças é muito importante dentro do sistema partidário.

Uma comparação importante feita por Mainwaring (2001) diz respeito aos partidos de esquerda e o que ele entende como partidos *catch-all* no Brasil. Na verdade, Mainwaring (2001) entende que os demais partidos, exceto os de esquerda, encaixam-se no modelo *catch-all*, ou seja, distanciam-se de qualquer formato ideológico ou programático. Esses partidos estão preocupados com a manutenção dos quadros, com atenção para os períodos eleitorais e para a conquista de votos.

Os partidos de esquerda para Mainwaring (2001) são o PT, o PCB, o PCdoB, o PPS e o PSB. Ele cita a ideia de maior disciplina, comportamento coletivo nas câmaras, maior controle dos líderes etc. Se olharmos hoje, o PPS é base do governo do PMDB, e o PSB o era também até pouco tempo atrás. O próprio PT, que governou o país durante 13 (treze) anos, teve como base de apoio no governo de coalizão todos os partidos que Mainwaring (2001) definiria como *catch-all*. Essa percepção hoje é distinta, e o objeto da pesquisa, o PSOL, parece representar esse modelo de esquerda descrito por Mainwaring (2001).

Entendo que a maioria dos partidos hoje se aproxima de uma forma híbrida entre os partidos-cartel de Katz e Mair (1995), devido sua dependência do estado, os partidos profissionais-eleitorais das definições de Panebianco (2005) e a ideia de *catch-all* de Kirchheimer (2012). Existe de fato um processo de desideologização característico da atualidade que Lawson (2007) entende ser o formato mais aproximado da realidade.

Na história da política brasileira, os partidos tiveram muitas dificuldades pelo modo que a sociedade foi se constituindo. As elites organizaram a política de acordo com seus interesses. Quando a melhor forma era os partidos locais, assim o fez. No momento que os partidos precisavam ganhar densidade, foi permitida essa atuação, apesar dos limites.

Nesse sentido, o olhar sobre a organização do PSOL a partir do Rio de Janeiro tem todo o cuidado de entender a reprodução de algumas práticas a partir de todo esse processo de construção dos partidos. O PSOL não é algo isolado desse histórico, mas fruto dele.

Essa síntese de tipologias e conceitos é de suma importância para a proposta de analisar a organização e as formas de atuação do PSOL no Rio de Janeiro. A construção do partido e os resultados eleitorais, suas definições internas e externas, as disputas pelo poder intrapartidárias, as estratégias eleitorais e as rupturas provenientes de todas estas variáveis só podem ser analisadas com o devido apoio teórico. Os estudos sobre partidos políticos possuem uma literatura robusta e capaz de dar subsídios para novas leituras. A análise sobre o PSOL é capaz de produzir novos modelos no campo das ciências políticas.

As categorias identificadas pelos vários pesquisadores elencados aqui não conseguem enquadrar o PSOL. O partido, numa leitura rápida, possui semelhança com um partido de quadros, visto ser fruto de uma ruptura parlamentar. Todavia, é inegável que o partido de quadros não consegue explicar a relação das tendências internas, das disputas ideológicas e das mobilizações populares que hoje o partido integra.

Distante do partido de quadros (Duverger, 1980), o PSOL também não encontra base nos partidos de massa pela sua composição, mas deseja ser esse partido com o contexto do século XXI. Olhando para os partidos *catch-all* (Kirchheimer, 2012), o PSOL não se encontra nessa categoria, pois, em linhas gerais, define sua participação com boa dose ideológica e determina suas alianças a partir de delegados em plenária. Nos partidos-cartel (Katz e Mair, 1995), a aproximação com o estado e o distanciamento da sociedade não se conectam com as relações que hoje os coletivos e as tendências possuem com o partido e o movimento de buscar uma popularização. A força dos parlamentares e a preponderância com que atuam nas orientações do partido indicam uma hierarquização do partido em formação, mas ainda não é possível encontrar as oligarquias de Michels (1982) no PSOL.

Portanto, o PSOL parece propor uma nova categoria, muito relacionada ao formato atual da política brasileira e aos novos modelos de atuação política característicos dos novos tempos. O PSOL não se entende como protagonista nas mobilizações e manifestações políticas, mas sim como mais um nessa composição. Existem diversos grupos, coletivos e movimentos sociais que ocuparam espaços que em outro momento pertenciam única e exclusivamente aos partidos políticos.

O advento da tecnologia e da internet inaugurou uma militância virtual, e pulverizou as dinâmicas políticas, deixando as ruas fluidas e sem uma coordenação específica. As Jornadas de Junho de 2013 exemplificam um pouco esse cenário, quando a partir de um movimento com bandeira específica em São Paulo e mais algumas capitais (Movimento Passe Livre – MPL), levou multidões às ruas, que aos poucos incorporaram novas demandas em tais manifestações e mudaram os rumos das mobilizações.

O Partido Socialismo e Liberdade parece estabelecer uma forma diferente na atuação da política, apesar de reproduzir uma série de práticas comuns a todos os demais partidos.

## **2 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PSOL**

### **2.1 Um olhar sobre a história do Partido dos Trabalhadores (PT): as bases de construção do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).**

A trajetória histórica do PSOL não pode e nem deve ser lida sem antes trazer um pouco da história do PT. Como surgiu a partir de uma dissidência parlamentar do PT nos idos de 2004, o surgimento do PSOL tem uma história diferente de outros momentos de rupturas das esquerdas e do próprio PT. As divergências que outros grupos tiveram nas instâncias internas do PT durante seu percurso histórico são absolutamente distintas das relações que causaram a expulsão de quadros do partido que se organizariam no que hoje conhecemos como PSOL. Em 2004 o PT já era o partido do governo e, segundo alguns militantes históricos, já havia feito acordos e orientado políticas contrárias ao que construiu desde seu surgimento nos anos 1980.

Faz sentido, portanto, alinhar a história do PT com a do PSOL a fim de contextualizar as bases desse partido ainda jovem. Os anos trilhados pelo PT resultariam em diversos momentos internos de tensões e rupturas. O caso do PSOL é de fato diferente, pois relaciona um momento histórico de chegada ao poder do PT com mudanças profundas nas orientações de um partido de esquerda e trabalhador, a começar pelas alianças<sup>9</sup> e pela garantia de manutenção do sistema financeiro hegemônico no período.

As discussões que culminaram com o surgimento do PT expressavam a riqueza de um momento de reabertura política, quando diversos grupos políticos buscavam retomar o espaço retirado pela ditadura implementada em 1964. Os movimentos sociais possuíam inúmeras frentes de discussões que estavam para além da estruturação de um partido dos trabalhadores que de fato os representasse.

Havia no momento de abertura política uma convergência de espaços de luta, pois garantir o retorno à democracia era fundamental, assim como a vitória nas eleições, a retomada da luta por direitos, e tantos outros temas. As greves de 1978/1979 pesaram na decisão de aproximação de um grande espectro da sociedade. Intelectuais que não estavam

---

<sup>9</sup> Na eleição de 2002 a chapa que levou o PT à vitória tinha como vice-presidente José Alencar, um empresário do ramo têxtil do Partido Liberal - PL

satisfeitos com o MDB e exilados que retornavam, dentre eles nomes importantes, aguçaram a urgência de fazer um partido que uniria muitas forças distintas em torno na causa dos trabalhadores. Os debates para concretizar o PT estavam vivos. Keck (1991) ilustra esse cenário:

As grandes greves de 1978 e 1979 mudaram o contexto do debate. Elas produziram novos vínculos entre os líderes operários combativos e deram a impressão de que existia uma base operária massiva e mobilizada, desejosa de mudanças. [...] muitos líderes operários já não mais queriam deixar o ato de interpretar aos outros – desejavam criar uma oportunidade, em termos organizacionais, para que os trabalhadores pudessem falar por si próprios. (KECK, 1991, pg. 92)

Fator importante nesse processo de formação é a figura de Luís Inácio Lula da Silva. Lula não era apenas mais um na organização das greves do ABCD e nas discussões no processo de abertura política. Lula ganhara um grande destaque nas greves de 1978 e 1979, sendo nesse momento protagonista na construção de um partido que tivesse como objetivo a defesa dos trabalhadores. Tanto Keck (1991) quanto Meneguello (1989) destacam a participação de Lula. Keck (1991) chega a salientar que sem Lula não haveria o partido dos trabalhadores naquele momento. Segundo a autora, o apressamento de instituir o partido regravava-se pelos passos necessários, e Lula era um dos pilares dessa construção.

As tentativas de precipitar a formação do partido não surtiram efeito em grande parte porque se reconhecia que, para deslanchá-lo, seria necessário contar com Lula. Por mais que a esquerda pudesse criticar o que designava como vacilação, ela reconhecia que Lula era ainda o líder operário por excelência e que sem ele não haveria Partido dos Trabalhadores. (KECK, 1991, pg. 121)

É importante destacar os eventos dos anos 1980 e sua centralidade para a consolidação do PT como partido. Com a energia do novo sindicalismo, em 1983 é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), organismo fundamental para os anseios petistas até os dias atuais. O nascimento da CUT e sua existência é primordial não só para as aspirações petistas na sua largada, como também é imprescindível para as ações nos piores momentos de mobilização. Do mesmo modo, outro grupo que surge em 1985 na esteira do processo de abertura política, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Nesse início de década também teve a estreia eleitoral do PT. Em 1982 o partido conseguiu eleger 8 deputados federais, 12 deputados estaduais e 117 vereadores em todo o país (SINGER, 2001). Outro grande destaque eleitoral é a eleição da primeira prefeita em uma grande capital. Em Fortaleza, Maria Luiz Fontenelle conseguiu ganhar a eleição em 1986, apesar da análise futura de problemas enormes na administração da capital (REIS, 2007).

A campanha das Diretas Já, que teve início em 1983 com o comício “presidente quem escolhe é a gente”, serviu em certa medida de catapulta para o PT se lançar como partido do povo, partido popular. É certo que todos os partidos surfaram na onda das Diretas, mas, sem

dúvida, para o PT e Lula, a vitrine do movimento foi importante. Aqui não vai nenhuma tentativa de juízo de valor desse recurso, pois foi absolutamente natural o movimento do partido. Reis (2007) entende assim a questão:

Para o PT a campanha foi de extraordinária importância. De um lado, porque o partido a assumiu desde o início, engajando-se nela com grande decisão e entusiasmo. Assim, quando ela cresceu, e se tornou maciça, foi o PT que mais se beneficiou com os dividendos políticos daí advindos, embora outros políticos e lideranças, mesmo aderindo num segundo momento, tenham também se projetado, ou consolidado sua projeção, através da campanha. (REIS, 2007, pg. 7)

A derrota da campanha das Diretas Já, a eleição de Tancredo Neves<sup>10</sup> e sua morte repentina mudaram os rumos da redemocratização e, por assim dizer, dos partidos que construam o novo cenário político. Com as mudanças devidas à morte de Tancredo, José Sarney, político absolutamente ligado à ditadura civil-militar, passara a ser a solução possível e constitucional em fins de período repressivo. O caminho imediato para o PT foi o da oposição ao governo Sarney. Com o apoio da recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT), o partido organizou manifestações e greves, ganhando espaço como grande partido de oposição no Brasil pós-ditadura.

É válido reforçar que o PT nesse período inicial já compunha algumas tendências internas de esquerda, que em suma caracterizavam ainda mais a pluralidade e a complexidade do partido. Essa informação é importante, pois sustenta as discussões seguintes que tratarão das dinâmicas que foram sendo alteradas na estrutura partidária, em especial no comando do partido.

A construção do PT é sempre lembrada, sobretudo pela própria especificidade já tão propalada por Meneguello (1989) e Keck (1991). A composição pluralista, permeada de conceitos que ora se aglutinavam, ora criavam distâncias, era a marca de um partido que trazia como centro de suas ações a redução das desigualdades, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta pela consolidação da democracia. Com o percurso do tempo, as vitórias eleitorais robustas e o tamanho que o partido começou a ganhar significaram a senha das profundas mudanças ocorridas no partido.

Como já dito aqui, a primeira vitória de grande porte foi a conquista da prefeitura de Fortaleza em 1985. Naquele momento a própria inexperiência e a conjuntura da economia e política (em especial no Nordeste) resultaram em um profundo fracasso petista. Porém, é em

---

<sup>10</sup> Tancredo Neves foi político brasileiro. Eleito presidente do Brasil, pelo voto indireto, morreu antes de tomar posse. Iniciou sua vida política como vereador em São João Del-Rei, Minas Gerais. Exerceu diversos cargos políticos e participou de vários momentos decisivos da história do Brasil.

1988, nas trilhas da efervescência política da Constituinte, que o PT dá início ao seu processo de transformação, seja no âmbito dos conceitos, ou no de sua própria organização interna.

A vitória nas capitais de São Paulo (com Erundina), de Porto Alegre (com Olívio Dutra), Vitória (com Vitor Buaiz) e Santos (com Telma de Souza) solidificava a marca do partido e dava visibilidade ao modo petista de governar. Desses casos, Porto Alegre (RS) foi o centro mais agudo do modelo petista, não só pela longevidade do partido no controle da cidade, mas pela implementação do Orçamento Participativo (OP) e sua diligente mobilização social (AVRITZER, 2016).

Essa estrutura que servia para feitura de experiências do modelo petista e tentativa de uma nova gestão pública serviu também para permitir um processo de alteração nas bases do partido. Segundo Reis (2007), a militância sofre suas primeiras mudanças nesse período.

Os militantes amadores, que tinham sido a marca registrada do Partido em seus inícios escasseavam a olhos vistos, substituídos por funcionários, assessores, executivos de todos os tipos, do próprio partido ou membros de cargos/funções públicas, vinculados às administrações que se constituíam e se multiplicavam, em função das vitórias eleitorais. (REIS, 2007, pg. 13)

Nesse período é possível perceber alguns movimentos de tendências internas do partido que já apontavam para uma insatisfação dos rumos traçados pela Executiva do partido. Em 1992, a tendência Convergência Socialista (CS) é expulsa do partido por discordar das práticas do PT, que, segundo o grupo, priorizava o sucesso eleitoral em vez da luta pelos trabalhadores, que seria a marca do partido. Esse grupo se junta a outros militantes e fundam o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) de forma oficial em 1994.

Outro grupo que é expulso do PT no mesmo período é a Tendência Causa Operária. Esses militantes existiam no país desde 1979, ligados a Organização Socialista Internacionalista. Esse grupo sai em 1991 e se organiza como partido em 1995 como o Partido da Causa Operária (PCO), colocando-se politicamente à esquerda do PT, além de destilar enormes críticas às escolhas feitas pela cúpula petista em detrimento de seus objetivos de partida.

O governo de Itamar Franco (1992-1994) também deve ser lembrado pela forte oposição petista e como um problema para o partido. A saída precoce do presidente Collor num período tão delicado de abertura política uniu o país para sustentar o governo Itamar, o que geraria um problema para o PT nas eleições de 1994. Junta-se a isso o fato de que na eleição interna do partido as correntes mais à esquerda saíram vitoriosas, o que seria um entrave nas resoluções eleitorais do partido.

Antes de avançar nas mudanças internas é preciso salientar o que fora o PT como organismo até então. Desde o primeiro Encontro Nacional realizado em 1983, o partido tinha

como base o grupo criado com a liderança de Lula, o Articulação dos 113. A ideia era ter “o domínio sobre a legenda e expressar um consenso compartilhado pela maioria dos filiados” (RIBEIRO, 2003). A bem da verdade, a ideia era exercer o controle sobre as ações do partido, sobretudo nas estratégias eleitorais. No início o consenso sobre a Articulação não foi difícil. As várias correntes convergiram para a tendência que dominaria o PT por muito tempo.

Os grupos que se se diziam mais à esquerda do partido perderam sistematicamente as eleições internas, entretanto houve uma sensível diminuição das diferenças na eleição de 1990. A partir da Tendência política Democracia Radical dentro do partido e com nomes de destaque nesse grupo, como por exemplo Tarso Genro, Marina Silva e José Genoíno, o resultado das eleições internas poderiam sofrer alguma alteração. A base consensual já não existia com ampla maioria.

No 8º Encontro Nacional (EN) a perda do controle absoluto pela Articulação e as novas frentes criadas levaram à vitória a chapa “Uma opção de esquerda”, que unia várias tendências com características da esquerda do partido, como o grupo de Arlindo Chinaglia, denominado Articulação de Esquerda. Ribeiro (2003) desenha bem esse cenário:

Nessa ocasião, a defecção de importantes figuras da Articulação, como Rui Falcão, Arlindo Chinaglia, Adão Pretto e Luciano Zica, acabou por resultar na criação de um novo grupo, a Articulação de Esquerda. Esta corrente foi a principal responsável pela guinada do PT à esquerda em 1993, ao compor com outros grupos chapa Uma opção de Esquerda, que sozinha obteria 36,4% dos delegados naquele encontro. Somando esta à outra chapa esquerdista – Na Luta PT, que obteve 19,11% dos delegados – pela primeira vez o PT seria comandado pelas forças mais à esquerda no espectro espacial intrapartidário: juntas as chapas, totalizaram 55,59% dos delegados, conquistando a direção nacional. (RIBEIRO, 2003, pg. 60)

O controle da direção nacional pelo grupo que se comportava mais à esquerda, impôs algumas restrições no processo eleitoral de 1994. De acordo com Ribeiro (2003), as novas orientações da direção nacional impediam alianças com partidos de centro ou com características que não se coadunassem com as novas perspectivas estabelecidas.

As novas orientações partidárias impediram o avanço de negociações no sentido da formação de uma coalizão de centro-esquerda para concorrer à Presidência, que poderia envolver principalmente o PT e o PSDB. As novas determinações, de que o partido se unisse a somente forças políticas tradicionais aliadas do PT, como PCdoB, PPS e PSB, chegando ao máximo às bases do PDT, restringiram sobremaneira o campo de atuação de Lula para a formação das alianças que ele julgava necessárias. (RIBEIRO, 2007, pg. 61).

A derrota de Lula para Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB, que de início tinha apenas 17% de intenções de voto contra 40% do petista, abriu uma ferida na direção nacional. Dentro do PT muitos apontavam a postura da direção, sobretudo ao negar alianças possíveis para encorpar a candidatura de Lula, um grave problema de entendimento da conjuntura política nacional e das reais chances do partido em 1994. Esse detalhe de 1994 dá

pistas do que as mudanças internas do partido e o poder de Lula e seu grupo estavam gerando. Vale lembrar que na eleição anterior, isto é, em 1989, o PT tinha como consenso não fechar alianças que comprometessem os seus objetivos, rejeitando inclusive o apoio em 2º turno do PMDB. Em 1994 a análise para derrota acusa os movimentos de guarda dos princípios partidários como entrave para a vitória.

É necessário dizer que a derrota de 1994 teve um impacto no arranjo orgânico do partido. Além do impedimento das alianças, que representou um obstáculo para os arranjos políticos, o próprio discurso petista em desfavor do Plano Real não obteve uma comunicação eficaz e segura. A estabilidade defendida depois de tantos anos de problemas e pós-impeachment representava uma bandeira de segurança para o povo brasileiro. A condenação do Plano Real num primeiro instante deixou as bases de Lula frágeis e com pouca aderência da população. A derrota ainda no 1º turno vai resultar na composição de um rearranjo de forças internas do PT para estruturarem o que Reis (2007) chama de máquina partidária.

Em 1995 o 10º EN iria promover o retorno do grupo da Articulação ao poder. Unindo forças com a Democracia Radical, tendência mais de centro dentro do partido, a vitória encabeçada por José Dirceu, ativo deputado federal no processo de impeachment do presidente Collor, vai ser a raiz de uma mudança substancial na estrutura do partido e em suas ações político-eleitorais. Passando a se chamar Campo Majoritário, essa tendência mais de centro dentro do partido passa a deixar fora do processo de comando grupos mais à esquerda. A liderança forte de José Dirceu imprimiu determinações que tinham como objetivo deixar os grupos de oposição distantes do comando do partido. Ribeiro (2003) ilustra essa posição:

O campo majoritário tomou, então, uma série de medidas que alteraram substancialmente o caráter do partido. Em primeiro lugar, trataram de consolidar um forte núcleo dirigente – algo que a esquerda não fez quando constituiu maioria em 93 – mantendo a esquerda isolada através inclusive da recusa em dar-lhe o cargo de Secretário Geral da sigla – reivindicado pela chapa Socialismo e Democracia pela grande quantidade de delegados conquistados no 10º EN. (RIBEIRO, 2003, pg. 63)

A eleição de José Dirceu e a criação do Campo Majoritário definem o PT que vai chegar às eleições de 2002. Obviamente que as mudanças conseguidas com as vitórias eleitorais e a ratificação do PT como principal força de oposição no país corroboram para uma transição de nível organizacional. Apesar de nova derrota para FHC em 1998, o PT conseguiu eleger 3 senadores, 59 deputados federais e 9 estaduais. Além disso, ganhou os governos de estado do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre. Lula cresceu um pouco comparado com 1994, pulando de 27% para 31,7% em 1998 (Reis, 2007).

A criação do Processo Eleitoral Direto (PED) pela Direção Nacional e sob a liderança de José Dirceu, nesse momento eleito pela terceira vez (Ribeiro, 2003), isolou de vez o campo

minoritário dentro do partido, ou seja, as tendências de esquerda. Em 2001, o PT já possuía mais de 500 mil filiados (Singer, 2010), o que justifica facilmente a criação de um processo mais amplo, todavia traz para a cena política intrapartidária o petista autônomo, aquele que não participava dos processos decisórios de forma ordinária. A crença do Campo Majoritário consistia na ideia de que esse petista autônomo e sem qualquer enquadramento tenderia para discursos mais ao centro, além de possuírem Lula como líder natural desse processo.

A eleição de Dirceu (1995), com a retomada do comando da sigla pelo grupo originalmente fundador da Articulação – agora unindo forças no campo majoritário –, representou um ponto de inflexão para o PT, que a partir daí abandonou sua postura de partido antissistema ao deixar de ter atitudes que visavam causar impactos simbólicos deslegitimadores do regime. Ao invés de intencionar derrubar e substituir o regime, a partir dessa ocasião o PT passou a postular, pragmaticamente, comandá-lo, aceitando para isso a união com forças políticas não-limitadas aos aliados tradicionais do partido, em uma clara redefinição e posterior consolidação das metas partidárias oficiais. (RIBEIRO, 2003, pg. 66)

O processo eleitoral de 2002, como dito por Ribeiro (2003), é um ponto de inflexão nos limites do partido, seja ele político eleitoral, seja ele de cunho organizacional. Nesse período o PT já se organizava em 4098 municípios, além de possuir 3 estados sob seu comando e seis capitais importantes do país<sup>11</sup>. Reis (2007) exemplifica as dimensões do PT de 2002:

De partido de militantes a partido de funcionários. Do protagonismo dos operários ao papel cada vez mais preponderante das classes médias assalariadas, particularmente as dos assalariados da função pública. De um conglomerado de tendências passara à firme hegemonia de uma delas, a Articulação. Dos compromissos com os movimentos sociais, à dinâmica absorvente dos calendários político-eleitorais. De um partido de líderes sociais a um partido de parlamentares, de prefeitos, de executivos, de assessores. (REIS, 2007, pg.16)

Como o processo histórico descreve, as eleições de 2002 carregavam uma série de variáveis que indicavam ser a vez de Lula e do PT. O desgaste do governo FHC com a crise econômica, alto desemprego e problemas estruturais, como o Apagão de 2001, davam pistas de que as eleições de 2002 seriam favoráveis para a oposição. O próprio candidato da continuidade de FHC, José Serra, não trazia em seus programas eleitorais a figura do presidente, em virtude dos problemas atravessados pelo país à época. Por outro lado, FHC não parecia satisfeito com a escolha do seu sucessor no partido, o que deixava o cenário ainda mais nebuloso para a situação.

Pelo lado petista, o comando do partido conseguiu construir algo inusitado: uma aliança com um partido que normalmente se denominaria de conservador e de direita, fora das opções diretas do PT: o Partido Liberal (PL). A parceria para a formatação da chapa de 2002

---

<sup>11</sup> Ver dados em Singer 2001.

trazia o empresário José Alencar (PL) como vice, evidenciando com nitidez o novo caráter do partido e uma nova proposta para o Brasil.

Outra mudança substancial foi realizada diretamente no candidato Lula. A nova roupagem do petista incluía um toque de mais maturidade, com uma barba mais bem-feita e grisalha, roupas mais bem cortadas e o lema que colaria em Lula na campanha: Lulinha paz e amor. A figura contundente e firme em suas posições abria espaço para um político com tom mais moderado, que ao lado de um grande empresário passaria tranquilidade aos mercados. Cada vez que a vitória se anunciava, mais os mercados se alarmavam com medo do que seria um governo Lula, apesar das inúmeras mensagens de alinhamento com o sistema, cada vez mais distanciados da alma do Sion.

Singer (2010) ainda chama a atenção para uma mudança sensível de endereçamento da Coligação Lula Presidente já em 2002. Depois do explícito documento de campanha que atendia aos anseios das elites dirigentes do país, o texto do documento do partido trazia sem rodeios uma mensagem de alento ao mercado financeiro:

Em lugar do confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento da campanha afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro. (SINGER, 2010, pg.105)

A fim de acalmar de vez os mercados, O PT e Lula lançam para a imprensa a Carta ao Povo Brasileiro, que em síntese significava o compromisso do novo governo de manter as bases econômicas da estabilidade e honrar os contratos assumidos pelo governo anterior. A Carta ao Povo Brasileiro será tema mais à frente quando será aprofundada a discussão sobre os pontos de inflexão dos governos petistas.

Como descrito por Reis (2007, pg.17), o “PT preparou-se profissionalmente para a campanha de 2002”. A eleição de Lula se confirmou num 2º turno tenso e de muitos apoios ao agora presidente Luís Inácio Lula da Silva. Com pouco mais de 54 milhões de votos, Lula era o novo presidente do Brasil e ainda contava com 91 deputados federais eleitos, a maior bancada da Câmara, além de 10 senadores.

Era real a transformação do PT no decurso temporal. O partido cresceu em todo o país, mas sofreu internamente. Os rachas que resultaram em tendências expulsas e a criação de partidos nos anos 1990 já indicavam um novo PT, ou como diz Milton Temer, a formação do que ele chama de “NeoPT”.

## 2.2 As tensões no início do Governo Lula e a formação do PSOL

A Carta ao Povo Brasileiro, documento emitido pelo PT a fim de acalmar os mercados no processo eleitoral de 2002 e garantir a continuidade da política econômica em seus pontos centrais, sacudiu as bases do petismo. Várias tendências internas do partido, consideradas mais à esquerda, manifestaram sua insatisfação diante dos movimentos eleitorais que rompiam com a lógica do partido. A Carta ao Povo Brasileiro era um instrumento que afirmava literalmente que o partido estava disposto a manter firmemente as bases econômicas herdadas do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso – FHC, além de frear movimentos midiáticos que apontavam para um possível governo turbulento com os “radicais” ainda instalados no interior do partido.

A revista Veja, há uma semana do pleito decisivo do 2º turno das eleições de 2002, trouxe uma capa com o seguinte título “O que querem os radicais do PT”. A ilustração trazia as imagens de Lênin, Trotsky e Marx com um subtítulo indicativo de que no PT existiam 30% de radicais que cobriam por revolução.

Imagem 1 – O que querem os radicais do PT



Fonte: VEJA, Ano 35, n. 42

Em comparação com o “PT do Sion” e sua criação com a Carta de Princípios, em que apontava para a permanente luta de classes e emancipação da classe trabalhadora e oprimida, a Carta ao Povo Brasileiro parece ser construída por outro agrupamento político. Um dos trechos do documento indicava claramente que a conciliação com as elites era absolutamente inviável do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista. O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, **como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.** O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades. (Carta de Princípios, 1979) [grifo meu]

A Carta de 2002 não tem conexão com a de 1979. O tema central da Carta de Princípios era a luta e a emancipação dos trabalhadores, enquanto a Carta ao Povo Brasileiro se traduz em equilíbrio fiscal, desenvolvimento econômico e manutenção dos acordos financeiros. A ligação com os empresários, outrora anunciados como elites que não serviriam como solução para os trabalhadores, é absolutamente nítida no documento.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. **Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto.** Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. [...] queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. [...] a estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente os mais necessitados. [...] vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. (Carta ao Povo Brasileiro, 22 de junho de 2002) [grifo meu]

Não é difícil entender o recado dado por Lula ao sistema. O novo governo não iria fazer nenhuma mudança profunda e muito menos de forma abrupta. Pelo conteúdo, o governo petista que se anunciava em junho de 2002 manteria salvaguardada toda a estrutura econômica. Esse texto emblemático desnuda o que se tornava o PT e sua orientação eleitoral.

Cada vez mais a alma do Sion se perdia nos processos eleitorais e nos rumos traçados pelo comando do PT, que já há quase uma década orientava os rumos do partido.

Na esteira dos primeiros anos, o PT começa a dar um salto no jogo eleitoral. Mesmo com a derrota na reeleição de Marta Suplicy, então prefeita de São Paulo, o PT conquistava em 2004 a marca de 411 prefeituras, em comparação às 187 do ano de 2000. Aqui é importante estudar um pouco os dados desse mover petista e da composição de suas bases.

Nesse instante surge o que Singer (2010, pg.105) vai chamar de “alma do Anhembi”, local do lançamento da Carta ao Povo Brasileiro. Singer (2010), ao chamar poeticamente a inversão do PT de uma alma nova, carrega de simbolismo esse marco que aqui estou dando o nome de inflexão, uma alteração do percurso e da caminhada que se anunciava na “Alma do Sion”.

Como se vê, a alma do Anhembi, expressa no programa de Lula 2002, assume um compromisso com a estabilidade, o qual conforme indicamos em outro lugar, condiz com o sentimento do subproletariado que começava a se aproximar do partido, e acalmava a burguesia. Enquanto a alma do Sion, poucos meses antes, insistia na necessidade de operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, a do Anhembi toma como suas as conquistas do período neoliberal: “a estabilidade, e o controle das contas públicas e da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos os brasileiros. (SINGER, 2010, pg. 105)

Para consolidar o que estava ocorrendo a partir da tal Alma do Anhembi, Singer (2001) aponta para um esquecimento da Alma do Sion:

Ao estabelecer pontes com a direita sem levar em consideração as razões ideológicas, a Alma do Anhembi demonstrou uma disposição pragmática que estava no extremo oposto do antigo purismo petista. Não era uma flexibilização e sim um verdadeiro mergulho no pragmatismo tradicional brasileiro, cuja recusa fora antes bandeira do partido. (SINGER, 2010, pg. 106)

É justamente nesse contexto que é possível traçar as linhas mestras do nascedouro do PSOL. O PT que dá início ao Governo de Lula em 2003 tinha como relação ao Sion parte considerável de sua militância e de seus parlamentares, em sua maioria fundadores do partido. Todavia, na organização das agendas de governo, quase nada restara daquele partido formado por um caldo efervescente da política nacional.

O primeiro grande embate que iria expor as contradições ainda no início do governo Lula seria a indicação de Henrique Meirelles como presidente do Banco Central. Meirelles era quadro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido este que disputara e polarizara no país todas as eleições anteriores e se posicionava ao centro do espectro ideológico. O PT dava pistas ao mercado de que a política macroeconômica ficaria intacta.

Nesse momento, a voz de Heloísa Helena, senadora por Alagoas pelo PT, surge como a primeira grande oposição às definições do Governo Lula. Além disso, o apoio de Lula a José Sarney como presidente do Senado foi alvo de duras críticas:

Porque sem nenhum demérito a Luciana Genro, Babá e João Fontes, que com ela foram expulsos do PT, foi sua voz a que mais se destacou, na denúncia do significado degradante da indicação de Henrique Meirelles para o Banco Central – “o companheiro” Henrique Meirelles, como o anunciou Lula em coletiva aos telejornais. E pelo esforço de tribuna que ocupava com seu mandato foi ela quem se levantou em protesto, antes de todos, contra o apoio de Lula à José Sarney à presidência do Senado. (TEMER, pg. 80, 2014)

A segunda agenda que aglutinaria novamente uma ala petista de descontentes seria a Reforma da Previdência proposta pelo Governo Lula. Nesse momento, a voz da senadora Heloísa Helena (AL) se juntou às vozes de quatro deputados federais, João Batista de Oliveira Araújo (Babá), Luciana Genro (RS), Lindbergh Farias (RJ) e João Fontes (SE). Desses, Lindbergh Farias foi o único que decidiu permanecer ao lado do presidente Lula. No mesmo ano Lindbergh seria eleito prefeito na cidade de Nova Iguaçu (RJ) com apoio total do PT e do Presidente Lula na campanha. Aos demais parlamentares que permaneceram na luta contra a Reforma restava o julgamento nas instâncias internas do partido.

O dia da votação foi um dia muito conturbado e tenso para alguns parlamentares do PT. Heloísa Helena (AL) afirmara não poder votar a favor de algo que sempre se mostrou contrária. Emocionada com o que estava vendo acontecer, Heloísa Helena (AL) disparava contra o governo Lula e o PT: “É como se estivessem arrancando o meu coração e não podem me devolver os melhores anos da minha vida que eu passei construindo este partido”<sup>12</sup>.

As articulações até o julgamento foram intensas. Havia um movimento dentro do PT para frear o processo de expulsão. O senador por São Paulo, Eduardo Suplicy, ainda tentou propor alguma forma mais branda de punição, como um afastamento de seis meses dos parlamentares. Mas o pedido não foi à frente.

Numa declaração realizada durante o processo em Brasília, o senador Aloisio Mercadante descreve que o movimento de expulsão era natural, uma vez que os parlamentares não acompanhavam o PT em nenhuma votação, o que demonstrava que os mesmos já tinham escolhido deixar a legenda. Ele ainda cita a seguinte frase sobre a senadora Heloísa Helena: “Ela nunca esteve ao lado do governo nos enfrentamentos que tivemos com a oposição”, denunciou Mercadante. “Eles estavam se juntando com a direita para destruir um sonho que é de todo povo brasileiro”<sup>13</sup>.

É preciso diferenciar aqui o caso do deputado João Fontes (SE). Sua expulsão foi a primeira do grupo e caminhou de forma paralela aos processos dos demais. Além disso, o

---

<sup>12</sup> Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2003/11/26/ult27u39579.jhtm>. Último acesso em 17/10/2017.

<sup>13</sup> Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Direcao-do-PT-expulsa-rebeldes-e-adverte-tendencias-radicaais/4/733>. Último acesso em 12/01/2018

processo teve relação direta com outra questão. Segundo a Comissão Executiva Nacional e o relatório do então secretário de organização do partido, Silvio Pereira, João Fontes havia entregue à imprensa uma fita com gravação do presidente Lula apontando Sarney como ladrão, o que obviamente causaria um grande alvoroço na relação do governo com o ex-presidente e senador pelo PMDB.

As dinâmicas estabelecidas para o processo mostravam claramente a força do Campo Majoritário (tendência interna do PT) no comando das ações do partido. Tendo o presidente Lula e o deputado federal José Dirceu no comando do partido, dificilmente algum conflito que tentasse contra os avanços decididos pelo Campo Majoritário prosperariam.

O processo de expulsão tenta ser contido por outros movimentos políticos, até mesmo de lideranças acadêmicas internacionais, como Noam Chomsky (Pômpeo, 2007). O manifesto contou com mais de mil assinaturas.

Em julho do mesmo ano, a *Socialist Review* publicou manifesto intitulado “Petition on Behalf of PT Senator Heloisa Helena and PT Deputies João Batista Araújo Babá and Luciana Genro”. Encabeçado pelo linguista Noam Chomsky e pelo cineasta Ken Loach, o texto reivindicava que o PT reconsiderasse sua posição e não expulsasse os radicais. A versão final do manifesto, divulgada no início de dezembro, contava com mais de mil assinaturas. Além disso, diversos intelectuais, sindicatos e organizações brasileiras protestaram contra a tentativa de expulsão. (ARAÚJO, 2015, pg.43)

Mesmo diante de apelos robustos do campo das esquerdas, o Diretório Nacional decide pela expulsão por 55 votos a favor e 27 votos contrários. Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes estavam expulsos do PT por indisciplina e infidelidade partidária.

A deputada federal Luciana Genro (PT) fez um discurso importante na Câmara dos Deputados em Brasília (DF) que reforça o contexto em que o partido está sendo fundado e explica em parte a relação tão presente nas instâncias internas de superação do Lulo-petismo. O título que a deputada federal dá ao discurso é “A morte anunciada do PT”. Os trechos apresentados abaixo são um pequeno recorte que registra o momento de construção da história do PSOL e da tendência que lidera ainda hoje no partido (MES).

Nós estamos sendo expulsos porque denunciamos a reforma da Previdência, denunciamos que o Governo do PT e as lideranças do PT compraram o discurso do Collor, tentando mostrar os servidores públicos como privilegiados. Lideranças que nunca mais falaram dos privilégios dos banqueiros, dos seus benefícios sem limites, que vão consumir o ano que vem quase 50% da receita corrente líquida do nosso País e que neste ano levaram mais de 10% do nosso PIB em juros da dívida externa e interna.

Então, na verdade, companheiros e companheiras, nós estamos diante de um profundo processo de transformação do PT. Um processo que não vem de hoje, já começou há alguns anos, mas que deu um brutal salto de qualidade quando Lula chegou à Presidência da República. Neste momento, o PT deixou de ser um obstáculo mais ou menos eficaz à implementação dos ataques à classe trabalhadora, à implementação do modelo neoliberal e passou a ser um instrumento da aplicação



As denúncias do Mensalão<sup>14</sup> no Governo Lula refletem na formação dos quadros do PSOL. Os esquemas de compra de partidos e parlamentares e empréstimos fraudulentos impactam fortemente o PT, e uma nova onda de militantes e parlamentares sai em direção ao novo partido.

O primeiro raio de sucessão de rupturas que ocorre foi anunciado em 20 de agosto de 2005: o deputado federal João Alfredo (CE), da DS, divulga carta pública em que anuncia sua desfiliação do PT e entrada no PSOL. Quatro dias depois, é realizado ato em Fortaleza para oficializar a entrada de Alfredo no partido. Nos dias 24 e 25 de setembro, foi realizada em São Paulo, com a presença de 800 militantes, a primeira Assembleia Nacional Popular e de Esquerda (ANPE). Ao final do ato, segundo informa o site do PSOL, um grupo de 400 petistas – representantes de movimentos sindicais de todo o país, a maioria sindicalistas, realizaram ato de desfiliação do PT e ingresso no PSOL. (PÔMPEO, 2007, pg.8)

Os parlamentares que saem do PT em direção ao PSOL trazem consigo correligionários e até mesmo tendências políticas internas, como é o caso do deputado federal Ivan Valente, pertencente a Ação Popular Socialista (APS), que decide desfiliar-se do PT e acompanhar o deputado. Pômpeo (2007) aponta para outro importante destaque na organização do PSOL. O PCB, partido aliado petista historicamente, entende não fazer mais parte do projeto do PT no governo, deixando a Frente Popular que elegeu Lula em 2002.

O PSOL está oficialmente formado em 15 de setembro de 2005. A composição interna conta em seu início com diversos grupos dissidentes de partidos de esquerda. A base militante ainda é naquele instante um mosaico de tendências, que será fruto de discussão mais à frente. Como diziam Silva e Pires (2016), os fundadores do PSOL tiveram sapiência necessária diante do momento histórico do país:

Os fundadores do PSOL tiveram a sapiência de perceber que o momento histórico pelo qual passava a esquerda brasileira exigia um partido com muita tolerância interna, com direito de tendências e com espaço para transformar-se também num fórum permanente de debates e sínteses. O PSOL nasceu, portanto, com três importantes consensos: não repetir os erros do PT; não se transformar em mais um PSTU; e garantir internamente o exercício da diversidade da cultura política da esquerda que se abrigou no seu interior, para que o fator tempo fosse forjando os ajustes mais finos e estratégicos do perfil partidário (SILVA E PIRES, 2016, pg. 107)

A base parlamentar do PSOL assim que se oficializa é composta totalmente por ex-parlamentares do PT. Em 2005 estava organizada assim a base parlamentar do novo partido:

---

<sup>14</sup> Como ficou denominado na mídia os escândalos de compra de votos e destinação de propinas aos parlamentares da coalização articulada pelo Partido dos Trabalhadores ainda no primeiro governo Lula (2003-2006).

Tabela 3 – Quadro Base Parlamentar 2005

<b>Parlamentar</b>	<b>Cargo</b>	<b>UF</b>
<b>Heloísa Helena</b>	Senadora	AL
<b>Chico Alencar</b>	Deputado Federal	RJ
<b>Babá</b>	Deputado Federal	RJ
<b>Ivan Valente</b>	Deputado Federal	SP
<b>Orlando Fantazzini</b>	Deputado Federal	SP
<b>Maria José Maninha</b>	Deputado Federal	DF
<b>Luciana Genro</b>	Deputado Federal	RS
<b>João Alfredo</b>	Deputado Federal	CE
<b>Araceli Lemos</b>	Deputada Estadual	PA
<b>Afrânio Boppré</b>	Deputado Estadual	SC
<b>Brice Bragato</b>	Deputado Estadual	ES
<b>Randolfe Rodrigues</b>	Deputado Estadual	AP
<b>Raul Marcelo</b>	Vereador	Sorocaba - SP
<b>Carlos Giannazzi</b>	Vereador	São Paulo - SP
<b>João Fontes</b>	Deputado Federal	CE

Fonte: Elaboração própria

A estreia da legenda nas eleições foi em 2006. Desse grupo de deputados, vereadores e senadora, apenas cinco se reelegeram. No Rio de Janeiro, Chico Alencar manteve sua cadeira na Câmara. Em São Paulo, Ivan Valente, se reelegeu deputado federal, mas Raul Marcelo e Carlos Giannazi se tornaram deputados estaduais. Por fim, Luciana Genro manteve uma vaga na Câmara Federal para o Rio Grande do Sul. Na tabela ainda é possível perceber em destaque o deputado federal João Fontes, um dos expulsos nos idos de 2004. João Fontes não chegou a integrar o PSOL para as eleições de 2006, saindo antes da oficialização do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Uma diferença substancial da ruptura dos anos 1990 da Convergência Socialista diz respeito à dissidência parlamentar realizada pelos parlamentares que fundariam o PSOL. Uma simplificação rápida nos levaria a entender essa formação como reprodução do partido de quadros de Duverger (1980), todavia as tendências que seguem as lideranças para formação do partido já indicam a tentativa de uma formação que não se enquadraria nas definições de Duverger (1980) nesse momento. A alegoria que o vereador Tarcísio Motta (RJ) fez durante entrevista realizada para a pesquisa explicita a ideia dos enormes desafios que nasciam junto com o partido: “O partido nasceu pela copa da árvore. O desafio é enraizar-se na sociedade. Normalmente se começa pela base, o PSOL nasce com parlamentares em sua formação. Obviamente que existe uma base militante, mas um enraizamento como o do PT ainda demanda trabalho e tempo”.

### 2.3 Marco fundador: os documentos que constroem a organização partidária

A organização de um partido político começa com seus documentos de fundação. Seus estatutos e programas formam a base do que fora estabelecido na articulação, que dá vida legal e orgânica à instituição. Panebianco (2005) e Duverger (1980) chamaram a atenção para a importância das origens da formação, a identificação dos autores e participantes e as condições que resultam na apresentação de um novo modelo. Junte a essa preocupação a leitura mais refinada do que fora estabelecido enquanto documento base de fundação, o que está descrito no âmbito da legislação pertinente à fundação de um partido.

Nesse sentido, a ideia é fazer dessa análise uma contribuição importante para a pesquisa. Os documentos que serão utilizados nessa investigação serão o estatuto do partido, seu programa, as resoluções tiradas dos Congressos, livro em comemoração aos 10 anos de partido, e as revistas Socialismo e Liberdade, que nasceram em 2015 organizadas pela Fundação Lauro Campos. Obviamente que o livro e as revistas não podem ser confundidos com documentos oficiais que fazem parte do acervo legal e obrigatório de todo partido legalizado do sistema partidário brasileiro, entretanto, entendo ser importante fonte para o entendimento do discurso do partido e do posicionamento político.

O Estatuto precisa ser analisado de forma inicial. É nele que se encontram os direitos e deveres dos militantes, as formas de ingresso no partido, o modelo de poder, as hierarquias, enfim, toda a organização mais elementar para o processo de um partido. A primeira observação ao Estatuto é entendê-lo como sendo construído a partir de ditames claros da democracia brasileira, podendo ser visto a partir de um caráter democrático. O artigo 5º e o artigo 6º nos encaminham essa noção:

Art. 5º – O Partido **SOCIALISMO E LIBERDADE** desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário

Art. 6º – Coerente com o seu Programa, o Partido **SOCIALISMO E LIBERDADE** é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos. (ESTATUTO, 2010, pg. 10)

Uma segunda observação que descreve e localiza o PSOL no seu campo político refere-se ao grupo que o partido está disposto a contar nos processos democráticos no país. O objetivo de construir uma sociedade socialista surge ainda no artigo 5º, com ampla democracia para os trabalhadores. O artigo 6º, em que surge a ideia de “justiça e igualdade”, pode ser referendado por Bobbio (2004). Citando Dumont, Bobbio (2004) descreve da seguinte forma:

A esquerda deve ser definida por seu empenho em favor do “princípio da retificação”, o qual permitiria que se considerassem as várias esquerdas como estando coligadas entre si por uma certa semelhança de família: a família da igualitária. O projeto de retificação pode ser expresso de muitos modos, mas em qualquer dos casos sua linguagem parte do reconhecimento de que existem desigualdades injustificáveis (BOBBIO, 2004, pg. 18)

Um dispositivo interessante no Estatuto do partido e que revela em parte a tendência de abarcar juventudes é o artigo 8º. Nele surge a ideia de que o partido pode instituir mecanismos para filiar jovens menores de 16 anos, idade limite para o exercício do voto e participação dos processos políticos democráticos.

No âmbito dos direitos e deveres dos filiados, chamam a atenção dois pontos. O primeiro, o qual se refere aos direitos, usa o verbo exigir na letra f, no último item dos direitos, como uma forma de garantir o nivelamento daqueles que estão em cargos eletivos do militante partidário sem cargo algum. A ideia de exigir informações me parece um tanto forte no campo democrático. O segundo ponto diz respeito ao inciso 1º do artigo 11º, que se refere aos deveres. Esse inciso aponta para uma perda dos direitos em caso de não comparecimento em reuniões do partido ou núcleos no período de três meses. Entendo de duas formas esse inciso: primeiro, ser radical com o militante, o que pode afastá-lo, e segundo, que de fato essas cobranças não são efetivas, o que pode destituir o estatuto do seu objetivo central, que é o de fazer o partido funcionar com limites definidos e claros para todos os seus filiados.

O Artigo 18º, que trata das infidelidades partidárias, traz como uma infração de infidelidade o não pagamento das taxas partidárias, ou seja, não contribuir com os valores estabelecidos no estatuto é uma falta grave. Porém, durante as conversas no diretório estadual e municipal, a dinâmica dos recursos, ou melhor, a ausência dela sempre foi pauta. O PSOL se encontra na Lapa, bairro central e histórico do Rio de Janeiro. Na sala ampla do 10º andar onde compartilham a gestão o diretório estadual e municipal, ficou claro que, em sua maioria, os parlamentares atrasam por meses suas contribuições, deixando o diretório com pouquíssimos recursos. Ainda será alvo de análise a forma de organização interna do PSOL e por isso não é necessário avançar aqui.

Portanto, mesmo com todos os dispositivos apontando para possíveis punições até certo ponto severas, na prática o estatuto deixa algumas questões mais delicadas passarem ao largo. As articulações no âmbito dos recursos são sempre mais melindradas e feitas com certo cuidado pelos diretórios, a fim de não causarem constrangimentos maiores.

Quanto à organização do partido, o artigo 26º em companhia do artigo 31º merecem ser sublinhados devido à fixação da maior instância de definições políticas do partido e da importância que possui em toda a montagem de sua direção: o Congresso Nacional.

Art. 26 – Os órgãos do Partido devem respeito, **em primeiro lugar**, às resoluções do Congresso Nacional e às decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional, nessa ordem.

Art. 31 – O órgão supremo do Partido é o Congresso Nacional.  
 § 1º O Congresso Nacional deverá reunir-se, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, ou, extraordinariamente, em vista de circunstâncias e acontecimentos sociais e políticos relevantes, a qualquer tempo e/ou por deliberação da maioria simples do Diretório Nacional, ou à solicitude de 50% dos Diretórios Regionais, com abrangência, no mínimo de 1/3 dos filiados do Partido em condições estatutárias; ou a pedido de um terço dos filiados, em condições estatutárias, do total de filiados do país. (ESTATUTO, 2010) [grifo meu]

Esse artigo é importante para a escala de importância dos encontros e suas instâncias. A participação no 6º Congresso do partido nas três instâncias é importante para uma discussão no âmbito das lideranças do partido e para a relação dos parlamentares com a militância e disciplina partidária dos mesmos. Separei mais à frente um tópico para falar da experiência de ter participado do Congresso e como enriqueceu a pesquisa a observação de campo durante os três finais de semana dedicados integralmente à política interna do PSOL.

É importante entender o funcionamento anterior aos Congressos para acompanhar a dinâmica de toda a organização. As plenárias para composição dos delegados são realizadas pelo menos com antecedência de três meses das datas estabelecidas para o Congresso. Esse processo é marcante para a discussão e montagem das teses que serão apresentadas. Além disso, o caráter democrático se mostra nesses espaços dos Núcleos, onde o militante de um bairro mais distante do centro, ou os diretórios de menor estrutura no Estado, consegue dar sentido à vida orgânica do partido. São nesses espaços que o partido consegue mobilizar mais participantes e futuros filiados.

Duverger (1980), refletindo sobre a organização dos partidos, já havia elencado alguns agrupamentos nas instâncias internas dos partidos: o comitê, a seção, a célula e a milícia. Os Núcleos existente no PSOL e os Setoriais tangenciam essa divisão construída por Duverger (1980). Os núcleos transitam entre as categorias da seção e da célula.

O Artigo 37º define a composição numérica dos diretórios, executivas, comissões e convenções do partido. Esse artigo reforça a lógica democrática quando estabelece a

proporcionalidade na formatação dos diretórios respeitando o processo eleitoral e os percentuais de cada chapa participante do Congresso.

Art. 37 – O Congresso Nacional elegerá proporcionalmente, na forma do Regimento Interno e dentre os filiados em condições estatutárias:

I – os membros do Diretório Nacional, composto de 61 (sessenta e um) titulares e 13 (treze) suplentes;

II- os membros da Executiva Nacional, composta de 17 (dezesete) titulares e 6 (seis) suplentes;

III – os membros do Conselho Curador, da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal da Fundação Lauro Campos.

IV – os membros do Conselho Fiscal do PSOL, composto de cinco membros efetivos e três suplentes, não podendo os mesmos fazer parte do Diretório Nacional.

V – os membros da Comissão de Ética do PSOL, composta de sete membros.

§1º A escolha dos membros constantes nos incisos acima serão eleitos respeitando a proporcionalidade direta dos votos obtidos pelas diferentes chapas apresentadas no Congresso Nacional.

Dentro do Diretório Nacional está a Comissão Executiva Nacional, composta por 17 (dezesete) integrantes membros titulares e 6 (seis) suplentes. Segundo o Estatuto, é essa Executiva Nacional que vai zelar pela direção do partido, administrá-lo no cotidiano. Todas as funções mais objetivas, que decidem a dinâmica do partido, estão estabelecidas na Comissão Executiva Nacional.

Ainda na perspectiva da organização do partido, a Convenção Nacional surge como importante espaço de avaliação do partido. São as Convenções que tratam, por exemplo, da homologação das candidaturas do partido. Em anos eleitorais as Convenções atuam sistematicamente em municípios, estados e na federação para ratificar as escolhas dos candidatos. Além disso, as Convenções acompanham a execução das políticas formuladas e aprovadas por voto nos Congressos e que fazem parte das resoluções. Os membros da Convenção saem dos diretórios.

Voltemos a organização dos núcleos e setoriais, pois são os setores mais próximos ao simpatizante, ao eleitor e ao filiado comum. Primeiro é interessante definir a diferença de núcleos de base e setoriais, pois os conceitos se aproximam. Eles formam a militância de base. Segundo o Estatuto, núcleos de base podem ser formados “em função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais, e todos aqueles que possam ser considerados importantes pelo Programa partidário”. Já os Setoriais “são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados”.

Os Setoriais vão atuar em áreas específicas, o que não vale para os Núcleos de base. Esses espaços podem atuar sobre temas, discuti-los, mas cabe aos setoriais a interferência mais concreta com os movimentos sociais desse ou daquele tipo. Ambos os espaços são

absolutamente voltados para a militância de base, para a atuação contínua. Os Setoriais têm uma atividade importante no partido pelo diálogo permanente com os movimentos sociais. As definições partidárias em consonância com os movimentos sociais apoiam uma mobilização mais efetiva e um caráter de participação do partido em diversas instâncias externas.

Desde que surgiu, o PSOL entende a organização financeira como uma esfera primordial para uma atuação mais independente do partido e como um diferenciador de outras instituições. Mesmo definindo algumas proibições, o parágrafo único do artigo 71º que delimita essa questão não deixa claro que todas as doações de empresas são proibidas. Ele elenca a proibição de empreiteiras, bancos e multinacionais, mas a descrição não exclui o mercado como um todo. De outro lado, o artigo define as doações de pessoas físicas, do fundo partidário e rendas de atividades permitidas pelo partido. Os limites estão assim descritos no artigo:

Art. 71 – Os recursos financeiros do Partido serão originários de:  
I – contribuições de seus filiados e simpatizantes;  
II – dotações do fundo Partidário, nos termos deste Estatuto e do Regimento;  
III – Rendas eventuais e receitas de atividades financeiras e partidárias, observadas as disposições legais;  
Parágrafo Único – Não serão aceitas contribuições e doações financeiras provindas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeiros, sempre no marco das vedações contempladas pelo art. 31 da Lei 9096/95. (ESTATUTO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2010, pg. 11)

Os artigos que complementam a informação acima são importantes para entender o desembolso de recursos para as instâncias estaduais e municipais do partido. Apenas 20% dos recursos são destinados para pagamento de pessoal, o que torna quase impossível a manutenção de diretórios espalhados pelo Brasil. No caso do Rio de Janeiro, alguns diretórios municipais ainda subsistem na casa dos militantes ou em espaços itinerantes emprestados, na maioria das vezes em espaços públicos.

Uma questão de fundo colocada na pesquisa ao se debruçar sobre o Rio de Janeiro era a de entender a dinâmica do diretório estadual e municipal, além de alguns diretórios na região metropolitana, mais especificamente na Baixada Fluminense. E uma das vertentes levantadas por mim era de fato o funcionamento do diretório, isto é: como ele funcionava no seu cotidiano? Quantas pessoas atuam na direção do partido ordinariamente como um emprego formal?

A relação dessa definição sobre os recursos do Estatuto impacta a forma e a autonomia do partido. Os diretórios, estadual e municipal, ou melhor, os militantes eleitos para o diretório e sobretudo para a Executiva do partido não são remunerados. A pergunta seria: como o partido consegue se organizar dessa forma? A forma encontrada é a de nomear os

membros dos diretórios nos mandatos parlamentares, e, devido as disputas entre as tendências internas, alguns militantes não conseguem se encaixar nos mandatos que estão em vigor.

Segundo o presidente do diretório estadual do Rio de Janeiro de 2015-2017, Álvaro Neiva, virou regra a tendência que ganhasse mais votos no processo eleitoral, e assim possui a presidência do partido e o dirige solitariamente. Os outros membros que estão em menor número devido à proporcionalidade não atuam sistematicamente no partido, sendo acionados quando necessário.

Essa não é a realidade do Diretório Nacional e da Fundação Lauro Campos. A Direção Nacional possui membros remunerados pelo partido, ou seja, existe uma profissionalização das funções no âmbito da federação. Assim também como a Fundação Lauro Campos. Os 20% estabelecidos na divisão dos recursos consegue manter uma equipe mais profissional à frente do processo e garantir sua produção.

Esse amadorismo tem resultados perversos para a direção do partido local. As atribuições destinadas aos diretórios e executivas nos estados e municípios sofrem uma pesada interferência. A relação entre parlamentares e militantes dirigentes torna-se desigual, uma vez que os parlamentares sustentam os dirigentes em seus mandatos. Duverger (1980) discutia essa relação entre parlamentares e dirigentes partidários, enfatizando exatamente as diferenças entre partidos que possuíam uma preponderância de dirigentes sobre os parlamentares, bem como o seu inverso. Duverger (1980) chega a comparar a direção com o rei no período medieval e no sistema feudal.

Esse domínio dos parlamentares sobre o partido lhe dá uma estrutura mais descentralizada. Cada deputado, sendo muito independente dos seus colegas, dirige os comitês locais como lhe aprouver. A direção central assemelha-se um pouco a um rei feudal sem poder nem prestígio em relação a grandes vassallos. (DUVERGER, 1980, pg. 221)

Essa relação lembra os conceitos criados por Panebianco (2005) quando entende a necessidade permanente de incentivos aos militantes do partido. Panebianco (2005) divide-os em seletivos e coletivos. Os incentivos coletivos são aqueles que são ofertados igualmente a todos os militantes do partido, e os seletivos são os incentivos que são ofertados de forma diferente, atendendo a um interesse da instituição e do militante de forma específica. Os incentivos coletivos podem ainda ser divididos em ideológicos, solidários e de identidade, que se remetem sobretudo aos objetivos do partido e ao ganho de participar dessa instituição. Nessa modalidade, o ganho é estar no partido. Já os incentivos seletivos são conectados à ideia de poder, de colheita individual e de um certo status, seja pela proximidade com um parlamentar reconhecido ou pelo cargo ofertado nessa relação. O militante deixa o objetivo geral (o coletivo) para ser o “assessor do deputado fulano” (seletivo).

Entendo que a relação entre parlamentares e dirigentes pode recair nesse contexto por demais delicado para uma instituição. Essa distribuição de incentivos por parte de um grupo específico, no caso aqui os parlamentares que nomeiam os dirigentes, faz deles os protagonistas, que em resumo podem indicar uma formação de grupos oligárquicos no partido como bem nos explicou Michels (1982).

Outra preocupação de Panebianco (2005) refere-se à autonomia que esses parlamentares podem adquirir com o tempo e com isso fazer da organização um espaço para suas ações à revelia e não a forma inversa. Dentro do Estatuto do PSOL existem as penalidades estabelecidas pelo partido, que de alguma forma podem mitigar com essa autonomia e estabelecer limites mais claros. Entretanto, as teorias sobre os partidos políticos servem de alerta para o PSOL.

Art. 12 – A disciplina partidária constitui uma das formas pela qual o Partido, enquanto assegura internamente a mais ampla democracia e direito à dissensão, preserva sua atuação com o máximo de unidade, respeitando as deliberações dos filiados, realizadas através dos Congressos e Convenções Nacionais, e dos órgãos do Partido, tais como o Diretório Nacional, Regional, Municipal e os Núcleos do Partido, sempre nos termos de seu programa e após a realização de amplos debates que garantam a expressão das diversas opiniões.

Art. 13 – Qualquer membro do Partido, independentemente do cargo que ocupe ou órgão ao qual pertença, que venha, por ação ou omissão, a descumprir o programa e Estatutos partidários, em seu todo ou separadamente, sofrerá as seguintes sanções:

I – advertência;

II – destituição de cargos políticos;

III – afastamento por tempo determinado do Partido; d) expulsão do Partido.

Parágrafo Único: As sanções acima previstas serão aplicadas conforme cada caso concreto pelo órgão ao qual o filiado estiver imediatamente subordinado, devendo ser aprovadas pela maioria dos membros efetivos do órgão, com exceção das sanções de expulsão, que somente poderão ser deliberadas e aplicadas pelo Congresso Nacional do Partido, ou pelo Diretório Nacional, por deliberação de 2/3 de seus membros. (ESTATUTO DO PARTIDO, 2010, pg. 3)

Um partido que não aceita doações externas de empresas normalmente precisará de muitos recursos do Estado, que se referem ao fundo partidário e aos detentores de cargos no executivo e no legislativo. Além disso, as contribuições de parlamentares e de filiados que atuam nos gabinetes também são recursos importantes. A lógica de sobrevivência na democracia participativa precisa de um partido que cresça suas bancadas e que administre mais cidades e estados.

Sem nenhuma sombra de dúvidas, Katz e Mair (1995) estavam corretos quando entenderam que os partidos políticos na atualidade se aproximam mais do Estado, mesmo sendo um partido de oposição, sobretudo pelo volume de recursos que faz o partido caminhar dentro do sistema partidário brasileiro. Mesmo com as dificuldades de conceituar modelos distintos, os partidos-cartel de Katz e Mair (1995) possuem a maior conexão com a realidade dos partidos políticos na contemporaneidade.

Art. 83 – Os filiados ocupantes de cargos de confiança, assessores dos detentores de mandatos executivos, mesas legislativas e lideranças de Bancadas e de parlamentares, que não sejam funcionários públicos efetivos, deverão efetuar uma contribuição financeira mensal, conforme tabela abaixo:

I – de zero a 3 (três) salários mínimos, no valor correspondente à aquisição da Carteira Nacional de Militante, estipulado pela Secretaria Nacional de Finanças;

II – acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 1% (um por cento) do salário líquido mensal do filiado;

III – acima de 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário líquido mensal do filiado;

Parágrafo único: Os filiados funcionários efetivos ocupantes de cargos de confiança deverão efetuar sua respectiva contribuição financeira mensal, calculada com base em seu salário normal, e, ainda, com base na diferença salarial decorrente de sua nomeação, obedecidos, respectivamente, os percentuais previstos no artigo anterior deste Estatuto.

Art. 84 – Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a 20% (vinte por cento) do total líquido da respectiva remuneração mensal. (ESTATUTO, 2010, pg. 25)

Apesar da fórmula de participação dos militantes funcionários, assessores e/ou detentores de cargos em mandatos ou governos e da contribuição ainda mais robusta dos ocupantes de cargos eletivos e/ou executivos, é da fonte do fundo partidário a maior parte dos recursos de um partido político. Essa afirmação não possui uma base real de comparação de dados, uma vez que os partidos não abrem sua contabilidade a pesquisadores, mas, com a apresentação do que foi distribuído pelo fundo partidário, as diferenças podem ser vislumbradas.

Tabela 4 – Distribuição do Fundo Partidário Nacional

Partido	Oficial	Estimado
	Em R\$ mi	Em R\$ mi
	Até nov	Até dez
PT	83,3	98,1
PSDB	68,6	81,1
PMDB	66,8	78,9
PP	40,2	47,5
PSB	39,2	46,3
PSD	37,3	44,1
PR	35,3	38,1
PRB	27,9	33
DEM	25,8	30,5
PTB	24,7	29
PDT	22,4	26,2
SD	17,4	20,5
PSC	16,2	19,1
PV	13	15,4

<b>PROS</b>	<b>12,6</b>	<b>14,6</b>
<b>PPS</b>	<b>11,4</b>	<b>13,1</b>
<b>PSOL</b>	<b>10,4</b>	<b>12,6</b>
<b>PCdoB</b>	<b>11,3</b>	<b>11,5</b>
<b>PHS</b>	<b>6,7</b>	<b>7,9</b>
<b>PSL</b>	<b>5,8</b>	<b>6,3</b>
<b>PODEMOS</b>	<b>5,3</b>	<b>6,3</b>
<b>PRP</b>	<b>5,2</b>	<b>6</b>
<b>PTdoB</b>	<b>6</b>	
<b>Partido virou Avante</b>		
<b>PEN</b>	<b>4,9</b>	<b>5,8</b>
<b>PSDC</b>	<b>4</b>	<b>4,6</b>
<b>PMN</b>	<b>3,8</b>	<b>4,4</b>
<b>REDE</b>	<b>3,7</b>	<b>4,4</b>
<b>PRTB</b>	<b>3,6</b>	<b>4,3</b>
<b>PTC</b>	<b>2,8</b>	<b>3,3</b>
<b>PSTU</b>	<b>1,9</b>	<b>2,3</b>
<b>PPL</b>	<b>1,7</b>	<b>2</b>
<b>PCB</b>	<b>1,3</b>	<b>1,5</b>
<b>PCO</b>	<b>0,98</b>	<b>1,1</b>
<b>NOVO</b>	<b>0,9</b>	<b>1</b>
<b>AVANTE</b>	<b>0,965</b>	

Fonte: Elaboração própria

A tabela 4 dos recursos do fundo partidário é autoexplicativa pelo volume altíssimo de valores. O Estimado da planilha se tornou real. O PSOL arrecadou 12,6 milhões de reais, mesmo sendo um partido considerado pequeno. Esse valor dividido nos 12 meses do ano resulta em pouco mais de 1 milhão de reais para o partido. Obviamente que esse recurso se divide pelos estados e municípios e, por isso, diluem-se dentro da organização. Se acrescentarmos o valor das contribuições de militantes, assessores e parlamentares e compararmos com pouquíssimos funcionários de que dispõe o partido, é possível pensar em profissionalização de dirigentes nos estados e municípios.

Essa estrutura foi objeto das entrevistas com o vereador Tarcísio Motta<sup>15</sup> e o presidente estadual do PSOL Álvaro Neiva<sup>16</sup>. Ambos concordam que é preciso avançar muito nos aspectos da organização financeira, o que vai gerar uma estrutura geral do partido,

<sup>15</sup> Na data da entrevista, o vereador ainda era presidente do PSOL Carioca. Somente no final de outubro, data do congresso da cidade, que nova eleição é realizada e então em novembro a nova presidente assume o cargo.

<sup>16</sup> Álvaro Neiva também era o presidente na data de sua entrevista, pois o congresso estadual foi realizado no início de novembro de 2017.

sobretudo na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Tarcísio pensa na formação política e na interiorização do partido.

Hoje o PSOL sobrevive de duas fontes: o Fundo Partidário e a contribuição dos parlamentares. A gente quer e isso não está implantado e, não sei se a gente vai ter perna antes do congresso, que é a contribuição via Internet, individual. Os estudos para isso andaram, mas precisa de grana e o Fundo Partidário teve uma diminuição enorme e a gente precisa estabelecer essa plataforma de contribuição individual do filiado do partido. Esse processo pode nos dar uma autonomia financeira maior. Ainda me incomoda muito, e falo como presidente do PSOL Carioca, é que a estrutura está muito aquém das necessidades e da realidade. O PSOL tem três funcionários, o gabinete de um vereador tem, pelo menos, seis vezes mais estrutura que o partido todo. A gente precisa melhorar isso e para tanto, precisa de mais recurso. O PSOL tem hoje uma responsabilidade e uma presença no Rio de Janeiro que sua estrutura não dá conta. E isso rebate em todas as coisas. Os processos de formação, por exemplo, dependem de trabalho voluntário, tudo depende da militância. Essa é uma coisa que a gente não resolveu, um déficit organizativo. Mesmo esse PSOL do Rio de Janeiro que é grande em sua expressão, importante na sua expressão social, ainda é pequeno do ponto de vista de sua estrutura partidária. Ele cresceu do ponto de vista de sua penetração territorial, ele está fincando raízes em outros lugares, ele tem núcleos. Mas do ponto de vista de sua estrutura física, dinheiro, administrativa, ele é muito aquém do que precisa e é um problema que a gente não resolveu. (Entrevista com o vereador Tarcísio Motta – realizada em 03/06/2017)

No caso de Álvaro, a percepção mais concreta refere-se às dificuldades de administrar um partido no estado com apenas 3 pessoas trabalhando. Segundo o presidente, duas questões são centrais: a primeira é o cumprimento pelos parlamentares sobre o pagamento ao partido e a segunda refere-se à criação de uma linha de doação virtual permanente.

Os mandatos contribuem, mas uma coisa que não é cumprido por todo mundo. Está no estatuto, mas não cumpre. Essa é uma briga que a direção tem de ter com os parlamentares. A galera cobra estrutura e comparece pouco. Tem parlamentar que está sem contribuir desde 2014. É o mais antigo que está sem contribuir. Hoje só tem um estadual em dia. Os vereadores contribuem com o Diretório Municipal. Nós estamos construindo uma plataforma que seja permanente de financiamento para o Partido. Estamos debatendo e, se tudo correr bem, em dois meses a gente está lançando. Com a esperança de ter uma autonomia. Nesse momento, nós estamos numa crise financeira. A gente gastou tudo na campanha. Durante a campanha a gente arrecada muito com quem não é filiado, mas são gastos específicos da campanha. O Partido ajudou a garantir estrutura jurídica, audiovisual, mas o grosso vem das doações. A gente está esperançoso de que o financiamento permanente ajude o partido. (Entrevista com o presidente estadual Álvaro Neiva – realizada em 26/06/2017)

Dois aspectos que finalizam o Estatuto referem-se à comunicação e à formação política. Decidi juntar os dois até mesmo pela entrevista realizada com o editor-chefe Cid Benjamin da revista do partido Socialismo e Liberdade. Cid Benjamin era um quadro do PT e é um dos fundadores do PSOL. A relação com a formação diz respeito à produção da revista que Cid entende como subvalorizada, ou mesmo pouco lida dentro do partido. Para ele, os responsáveis pela formação política poderiam usar a revista como material para os militantes, simpatizantes e novos filiados que quisessem conhecer um pouco mais das teses do espectro

ideológico de esquerda, além de conhecer mais o que pensam os parlamentares e as ações práticas do partido. Benjamin me conta que algumas vezes a entrega da revista nos diretórios, que seria a parte mais elementar do processo de distribuição, não consegue ser efetivada devido à ausência de funcionários para recebê-la.

No que tange à formação, o vereador Tarcísio Motta, que até outubro de 2017 dirigia o PSOL Carioca, afirma que as formações precisam de fato serem planejadas e formatadas a fim de atender a base do partido. Mesmo com o avanço em bairros fora do eixo centro-sul da cidade, como Campo Grande, por exemplo, zona oeste do Rio, o Estatuto ainda não consegue ser realizado como estabelecido nas letras.

As tendências internas do partido estão definidas no Estatuto e dessa forma sua organização pode e deve ser realizada em município, estados ou união, permitindo a livre organização para construção democrática do partido. Teremos um item explicativo sobre as tendências, por isso não me alongarei sobre elas neste momento.

O segundo documento que estabelece uma identificação do partido e aponta caminhos é o seu programa. A primeira observação ainda na introdução do documento é que vai nortear a história do PSOL até os dias atuais é a definição de traição dos governos petistas, a missão de superar tal modelo e recolocar no horizonte uma sociedade socialista. E o ponto de partida para que essa equação seja resolvida é a criação de um partido de novo tipo, o qual o PSOL tenta se definir, sem ainda dizer como seria esse novo tipo.

Nessa perspectiva de caminhos novos para a discussão de um projeto socialista, a necessidade da construção de um partido de novo tipo se afirmar de forma cada vez mais clara. É uma necessidade objetiva para aqueles que, nos últimos vinte anos, construíram uma concepção combativa de PT, e lhe deram a extraordinária possibilidade de abrir as portas para um Brasil sem miséria e sem exploração, mas que viram suas lutas, seus sonhos e expectativas traídas. (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, Programa do Partido, 2005, pg.1)

O primeiro tópico de discussão tem no socialismo democrático e com liberdade o foco maior. O enfrentamento da ordem global capitalista é o único caminho para superação das desigualdades muito latentes na atualidade, segundo o programa. O PSOL se coloca como uma forma muito distinta da experiência stalinista autoritária e da socialdemocracia, que, segundo o partido, não conseguiu postular as mazelas da classe trabalhadora. A ideia aqui é a de garantir que o socialismo é possível e não renuncia à liberdade da democracia. Essa é uma forma de fugir dos partidos de extrema esquerda e da conexão com o comunismo soviético, sistema que se desfez no início dos anos 1990.

Durante a pesquisa de campo, o terceiro ponto do plano estratégico do partido permeava as discussões: a negação da conciliação de classes. É o que vem a ser essa

conciliação? Novamente a referência é o PT. Segundo o PSOL, o PT buscou uma conciliação de classes ao se aliar com as grandes oligarquias políticas do país e reproduzir os governos de partidos burgueses.

Nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador – todos os trabalhadores, os que estão desempregados, com os movimentos populares, com os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, com as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia, nos setores formadores de opinião, cada vez mais dilapidadas pelo capital financeiro, como vimos recentemente no caso argentino. São estas alianças que vão permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular, para além dos limites da ordem capitalista. Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante. (PROGRAMA DO PARTIDO, 2005, pg. 3)

No trecho que define como Bases de análise do partido, que representam um outro bloco do programa, fica ainda mais evidente que o caráter deste é absolutamente militante, voltado para a construção de um modelo de discurso para o partido. O PSOL procura uma identidade no programa, uma forma de se diferenciar do PT, partido de origem, e de possíveis partidos de esquerda mais extremistas.

Como se trata de um partido de tendências internas permanentes, a identidade no programa precisa abarcar, mesmo que em pequenos trechos, o pensamento distinto de tais tendências. O discurso contra o PT e o Lulismo é uma forma que atende a todos os setores, por exemplo.

Outros temas que atendem ao discurso do partido é a luta anticapitalista e o caráter de apoio à luta dos trabalhadores nas suas mais diversas esferas, isto é, na luta por moradia, pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento de salários etc. Reiteradas vezes aparece no programa a ideia de luta contra o capitalismo e as formas que ele se desenvolve no país e no mundo e as dimensões de movimentos de resistência que apoiem os trabalhadores.

Na parte III, o partido define os pontos de onde demarcaram suas lutas e ao lado de quem se posicionarão. O partido se coloca como partícipe da luta a favor da Reforma Agrária, apoiando os movimentos do campo, como MST e CTP, e a Reforma Urbana, apoiando a luta dos movimentos dos trabalhadores sem teto, o MTST, e outras organizações com o mesmo caráter. O PSOL ainda reforça a luta contra as reformas neoliberais, como as reformas da previdência, trabalhista e sindical, e ainda utiliza um discurso originário e característico do PT da década de 1980 e início de 1990, que é o não pagamento da dívida externa e o rompimento definitivo com o Fundo Monetário Internacional – o FMI. A luta contra as privatizações também está nos ditames do programa do partido, incluindo o governo Lula como participante desse processo.

Ainda de acordo com a parte III do programa, que versa sobre as ações concretas em favor do povo pobre, o PSOL traz à tona a questão da corrupção, apontando para os governos de Lula, FHC e Collor, e defende o fim do foro privilegiado.

Essas questões do programa delimitam o posicionamento ideológico do partido. Como um partido de esquerda, o PSOL deixa nítido em seu programa a forma de ação e as bandeiras que deseja defender no jogo democrático do país. O item 10 da parte III tem um peso diferente dessa delimitação pois critica uma área comum de luta dos trabalhadores: os sindicatos.

10) Contra as burocracias sindicais. Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais.

Autonomia e independência frente ao Estado, governo e patrões.

Para impulsionar tanto as lutas imediatas quanto a construção de uma estratégia socialista, será fundamental combater as direções oportunistas que querem conciliar com a classe dominante e se submeter a seus interesses. Sempre vamos defender o princípio básico de que os trabalhadores devem confiar apenas na força da sua luta e organização independente. Os sindicatos viveram um longo processo de burocratização nos anos 90. Cresceram as burocracias sindicais – como a Força Sindical e a maioria da direção da CUT. (PROGRAMA DO PARTIDO, 2005, pg. 10)

A luta do PSOL na realidade é contra a forma com que os sindicatos estavam atuando no governo Lula, sobretudo a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que tem uma atuação por vezes híbrida em relação ao PT. Por isso que o texto chama de “direções oportunistas que querem conciliar com a classe dominante e se submeter a seus interesses”.

O Programa ainda não deixa de fora a luta das minorias e as pautas identitárias. Estão contempladas a luta dos negros, a luta das mulheres, a luta pela diversidade sexual, a luta dos índios, a luta dos aposentados e das juventudes no país.

Em que pese não aprofundar tanto na teoria sobre a análise dos discursos e as possíveis fragilidades que podem ser apontadas, é premente entender e definir a importância dos documentos fundadores do partido e como são imprescindíveis para a institucionalização deste.

A análise de discurso visa a refletir sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos e busca compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido (Minayo, 2000). A análise de discurso trabalha o ponto de articulação da língua com a ideologia e procura explicitar o modo como se produzem as ilusões do sujeito e dos sentidos (os pontos de estabilização referencial e os de subjetivação). Nesse processo, o analista deve evidenciar a compreensão do que é a textualização do político, a simbolização das relações de poder, o modo de historicização dos sentidos, o modo de existência dos discursos no sujeito, na sociedade e na história (Orlandi, 2001) (COPPELE, MELO E GONÇALVES, 2003, pg. 8)

O que o programa faz é conectar os militantes através das referências. A ideologia que está implícita no texto serve como fio condutor desse processo de identificação. O programa

serve como incentivo coletivo ideológico. Ele é de todos e delimita com clareza o que pensa o partido e como vai agir no processo democrático.

### 2.3.1 Resoluções aprovadas em Congressos

Depois do documento legal de organização interna, o Estatuto, e dos marcos ideológicos e de compromisso desenhados a partir do Programa do partido, as Resoluções surgem como documentos oficiais que têm como objetivo central decidir questões que irão nortear as ações do partido. As resoluções serão realizadas a partir das regras estabelecidas pelo Estatuto e deverão acompanhar as linhas gerais do Programa.

É preciso estabelecer alguns pressupostos quando documentos como as resoluções são analisados. Esses são documentos históricos do partido e que refletem o contexto do período e as soluções decididas pelos delegados em aprovação de maioria simples. Por isso preferi fazer um apanhado dos principais temas que foram tratados nas resoluções. Acredito ser a forma mais apropriada de estabelecer a coerência e a coesão do partido nos seus 12 anos de história. Seguirei então a ordem cronológica dos Congressos, extraindo as questões cruciais das resoluções.

A primeira Resolução foi criada em 2007, a partir do I Congresso do PSOL, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. As resoluções seguintes serão balizadas pela I Resolução de 2007. E como primeiro Congresso, a Resolução trata sobretudo da unificação do partido. Esse era o maior receio do partido. Foram 16 teses apresentadas e cerca de 1400 pessoas acompanhando o Congresso, sendo 800 delegados e 600 observadores. Era o primeiro movimento do partido e com disputas internas. Foi o maior número, tanto de teses quanto de delegados, já apresentado até a última Resolução extraída do 6º Congresso em 2017. Muito da I resolução se baseava em três questões centrais: o posicionamento do partido como uma alternativa socialista, a democracia interna e o caráter classista da organização.

O PSOL comemorava em 2007 sua estreia nas eleições em 2006 e a votação robusta da senadora Heloísa Helena (AL), com quase 7 milhões de votos. A primeira eleição, com pouquíssimo tempo de TV e Rádio, em pouco mais de 1 ano, dava pistas de que o partido poderia avançar substancialmente nas eleições seguintes.

Unindo as ações internas de ações externas do partido, o PSOL chamava a atenção para a democratização da mídia e como exemplo cita o caso de Hugo Chávez na Venezuela e

o tratamento de ditador que ganhava nos principais telejornais, rádios e mídia impressa brasileira. Para os delegados, o ataque era feito ao socialismo.

Em todos os Congressos a Direção Nacional é eleita. O quadro de cada um desses Congressos é relevante para o entendimento das forças internas que compunham cada período do partido. No tópico sobre as tendências, os quadros distribuídos em cada Congresso serão fruto de uma análise mais refinada. Em 2007 a Executiva Nacional ficaria composta da seguinte maneira:

Tabela 5 – Executiva Nacional – Mandato 2007-2009

<b>Executiva Nacional eleita no Congresso 2007</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo na EN</b>	<b>Tendência</b>
Heloísa Helena	Presidente	Enlace/Independente
Edson Miagusko	Membro	APS
Érico Corrêa	Membro	Alternativa Socialista
Fernado da Silva	Membro	CSOL
Israel Dutra	Membro	MES
Jeferson Moura	Membro	MTL
Babá	Membro	CST
Martiniano Cavalcante	Membro	MTL
Roseleia Messias	Membro	CST
Luis Araújo	Secretário Geral	APS
Mário Agra	Tesoureiro Geral	MES
Afrânio Boppré	Membro	APS
Alcebiades Teixeira	Membro	Enlace
Antônio Andrade	Membro	APS
Roberto Robaina	Membro	MES
Edilson Silva	Membro	MES
Milton Temer	Membro	Independente

Fonte: Elaboração própria

O II Congresso realizado em 2009 na quadra dos bancários em São Paulo contava com 300 delegados e 9 (nove) teses foram apresentadas, além de 4 (quatro) contribuições ao debate. A principal questão do Congresso e que se tornaria uma parte da Resolução era a aclamação do nome da então vereadora por Alagoas, Heloísa Helena.

As resoluções sempre apresentam de forma inicial o contexto político. Como é um documento datado, essa formulação é importante para embasar o documento. Nesse sentido, o Congresso é aberto com um manifesto pela saída de Marina Silva do PT. Essa resolução se

deve muito a Heloísa Helena, que sempre foi muito próxima de Marina Silva quando ainda militavam no PT.

A preocupação da principal liderança do PSOL em 2009 era o isolamento do partido. Heloísa Helena queria que o partido ampliasse as fronteiras de suas alianças a fim de não cair no sectarismo. Estiveram presentes representantes do PCB, do PSTU do MTST, da Intersindical e do Conlutas.

A crise econômica que abalava o mundo foi fruto de debate. No destaque para as resoluções internacionais, o povo de Honduras e a crise política que estava passando o país foram alvo de homenagens dos militantes presentes. O golpe militar em Honduras sofreu duras críticas do partido. Outro tema de destaque na conjuntura internacional versava sobre a luta permanente dos movimentos revolucionários na América Latina.

Sobre a conjuntura interna o tema predominante dos debates relacionava-se com a ética na política. Em 2009 as denúncias contra o presidente do Senado, José Sarney, versavam sobre desvios de recursos oriundos da Petrobrás no Instituto que leva seu nome.

Na eleição de 2009, o cenário para o novo mandato manteve boa parte da Executiva anterior. O novo período de mandato (2009-2011) garantiu Heloísa Helena na condução do partido e garantiu 11(onze) dos 17(dezessete) dirigentes.

Tabela 6 – Executiva Nacional – Mandato 2009-2011

<b>Executiva Nacional eleita no Congresso 2009</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo na EN</b>	<b>Tendência</b>
Heloísa Helena	Presidente	Enlace/Independente
Edson Miagusko	1º secretário de comunicação	APS
Érico Corrêa	2º secretário de relações institucionais	Alternativa Socialista
Fernado da Silva	1º secretário de movimentos sociais	CSOL
Israel Dutra	1º secretário de relações internacionais	MES
Jeferson Moura	1º secretário de formação política	MTL
Babá	1º secretário de relações institucionais	CST
Roberto Robaina	2º secretário de formação política	MES
Edilson Silva	2º secretário geral	MES
Fabiano Garrido	2º secretário de comunicação	Enlace
Mário Agra	1º secretário de organização	MES
Afrânio Boppré	1º secretário geral/ Presidência	APS
Leandro Costa	2º secretário de movimentos sociais	TLS
Elias Vaz	2º secretário de organização	Poder Popular
Randolfe Rodrigues	2º secretário de relações internacionais	APS
Francisvaldo Souza	1º tesoureiro	Enlace
Rodrigo Pereira	2º tesoureiro	APS

Fonte: Elaboração própria

Em 2011, o III Congresso do PSOL foi realizado em São Paulo e contou com cerca 972 credenciados, sendo 332 delegados, 26 convidados internacionais e 614 observadores. O destaque desse Congresso é a participação de vários partidos políticos internacionais de esquerda.

Participaram representantes de 24 países: o LPP do Paquistão; Syriza/Synaspismos da Grécia; Liga de Esquerda Operaria da Tunísia; a FPLP, a Liga de Mulheres e o Stop the Wall da Palestina; o Movimento para a Democracia Participativa de El Salvador; o Partido Socialista da Irlanda; Marea Socialista/PSUV e a Frente Campesino Ezequiel Zamora da Venezuela; o POR/Esquerda Unida e a Liga Anticapitalista da Espanha; o Movimento Socialista dos Trabalhadores e a Esquerda Socialista da Argentina; o partido Die Linke da Alemanha; o NPA da França; o Partido Socialista da Inglaterra; o Bloco de Esquerda de Portugal; a FNRP de Honduras; o Fórum Social Panamazônico da Bolívia; o Movimento Esquerda Revolucionária (MIR), o Partido Igualdade e o MST do Chile; a Organização

Guianense de Direitos Humanos; o Partido Nacionalista e a COEN do Peru; o Pólo Alternativo Democrático da Colômbia; a ISO dos EUA; a Assembléia Popular Democrática do Uruguai. (RESOLUÇÃO III CONGRESSO DO PSOL)

O contexto político em 2011 era de profunda crise em alguns países europeus, como Espanha, Portugal e, em especial, destaca-se a Grécia. Não é à toa que Syriza estava no Congresso. As lutas na Grécia ganharam destaque. Além disso, a Primavera Árabe<sup>17</sup> estava em plena ampliação e ainda em disputa em vários países.

Ainda sobre as alianças internacionais, as resoluções de 2011 trazem a manifestação de apoio ao deputado estadual Marcelo Freixo (RJ), que precisou deixar o país diante de tantas ameaças que sofria depois de coordenar a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio. O PSOL também tornou resolução o apoio ao “Occupy Wall Street” e ao movimento dos Indignados nos EUA, à luta do povo Sírio – defendendo uma solução sem intervenções estrangeiras, salvaguardando o conceito trotskista de autodeterminação dos povos – à Palestina, o boicote a Israel – onde os delegados defenderam o fim da aliança Mercosul-Israel – e ainda o apoio ao posicionamento crítico sobre a política brasileira em relação aos países mais frágeis da América, em que o país parece ser o imperialista da região.

No contexto da política brasileira, as resoluções denunciavam os escândalos do governo da presidenta Dilma Rousseff e da política de relações de conciliação do PT com o capital, além da crítica à relação com o PMDB. O PSOL se coloca como alternativa real de esquerda para uma mudança completa na política brasileira.

Uma possível aliança com Marina Silva foi levantada como uma possibilidade apresentada pela tese da APS. Os delegados rejeitaram qualquer aproximação por entender que Marina não representaria as posições defendidas pelo PSOL e reforçaria a polarização entre PT x PSDB.

As resoluções aprovadas sobre as eleições de 2012 (municipais) trouxeram à tona uma questão importante para o partido: a possibilidade de ampliação das alianças, cabendo o estudo de caso a caso pelo Diretório Nacional.

O Diretório Nacional avaliará caso a caso as alianças políticas e sociais que avançarem para além do acúmulo da Frente de Esquerda (PSTU e PCB), cabendo somente a essa instância a decisão final sobre a possível concretização de ampliações, tendo como parâmetros básicos a indicação da candidatura a prefeito (a) pelo PSOL e a firme defesa de nosso programa de profundas mudanças sociais e políticas. (RESOLUÇÃO DO III CONGRESSO DO PSOL, 2011)

---

<sup>17</sup> Levante de vários países no Oriente Médio e África clamando por mudanças políticas e contra a opressão ditatorial e a corrupção em governos de cunho autoritário.

Finalmente, um destaque para três capitais onde o partido vai unir forças para fortalecer as lideranças e organizar as campanhas: Belém, Macapá e Rio de Janeiro. Importante para a pesquisa perceber já em 2011 que a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma conformação política diferente junto com Belém e Macapá.

Desde logo, serão prioritárias para o PSOL as disputas pelas capitais do Pará, Amapá e Rio de Janeiro, em função do acúmulo partidário e das grandes potencialidades de vitórias político-eleitorais existentes nestas cidades. Esse processo será acompanhado de forma decidida pela Direção Nacional do PSOL (RESOLUÇÃO DO III CONGRESSO DO PSOL, 2011)

Uma importante indicação de orientação política diz respeito à resolução sindical. O PSOL não possui uma ligação orgânica com as principais centrais sindicais, o que é um problema para o partido. A formação de bases mais concretas de trabalhadores disputando as instâncias internas e agindo nas mobilizações do partido são imprescindíveis para uma instituição que se almeja ser popular, de esquerda e que lute por esses trabalhadores.

Uma mudança importante no Estatuto do partido é a política afirmativa para as mulheres. A resolução trata da paridade no quantitativo de homens e mulheres na composição dos diretórios e de todas as comissões internas do partido, garantia de creches nas atividades partidárias, formação política feminista e fortalecimento do setorial de mulheres. Ficaria assim a divisão e a forma de transição da paridade:

Portanto, os delegados e delegadas reunidos (as) no III Congresso Nacional do PSOL aprovam a política norteadora de cotas de 50% de mulheres para a composição das instâncias do PSOL e da Fundação Lauro Campos. Transitoriamente a direção eleita neste Congresso será composta de 30% de mulheres na sua Executiva Nacional e 40% no seu Diretório Nacional. (RESOLUÇÃO DO III CONGRESSO DO PSOL, 2011)

O III Congresso é de longe o mais denso e com maior participação estrangeira. As diversas moções aprovadas em relação às mais variadas demandas indicam um pouco esse aspecto. Foram deliberadas resoluções de repúdio, bem como moções de solidariedade e de apoio, desde as moções de apoio aos petroleiros do Cazaquistão, de apoio à ocupação de Pinheirinho em São José dos Campos, de repúdio à construção da hidrelétrica do Rio Turvo em São José do Rio Preto – SP à moção de falecimento do jogador Sócrates.

Tabela 7 – Executiva Nacional – Mandato 2011-2013

<b>Executiva Nacional eleita no Congresso 2011</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo na EN</b>	<b>Tendência</b>
Ivan Valente	Presidente	APS
Martiniano Cavalcante	2º secretário de relações internacionais	MTL
Marinor Brito	1º secretário de relações institucionais	APS
Camila Valadão	1º secretário de formação política	Enlace
Fernando da Silva	2º secretário de comunicação	CSOL
Jeferson Moura	1º secretário de movimentos sociais	MTL
Zilmar da Silva	2º secretário de movimentos sociais	APS
Roberto Robaina	1º Presidente da Fundação Lauro Campos	MES
Edilson Silva	1º secretário geral	Independente
Fabiano Garrido	2º secretário de comunicação	Enlace
Mário Agra	2º secretário geral	MES
Afrânio Boppré	2º secretário de relações internacionais	APS
Leandro Costa	2º tesoureiro	TLS
Janira Rocha	2º secretário de organização	MTL
Maia Fortes	2º secretário de formação política	MES
Francisvaldo Souza	1º tesoureiro	Enlace
Rodrigo Pereira	1º secretário de organização	APS

Fonte: Elaboração própria

Em 2013 o Congresso Nacional é realizado em Luziânia, cidade goiana no limite e muito próxima da capital Brasília. Dessa vez, o local segue o estabelecido em Estatuto. As discussões que embasavam esse Congresso giravam em torno, em especial, das “Jornadas de Junho”, como ficou batizada a série de grandes manifestações que tiveram seu ponto de partida com o MPS – Movimento do Passe Livre – nas capitais do país em reação ao aumento de passagem em transportes públicos. Desse tema as manifestações transbordaram para a violência policial, a luta e o protagonismo das juventudes, a repulsa aos partidos políticos e, por fim, ao tema da corrupção. A maioria dos governos (Federal, estaduais e municipais) se obrigaram a dialogar com os manifestantes e frear a onda de manifestações diárias.

O destaque dado aos parlamentares e suas atuações nas assembleias e Câmara Federal foi enunciado como um movimento de popularização desses parlamentares, o que era positivo

para o partido. Defenderam ainda o lançamento de uma candidatura própria na disputa presidencial para reforçar o PSOL como uma alternativa de mudanças.

As resoluções apontam para a campanha política do ano seguinte, permanecendo o PSOL como referência na defesa dos trabalhadores e das minorias e se colocando como veículo de movimentos sociais. Elas estabelecem ainda a defesa do meio ambiente, defendendo a paralisação da construção das usinas de Belo Monte e Jirau e garantindo à população indígena a sobrevivência diante do desenvolvimento do país sobre as regiões de proteção ambiental.

No Balanço desde o último Congresso Nacional, o PSOL defende que o partido cresceu, sobretudo nas capitais, e conseguiu vitórias interessantes, como a capital Macapá, a disputa (sem vitória) no Rio de Janeiro e a ampliação do número de vereadores. Na cidade do Rio, o partido compreende que as mobilizações pela candidatura do deputado estadual Marcelo Freixo à prefeitura foram muito positivas, colocando o PSOL como o partido de oposição na cidade.

As propostas para o partido são descritas no último trecho da Resolução. A primeira delas retoma uma questão já discutida aqui, que são as finanças do partido. A conclusão é a de que o Estatuto não está sendo seguido e que é preciso ter um controle maior na cobrança dos filiados, ocupantes de cargos e parlamentares. Outro ponto é a comunicação e a sinergia que o partido deve ter para desenvolver técnicas, sobretudo com o uso das redes, de mobilização e de informação dos seus simpatizantes, eleitores e militantes.

Finalmente, o partido entende em 2013 que era hora de atualizar o Estatuto, modificando algumas questões a fim de acompanhar o crescimento e estimular a participação dos militantes em seus diretórios. Os núcleos de base precisam retomar a lógica inicial de promover a eleição dos delegados para os congressos municipais e estaduais.

Na conjuntura internacional, a Grécia ainda é tema dos debates, sobretudo o poder que o capitalismo tem de destruição da sociedade, segundo o documento. Descrevem a Primavera Árabe como “um oásis” no oriente, além de reforçar a luta dos povos latinos na Bolívia, Venezuela e Equador, e a superação da China como modelo de esquerda, visto que atua absolutamente no capitalismo de mercado e na exploração dos trabalhadores.

As teses defendidas pelos grupos de tendências mantêm a APS no comando do partido. A Executiva Nacional que sai do Congresso 2015 apresenta 50% de membros da APS, tornando a tendência com forte controle na direção, o que resulta em decisões mais moderadas, segundo a divisão das tendências.

Tabela 8 – Executiva Nacional – Mandato 2013-2015

<b>Executiva Nacional eleita no Congresso 2013</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo na EN</b>	<b>Tendência</b>
Luis Araujo	Presidente	APS
Camila Valadão	1º secretário de movimentos sociais	Insurgência
Marinor Brito	1º secretário de formação política	APS
Fernando da Silva	1º secretário geral	Insurgência
Edilson Silva	1º secretário de organização	Somos PSOL
Leandro Costa	2º secretário de organização	LS
Francisvaldo Souza	1º tesoureiro	Fortalecer o PSOL
Juliano Medeiros	1º secretário de comunicação	APS
Rogério Silva	1º secretário de movimentos sociais	APS
Michel Lima	1º secretário de relações insrtucionais	CST
Leandro Fontes	1º secretário de relações internacionais	MES
Maria Maninha	2º secretrário de comunicação	APS
Luciete da Silva	2º tesoureiro	APS
Celisa Melo	2º secretário de formação política	APS
Albanise Pires	2º secretário de organização	Somos PSOL
Brice Bragato	2º sedretário de relações institucionais	APS
Mariana Riscali	2º secretário de relações internacionais	MES
Luciana Genro	Presidente da Fundação Lauro Campo	MES
Djalma do Espírito Santo	Membro vogal	APS

Fonte: Elaboração própria

O quinto Congresso, igualmente realizado em Luziânia, foi potencializado pelas discussões políticas em virtude do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT). O que se avizinha nos próximos meses abre espaço para um vasto leque de opções políticas e de ações do partido.

Para o partido já surgia a necessidade de deliberar sobre o posicionamento diante do aceite do pedido de impeachment. Como partido de oposição, o PSOL precisa indicar um caminho, unir-se aos partidos que começavam a desembarcar do governo Dilma e se

tornavam oposição, ou buscar uma alternativa no campo democrático que permitisse uma posição independente.

Surge nesse Congresso de 2015 algo que, talvez, indique o crescimento do partido e demonstre a fragilidade da estrutura. O Congresso é marcado por denúncias de fraudes em diretório do Maranhão e de Macapá, filiações e eleições de delegados possivelmente com atas fraudadas. As acusações tornaram o Congresso um grande problema. A tendência APS-CC, que dirige o partido nacionalmente e no Amapá, rejeitava as denúncias. Mesmo não estando no documento das resoluções de 2013, em 2015 surge o debate sobre as alianças espúrias com partidos sem qualquer conexão com o PSOL, como Democratas – DEM, Partido Progressista – PP, dentre outros.

No âmbito da Conjuntura Nacional, o PSOL entende que a presidência da Câmara pelo então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) representa um recrudescimento em algumas pautas, como os direitos de casais homoafetivos, questões referentes ao aborto, dentre outras.

A Lei 13.195/15 que alterava alguns artigos da Lei das Eleições prejudicava fortemente o partido, ampliando as barreiras, retirando segundos importantes para um partido do porte do PSOL. O partido se posicionava contra essa tentativa de excluir partidos de menor porte da cena política e democrática, uma vez que a participação nos debates estava sendo inclusa nesse processo de reforma.

A ampliação das frentes de luta com a Frente Povo sem Medo surge nesse Congresso e vai impactar as resoluções do VI Congresso de forma ainda mais aguda. Essa é uma discussão de ampliação de alianças, mesmo reforçando a histórica conexão com o PSTU e o PCB.

A estratégia de mobilização é a luta para não cessar a CPI da Petrobrás, além de uma campanha de cassação do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), apontado como um elo do PMDB em diversos esquemas.

Na conjuntura Internacional, o Uruguai de Pêpe Mujica surge como uma alternativa real na América Latina. A aposta de Mujica em novas experiências era apoiada pelo PSOL. A relação entre Rússia e Síria era vista com preocupação e deveria ser acompanhada pelo partido, mas as condições de vida dos refugiados são para o partido o que mais interessa no momento. O PSOL repudia as guerras e a desumanização dos refugiados.

O partido entende que conseguiu ampliar suas bases, por isso em suas resoluções percebe que é premente a participação efetiva nos sindicatos. A participação do PSOL na construção da Frente Nacional de Mobilizações é concreta. A Frente é composta pela Frente Povo sem Medo, pelos movimentos sociais autônomos e mais diversos e pela Intersindical -

Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, que representa a inserção de vez do PSOL no mundo dos sindicatos e a possibilidade de buscar uma maior participação no setor.

No processo eleitoral, mais uma vez a Unidade Socialista consegue mais votos e mantém a APS na presidência. Luís Araújo é reconduzido ao cargo de presidente do partido. Vale destacar que, com novas dissidências na APS, o número de cadeiras diminui. A APS-CC, que se enquadra na Unidade Socialista, possui 6 membros da EN; A APS-Nova Era, dissidência da APS, fica com 1 membro na EN; o Coletivo Rosa Zumbi surge também com 1 membro na EN, como mais um grupo que surgiu da APS original.

Tabela 9 – Executiva Nacional – Mandato 2015-2017

<b>Executiva Nacional eleita no Congresso 2015</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo na EN</b>	<b>Tendência</b>
Luis Araujo	Presidente	APS
Albanise Pires	1º secretário de comunicação	Somos PSOL
Zilmar da Silva	1º secretário de formação política	APS-Ne
Fernando da Silva	1º secretário geral	Insurgência
João Carlos Dantas	1º secretário de movimentos sociais	Rosa Zumbi
Francisvaldo Souza	2º secretário de relações internacionais	Fortalecer o PSOL
Leandro Costa	1º secretário da organização	LS
Mariana Riscali	1º secretário de relações institucionais	MES
Araceli Lemos	2º secretário geral	APS
Brenna Tavares	2º secretário de comunicação	APS
Tárzia Medeiros	2º secretário de formação política	Insurgência
Luciete da Silva	2º secretário de movimentos sociais	APS
Terezinha Monteiro	2º secretário da organização	APS
Michel Lima	2º secretário de relações institucionais	CST
Edilson Silva	2º secretário de relações internacionais	Somos PSOL
Israel Dutra	1º tesoureiro	MES
Zeneide dos Santos	2º tesoureiro	MES
Juliano Medeiros	Presidente da Fundação Lauro Campo	APS

Fonte: Elaboração própria

Com Luziânia (GO) sendo a cidade que abriga o PSOL e seus militantes, o sexto Congresso é realizado com a presença de 396 delegados. Antes de entrar nas resoluções do partido, saliento que este Congresso (nas três esferas, isto é, federal, estadual e municipal) fez parte da pesquisa de campo e do processo de observação que me dediquei a cumprir. Desta feita, separei um espaço na pesquisa para um trabalho etnográfico, lendo nos movimentos dos participantes tópicos importantes que compõem o partido. Usando meu caderno de campo, pude perceber a movimentação nos bastidores e compreender a correlação de forças

Desta feita, analisaremos agora as resoluções aprovadas no Congresso. A crise política brasileira marca o cenário nacional. Como sempre antecede anos eleitorais, a preocupação do PSOL para 2017 é a instituição de nova cláusula de barreira, que aponta para a necessidade de uma votação maior e mais robusta em pelo menos 9 estados brasileiros.

A eleição também se dará após a reforma política que instituiu a cláusula de barreira progressiva, começando com 1,5% dos votos para deputado federal, o que nos impõe a necessidade de uma campanha voltada para superar esse índice e que aponte a afirmação do PSOL como partido necessário à democracia e ao sistema partidário brasileiro. Além disso, se por um lado existe o fator positivo da proibição legal ao financiamento empresarial, por outro lado, o Fundo Eleitoral, tal como aprovado, mantém a disputa eleitoral extremamente desigual e privilegia os grandes partidos. Como fatores positivos na reforma, destaque-se a garantia da nossa participação nos debates na TV e rádio e a possibilidade de eleição parlamentar no cálculo da quebra de votos. (RESOLUÇÃO DO VI CONGRESSO, 2017, pg. 1)

Ainda sobre conjuntura e cenário eleitoral, o PSOL deliberou no Congresso a defesa do direito de Lula (PT) de concorrer ao processo eleitoral. O partido entende que a retirada do ex-presidente judicializa o processo eleitoral e abre margens para uma possível ilegitimidade da eleição.

O Congresso decidiu pela candidatura própria do partido à presidência da República e a participação na plataforma Vamos e na Frente Povo sem Medo, abrindo espaço para a candidatura de Guilherme Boulos, principal liderança do MTST, articulada pelos setores majoritários do partido, no caso, a tendência APS, que possui a presidência do Diretório Nacional desde 2009.

Tratar dessa questão referente à escolha de uma candidatura própria merece um pouco mais de atenção. Menos pela escolha de ter um candidato, pois essa também fora a decisão nas três eleições anteriores (Heloísa Helena, Plínio de Arruda Sampaio e Luciana Genro), mais por ser Guilherme Boulos um não filiado, e mais ainda pela proximidade com o PT e Lula.

Ademais, um dos motes definidos em todos os Congressos é a superação do modelo petista e do Lulismo. Apesar de explicitar publicamente que o PT não conseguiria representar mais os setores de esquerda, Boulos não deu nenhum sinal de que poderia intensificar as

críticas ao PT, e sobretudo à figura do ex-presidente. Essa relação com o PT tem uma enorme resistência em setores do partido, que compreendem uma candidatura de Boulos como uma fragilidade do PSOL em formar novos quadros dentro das instâncias partidárias, isto é, militantes que tenham construído alguma história nesses 13 anos de partido.

Porém, a candidatura de Boulos parece ser compreendida pelo partido como uma oportunidade de redesenhar novas alianças, sem deixar de priorizar os partidos que estiveram em outros momentos compondo uma coligação, casos de PCB e PSTU, mas saindo para abranger outros grupos e daí sim se enraizar. A direção do PSOL, durante o Congresso Nacional, trabalhava incessantemente para o maior apoio possível à candidatura de Boulos. A corrente que dirige o partido desde 2011 conseguiu inserir como resolução a participação do PSOL na Frente Povo sem Medo e na Plataforma Vamos, garantindo assim as articulações para 2018.

A articulação em relação a Guilherme Boulos tem muito a ver com o deputado estadual Marcelo Freixo (RJ) e um dos principais expoentes do partido. Freixo fez importante discurso no Congresso apoiando inicialmente a entrada de Boulos no partido, explicitando a necessidade do PSOL em buscar os movimentos sociais e em “estar aberto ao diálogo com as diversas forças progressistas”.

Finalizando os aspectos de planejamento das eleições 2018, o PSOL entende que é preciso seguir na linha de candidaturas que representem, sobretudo, as lutas das minorias, garantindo que representantes efetivos desses grupos atuem na formulação de políticas públicas.

É fundamental priorizar de fato as candidaturas do campo popular, garantindo a representatividade de negras e negros, mulheres, indígenas, jovens, LGBT e pessoas com deficiência, ao mesmo tempo me mantemos nossas portas abertas para grupos e coletivos que representam novos processos de resistência e luta. (RESOLUÇÃO DO VI CONGRESSO NACIONAL, 2017)

O partido deliberou com votos unânimes o posicionamento de luta contra as opressões. Os setoriais de mulheres, de negros e negras, pessoas com deficiências, os ecossocialistas e LGBTs defenderam que o partido mantenha seu posicionamento como vanguarda nesse processo que denominam de resistência.

Na conjuntura internacional, as resoluções mais uma vez reforçaram o enfrentamento de crises econômicas em países periféricos, a defesa da liberdade da Palestina, além de uma discussão acirrada sobre a Catalunha, desde o Congresso no Rio de Janeiro em que o tema da Catalunha foi bastante discutido, e com posicionamentos próximos, mas diferentes. A tendência CST e MES, em especial, defenderam uma posição clara do PSOL em favor do

povo catalão, já outras tendências, como a APS, por exemplo, defendiam um seminário para a discussão mais aprofundada do processo que estava ocorrendo naquele momento entre a Espanha e a Catalunha. Venceu no Rio, como venceu também no Congresso Nacional, o posicionamento a favor de uma resolução em apoio ao povo catalão pela independência.

No fim dos trabalhos o processo eleitoral definiu novamente a maioria das cadeiras para Unidade Socialista – US – como no quadro abaixo.

Tabela 10 – Votação por Grupos e Tendências – Congresso 2017

<b>Disputa no 6º Congresso PSOL Nacional - Divisão por Grupos e Tendências</b>			
<b>Articulação de Grupos</b>	<b>Tendências</b>	<b>Número de cadeiras</b>	<b>total</b>
<b>Unidade Socialista - US/Rosa Zumbi</b>	<b>APS-CC</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
	<b>Fortalecer o PSOL</b>	<b>2</b>	
	<b>Somos PSOL</b>	<b>1</b>	
	<b>Ação Popular</b>	<b>1</b>	
	<b>Rosa Zumbi</b>	<b>1</b>	
<b>Bloco de Esquerda</b>	<b>MÊS</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
	<b>Comuna</b>	<b>1</b>	
	<b>CST</b>	<b>1</b>	
	<b>TLS</b>	<b>1</b>	
	<b>APS-NE</b>	<b>1</b>	
<b>Participação sem Articulação de Grupos</b>	<b>Insurgência</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Tendência Convidada - Membro dem poder de voto</b>	<b>MAIS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaboração própria

Mesmo dividida, a APS-CC, organizada dentro da US, continua comandando o partido. Entretanto, as dissidências diluíram a margem de concentração de cadeiras na EN para uma mesma corrente. O APS-CC ficou agora com 5 cadeiras. No histórico sobre as tendências, a percepção no mandato anterior possuía quase o dobro desses movimentos de separação. Apesar da proporcionalidade da Executiva garantir a discussão e uma oposição a APS-CC, realizada majoritariamente pelo MES e CST, a tendência continua com maior influência nos espaços decisórios.

Tabela 11 – Executiva Nacional – Mandato 2018-2020

<b>Quadro Executiva Nacional eleita no Congresso 2017</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo na EN</b>	<b>Tendência</b>
Juliano Medeiros	Presidente	APS-CC
Paula Coradi	1º secretário de movimentos sociais	APS-CC
Rogério Silva	1º secretário de formação política	APS-NE
Tarzia Medeiros	1º secretário geral	Comuna
Israel Dutra	1º secretário de relações internacionais	MES
Fábio Nogueira	1º secretário da organização	Rosa Zumbi
Mariana Riscali	1º tesoureiro	MES
José Ibiapino	1º secretário de comunicação	APS-CC
Fernando Silva	2º secretário de movimentos sociais	Insurgência
Berna Menezes	1º secretário de relações institucionais	Fortalecer o PSOL
Zeneide Lima	2º secretário geral	MES
Brenna Tavares	2º secretário de comunicação	APS-CC
Juliana Vitorino	2º tesoureiro	Ação Popular
Rosi Messias	2º secretário de formação política	CST
Lívia Duarte	2º secretário de organização	APS-CC
Leandro Recife	2º secretário de relações institucionais	TLS
Edilson Silva	2º secretário de relações internacionais	Somos PSOL
Francisvaldo Souza	Presidente da Fundação Lauro Campo	Fortalecer o PSOL
Rodrigo de Souza Cláudio	Membro convidado	MAIS

Fonte: Elaboração própria

Depois de fazer esse levantamento histórico das resoluções e uma análise refletindo os contextos que eram discutidos e decididos, a percepção sobre a documentação investigada aponta para questões centrais da caminhada do PSOL até aqui e o que indica os passos seguintes.

Um eixo central, que tem absoluta coerência com suas origens, é a permanente disposição de buscar um lugar distante do que entendem como um modelo petista e do lulismo. Em todos os documentos surge a “superação do PT e do Lulismo”, ou algo que seja próximo a isso. A expulsão do PT e a acusação de que o partido se afastara de compromissos

históricos marcam o discurso do PSOL. Os documentos manifestam esse caráter de posicionamento, do partido se distanciar das experiências dos governos petistas.

Nas ações eleitorais, a discussão do PSOL sempre esteve ligada pela forma, ou seja, desde sempre blindando o partido de receber recursos de multinacionais, empreiteiras e bancos, e discutindo os limites das alianças. Os debates giravam no como disputar uma esquerda com origens marcadas no PT, mas sem abrir mão das duras críticas e de reforçar as diferenças.

Sobre a conjuntura internacional, a percepção na pesquisa sobre as resoluções é a de que o PSOL mantém ligações com outros partidos e organizações internacionais, buscando participar de uma construção de grupo de partidos de esquerda. Além disso, algumas tendências possuem conexões internacionais. Alguns grupos são ligados a IV Internacional<sup>18</sup>, ou a UIT-QI – Unidade Internacional dos Trabalhadores, por exemplo. Essas conexões modelam uma forma de atuar dentro do partido e as teses para a conjuntura internacional que são apresentadas nos Congressos.

O campo majoritário, a US com a liderança da tendência APS, permaneceu numa disputa concreta com a política do Bloco de Esquerda, mas conseguiu garantir o controle do partido. Com as dissidências ocorridas na APS, o último Congresso de 2017 mostrou uma diminuição dessa margem de votos recebidas e das cadeiras que proporcionalmente são divididas.

As resoluções, enquanto uma forma de documentação do partido, representam a conjuntura, as ações que serão propostas diante daquele cenário e o planejamento para o triênio seguinte. O acúmulo de resoluções ao longo do tempo ajuda a explicar a coerência do partido, o descompasso com alguma posição e os equívocos de análise que porventura possam ocorrer.

### 2.3.2 Livro “Um partido necessário: 10 anos do PSOL”

Normalmente, um livro é sempre uma forma de conhecimento. E não é preciso pensar muito sobre isso. Além disso, um livro faz parte de uma cultura, ou apenas expõe outras

---

<sup>18</sup> A IV Internacional foi fundada numa conferência em Paris por Leon Trotsky, com delegados de dez países: URSS, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e EUA e mais um delegado da América Latina, o brasileiro Mário Pedrosa.

culturas. Histórias podem ser contadas, conceitos debatidos, visões de mundo, indicações, enfim, é um universo muito vasto. E quando esse livro é desenvolvido por uma instituição, no caso um partido político, para falar da sua história, em que terreno ele está?

O livro comemorativo de 10 anos é um marco da história do partido. Até aqui percorremos o Estatuto, o Programa e as Resoluções. O livro para o PSOL serve objetivamente para contar a história do partido a partir de um olhar de suas lideranças, mas é mais do que apenas uma história para militantes e simpatizantes. Entendo que três questões estão sendo alcançadas com a produção do livro: a) Produção de uma História oficial, a qual ratifica um imaginário de pessoas que sofreram traição e conseguiram se reerguer; b) Produção de Memória; c) Produção de representações e simbologias.

A obra é composta por 13 (treze) artigos, somados aí o prefácio e o epílogo. Ela traz os principais envolvidos na expulsão de 2004, Luciana Genro e Babá, com exceção de Heloísa Helena, que em 2010 se afastou do partido, e de João Fontes, que nem chegou a ingressar oficialmente na nova legenda. Além deles, outros parlamentares que saíram em seguida do PT escrevem no livro, como os deputados federais Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP) e Edmilson Rodrigues (AP), o ex-deputado federal Milton Temer (RJ), e ainda lideranças do partido, como o ex-presidente da EN do PSOL, Luís Araújo, o atual presidente, Juliano Medeiros, e o atual presidente da Fundação Lauro Campos, Gilberto Maringoni.

Todos os artigos trazem um pouco a memória do surgimento do partido, até mesmo pela temática comemorativa dos 10 anos. O que é mais clarividente nos textos é a origem do partido: a narrativa aponta para líderes que preferiram não trair a classe trabalhadora. Esse é o discurso utilizado em todo o livro. A superação do Lulo-petismo também é encontrada com tranquilidade nos textos, apontando para o lugar do PSOL como protagonista no campo das esquerdas.

Obviamente que o material tem sua importância para além dessa conexão com as bases. A pesquisa é um desses instrumentos que o livro contribui demais, pois resgata um momento no passado, avaliando-o como o material da história do partido. Entramos assim no segundo tema, ou seja, a produção de memórias. Como bem explica Pollack (1992), as memórias podem ser construídas:

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLACK, 1992, pg.204)

Quando me refiro à memória no caso dessa produção, entendo que existe nela a criação de uma identidade. A articulação dos artigos que tentam a sua maneira contar o processo histórico e indicar caminhos para o partido, indicam essa formulação: a identidade do partido está sendo edificada por mais esse material. E isso não quer dizer que seja esse o único produtor de memória e identidade, mas sim um elo importante de tudo o que constrói um partido político. Um dos elementos mais centrais que constituem essa memória, e citado por mim acima, é a coerência.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, pg.204)

Nesse sentido, a organização e a produção do livro em questão salientam a produção de representações, de símbolos que se unem para formar a identidade. A subjetividade das simbologias serve como mais um ingrediente no repositório do imaginário do partido. Bourdieu (1998) afirma ser a política o lugar da eficácia simbólica, onde a força das ideias se coloca pela força mobilizadora de todo um aparato de representação. Existe nessa relação uma forma subjetiva de oferecer uma identidade cheia de simbologias aos militantes, aqueles que formam o partido real.

Essa junção de movimentos elencados acima tornam o livro uma produção necessária para um partido político. Nele estão demarcados o tempo, os personagens principais, as subjetividades do olhar de cada um dos participantes sobre aquele momento de fundação de um novo partido e a proibição/abandono de uma jornada política com tantas memórias individuais e coletivas, símbolos e muita identidade.

### 2.3.3 - As Revistas “Socialismo e Liberdade”

A produção de um material de comunicação é fundamental para um partido. Além de serem veículos de informação e formação para os militantes e simpatizantes, o material impresso, com alguma tiragem mínima que seja, contribui para uma ampliação das bases ideológicas do partido. Como descrito no próprio texto da Fundação Lauro Campos, responsável pela revista, uma das ideias centrais é “disseminar o pensamento socialista no Brasil e no mundo”.

No caso da Revista Socialismo e Liberdade, a construção de um material mais robusto e com mais densidade analítica surge em 2016. A revista tem seu primeiro exemplar em 2009, ano que apenas uma edição é realizada. Em 2010 a revista publicou 2 (dois) números, sendo dividida em semestres. Uma revista que chama a atenção durante a pesquisa é o número destinado à figura do deputado estadual Marcelo Freixo. A revista é uma aposta no sucesso do filme Tropa de Elite II, fazendo a relação direta entre o personagem Diogo Fraga, professor e ativista em Direitos Humanos, com Marcelo Freixo. A Capa da revista traz a foto de Marcelo Freixo e a frase abaixo de seu nome destaca a seguinte mensagem: “o deputado Fraga existe e é do PSOL”. Essa foi a aposta do PSOL para tornar um de seus quadros uma grande referência desse partido ainda com seus 5 (cinco) anos de caminhada.

Imagem 2 – Revista Socialismo e Liberdade nº 4 – Ano II



Fonte: Foto da capa da Revista Socialismo e Liberdade, Ano 2, n. 4

Em 2011, houve a tentativa de transformar a revista em publicações trimestrais, mas somente 3 (três) números foram editados. Em 2012 a revista voltou a publicar somente 2 (dois) números, sendo uma de cunho especial. Outra característica desse material até 2012 é a quantidade de páginas. Aos poucos a revista chegou a 40 (quarenta) páginas, mas com poucos números o contexto político normalmente era atropelado e a revista servia de forma

geral aos quadros parlamentares do partido, entremeando de matérias de cunho político nacional e internacional.

Entre os anos de 2012 e 2016 nenhum número foi lançado, o que representa uma ruptura num momento em que o partido cresce anualmente, seja em cargos eletivos, seja em número de filiados. Durante os trabalhos de campo e as conversas com militantes do partido que já estiveram nas executivas (seja nacional ou estadual), a discussão sobre a revista surgiu até mesmo para sentir como os militantes percebiam a produção. A Fundação Lauro Campos, detentora da revista, recebe 20% dos valores do fundo partidário, o que significa uma parcela considerável próxima a 2,5 milhões de reais (base de cálculos 2017). Para uma fundação que ainda não possui um acervo grande e nem elabora muitas publicações, os recursos são fartos. Aliás, a Fundação lançou cerca de 3 (três) livros, além da revista e de manuais para as campanhas políticas.

A relação desse recurso com a produção é o imbróglio descrito por uma liderança de tendência, que aqui denominarei de João, nome fictício. O que o militante me explica é que a tendência MES controla a revista desde seu nascedouro praticamente. Com a criação da Fundação e destinação dos recursos estipulada em estatuto, o interesse pelo controle torna-se importante.

Em 2013, a deputada Federal Luciana Genro assume a Fundação Lauro Campos. Durante todo o seu mandato, a revista não foi publicada uma vez se quer, e a fala do militante retrata o que para o partido se tornou a fundação nos tempos Luciana Genro: “Muitos militantes ironizavam a tendência MES afirmando ser a Fundação uma agência de viagens, pelo volume de viagens que faziam seus militantes nesse período”.

Esse quadro tem uma mudança quando a direção da Fundação é substituída a partir do 5º Congresso Nacional e a APS consegue gerir a instituição. Obviamente que a acusação ao MES parte de uma tendência distinta e que esse juízo de valor pode ser desviante, porém os relatos precisavam ser incluídos.

Somente em junho de 2016 a Revista Socialismo e Liberdade ganha uma nova organização gráfica e volta a ser publicada, e agora com Cid Benjamin como responsável pela edição. Seguindo as pistas deixadas pelas revistas, não seria difícil afirmar que houve algum problema interno para que a produção não seguisse uma rotina e nem um formato padrão. Na conversa com Cid Benjamin, o controle da revista pelas tendências deixava nublada as características do material. A saída encontrada por ele foi fazer um comitê para deliberações gerais:

Quando eu fui convidado para editar a revista o ambiente era muito aparelhado e eu disse que não queria daquela forma. Queria algo amplo que fosse importante para o partido e para toda a esquerda. Eu quero fazer algo para a sociedade, para toda a esquerda. E quero colocar esse pessoal da esquerda para dentro da revista. Então, por sugestão minha foi criado um comitê executivo que se reúne a cada dois meses, faz um balanço da revista anterior, decide a pauta da revista seguinte, não vota nada. A gente vai afunilando os temas, eu, inclusive, perco posições, mas não tem problema. É uma discussão de bom nível sem a preocupação de fazer queda de braço. É um bom ambiente como deve ser num partido político. (Entrevista com Cid Benjamin realizada em 26/06/2017)

O aparelhamento é para Cid o motivo dessa lacuna da produção da revista. De fato, a revista atual tem esse caráter amplo, voltado para o público do espectro ideológico de esquerda. A densidade analítica é grande e ainda guarda espaços para os parlamentares. Entendo apenas que a revista hoje pode ser lida para fora.

Por fim, uma das tarefas desejadas por Cid como objetivo da produção seria o seu uso como fonte de formação do partido. Esse cenário está ainda por vir, já que os processos de recebimento da revista nos diretórios, tão elementares, ainda não são executados. A fragilidade do partido se mostra nesses espaços em que algumas questões parecem não caminhar.

Com o novo mandato 2018-2020, a direção da revista passou às mãos de Gilberto Maringoni, cartunista e professor de relações internacionais da Universidade Federal do ABC. Situado na tendência Fortalecer o PSOL, Maringoni continua nesse sentido dentro do campo da Unidade Socialista, campo político a que Cid Benjamin se dizia um “chegado”. Nesse sentido, a edição dos próximos números tem chances de ter uma sequência.

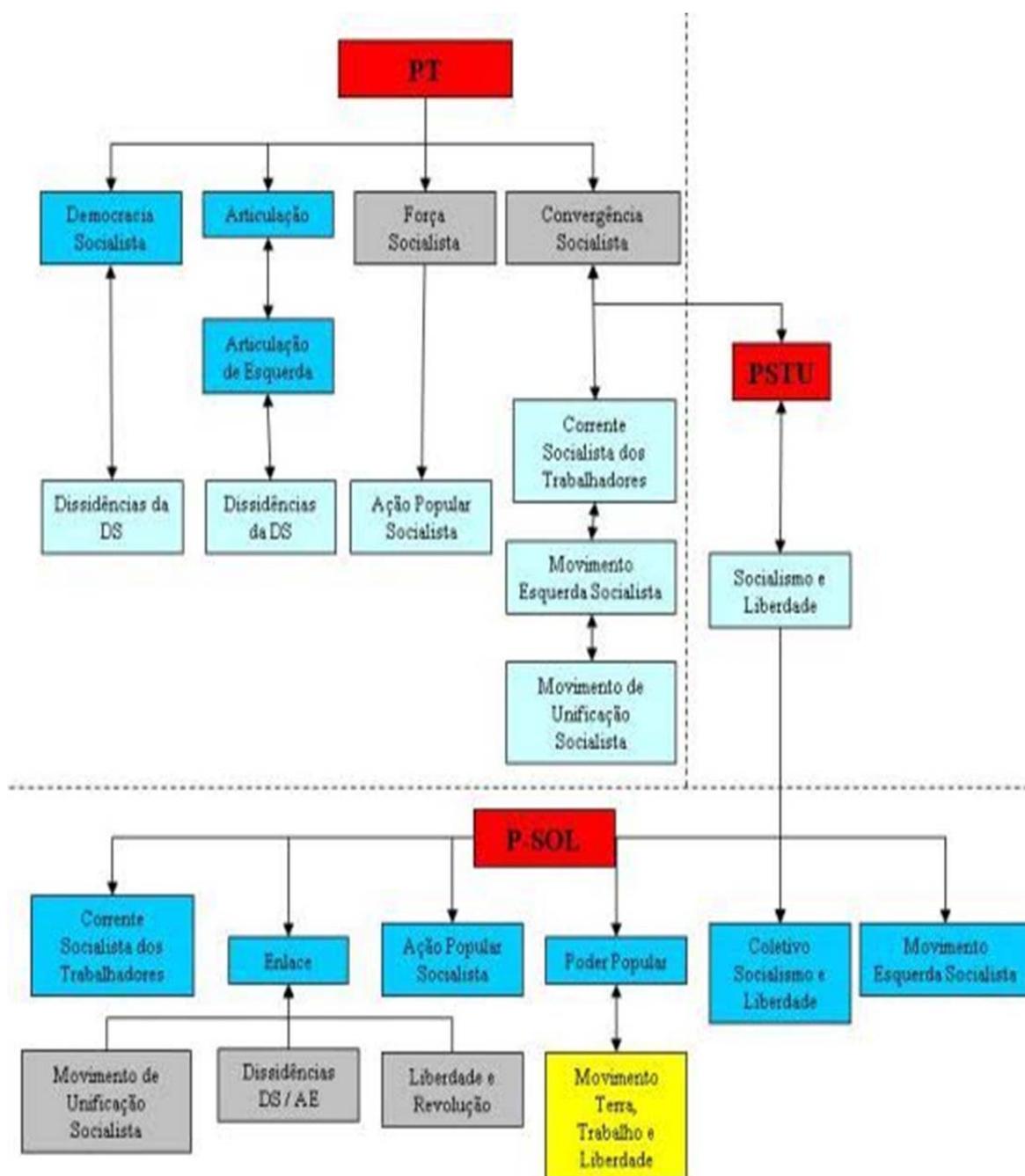
#### **2.4 As Tendências Políticas internas do PSOL: os pequenos partidos dentro do partido.**

Organizar de alguma maneira as tendências internas do PSOL não é algo simples. Para os próprios militantes e dirigentes partidários a questão é espinhosa e com uma margem de erro considerável, dado o grau de junções e separações que ocorrem numa dinâmica complexa para o partido. O esforço aqui é tentar descrever a organicidade do partido internamente para desvendar os espaços decisórios do partido e as disputas políticas que existem com a existência de várias tendências em seu interior.

Essa organização do PSOL tem uma relação íntima com a organização interna do PT e com o próprio surgimento do partido em 2004 a partir das discussões sobre a formação de um novo partido. Muitos grupos que antes faziam parte das fileiras do PT aderiram ao novo

partido e se organizaram tal como faziam no antigo partido, ou seja, disputando as instâncias internas e as teses do PSOL. O organograma criado por Pômpeo (2007) dá uma ideia desse rearranjo nos quadros do PSOL

Imagem 3 – Organograma – Composição das Tendências oriundas do PSTU e PT para a formação do PSOL



Fonte: PÔMPEO, 2007.

O organograma em questão é bem didático, possibilitando uma visão ampla do processo inicial, além de compreender com maior nitidez as dissidências ainda de algumas

tendências do PT e sua composição em novas tendências, e uma tendência do PSTU no PSOL, a Socialismo e Liberdade – SL –, que resulta no Coletivo Socialismo e Liberdade – CSOL. A Convergência Socialista do PT sofreu dissidência ainda no partido, tal que geraram outras três tendências, o MES, a CST e o Movimento de Unificação Socialista – MUS. Da tendência Democracia Socialista – DS – surgiram dissidentes que juntos com dissidentes da tendência Articulação criaram a Articulação de Esquerda – AE. A Força Socialista – FS – sofreu uma ruptura e resultou na Ação Popular Socialista – APS. Essas são rupturas anteriores ao PSOL, mas que são essenciais para a compreensão do partido que estava se organizando em 2004/2005.

Com a fundação do PSOL a partir de parlamentares, algumas tendências seguem de forma compacta para o novo partido. Esse é o caso do MES e da CST, acompanhando respectivamente a deputada federal Luciana Genro (RS) e o deputado federal Babá (AP). Parte considerável da APS acompanha o deputado federal Ivan Valente (SP). Nesse momento histórico o PSOL possuía quatro tendências que nasceram em outro partido, que ganham duas tendências recém-criadas já nas instâncias psolistas. Seriam elas o Poder Popular e a Enlace. A formação da Enlace é fruto de um *mix* de dissidentes de tendências petistas. Logo em seguida, o Poder Popular tem uma dissidência e é criada a tendência Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL.

Silva (2013) caracteriza o PSOL como uma “Frente de Tendências”, alertando para as dificuldades que tal fragmentação interna pode resultar. O estatuto do partido entende as tendências como um processo natural de disputa política, tendo um caráter positivo na construção política do PSOL. Aliás, a escolha por um partido de tendências internas independentes foi um divisor de águas na formação do PSOL. Havia uma clara disputa entre o centralismo democrático, característica do PSTU, e um partido de tendências, como o PT. Como ampla maioria veio da experiência petista, e todos seus parlamentares, a aproximação da ESD com PSTU se tornou muito frágil. Pômpeo (2007) traz em seu texto trecho do estatuto que caracteriza essa questão:

Diz o estatuto provisório do partido, em seu art. 88, que: “A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido SOCIALISMO E LIBERDADE, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências. [...]. As tendências organizam-se livremente, sem nenhum controle ou ingerência das direções do Partido, com a condição de não se contraporem aos fóruns e reuniões dos organismos do Partido[sic].<sup>[23]</sup>”. Assim, há, no partido, incontáveis tendências: de pequenos agrupamentos regionais a grupos nacionalmente estruturados. Entre os grupos

maiores, talvez seja possível falar na existência de seis tendências majoritárias, por seu peso social, político, formulativo e organizativo. (PÔMPEO, 2007, pg. 9)

O papel das tendências internas do PSOL é central nos espaços decisórios do partido. A chegada e a construção do novo partido necessitavam de grupos experimentados em discussões e orientações para a legenda. O organograma explicita esse rearranjo a partir das tendências que vieram em peso do PSTU e do PT para o PSOL. Como ainda se trata de um partido jovem, hoje com 13 anos, a maioria das decisões de políticas para o partido (para não afirmar todas) são decididas pelas tendências, o que mostra sua importância na organização e nas ações do partido. A contribuição de Sartori (1982) em relação às tendências internas é importante para o entendimento da questão. Para o autor essa disputa interna é absolutamente parte da formação dos partidos políticos:

Qualquer que seja a disposição organizacional – formal e informal – um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais. Um partido pode mesmo ser, quando observado de dentro, uma confederação mal estruturada de subpartidos. [...] A questão é, portanto, como a unidade do partido é articulada, ou desarticulada, pelas suas subunidades. (SARTORI, 1982, pg.94)

A partir da criação de núcleos e setoriais, o PSOL começa a dividir as decisões com esses novos espaços criados autonomamente por militantes, porém com o apoio das direções municipais e estaduais. Todavia, as disputas internas ainda são determinadas pelas tendências políticas em seu interior.

Como já enunciado acima, as tais tendências internas possuem processos muito específicos. Além disso, vários grupos menores circulam entre as divisões políticas, orbitando ora ou outra em torno de alguma pauta em comum. Quando Pômpeo (2007) e Silva (2013) fazem suas pesquisas sobre o PSOL e tentam entender as tendências internas, apontam seis grupos majoritários, os quais seriam a Ação Popular Socialista (APS), o Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), a Corrente Socialista dos Trabalhadores, Enlace, Movimento Esquerda Socialista (MES) e Poder Popular. O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) se divide com o surgimento do partido REDE e perde espaço interno.

Silva (2013) ainda destaca movimentos dissidentes dessas seis correntes, além de outras pequenas fissuras no interior de algumas delas.

Mesmo que nos limitemos a essas tendências, não é uma tarefa fácil mapear politicamente os grupos internos que disputam o poder no PSOL, uma vez que as alianças que as tendências estabelecem entre si têm mudado muito de acordo com a conjuntura. Além disso, cada uma delas (com exceção da CST) experimentou recentemente ou ainda está experimentando um período intenso de crise interna. O MTL passou por um processo de dissolução, e, posteriormente, muitos de seus dirigentes migraram para o REDE, de Marina Silva. Apesar disso, os militantes que permaneceram no PSOL ainda atuam com certo grau de unidade no interior do partido. Quatro outras tendências (MES, CSOL, APS e Enlace) atravessaram um período de rupturas internas, dando origem a dissidências. O MES deu um giro à esquerda a partir da interpretação de que estaria se abrindo uma nova conjuntura

mundial mais favorável aos trabalhadores, levando o setor minoritário, que discorda dessa análise, a um processo de ruptura. O Enlace foi formado por forças políticas muito diversas – de um lado, um setor majoritário organicamente ligado à IV Internacional (antigo Secretariado Unificado) e, de outro, um setor minoritário, mais à direita, formado pelo Movimento de Unidade Socialista (MUS) e por um racha da tendência petista Articulação de Esquerda. A fusão entre esses setores jamais se realizou por completo, de tal modo que acabaram por se separar em definitivo. O CSOL, que aderiu à IV Internacional e em breve concretizará uma fusão com o Enlace, possui o racha que, para nossas análises, foi o menos significativo, uma vez que o setor que rompeu com a tendência permanece no mesmo campo político da disputa partidária. O racha da APS, ao contrário, é o mais decisivo (por isso, voltaremos a ele posteriormente). (SILVA, 2013, pg. 69)

Vale ressaltar que essas tendências estão divididas em campos que são denominados pelo próprio partido como campos que refletem um pensamento mais “à direita” e mais “à esquerda”. Isto não quer dizer que exista um grupo que represente os partidos de direita, ou que aqui se caracterizariam como partidos burgueses e que representam os interesses das elites. A explicação consiste em dividir grupos que naturalmente pensam o PSOL de forma mais moderada, mais próximo de partidos de esquerda não radicais ou extremos. Silva (2013) traduz de forma razoável essa divisão interna em blocos de espectro ideológico de direita e esquerda dentro do PSOL.

Portanto, os setores mais moderados podem ser descritos como “direita” desse partido, e os extremistas como sua “esquerda”. Dito isso, os grupos internos do PSOL podem ser divididos em dois grandes blocos:

- a. Bloco de direita: formado por aqueles setores que no momento defendem um arco de alianças mais amplo e uma linha política de maior pragmatismo eleitoral. Os principais grupos que hoje compõem este bloco são: dissidência da APS (dis-APS), dissidência do MES (dis-MES), dissidência do Enlace (dis -Enlace) e os militantes que eram integrantes do MTL. Nesse grupo, o pessoal da APS do Amapá destaca-se por um pragmatismo político e eleitoral mais acentuado, deixando muitas vezes os aliados em situação difícil nas disputas partidárias, obrigando o bloco de direita a apresentar críticas pontuais a esse setor.
- b. Bloco de esquerda: formado por aqueles setores que no momento defendem um arco de alianças mais restrito e uma linha política que confira centralidade para as lutas sociais e não para as eleições. Os principais grupos que hoje compõem este bloco são: Enlace, CSOL, APS, CST e MÊS. (SILVA, 2013, pg.70-71)

Na minha organização das tendências, sigo a divisão dos campos políticos realizada por Silva (2013), apesar de correr o risco de críticas de ambas as partes. Mesmo adotando a separação apenas para fins didáticos, minha alternativa vai ser a tentativa de explicitar de forma qualitativa os campos de atuação da maioria das tendências e seu comportamento nas disputas políticas do partido.

Desse modo, direcionamo-nos para as divisões atuais do partido no que se refere às tendências internas. Passados quatro anos desse estudo, o cenário das correntes internas é ainda mais amplo. A última atualização que consegui de uma militante do PSOL de São Paulo organiza de forma mais clara as tendências que hoje disputam espaços no partido. O número de tendências atuantes é praticamente o triplo do mapeado nesses trabalhos.

É importante, nesse processo de mapeamento das tendências, dividi-las entre as que possuem militantes nacionalmente e aquelas que possuem atuações regionais, a fim de garantir um entendimento mais robusto da atual divisão do PSOL. Existem tendências de atuação exclusiva em pelo menos 10 estados da federação e nada impede que, nas articulações internas, essas tendências consigam se organizar em outras praças e passem a ter uma atuação nacional. Esse, de fato, é um terreno fluido, um campo movediço, mas imprescindível ser descrito.

A tabela abaixo nos ajuda a entender o volume dessas tendências e a localizá-las no campo do caráter nacional ou regional. O esforço para a realização de um novo organograma atualizado não garante a absoluta realidade do partido, uma por ser esse processo por demais fluido, e outra pela disponibilidade dos dados.

Tabela 12 – Tendências Políticas PSOL segundo os campos de aproximação

<b>Tendências políticas internas - Atuação Nacional PSOL - 2017</b>		
<b>Unidade Socialista - "direira"</b>	<b>Centro</b>	<b>Bloco de Esquerda - "esquerda"</b>
APS - CC (Corrente Comunista)	Rosa Zumbi	APS - NE (Nova Era)
Fortalecer o PSOL		MES - Movimento Esquerda Socialista
		Insurgência
		CST
		TLS - Trabalhadores na Luta Socialista
		LSR - Liberdade, Socialismo e Revolução
		LRP - Liberdade e Revolução Popular
		FES - Frente Esquerda Socialista
		LS - Liberdade Socialista
		Subverta
		Comuna
		CL - Coletivo Liberdade
		LS
		Esquerda Marxista
		CLS
		MAIS - Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista
		Nos - Nova Organização Socialista

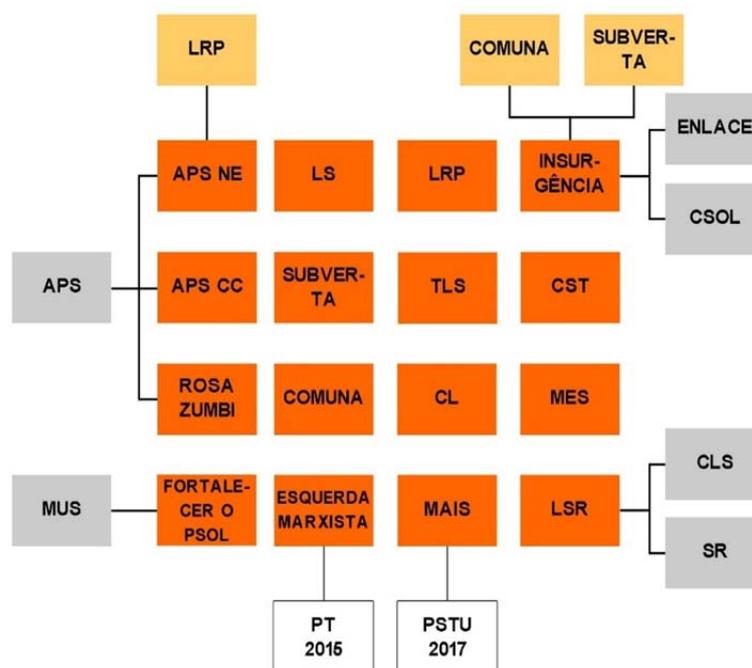
Fonte: Elaboração própria

Fica claro o emaranhado de tendências políticas internas que compõem o PSOL ao se deparar com essa tabela. Para a construção foi preciso buscar artigos e sobretudo militantes para checar cada uma das tendências e analisar em qual campo estavam enquadradas. Mesmo assim, é necessário frisar que podem haver correntes menores não catalogadas, pois se juntaram a outras tendências no último congresso.

Um problema grave em dividir as tendências nesse modelo de “direita, centro e esquerda” e enquadrá-las nos campos políticos (US e BE) diz respeito à fluidez de atuação das tendências. É possível apontar para recorrências de encontros da Rosa Zumbi com a APS-CC da US. O Fortalecer o PSOL em alguns casos pode sair do campo da US e atuar individualmente num espaço de disputas internas. Normalmente, CST e MES se unem no BE, mas a Insurgência no Rio de Janeiro atua como oposição a essas tendências, mesmo não estando ao lado da US.

Na comparação com os trabalhos de Silva (2013) e Pômpeo (2007), a tabela atual traz mais tendências, além de apontar para uma nova ruptura no campo APS, que possui hoje o presidente nacional do partido, Juliano Medeiros. Nacionalmente já são 16 tendências disputando a política no PSOL. O coletivo Rosa Zumbi surge de um novo racha da APS, que já havia se dividido em APS Nova Era e APS Corrente Comunista. A fim de tornar mais didática a questão das divisões e as teses das tendências, a APS Corrente Comunista se colocaria no campo mais moderado, o que demonstra o caráter das definições internas das dificuldades de uma definição entre direita e esquerda dentro da organização. A tendência Insurgência nasce da aglutinação da tendência Enlace com o Coletivo Socialismo e Liberdade – CSOL. Segue abaixo um esquema criado por mim para ilustrar a relação das tendências na atualidade.

Imagem 4 - Organograma – Tendências na atualidade 2018



Esse organograma se aproxima da relação de tendências que tem atuação nacional no partido na atualidade. As ramificações explicam as rupturas ou as aglutinações para o surgimento de uma nova tendência. A APS original conseguiu produzir três correntes internas distintas, a APS-CC, a APS-NE e a Rosa Zumbi, mostrando uma fragmentação importante dentro do partido. Outra ruptura é o surgimento da LRP, que surge a partir da APS-NE, que migrou para o bloco de esquerda. Nesse caso “trata-se da ruptura da ruptura”.

O caso da Insurgência também é complexo. A tendência surge de uma aglutinação de duas outras tendências, a CSOL e a Enlace. Entretanto, depois de criada a Insurgência, duas rupturas acontecem para o surgimento da tendência Subverta e da tendência Comuna. A tendência LSR foi outro caso de aglutinação, tendo nascido da junção de CLS e SR.

Na parte de baixo do esquema, duas tendências são incorporadas no PSOL oriundas de outros partidos políticos, porém, com pesos absolutamente distintos. A Esquerda Marxista, que surge de um dos rachas do PT mais recentes, coloca-se no PSOL de forma muito tímida e absolutamente isolada no momento. O único representante da tendência nos Congressos tinha a missão única e exclusiva de marcar uma posição ideológica e de indicar o economista Nildo Ourique como pré-candidato à presidência pelo PSOL. Para explicar a tendência MAIS – Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista, a mais recente incorporação – é necessário indicar algumas questões anteriores. O MAIS é formado em 2016, depois de uma ruptura com o PSTU. Cerca de 750 militantes não constroem o MAIS como um partido, mas sim como um coletivo robusto do campo da esquerda. É justamente na metade do ano de 2017 que as articulações para a filiação do MAIS ao PSOL são decididas pela Executiva do partido. Em todas as instâncias (municipal, estadual e federal) a aprovação do MAIS foi realizada sem qualquer questão de ordem que pudesse ser um impeditivo. O peso dessa chegada é demonstrado pela participação de quadros no Congresso e pela aprovação de resolução sobre a inserção do partido com pelo menos 1(um) membro da tendência da Executiva, mesmo sem direito a voto.

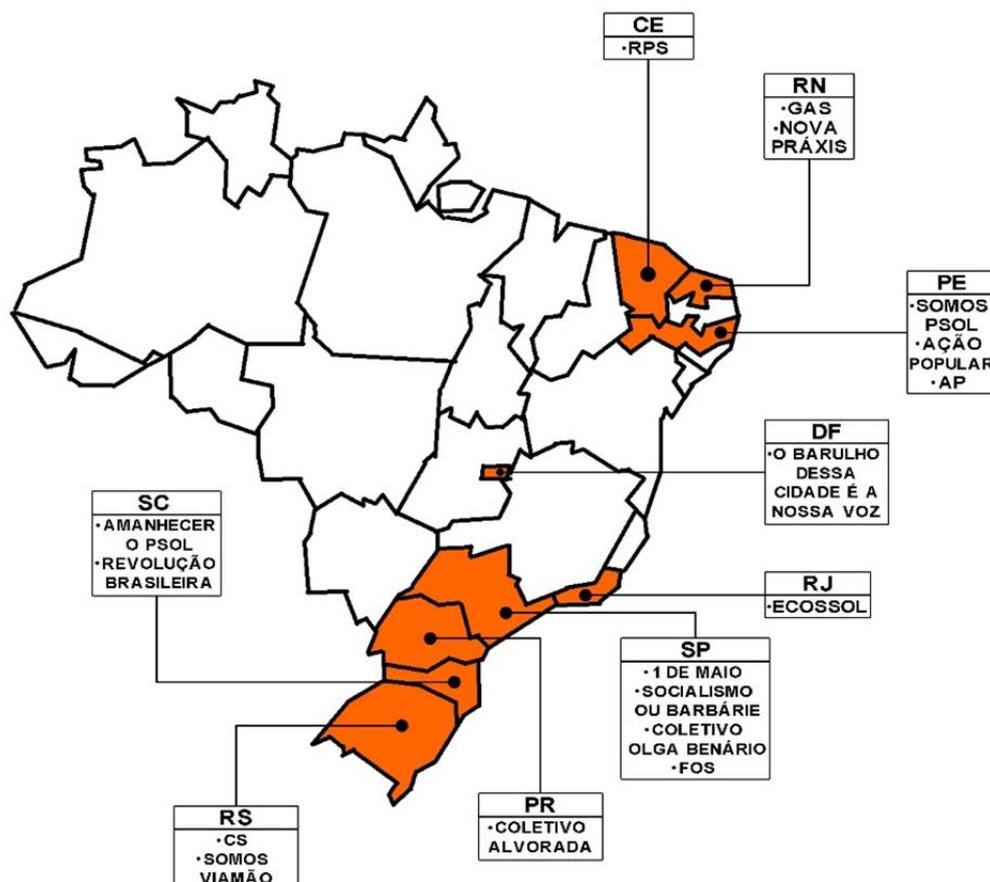
Dessa forma, o congresso do PSOL decide pela entrada plena da militância do MAIS no partido, a partir desse momento. Decide também que MAIS terá representação nas instâncias partidárias, nos estados e nível nacional, como segue: 1. Um membro convidado na executiva com a direito a voz, mas sem direito a voto; 2. Um membro no diretório, com direito a voz e voto. Para composição do diretório serão incluídos dois membros, sendo um destinado ao MAIS e o outro redistribuído na conta junto das outras vagas. (RESOLUÇÃO DO 6º CONGRESSO NACIONAL – INGRESSO DO MAIS NO PSOL)

O campo das tendências é ainda mais amplo quando pensamos em atuações regionais. Existe uma série de outras tendências que possuem uma atuação restrita a um estado e,

dependendo da organização partidária desse estado, reverberam sua atuação semelhante às tendências nacionais.

Imagem 5 – Mapa Nacional de Tendências Locais e Regionais

## MAPA DE TENDÊNCIAS REGIONAIS



Fonte: Elaboração própria

A construção desse tipo de mapeamento é importante para entender as dinâmicas do partido, mas é profundamente delicada, pois é datado. As mudanças das tendências devem e podem ocorrer. É possível que durante a elaboração desse trabalho novas rupturas ou aglutinações estejam em pleno movimento, entretanto, é possível afirmar que o quadro está muito próximo da realidade do partido em 2018. As tendências aqui descritas atuam efetivamente no partido, inclusive com defesas de teses nos Congressos, seja liderando um grupo ou atuando como parte coadjuvante dele.

Ainda existem outras organizações que atuam no PSOL de forma diferenciada. São tendências que possuem uma atuação mista, ou que são denominadas de filiação democrática

para a construção coletiva com o partido. A lógica desses grupos é a de atuarem com o PSOL ou através do PSOL. Normalmente são grupos que atuam mais autonomamente, mesmo que ainda dentro das instâncias do partido, e essa relação é ainda mais complicada de ser mapeada. Esses grupos atuam nacionalmente no partido.

Imagem 6 – Organizações com militantes que atuam coletivamente com o PSOL



Fonte: Elaboração própria – Descrição extraída do site das organizações.

O Movimento RAiZ tem uma conexão com a ideia de partido-movimento, que objetiva, como diz no texto que explica a organização, denominada de “Carta Cidadanista”, criar os elos diretos com a sociedade.

Um partido de novo tipo, um PARTIDO-MOVIMENTO. Um partido que construa pontes para o diálogo entre os cidadãos e não atalhos para as castas dirigentes. Um partido que dialogue com os movimentos sociais, mas sem cooptá-los. Um movimento social e um partido político, ao mesmo tempo. E, também, um PARTIDO em MOVIMENTO. Um partido que se construa nas ruas e também nas redes que integram os “debaixo”, os legítimos donos do poder. (CARTA CIDADANISTA, 2014 - <http://www.raiz.org.br/historico-da-raiz-movimento-cidadanista/>)

Essa organização nasce do grupo de estudos Avante, construído para discutir as possibilidades do comunismo no Brasil. O Coletivo Avante tem sua criação datada de 2012. No ano seguinte, em 2013, e com as *Jornadas de Junho*, o grupo parece ter sofrido alguma ruptura, que dá início ao Movimento RAiZ. Em 2014, com um outro viés de atuação, o movimento apoiou Marina Silva (REDE) nas eleições, com o mesmo caráter que atua

atualmente no PSOL. Ao pesquisar o RAIZ fica nítido que a relação com o PSOL tem maior profundidade no coletivo Avante, que ainda traz em sua página na internet o logo do PSOL. Na página do movimento RAIZ não há nenhuma menção ao PSOL. Obviamente que a ausência dessa representação resume a participação do RAIZ, mas é signo da linguagem visual que indica o posicionamento da organização.

O NOS (Nova Organização Socialista) também tem uma relação parecida, mas com maior intensidade de participação, inclusive no olhar da militância. O NOS assina teses e é indicado por vários militantes como uma tendência do PSOL no caráter *lato sensu*. Em sua página, apesar de não apresentar visualmente uma identificação com o PSOL, nos documentos o NOS se coloca como uma tendência do Bloco de Esquerda e faz oposição à Unidade Socialista e à atual gestão do partido.

Algumas organizações possuem uma ligação com o PSOL que se define como grupos de filiação democrática, ou seja, estão no partido formalmente, mas possuem uma vida política independente. A filiação democrática dá a ideia de uma filiação simbólica, ou seja, a organização entende que pode fazer e atuar com o partido em algumas agendas estratégicas. No âmbito nacional, temos a organização Partida e Brigadas Populares e, no Rio Grande do Sul, o Polo Comunista Luis Carlos Prestes (PCLCP) e o Instituto Caio Prado Jr (ICP).

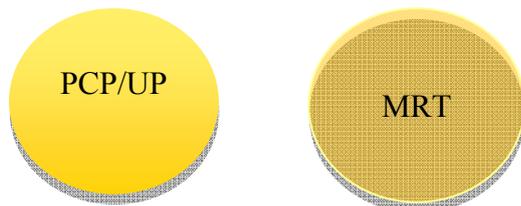
Imagem 7 – Organizações com Filiação Democrática



Fonte: Elaboração Própria

Por fim, existem as organizações que utilizam seus quadros como candidatos no PSOL. Esse tipo é definido como filiação democrática de candidatos. São elas o Partido Comunista Revolucionário (PCR/UP) e o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT). Esses grupos estão espalhados pelo território nacional e, de acordo com a conjuntura política, atuam também com apoio a coligações e legendas.

Imagem 8 – Organizações/ eleições com candidatos no PSOL



Fonte: Elaboração própria

Essa ramificação é necessária para uma compreensão das articulações que o partido constrói no âmbito nacional. Além dessas tendências e organizações, ainda serão alvo de análise os coletivos, que se diferem dos demais grupos em alguns pontos, como a atuação dentro da esfera do partido, mas se aproximam na relação de construção conjunta com o partido em alguma medida.

Um dado importante para a compreensão das tendências e o quanto podem representar entraves nas ações do partido são suas conexões com organizações internacionais. O militante André (LSR), da Baixada Fluminense, chega a afirmar que o PSOL não é um partido, mas sim uma legenda que abriga organizações. André fez questão de frisar que o seu depoimento na pesquisa não indica o pensamento da LSR. Para ele, o PSOL é um grande “guarda-chuvas”, e por isso a ideia de que o partido se dilui nas disputas internas. A LSR, por exemplo, é ligada ao CIT – Comitê Internacional dos Trabalhadores, fundado em 1974 na Inglaterra. O CIT comporta uma série de partidos e organizações em seu interior.

Assim como a LSR, já citei aqui a relação da CST. Esse “quase partido” no Brasil e dentro do PSOL é um potencializador de conflitos internos e de possíveis rupturas futuras. No PSOL, a LSR é uma tendência muito pequena, sem participação na Executiva e nos diretórios, mas o outro exemplo, a CST, tem participação em todas as instâncias e se entende como um partido dentro do partido, o que de alguma forma desnuda as fragilidades do PSOL enquanto unidade.

#### 2.4.1 O comportamento das Tendências: observação dos espaços de disputa

Fazer uma análise do comportamento das tendências é uma tarefa um tanto árdua. A maior parte dessa dificuldade se deve ao fato de a tendência ser parte da organização, mas

possuir uma vida absolutamente autônoma desta. No nosso caso, os espaços democráticos do partido representariam essas arenas de movimentação das tendências. Como espaços democráticos eu defino aqui as reuniões ordinárias, reuniões em núcleos e setoriais e nos congressos partidários que ocorrem de dois em dois anos. Deixando de lado esses espaços, apenas algumas reuniões fechadas são capazes de reunir militantes que pertencem a uma mesma tendência.

O que normalmente vem ocorrendo no PSOL é exatamente a formação de espaços de decisão e, a partir daí, as tendências agem, de fato, como uma unidade. No nosso caso, a pesquisa conseguiu acompanhar três reuniões de núcleos e as três etapas do congresso, que seria o congresso municipal, o estadual e em seguida o nacional. Consegui ainda reunir um grupo de militantes de tendências diferentes na Baixada Fluminense, mais especificamente em Nova Iguaçu (quatro militantes) e em Mesquita (cinco militantes), como forma de discutir as dinâmicas enquanto as especificidades de suas ações, como também as ações do partido no Rio.

Sem dúvida, os espaços mais ricos de observação foram os congressos. Em todas as instâncias foi interessante acompanhar como atuam essas tendências e perceber como o partido responde a essa configuração. Várias tendências, como são menos expressivas, atuam coligadas dependendo da organização, ou seja, dependendo das articulações locais. No Rio de Janeiro, as relações entre as tendências modificam na relação cidade-estado, alterando alianças e montagem de chapas para disputar o diretório e a executiva da cidade e do estado.

Uma questão central na discussão sobre as tendências é entender os níveis de autonomia, que aparentemente e oficialmente não possuem qualquer limitador, além de mapear os movimentos de alianças e rupturas no cenário da política partidária, seja no estado ou no município. Existe de fato o protagonismo de algumas tendências. Mesmo com chapas distintas, na cidade e no estado, a tendência Insurgência foi vitoriosa e continua a controlar o partido. Seria ideal construirmos uma série histórica das tendências desde o ano de fundação e o primeiro congresso até a o último com a eleição daqueles que dirigirão o partido no biênio 2018-2020.

Ao observar a forma de atuação no campo, ou seja, na arena de disputa partidária, percebe-se o quão fragmentado é o partido e como as tendências parecem se tornar pequenos partidos. Muitas vezes o PSOL fica de lado e as ligações específicas de cada uma das tendências são valorizadas. Pode ser até um exagero colocar o partido como segundo plano, mas a prática da disputa parece seguir assim. Milton Temer, fundador do partido e quadro histórico do PT, ratifica essa minha visão ao falar das tendências.

As tendências acabam sendo vários partidos. O problema está no estatuto do partido. O PT resolveu isso logo em 1988, quando limitou a atuação das tendências, controlando esse processo. Nós ainda não conseguimos agir da mesma forma. A livre a atuação deixa o partido vulnerável, muitas vezes com problemas graves na sua atuação. (Entrevista Milton Temer - realizada em 12/02/2018)

A percepção de que as tendências atuam como micropartidos é apontada pelos próprios dirigentes do partido. As disputas são absolutamente normais nos partidos que possuem correntes internas, mas os limites desse processo precisam ser a orientação para uma atuação concreta. Não parece ser assim a organização do PSOL. A vereadora Marielle Franco foi enfática ao falar sobre a atuação das tendências.

Vinícius, olha, tomara que eu não me arrependa, mas eu acho muito ruim e muito difícil. Ao mesmo tempo, eu nem me debrucei a estudar e nem vivenciei outras propostas. Não estou dizendo que com isso a gente tenha de entubar, mas ficar refém. Hoje é algo que... Sabe aquela linha do favelado que quer falar: olha, me mostra a pesquisa, hein! Depois de você doutor, pode ser a alternativa. Hoje eu vejo essa fragmentação, pra dizer o mínimo, muito dificultador da vida. Não acho que com isso tenha de haver o centralismo democrático a qualquer custo e nem que a gente vá fazer tudo nos acordos. Por que é muita demanda de energia, é muita pressão. É muito difícil. Eu agora estou num dilema se eu vou no Congresso Nacional ou não, tem uma pressão de tudo quanto é lado, mas ao mesmo tempo eu tenho uma agenda pra fora, da sociedade que é enorme. Eu já fui no Municipal, fui no Estadual, mas se não for no Nacional tem aquele papo: Olha, tá vendo? Pra dizer o mínimo, é estreito. Esse grupinho que só olha pro próprio umbigo. A sociedade nem sabe quem é o Vamos! direito e tá querendo criar falsa polêmica. Eu fui uma das que defendi no Municipal a linha Vamos!, acho que pelo meu lugar. eu não me reconhecera se eu não tivesse participado, em 2014, do Mulheres pela Democracia. Eu fui pro Circo defender a candidatura da Dilma, contrária a maior parte do setorial de Mulheres. (Entrevista com vereadora Marielle Franco - realizada em 29/11/2017)

A vereadora Marielle Franco não escondeu o incômodo de sentir a pressão de diversos grupos internos, ao mesmo tempo que não sabe apontar qual a saída para o partido não se ver preso a esse tipo de disputa orgânica. Os parlamentares do partido normalmente tentam se esquivar desse tipo de relação, mas isso não afasta deles a vigilância de tais grupos.

Apesar de entender as tendências e suas diferenças como algo normal, Freixo subscreeve a preocupação de outros parlamentares ao colocar que as tendências podem ser em muitos casos inconsequentes por sua ação autônoma. A liberdade que possuem é interessante, mas pode resvalar no partido e causar transtornos difíceis para a legenda.

As correntes têm o seu papel. As vezes o excesso de autonomia das correntes é um problema, pois a autoconstrução das agendas elas existem e muitas vezes são inconsequentes. Outras vezes elas dão uma diversidade que a gente ganha com isso. Muitos as vezes o partido é o somatório, outras vezes o partido não anda por causa das diferenças. (Entrevista com Marcelo Freixo – entrevista realizada em 26/02/2018).

Aliás, esse é um tema que requer muito cuidado: a relação entre os quadros do partido e a militância orgânica. Normalmente, os parlamentares escolhem não participar de uma tendência justamente para evitar desgaste com outros grupos. E nesse mesmo sentido, a

relação entre ambos não é simétrica. Juntando essa assimetria com a lógica da disputa interna muito intensa como a do PSOL, as tensões são quase impossíveis de serem evitadas.

Nessa lógica, os parlamentares tendem a definir suas questões distante até mesmo das instâncias partidárias, direção e executiva, o que dessa forma estabelece que as tendências não participam dos mandatos, a não ser com alguns quadros nos cargos criados com os parlamentares. Essa organização depende do grau de institucionalização do partido, em que as estruturas atendem ao partido. Os incentivos seletivos de Panebianco (2005) encaminham algumas soluções nessa relação. A coerência estrutural interna, descrita também por Panebianco, (2005) que indica o nível de sistemicidade do partido, não se encontra no PSOL, por isso as dificuldades nas relações internas que fragilizam o partido.

As duas faces da institucionalização tendem a estar ligadas entre si, no sentido de que um baixo grau de sistemicidade muitas vezes implica uma fraca autonomia do ambiente e vice-versa. De fato, frequentemente a autonomia das subunidades organizativas em relação ao “centro” da organização (que torna baixo o nível de sistemicidade) vincula-se a uma dependência de setores ambientais específicos (como no caso em que a independência de uma associação local da organização nacional do partido é assegurada pelo controle exercido sobre ela por um poderoso grupo de interesse local, por uma autoridade etc.). (Panebianco, 2005, pg. 107)

Wanderson Nogueira, deputado estadual que chegou ao PSOL em 2016, entende que a dinâmica dos parlamentares não sofre alteração das discussões das tendências, até mesmo pela lógica do trabalho legislativo. Como é um parlamentar que foi eleito pelo PSB, Wanderson valoriza esses espaços do partido, mas não consegue entender os entraves que as tendências criam para o todo.

Essa relação, tendências e partido, também foi alvo de um questionamento as recém-eleitas como presidentes do partido no Rio, Isabel e Carol. A existência de um número grande de tendências não é um problema por si só, mas torna-se pouco administrável quando cada uma tenta ser o “farol da revolução”, como explica Isabel:

Na Insurgência a gente tem isso como princípio, mas também, a partir do desmonte dos partidos comunistas, das experiências do que foram os partidos comunistas depois do Stalinismo a gente viveu uma pulverização no mundo de organizações, tendências e tradições do socialismo mundial. Aí, a Quarta Internacional faz um debate da necessidade de a gente construir partido amplos, que consigam congregar em si diferentes tendências do socialismo mundial. O Psol é uma dessas expressões, não que seja necessariamente a partir dessa formulação que a gente monta o Psol, mas é o porquê de a gente defender essa organização. Assim como tem outras experiências no mundo. o Syriza, o Podemos, o Bloco de Esquerda que a gente pode avaliar qual foi a capacidade de conseguir um partido que tivesse uma estratégia clara, uma definição programática clara e ter unidade de ação, de fato, enquanto partido. Mas por outro lado, significaram, num período muito difícil de avanço do neoliberalismo e com dificuldades de consolidação de um projeto de esquerda, pós-stalinista, pós-reformismo. Como é que a gente pode continuar construindo referências socialistas e como é que a gente pode continuar a construir projetos para a revolução socialista no mundo. Então conseguir juntar diferentes fragmentos da esquerda socialista, que de outro modo seriam muito menores do que o Psol é se digladiando entre si para decidir quem é o verdadeiro farol da revolução. A gente

acha que não tem um verdadeiro farol e que a gente tem que buscar nessas diferentes tendências e nos diferentes entendimentos do que deve ser um projeto socialista, construir sínteses do que deva ser um projeto de ação (Entrevista com a presidente eleita do PSOL Carioca Isabel realizada em 27/11/2017)

Para alcançar os números e a formação de mandatos anteriores e a divisão dos cargos por tendência, é necessário buscar as fontes alternativas, visto que a base de dados não existe. Esses dados são conseguidos através das conversas e relatos de militantes, seja nas visitas à sede do partido na Lapa e/ou através de grupos de whatsapp que fui inserido através da pesquisa.

Durante alguns anos, a tendência da deputada estadual Janira Rocha, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), dirigiu o partido no Rio de Janeiro e o comando das ações. O MTL já era um movimento social muito bem organizado. Janira era uma militante atuante e com muita inserção em alguns nichos sociais. Em 2010, ela se elege deputada estadual com poucos votos, sendo garantida pelos votos do deputado Marcelo Freixo e pelos votos de legenda. Em 2013, ela se afasta da direção do partido devido a acusações de ex-assessores, que se tornam num escândalo para o partido. Em 2015, a Insurgência já consegue a vitória no estado e na cidade e o então professor Tarcísio Motta se torna o presidente do PSOL Carioca, a instância municipal do partido. Descrevi como professor, pois Tarcísio se elege em 2016 e começa seu primeiro mandato como vereador da cidade em 2017.

Uma questão importante na análise das formas que as tendências disputam o comando do partido e a inserção de suas teses é a participação dos denominados “independentes”. Em teoria, os independentes seriam militantes que não participam de nenhuma tendência, caminham dentro do partido sem pertencer a um grupo específico. Todavia, os independentes podem ser divididos para uma melhor compreensão. Existem os independentes “comuns”, ou seja, um filiado do partido que, sem atuação dentro de uma tendência, não consegue se eleger delegado para um congresso do partido, e existem os independentes de mandatos, que são aqueles que assessoram parlamentares ou são eles próprios. Existe um grupo de independentes que se articula como grupo na zona sul do Rio. Essa forma independente de se colocar nas disputas do partido também garante uma maior ampliação nos processos eleitorais e um distanciamento nas disputas ideológicas.

A modalidade “independentes” é igualmente importante para uma maior circulação do parlamentar nas instâncias internas do partido. Mesmo se aproximando de uma ou mais tendências, o dono do mandato não se torna parte dele nas disputas do partido. Tanto é assim, que durante o Congresso algumas teses eram assinadas por grupos independentes ligados a

esse ou aquele parlamentar e se juntavam com algumas tendências, o que revela uma maior proximidade conceitual e ideológica.

Durante o trabalho de campo a percepção sobre a correlação de forças entre as tendências foi se alterando cada vez que um congresso era vencido. E aqui as questões estão muito mais ligadas à lógica dos interesses específicos. Se no Rio de Janeiro a APS-CC não consegue emplacar suas posições, no Congresso Nacional, majoritariamente, a tendência garantiu o domínio nos processos que mostraram discordâncias.

A tendência CST me pareceu a que mais caminha paralela ao PSOL e que de fato tem conexões distintas em muitos aspectos. As posições mais radicais normalmente estão na CST. Mesmo atuando conjuntamente, a tendência MES, que igualmente se coloca numa esquerda mais “dura”, consegue fazer um debate menos agressivo, propondo de forma mais embasada suas teses.

Nas discussões sobre a plataforma Vamos, a Frente Povo sem Medo e a filiação de Guilherme Boulos (MTST) para disputar as eleições para presidente da República pelo partido, a tendência CST desferiu duras críticas. O ex-vereador Babá, um dos responsáveis pelo processo de rompimento do PT, é a voz dessa resistência, apontando que “Boulos é a representação do lulismo no PSOL”. Numa rede social, Babá fez a seguinte citação:

Vergonha irreparável! Foi o que aconteceu em São Paulo no dia 03 de março de 2018 no lançamento da pré-candidatura a presidente da República pelo PSOL do **lulista** Guilherme Boulos. A direção do partido, que insiste em desconhecer as pré-candidaturas dos companheiros Plíniode Arruda Sampaio Jr, de Nildo Ouriques e Hamilton de Assis, quadros históricos de nosso partido, se nega a realizar as prévias exigidas pela militância para a escolha de nossa candidatura, e ainda realiza um ato onde apresenta um vídeo do corrupto Lula apoiando a candidatura de Boulos, seu homem de confiança dentro do PSOL (Facebook. acesso em 06/03/2018)

Fiz questão de relacionar esse devido *post* pois retrata uma implosão do partido. Apesar de ter uma tendência que controla majoritariamente, as pressões de diversos matizes literalmente travam algumas ações do partido. Esse cenário é muito característico do PSOL enquanto partido político. Mesmo ainda pequeno, possui uma disputa interna complexa, potencializada por uma ação que representa mais a tendência do que a própria organização como um todo.

## 2.5 Os coletivos suprapartidários: organizações da política contemporânea

A organização do partido tem relação direta com sua formação. Diante das circunstâncias existentes no momento de fundação, o partido pode herdar tais características. O PSOL nasce de um momento de ruptura de parlamentares de um partido que teve uma formação única na história do país, ou seja, não se organizando a partir das elites (Mainwaring, 2001). Sua organização interna tem muita relação com o PT, a disputa de tendências é uma marca dessa semelhança. Entretanto, a política atual insere movimentos que, talvez, sejam as grandes novidades da política contemporânea: os coletivos suprapartidários.

A trajetória política de grupos que se colocavam no campo das esquerdas foi caracterizada historicamente pela militância de base, seja nos movimentos estudantis, nas igrejas ou nos sindicatos. Esse era o modelo do século XX. Atualmente, as formas de militância ganharam outras roupagens, movimentos que romperam as limitações do espaço de militância demarcado. Desse modo, a lógica dos coletivos é justamente a de estarem pulverizados, fluidos nos movimentos políticos.

Souza e Silva (2017) entende os coletivos a partir das Jornadas de Junho de 2013, como ato iniciador de vários desses movimentos. Avritzer (2016) também define essas manifestações que movimentaram o país com milhões nas ruas como uma onda que distorceu uma série de questões políticas.

O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e as manifestações de rua, uma constante nas metrópoles brasileiras, principalmente a partir de junho de 2013, têm possibilitado o surgimento e a multiplicação de novas práticas e comunidades discursivas, entre elas aquelas designadas sob uma rubrica ampla, Coletivos, que, ao lado de suas especificidades, compartilham um princípio comum: a discussão de questões sociais. (SOUZA E SILVA, 2017, pg.70)

A definição de Souza e Silva (2017) é didática, garante uma explicação direta e real dos chamados coletivos. Os grupos funcionam normalmente através de três ações conjuntas: a) pauta específica; b) grupos virtuais através das redes sociais; c) manifesto e manifestação nas ruas. Através desse arranjo, diversos coletivos se espalham nas metrópoles, buscando conexões com outros coletivos, movimentos sociais e/ou organizações políticas. E isso não segue uma lógica padrão para todos, mas nos deixa pistas através da movimentação.

A importância do Manifesto que marca a criação do coletivo foi analisada por Souza e Silva (2017, pg.70), que para ela “marca o posicionamento do grupo, e na proposta de ultrapassar o muro das atividades de trabalho *online* e ir a campo”.

A explicação de Avritzer (2016) para as Jornadas de Junho de 2013 e a chegada dos conservadores nas ruas com a pauta da corrupção é justamente o esgarçamento entre o PT no governo e os movimentos sociais. A inversão de posições e a incoerência em relação a uma série de movimentos políticos distanciaram as organizações das ruas, causando uma imensa

confusão em 2013. Para Avritzer (2013), o controle das ruas que era realizado pelos partidos de esquerda, sobretudo pela mobilização petista, deixa de existir.

Desse modo, foi deixando de existir aquilo que podemos denominar de monopólio “de fato” da participação vinculado a certo campo político. Esse campo abrangeu, desde a democratização até junho de 2013, um conjunto de movimentos sociais e atores sociais intimamente ligados ao PT. A partir de 2013, ocorre a fragmentação e a pluralização do marco participativo. De um lado, reforçam-se atores de esquerda que não pertencem ao campo petista, como é o caso do Movimento Passe Livre – MPL, que inaugurou as manifestações de junho. De outro, essa desidratação do campo participativo leva às ruas atores conservadores, pela primeira vez desde 1964. (AVRITZER, 2016, pg.63)

As ruas, a partir de 2013, eram divididas por diversos grupos de esquerda e de direita, desde a lógica do passe livre que iniciou o processo, passando por grupos anarquistas, *Black blocks* e pautas contra o governo federal, que até o início nada tinham a ver com o aumento das passagens, ação mobilizadora das manifestações.

Outra configuração que chama a atenção e que, de fato, conjuga-se com a forma usada pelos coletivos é a mudança no controle das informações, sobretudo a informação das manifestações, que rolavam ao vivo nas redes sociais, com centenas de milhares de imagens rodando o mundo no mesmo instante. O uso das redes sociais marcou uma mudança para Avritzer (2016) que é substancial para a compreensão das dinâmicas dos coletivos.

Em junho de 2013, por sua vez, o controle midiático se subordinou a um processo que podemos chamar de intermedia agenda setting, ou seja a mobilização mudou as autoridades das redes sociais, isto é, os sites mais consultados, e estabeleceu uma relação entre elas e os grandes grupos midiáticos formadores de opinião. (AVRITZER, 2016, pg. 67)

Essa relação com 2013 é comumente feita por militantes, parlamentares e dirigentes do PSOL. Vários processos são estabelecidos a partir de 2013, no entendimento deles. Freixo entende que a força das pautas identitárias que se colocam no partido com muita força vem desse 2013 e ainda entende que o ano atual consolida as jornadas de junho.

A partir de 2013 uma coisa mais visível, uma explosão de crise identitária na política. O modelo de democracia representativa explode em 2013, há um modelo que não funciona e a gente não arruma outra coisa que substitua. A gente sabe muito mais do que não quer do que o que quer. Aliás, acho que 2018 consolida 2013, nessa crise toda que a gente está vivendo. Por isso a pulverização com polarização, que a gente está vivendo hoje. Essas pautas identitárias vêm de 2013 pra cá. Eu prefiro, como diz a Djamila (Ribeiro), chamar de pautas humanitárias. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo, realizada em 26/02/2018)

O coletivo RUA, na sua página na internet, descreve no seu manifesto essa relação com as Jornadas de Junho de 2013, que reforça a importância de tais manifestações na indução da organização desses movimentos.

#### **Manifesto de fundação**

Em 2013 uma nova geração da juventude brasileira saiu às ruas, junho nos permitiu sonhar! Em sintonia com todo um movimento de indignação sentido por jovens de

todo o mundo, o Brasil foi sacudido pelos milhões que foram as ruas não mais dispostos a aceitar passivamente as regras do jogo: elas/os acreditavam que outra sociedade é necessária. Em meio a essa nova conjuntura, onde um número maior de pessoas passa a revoltar-se contra a ordem, é que devemos, como jovens, anticapitalistas e libertários/os, disputar os rumos desta indignação com a construção de um novo movimento de juventude, que crie uma nova cultura política, combativa e democrática, para conquistar uma nova hegemonia na sociedade. (Retirado do site do Movimento RUA. <https://www.movimentorua.org/copia-teses>. Último acesso em 10/03/2018)

Essa novidade no cenário político tem muita relação com o mundo conectado em que vivemos hoje. As pautas, que Freixo prefere chamar de humanitárias, são a chave desse processo de proliferação de coletivos. Nesse cenário contemporâneo com milhares de informações por minuto, minimizar um tema e dedicar toda a força coletiva sobre ele parece ser uma jogada absolutamente inteligente. A lógica que anteriormente representava a capacidade de uma organização ao lidar com diversos temas, hoje se inverte.

É preciso frisar que nem todos os coletivos surgem depois de 2013. As Jornadas tiveram um peso nesse processo, mas não devem e nem podem explicar todas as formas coletivas organizadas fora de instituições partidárias e de movimentos estudantis.

Nesse sentido, entendo que os coletivos representam, de fato, a juventude militante da contemporaneidade. Obviamente que outras formas de participação continuam sendo identificadas pela lógica da participação e da militância, mas os coletivos simbolizam o novo nesse panorama público das ruas.

A tentativa de mapear os coletivos é complicadíssima. São muitos, diversos e abundantemente fluidos. Por vezes surgem nas universidades, que ainda representam esse espaço de ação política, outras surgem dentro de organizações partidárias ou se conectam de alguma forma a elas. Essas conexões se mostram como algo extremamente normal e corriqueiro na atualidade da militância. Isabel e Carol, atualmente dirigentes do PSOL, exemplificam esse cenário através da participação em um desses grupos.

Carol: Por exemplo, na Insurgência a gente tem o RUA!, que não é só a Insurgência, e o Subverta também participa. Comuna que é uma outra organização que é muito pequena aqui no Rio, mas nacionalmente participa. O MES tem o Juntos! e esses coletivos têm dinâmicas diferentes, inclusive com as correntes.

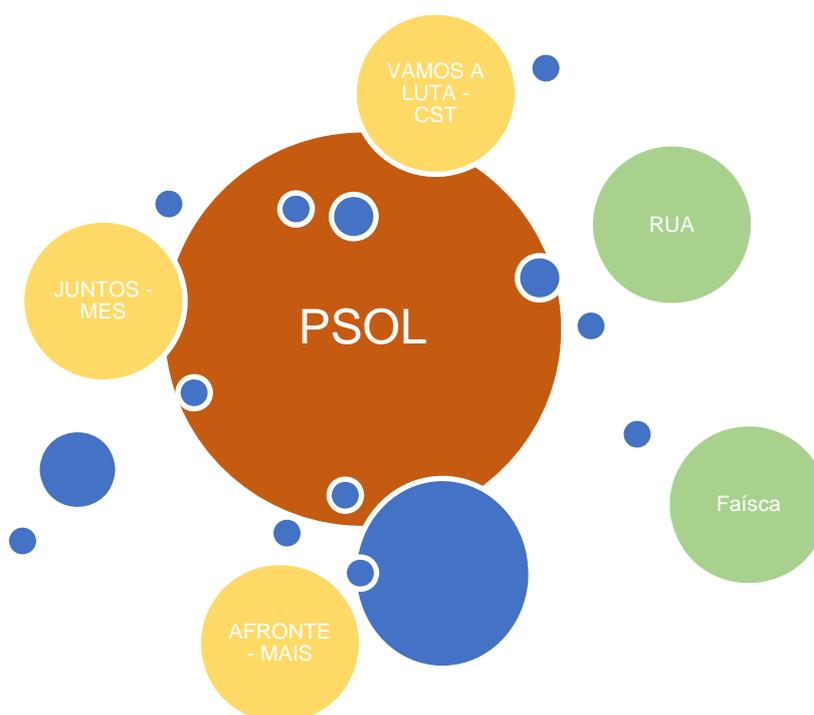
Bel: Em relação com o próprio partido, inclusive. Por exemplo o Juntos! são, de fato, onde os jovens do MES se organizam. A relação do Juntos! com o PSOL é muito clara e definida. A gente tem uma leitura diferente de que é importante garantir a autonomia do movimento. O RUA é um coletivo que, tudo bem, a militância da Insurgência tá ali, mas não é um colateral da Insurgência. É uma relação que a gente debate o quanto é estratégica, mas não necessariamente é uma relação direta.

Carol: Não é a mesma coisa, o Juntos! e o PSOL eles se confundem, de alguma maneira. O RUA a gente entende que é só um parceiro.

O que Isabel e Carol confirmam é a extrema fragmentação e ao mesmo tempo conexão de coletivos, partidos e tendências internas de partidos. Para além disso, instituições estudantis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil também se atrelam nessa rede de mobilizações e manifestações. Podem ser braços de organizações, mas podem ter uma autonomia real. Carol (presidente do PSOL estadual) entende que os coletivos podem significar uma disposição da juventude em não militar organicamente em partidos, organizando-se autonomamente através de uma plataforma comum. Normalmente, os coletivos são criados e geridos pelas mais diversas juventudes desse país.

Como o movimento é muito pulverizado, inclusive com a mudança de perfil e com a finalização das atividades, decidi não me arriscar a mapear todos os coletivos. Pesquisei alguns que movimentam o Rio de Janeiro atuando de forma autônoma e conectados em tendências do PSOL.

Imagem 9 - Intercessões dos coletivos



Fonte: Elaboração própria

A imagem acima ilustra a relação desses coletivos com as tendências internas do PSOL. Nesse quadro, o coletivo RUA é o mais independente, pois, apesar de possuir participantes da Insurgência e da Subverta, o RUA caminha autonomamente, sem uma conexão direta com as tendências e partido. Outros coletivos que são autônomos em relação as tendências do PSOL são os coletivos Fáisca, Emancipa e o Correnteza. Ambos criados nos

espaços universitários, o Faísca, mais jovem, concentra sua atuação em São Paulo, com uma pauta “anticapitalista e revolucionária”. Já o Emancipa caminha na direção da educação popular, voltado para a perspectiva da liberdade das periferias através do ingresso nas universidades. O Movimento Correnteza se define apenas como movimento estudantil rebelde e combativo.

As demais tendências – AFRONTE, Vamos à Luta, Construção e Juntos – possuem ligações reais com as tendências internas do PSOL. O coletivo mais antigo, Juntos, se relaciona diretamente com a MÊS; a Vamos à Luta representa a juventude da CST; e a AFRONTE, mais nova, de 2017, representa a juventude da MAIS, recém-chegada ao PSOL. O coletivo Construção tem ligação com a LSR, mas também possui uma autonomia, uma vez que não está unida formalmente à tendência.

Esse quadro é apenas simbólico, pois a miríade de coletivos é ampla. O fenômeno em si é o mote da questão, sobretudo pelo caráter de mudança nas relações entre política, manifestações e mobilizações. Quase todos os movimentos possuem como *locus* de nascimento as universidades públicas do país. Apesar da proximidade com os movimentos estudantis mais formais, os coletivos atuam em outra lógica, indicando a questão dos novos arranjos militantes e do fazer política. São pistas que podem indicar novas questões sobre as organizações que nascem com base nos movimentos formais, mas que não se sentem representadas por tais modelos.

A relação das tendências com o partido também indica essa necessidade de fragmentação dos grupos. Os coletivos apenas reforçam que as relações atuais se colocam, em certa medida, nos arranjos anteriores. A luta está mais concentrada em pequenos grupos, os quais, a partir de uma mobilização, podem representar um grande número de organizações.

## **2.6 Uma etnografia sobre os Congressos do PSOL: Rio e Luziânia**

Os Congressos apontavam para um campo rico na observação sobre o PSOL. Apesar da possibilidade de ser algo com muito público e, por isso, com maiores dificuldades de conversas sobre o partido em si, no campo alguma coisa pode acontecer e valer o dia de pesquisa. Seria ali o encontro com a maior diversidade possível do meu objetivo de pesquisa.

A primeira grande questão que norteou a entrada no campo foi a autorização para a pesquisa. Os contatos feitos com a Executiva Estadual do Rio de Janeiro me renderam a

oportunidade de receber mais informações. Álvaro Neiva, presidente do PSOL Estadual Rio de Janeiro sempre esteve disposto a passar informações, porém, eram perceptíveis alguns incômodos. A frase “toma cuidado com essa informação...não sei como você vai colocar isso na pesquisa” foi usada algumas vezes. Mas nunca se furtou em contar aquilo que entendia ser relevante. Sua função previa um certo cuidado com uma abertura tão grande para quem chegava querendo informações oficiais e extraoficiais.

Voltando à minha espera da permissão, fiquei na expectativa de uma resposta positiva. Álvaro ficou de levar para a reunião da Comissão do Congresso Carioca o meu pedido de participação como observador. O problema é que até a sexta-feira que antecedeu o Congresso, ou seja, no dia 27 de outubro de 2017 à noite, ainda não havia o retorno de Álvaro. Tentei contato via mensagem de *whatsapp* com receio de gerar um desconforto.

Na manhã do sábado, dia do início do Congresso, acordo e vejo uma mensagem de Neiva me pedindo desculpas, mas afirmando que a Comissão esqueceu de colocar em pauta a minha participação. Com isso, a mensagem de Neiva dizia: “cara, dá um pulo lá. A gente vê lá como é que fica”. Na cidade seria o 3º Congresso, realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2017, o que dá pistas de um crescimento mais robusto do partido desde 2011, ano da realização do I Congresso Carioca.

Segui então para o endereço do folder que conseguira nas visitas ao partido e aos gabinetes. Local conhecido, o Clube Municipal da Tijuca. Cheguei cedo, mas estranhei a ausência de movimento. Perguntei ao segurança da portaria e o mesmo não sabia de nenhum Congresso de partido ali. Mande mensagem para o Neiva e a resposta foi: “não vai ser aí não. É aqui no Colégio Brasileiro de Altos Estudos na UFRJ aqui no Flamengo”.

Como não tinha uma autorização formal, estava apreensivo na entrada. Havia a fila do credenciamento, mas também uma movimentação que me permitia circular sem ficar muito em evidência. Encontrei Álvaro logo em seguida, que me garantia ter feito o caminho correto. Álvaro me deixou à vontade e saiu com a missão “deixa eu confabular”, lembrando da missão da sua tendência, a Insurgência, de garantir maioria sobretudo na votação para a eleição que ocorreria no segundo dia do Congresso, em que um novo Diretório Municipal e sua Executiva Municipal seriam definidos.

Nesse primeiro momento, as tendências ficaram em cantos opostos no auditório da UFRJ. As estratégias de defesa da tese, de apresentação dos Setoriais mais próximos e as conversas para angariar votos que garantiriam o número de participantes na tendência e a presidência do partido no município. Desde o momento de reuniões anteriores ao início do Congresso, a Insurgência dava mostras de que garantiria a presidência, dado o volume de

participantes da reunião coordenada por Isabel, militante que seria a presidente do PSOL Carioca caso a confirmação das articulações entre as tendências e independentes de vários mandatos não tivesse uma surpresa. Muito próximo a esse grupo, e participando da reunião desde o início, estava o presidente do PSOL Carioca, vereador Tarcísio Motta.

No entorno do auditório destinado para o Congresso, havia uma varanda, onde ficavam esses grupos reunidos, de frente para a praia do Flamengo, e um espaço interno onde algumas tendências vendiam lanches, cafés, livros, jornais e revistas. Além disso, havia a oferta de adesivos dos mais variados, desde específicos da tendência, como no caso da MAIS, como da plataforma VAMOS.

Foto 1 – Primeiro dia de Congresso PSOL Carioca – UFRJ - Flamengo



Fonte: Vinicius Gentil

As articulações realizadas antes do Congresso estavam sendo naquele momento validadas pelos delegados das tendências, que se organizariam para no fim do segundo dia definir a eleição e a futura divisão do Diretório Municipal e sua Executiva. Segundo Álvaro, no município as alianças estavam bem consolidadas, o que garantia em certa medida uma maior tranquilidade para o processo eleitoral interno. Os Independentes, muitos deles ligados

aos mandatos de parlamentares do Rio de Janeiro, estavam reunidos em torno da tese da Insurgência.

Depois de quase duas horas de espera, e sob a organização do vereador Tarcísio Motta, o Congresso tem início. No formato planejado pelo presidente do PSOL Carioca, a comissão de sistematização iria se esforçar para apresentar os pontos de consensos e dissensos entre as teses e contribuições apresentadas, para o momento da votação dos delegados. Os representantes das tendências que assinaram as respectivas teses teriam 6 (seis) minutos para defenderem as escolhas feitas nas seguintes áreas: conjuntura nacional e municipal, conjuntura internacional, organização do partido e estratégias eleitorais.

Uma observação importante nessa organização é a participação e presença dos parlamentares do partido. No Rio de Janeiro, a bancada é composta por 6(seis) vereadores, mas apenas 3(três) participaram efetivamente do evento mais importante do partido. Tarcísio Motta, presidente do PSOL Carioca, Renato Cinco e Leonel Brizola Neto estiveram presentes nos dois dias. David Miranda apareceu no almoço do primeiro dia, mas não participou das discussões e nem da eleição. Paulo Pinheiro e Marielle Franco não compareceram. Paulo Pinheiro chegou ao PSOL em 2011, já como parlamentar. Segundo Milton Temer, decano do partido, o vereador nunca foi afeito a essa disputa interna, desde o partidão, como era conhecido o PCB. Mesmo com a assessoria muito presente nas discussões e marcando posição, sobretudo no Setorial de Favela, a ausência da segunda vereadora mais votada no processo eleitoral do ano anterior e com possibilidades de investimento em outras disputas não é justificada.

Um parlamentar que esteve presente nos dois dias, inclusive apresentando uma prestação de contas do seu mandato, foi o Deputado Federal Chico Alencar. O deputado fez questão de levar um material do seu mandato, explicando sobretudo os motivos que o fizeram abdicar da pré-candidatura à presidência da República. No primeiro dia, Chico Alencar saiu na parte da tarde para um encontro na Diocese do Rio de Janeiro, mas no segundo dia estava lá novamente.

Não encontrar todos os vereadores do município e perceber a dinâmica de participação do deputado federal Chico Alencar no Congresso me chamou a atenção. Mesmo com o peso de uma avaliação muito rápida, e com uma margem de erro alta, é impossível não relacionar essas ausências a um distanciamento das questões mais orgânicas do partido e que demandam debate e, agora sem receio de errar, uma oposição de uma ou mais tendências. Ao mesmo tempo, lembro-me da relação entre parlamentar e militante e o poder do primeiro frente ao segundo em determinados casos. Apesar de perceber igualmente que o partido se organiza

para não criar cúpulas partidárias tão distantes de sua militância, a relação entre esta e os parlamentares não parece simétrica.

Além das ausências de vereadores já enunciadas, os deputados estaduais não estiveram presentes e de deputado Federal apenas Chico Alencar esteve presente. É preciso aqui fazer uma distinção para não analisar diferentes como iguais. No caso dos deputados estaduais, Wanderson Nogueira é natural de Nova Friburgo, então não faz sentido tratar da realidade da cidade do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, o deputado Flávio Serafini tem sua base política na cidade de Niterói, região Oceânica do Rio de Janeiro. Mesmo próximo ao Rio, a organização do mandato de Serafini é na cidade de Niterói. A ausência de Eliomar Coelho foi justificada por seus assessores por um problema familiar.

Em relação a Paulo Ramos, que também não compareceu ao Congresso, provavelmente sua não participação se explique pela própria lógica de ingresso no partido em 2013. Sua filiação ao PSOL foi combatida pelo Diretório Estadual. A integração do parlamentar eleito pelo PDT foi negada no Rio de Janeiro, mas deferida pelo Diretório Nacional. Esse não é o único caso de uma diferença entre a Executiva do Rio e a Nacional. O caso do vereador Leonel Brizola Neto, também oriundo do PDT, só foi deferido pela Nacional, o que gerou mais um incômodo no Rio de Janeiro.

A ausência mais sentida foi a do Deputado Estadual Marcelo Freixo. O deputado disputou a prefeitura do Rio por duas vezes, em 2016 com chances mais concretas de se eleger, contudo, não esteve presente. Freixo não participa de uma tendência no partido, ele é um dos independentes que se organizam na Zona Sul do Rio. Todavia, ele aproxima-se da Insurgência, o que explica abrigar em seu mandato a futura presidente do partido na cidade, Isabel. Esse posicionamento de Marcelo Freixo, apesar de ter justificativas não conhecidas, pode representar diversas questões. Uma delas é o tamanho de Freixo no partido e sua caminhada solo. O deputado pode ter se tornado maior que o partido, ou melhor, maior que as disputas por posições internas na esfera municipal. Na entrevista realizada com o deputado estadual Wanderson Nogueira (PSOL), ele avalia que Freixo, apesar de ser militante do partido, tornou-se maior que o próprio.

O Freixo hoje é maior que o PSOL. O Freixo é um fenômeno por diversos fatores. Do talento e consistência que tem. Freixo é um “frasista”. As questões do filme Tropa de Elite logo depois do momento de destaque na CPI foram importantes. Freixo no Rio virou quase um mito. Ele é uma liderança que se faz fora do PSOL também. Mas ele não é dono do partido. O PSOL tem que reconhecer nele sua estrela. (Entrevista com o deputado estadual Wanderson Nogueira realizada em 02/02/018)

As questões que se referem ao deputado estadual Marcelo Freixo ainda serão alvo de uma discussão mais específica. Na observação do Congresso, a sua ausência emite alguns sinais interessantes sobre sua relação com o partido e sobre a liderança que exerce.

Quanto aos deputados federais, Jean Wyllys e Gláuber Braga, como dito, não compareceram. Semelhante ao caso dos deputados estaduais, cabe fazer uma análise dessas duas ausências. Gláuber Braga é um deputado que chegou ao partido em 2015 com aprovação da Nacional. Oriundo do PSB de Nova Friburgo, Gláuber não possui uma relação direta com as questões municipais da cidade do Rio de Janeiro, ao contrário de Jean Wyllys, que tem sua base militante no município. Mesmo com a participação de assessores que a todo tempo reforçavam a participação do parlamentar através de suas falas ou da assinatura de alguma tese, a não participação de Jean Wyllys também é relevante nas relações internas do partido.

Para o Congresso municipal, 8(oito) teses foram apresentadas. Esse número demonstra a quantidade de tendências dentro do partido na cidade e como é possível fazer ou não alianças para o Congresso. As teses estavam apresentadas por tendências da seguinte forma na cidade:

Tabela 13 – Teses apresentadas 6º Congresso

<b>Teses Apresentadas</b>	
<b>Teses</b>	<b>Organização das Tendências e/ou Independentes</b>
Caminhado Contra o Vento	Independentes - Mandatos dos deputados Chico Alencar, Marcelo Freixo, Eliomar Coelho e Paulo Pinheiro
Construir o PSOL enraizado nas lutas para enfrentar a Prefeitura de Marcelo Crivella	CST
Fortalecer o PSOL para enfrentar os desafios da reorganização da esquerda	Fortalecer o PSOL
Núcleo Leonel Brizola do PSOL	Mandato Leonel Brizola Neto
Organizar a rebeldia do povo	MES
Por uma Frente de Esquerda Socialista no Brasil e no Rio	LSR e CL
PSOL que sonha e Luta	Insurgência, Subverta, Independentes, Mandatos do Vereador Tarcísio Motta, Marielle Franco e do deputado federal Jean Wyllys
Unidade Socialista	APS-CC e Poder Popular

Fonte: Elaboração própria

Seguindo a dinâmica estabelecida para o andamento do Congresso, os representantes começaram a defender suas respectivas teses a partir de um sorteio que determinava a ordem das falas. O primeiro grupo a expor as linhas da tese foi o mandato de Leonel Brizola Neto. O distanciamento do PSOL é muito marcante por parte do vereador, enquanto demonstra uma tentativa de marcar seu espaço como herdeiro mais fiel do brizolismo. A base de sustentação de Brizola Neto dentro do partido é muito frágil, o que em muitos momentos parece destoar da organização do partido. Como primeiro parlamentar a ser entrevistado por mim, o vereador Leonel Brizola Neto se mostrou absolutamente fora dos modelos que o PSOL pensa como forma de fazer política. As críticas à condução do partido nos temas mais importantes, e sobretudo para falar para os mais pobres, seria o ponto mais delicado.

Falta ao partido uma coisa mais prática. Falta uma ação contundente. Tem muito Todorov... ah, o Estado é burguês... o que eu falo para o menino que mora na favela do pica-pau, onde até o porco tem doença. Então eu acho que tem que sair do academicismo, sair dessa prática e escutar a população na prática. Precisa respeitar a

história e reconhecer os autores nacionais. O PSOL precisa se debruçar sobre os problemas nacionais. (Entrevista com o vereador Leonel Brizola Neto realizada em 21/06/2017)

Os representantes da tentativa de organizar uma tendência trabalhista propuseram o resgate da experiência socialista no Brasil, e novamente defenderam o brizolismo. A lógica do mandato de Leonel Brizola Neto é justamente a de resgatar a marca do nacional-populismo, como dito por um dos integrantes que fizeram a explanação de mais ou menos 6 (seis) minutos.

A segunda corrente a defender os pontos de suas teses foi a CST, liderada por Babá. Mesmo sem ser o porta voz da tendência, registre-se a participação de Babá nos dois dias de Congresso. A CST, que se posiciona num polo mais à esquerda dentro do partido, e é oposição no Rio e na Nacional (a partir de referências diferentes) marcou sua fala em dois pontos: a Unidade Socialista (US) como um entrave para o que o PSOL precisa ser enquanto partido, elencando uma série de críticas quanto ao domínio das ações do partido. Porém, o que mais marcou a fala da CST, e que iria ser o ponto de debate característico do Congresso foi a crítica à Plataforma VAMOS e à participação do partido na Frente Povo sem Medo. Para a CST, o PSOL comete um erro ao defender a vinda de Guilherme Boulos (MTST) para o partido, afirmando que Boulos é Lula, numa alusão à proximidade do líder de movimento social ao ex-presidente.

A tendência Fortalecer o PSOL, mesmo que com calibragem bem distinta, criticou a US em priorizar a hegemonia sobre o controle do partido em detrimento da construção de uma unidade de esquerda combativa. Além disso, defendeu que é preciso entender e reconhecer os avanços do governo Lula para disputar essa esquerda que orbita em torno do PT. A disputa é da classe trabalhadora, afirmava Vitor, autor da defesa da tese.

A tese PSOL que sonha e luta, composta pela tendência Insurgência e independentes, mesmo sem pertencer a US, caminhou na defesa da Plataforma VAMOS e na participação protagonista na Frente Povo sem Medo. Capitaneados pelo vereador Tarcísio Motta, a fala da Insurgência parecia de fato com quem já atuava no comando do partido na cidade. A tese ainda defendia a valorização do diálogo com as bases, através dos núcleos e setoriais, prestando conta do aumento de núcleos no Rio desde que chegaram ao poder em 2015. Isabel ainda complementou a defesa afirmando tornar o partido mais orgânico e mais forte nos bairros periféricos.

A Frente de Esquerda Socialista, organizada pelas tendências Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR) e Comunismo e Liberdade (CL), defendeu mais diálogo entre setoriais e os

núcleos nas questões que se referem à organicidade do partido. Na conjuntura macro, LSR e CL defenderam que o PSOL precisa ocupar a vanguarda na era que denominam de pós-lulismo.

A Unidade Socialista (US), que tem como base hegemônica a Ação Popular Socialista-Corrente Comunista (APS-CC), defendeu a unidade partidária e que as ações da organização tivessem como alvo a classe trabalhadora, entendendo que o passo central do partido está no entendimento das demandas populares. O lema seria “ocupar as ruas como uma coluna partidária”. A fala de Ian, representante da APS-CC, sintetizava um pouco das eleições no Rio, ilustrada por uma questão: “dialogar onde o Crivella conseguiu dialogar”.

Com o MES – Movimento Esquerda Socialista, Daniel e Camila, ambos do mandato do vereador David Miranda, elencaram uma série de questões. Alertaram para o fato do Rio ser uma expressão do projeto lulista, e que isso não pode ser esquecido. Enquanto o PSOL precisa ser diferente das práticas petistas, o partido precisa ficar atento ao sectarismo e autossuficiência, a fim de não ser identificado por modelos que tragam esses atributos como característica. O MES traz para a tese uma acusação a tendência APS-CC/US sobre fraudes na filiação de novos membros e nas eleições dentro do partido. O caso que surge no Congresso em diversos momentos refere-se ao Amapá e a Bahia.

A tese “Caminhando contra o vento”, fruto de independentes, organizada por parlamentares, caminha no sentido da unidade partidária e do protagonismo do campo da esquerda na cidade. A lógica tem muito a ver com as dinâmicas e estratégias eleitorais, afirmando a unidade do partido como questão inegociável para o crescimento e interiorização do partido.

Depois das teses apresentadas, os setoriais ganharam um espaço da Comissão do Congresso para apresentar suas contribuições. O primeiro Setorial foi o da Diversidade Religiosa, defendido por Guilherme Cohen, que tem uma questão de disputa no partido. Guilherme trabalha no mandato do deputado Jean Wyllys. O pano de fundo desse setorial recém-criado consiste na disputa entre Israel e Palestina. Guilherme Cohen é da comunidade judaica do Rio de Janeiro e o deputado federal Jean Wyllys tem se posicionado de forma contrária à Palestina, inclusive com viagens a Israel, muito combatidas pelo partido. As polêmicas para Jean Wyllys giram em torno de questões que envolvem a temática de gênero. Desde 2016, quando Jean Wyllys visitou Israel a convite da Universidade Hebraica de

Jerusalém<sup>19</sup> para falar do antissemitismo, o PSOL se posicionou frontalmente contra a atitude do parlamentar. No Congresso, quando o tema sobre a conjuntura internacional surgiu, o tema sobre o apoio à luta palestina novamente surgiu e houve um embate sobre o tema. Agora em 2018, Jean Wyllys novamente se viu envolvido numa discussão<sup>20</sup> nas redes sociais com o jornalista Glen Greenwald que faz a cobertura do Brasil a partir do mesmo tema. A acusação recaiu sobre o PSOL, Jean afirmou que era preciso parar com o antissemitismo da esquerda, causando uma enorme reação dentro do PSOL e nos partidos de esquerda.

Descrever os temas dos setoriais é de fato importante, pois as pautas identitárias ganham uma enorme força dentro do partido. Jean Wyllys centrou duas forças nesse espaço de disputa. Os setoriais de “Política sobre drogas”, “Cultural” e “LGBTs” também foram defendidos por militantes que atuam no mandato do deputado.

O setorial de Políticas sobre as drogas defendeu algumas linhas de atuação do partido mais demarcadas. O primeiro ponto tratou de findar com a política de guerra às drogas e a política de enfrentamento permanente das polícias. Nesse contexto, trouxe a questão do genocídio da população negra e da criminalização da pobreza como eixos dessa atuação, além de demarcar a posição do partido contra a redução da maioria penal. O uso do princípio ativo da maconha foi outra pauta do setorial.

As favelas ganharam destaque no setorial que leva seu nome. Com presenças de Xiaolin, militante da Favela da Rocinha, e de mulheres que trabalham no mandato de Marielle Franco, as favelas surgiram como pauta para a defesa de jovens negros e do território como parte da cidade. As assessoras da vereadora, que não esteve presente no Congresso, marcavam a posição das favelas em todos os espaços.

O movimento LBGT também possui um setorial que teve como base a luta por direitos na sociedade civil e a violência que enfrentam nas cidades em seu cotidiano. Esse setorial parece ser um dos mais atuantes. A bandeira LGBT ganha um espaço importante dentro do partido. E o setorial Cultural valorizava como pauta a cultura popular e a circulação pela cidade como fator preponderante nesse processo.

Por fim a contribuição de um setorial que ainda está nascendo: o Sindical. Entendendo a necessidade de estar com o partido enraizado na classe trabalhadora, o setorial sindical está sendo formulado com pessoas que atuam em sindicatos, como Rosilene, que atua no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – SEPE, e Zaíra, do Sindicato dos Bancários.

---

<sup>19</sup> <https://www.revistaforum.com.br/viagem-de-jean-wyllys-a-israel-causa-controversia-entre-apoiadores-e-companheiros-de-partido/>

<sup>20</sup> <http://independente.jor.br/jean-wyllys-e-glenn-greenwald-discutem-na-internet-sobre-israel/>

Com o fim das apresentações, restava um almoço para os delegados através de quentinhas produzidas pelo pessoal do MNLM<sup>21</sup> (Movimento Nacional de Luta por Moradia) no acampamento Manoel Congo, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e na parte da tarde, quatro grupos de trabalho seriam montados para diversas discussões.

Nos grupos que se formaram para o debate, solicitei minha participação no grupo coordenado pelo vereador Tarcísio Motta, que logo me chamou para a roda que estava sendo feita e não para fora dessa roda, onde tinha me colocado para apenas observar. Esse debate foi riquíssimo, pois seria a oportunidade de ouvir outros militantes que não às lideranças escolhidas para defender as teses. A divisão dos debates estava estabelecida entre “Conjuntura e planos de lutas” e “Avaliação e construção partidária”.

Numa roda composta por cerca de 35 pessoas, quase todos quiseram opinar em algum tema, ou comentar as posições de um ocupante do grupo. Houve muita repetição e marcação de posição, como o setorial de favelas, que novamente fez questão de enunciar a “luta em defesa da juventude negra, favelada e periférica” ou a representante do CST que fez os mesmos combates da defesa de sua tese.

Dentro das questões não repetitivas, a discussão do fortalecimento dos núcleos e internúcleos (espaço de troca dos organizadores de núcleos de base) foi importante para a compreensão da correlação de forças dentro do partido. O questionamento do Internúcleos referia-se novamente à plataforma VAMOS e à Frente Povo sem Medo, não como uma negação, mas sim como um tema administrado por uma cúpula, sem passar por uma discussão nas bases. Esse movimento lembra os processos de oligarquização e de controle que Michels (1982), ainda no início do século XX já apontava como “lei” para os partidos políticos.

Assim como no debate de conjuntura, o debate de avaliação partidária seguiu uma linha de demarcações de posições de tendências e teses. A fala de Dejair, assessor do vereador Renato Cinco, trouxe à tona a discussão sobre a vida orgânica do partido e a regularidade da militância, cobrando a participação dos filiados em algum núcleo mais próximo. Dejair reforçou que os núcleos no cotidiano ficam muito esvaziados.

O final do 1º dia de Congresso do PSOL Carioca tornou realidade aquilo que apontava como muito evidente: a relação de Leonel Brizola Neto com o partido. A percepção do posicionamento na assembleia do Congresso não era a de um parlamentar, que normalmente é abordado por vários militantes durante o evento e sempre cercado por algum grupo. Cercado ele até era pelo grupo que o acompanha, mas absolutamente apagado dentro da organização.

---

<sup>21</sup> Ver mais em <http://mnlmrj.blogspot.com.br/> Último acesso em 27/01/2018

No fim dos debates, já com o Congresso finalizado, e apenas aquele movimento de conversa entre os militantes, uma discussão começou próximo ao espaço em que eu estava. Mesmo sem ter visualizado, era notório o constrangimento. O vereador Leonel Brizola Neto tinha desferido um soco no rosto do militante do MES, que segundo as pessoas que acompanharam a discussão disseram que houve um xingamento entre ambos a partir de um ponto de vista político. A busca nesse caso não é para uma análise de quem estava errado, mas sim uma demonstração de que a percepção que eu tive desde a entrevista realizada com o vereador, estava correta, ou seja, havia um mal-estar do PSOL com Brizola Neto.

Já na manhã de domingo, e, portanto, no 2º dia de Congresso, as primeiras conversas davam conta apenas do ocorrido. Assim que os trabalhos foram abertos pela comissão, as resoluções aprovadas no dia anterior, por consenso ou por maioria, começaram a ser lidas. Todas as resoluções no âmbito do Estado e do município (desmilitarização da polícia militar, Defesa da UERJ, UENF e UEZO, etc.), estavam aprovadas por unanimidade. Estas tratavam mais da conjuntura política. As teses dos setoriais também foram aprovadas por unanimidade.

Depois de ler os consensos, seriam lidas as resoluções que foram aprovadas por votação. Porém, uma moção de repúdio ao vereador Leonel Brizola Neto foi apresentada. Quase todas as tendências acenavam para a aprovar a moção rapidamente. O núcleo de Leonel Brizola e a APS-CC pediram para apresentar uma defesa do vereador, o que causou um transtorno e xingamentos de um membro da CST ao líder da APS-CC no Rio. A Comissão que presidia o Congresso entendeu que poderia dar 20 minutos para a apresentação de uma nota com a defesa do vereador.

Diante da tentativa de encobrir uma agressão no Congresso, havia uma pressão sobre o grupo que tentava encaminhar a moção de uma outra forma. Ao ler a nota, a defesa encaminhava que uma agressão física era absolutamente inegociável no partido, porém ressaltava que o vereador alvo da moção tinha sofrido agressão verbal. Mesmo entendendo que a agressão física não se justificava, apelava para uma reprimenda ao vereador. A votação foi aberta e moção de repúdio venceu com cerca de 80% dos delegados. Tudo o que envolveu o vereador nesse processo e durante o Congresso só ratifica a ideia de não pertencimento ao partido.

As resoluções sobre a conjuntura nacional, estratégias para a eleição de 2018 e política internacional seguiram com mais intensidade na avaliação das diferentes tendências. No âmbito das relações nacionais, a discussão sobre alianças do partido foi amplamente a mais importante, em especial quando se vislumbra a eleição de 2018. O PSOL Carioca aprovou a participação na plataforma VAMOS e na Frente Povo sem Medo. CST e MES defendiam a

aliança formal apenas com PCB e PSTU. A resolução sobre as fraudes de Macapá (AP), que causaram um alvoroço na militância, foi aprovada. Na política internacional, três temas ganharam destaque e uma acirrada votação. A resolução que apontava para um repúdio ao governo Maduro apresentada pela CST foi rejeitada. A questão de apoio ao povo da Palestina e sua liberdade, já descrita aqui como um tema espinhoso, foi rejeitada, vencendo como alternativa o desenvolvimento de um seminário sobre o tema a fim de aprofundar as discussões internas. Essa foi uma forma encontrada de não traduzir em confronto aberto a tese da Palestina. Finalmente, a independência da Catalunha também tinha de um lado o Bloco de Esquerda, que defendia uma posição de apoio à luta da Catalunha, e um outro grupo, que apontava para um seminário sobre o tema. Dessa vez, CST e MES venceram com uma contagem de voto a voto, e aprovaram a resolução do PSOL Carioca em apoio à independência da Catalunha.

Mesmo descrevendo as disputas, o que mais me chamou a atenção em todo esse processo é o peso dado a questões internacionais e pouca discussão sobre questões da cidade. Era perceptível o cansaço de alguns delegados, que até mesmo saíam do espaço de votação do Congresso, dado o tempo que se gastava com questões que nada têm a ver com a cidade e a dinâmica política do Rio.

A eleição do novo diretório era o último passo para a finalização do Congresso carioca. Seriam 4 (quatro) chapas. A primeira delas seria a junção de Insurgência, Subverta e Independentes, com apoio central dos parlamentares Chico Alencar, Marcelo Freixo e Tarcísio Motta. A segunda chapa seria composta pela US, a terceira pela tendência Fortalecer o PSOL e a quarta pelo Bloco de Esquerda - BE (MES, CST e Frente de Esquerda Socialista).

As chapas tiveram mais 8 (minutos) para defender suas posições para o partido. Todas reforçaram suas posições, aproximando e aglutinando referências em suas teses. O Bloco de Esquerda fez uma dura crítica a não participação do deputado Marcelo Freixo no Congresso, apontando para uma espécie de “estrelismo do parlamentar”.

A esperada vitória da chapa 1 que representava a Insurgência, Subverta e independentes se confirmou. Com 58 (cinquenta e oito) votos, a Insurgência vai dirigir o partido no triênio 2018-2020. Na cidade, o Bloco de Esquerda, composto por CST, MES e FES, conseguiu a 2ª colocação, com 40 (quarenta) votos, o que garante uma participação importante no Diretório e uma oposição a Insurgência. A APS-CC conseguiu 19 (dezenove) votos e o grupo Fortalecer o PSOL conseguiu apenas 6 (seis) votos. Vale destacar que esse foi o primeiro Congresso de que a tendência MAIS, ruptura do PSTU, participou e garantiu o

direito à participação concreta nas instâncias partidárias. A tendência MAIS chegou com cerca de 750 filiados no PSOL em 2017.

Os dois dias vivenciados como um delegado do Congresso do PSOL Carioca me fizeram compreender a organização e o método de ação do partido. As pistas deixadas nas entrevistas com os parlamentares e lideranças ora se confirmavam na observação, ora se desfaziam por completo. Estar no campo como um participante do Congresso me lembra Goldman (2006) quando ressalta a mudança que o trabalho de campo gera no pesquisador.

A primeira é que o etnógrafo também é, ou deveria ser modificado por ela. Limitar-se, então, a comentar a posteriori os efeitos de sua presença sobre os nativos, tecendo comentários abstratos sobre seu trabalho de campo, parece revelar uma certa sensação de superioridade: invulnerável, o antropólogo atravessa a experiência etnográfica sem se modificar seriamente, acreditando-se ainda capaz de avaliar de fora tudo o que teria ocorrido (GOLDMAN, 2006, p. 30).

A participação no 3º Congresso do PSOL Carioca me permitiu conhecer e conversar com uma série de militantes das mais diferentes tendências, e entender melhor a composição do partido na cidade. Nada está definido a priori, mesmo que se possa definir os campos da Unidade Socialista e o Bloco de Esquerda. As articulações são fluidas. O partido é majoritariamente muito jovem. A percepção no Congresso é a de estar numa disputa de DCE, tão jovem é a grande maioria.

O Congresso deixou novas pistas, que seriam perseguidas e observadas agora no Congresso Estadual do PSOL, realizado no final de semana seguinte de feriado prolongado. Nos dias 04 e 05 de novembro de 2017, na UERJ, no auditório 11 do 1º andar. As análises do primeiro Congresso seguem para serem relacionadas ao segundo, entretanto, a correlação de forças sofre um impacto potente: agora as forças estão distribuídas nos diversos municípios do Rio. A cidade do Rio continua protagonista, mas a organização das tendências segue outro fluxo. Novos parlamentares se juntam nesse universo de disputas e as tendências ganham outros delegados. Nesse Congresso, 36 (trinta e seis) cidades mandaram seus delegados.

Assim que cheguei na UERJ fui conversar com a Carol, apresentada por Álvaro Neiva ainda no Congresso Carioca, e que seria a futura presidente do PSOL no Estado do Rio de Janeiro. A organização das tendências para o Congresso Estadual era mais tensa. A tendência Subverta, por exemplo, não iria compor com a Insurgência, como na cidade. Outras articulações com lideranças distintas surgem nesse Congresso. Carol e Álvaro (atual presidente do PSOL estadual) se articulam antes de começar a apresentação e defesa das teses. A garantia dos votos é mais tênue do que antes.

O modelo de Congresso seguiria o mesmo cronograma do executado na cidade. Primeiro dia para apresentação de teses na parte da manhã, e à tarde divisão de grupos para

debate. O problema do estadual consistia primeiro na organização e chegada de militantes que moram longe da cidade do Rio de Janeiro.

A direção do Congresso foi feita pelo presidente, Álvaro Neiva. O auditório da UERJ estava lotado, com cerca de 350 delegados. A primeira observação é sobre a participação das lideranças, em especial a de parlamentares. Novamente, Chico Alencar, Renato Cinco e Leonel Brizola Neto compareceram ao evento. O vereador Tarcísio Motta, por motivo familiar, mandou uma mensagem ao Congresso, justificando sua ausência. Nesse momento o vereador foi aclamado como pré-candidato a governador do Rio de Janeiro. Da cidade de Niterói, os vereadores Paulo Eduardo Gomes e Talíria estavam presentes, além do deputado estadual Flávio Serafini. E da região serrana, o deputado federal Glauber Braga e o deputado estadual Wanderson Nogueira marcaram presença, inclusive na articulação das teses e na apresentação das mesmas. As ausências novamente foram dos deputados estaduais Marcelo Freixo, Paulo Ramos e Eliomar Coelho, além dos vereadores Paulo Pinheiro e David Miranda. A vereadora Marielle Franco compareceu somente no segundo dia. Assim como o Congresso da cidade, o deputado federal Jean Wyllys não compareceu nas discussões do Estado.

Foto 2 – Primeiro dia Congresso Estadual na UERJ



Fonte: Foto de Vinicius Gentil

É no mínimo curioso pensar nas discussões do estado onde se é deputado, ou onde você conseguiu seus votos para a câmara federal, e não estar presente. Em que pese o julgamento mais precipitado, novamente a ausência mais sentida é de Marcelo Freixo. A maior liderança do estado, não está presente para conduzir o partido e pleitear as resoluções. A posição de Freixo na cidade e no estado obrigaria sua participação, além do peso simbólico da valorização da militância e da vida orgânica do partido. A mensagem que o deputado pode emitir ao partido é que as querelas internas não o interessam.

Isabel e Carol (presidentes do PSOL Carioca e PSOL Estadual), tiveram dificuldades de explicar os motivos que levaram Freixo a não participar do evento. A versão das lideranças possui algumas vertentes. Uma delas diz respeito a uma dinâmica parlamentar, ou seja, demandas que são características da função, e que por isso consomem os ocupantes. Muitas vezes o partido fica em segundo plano mesmo. E existe a questão de não se desgastar internamente com as oposições que são reais.

Tem uma coisa...que o político já tem uma posição, já assinou uma tese, tem pessoas me representando, e isso basta. Não é que não se posicionou. Mesmo não estando presente, assinaram as teses. Evitar o desgaste...a ideia é que a gente participe das reuniões de bancada, mas é super difícil. (Entrevista com a presidente eleita do PSOL do Estado do Rio de Janeiro realizada em 27/11/2017)

No auditório fica mais perceptível a junção das tendências e o posicionamento para garantir apoio ou para expor discordâncias. As defesas das teses tiveram início na parte da manhã, depois de um longo credenciamento de delegados. A acomodação das tendências seguiria um fluxo parecido, mas com junções distintas.

As tendências que se abrigam no campo político Bloco de Esquerda (BE), em especial, CST e MES, lançaram teses distintas. A MES teve a participação de militantes do coletivo Juntos, movimento suprapartidário que atua com algumas pautas específicas. Separei um tópico para uma análise dos coletivos. Já a CST lançou uma tese individual. No campo da Unidade Socialista (US), a APS-CC ganhou a presença da tendência Fortalecer o PSOL, além de independentes. A Insurgência, que contou com a tendência Subverta no município, lançou sua tese em companhia de independentes e com o apoio de alguns mandatos. A tendência Liberdade e Revolução Popular (LRP), que muitas vezes se une a CST, lançou uma tese no Congresso Estadual, bem como a APS- Nova Era, que atua no campo do BE, mas que preferiu escrever uma tese. E finalmente, a Frente de Esquerda Socialista, que abriga a CL e teve a participação da tendência MAIS.

Esse movimento em relação às teses tem dois objetivos a meu ver. O primeiro é a ideia de marcar uma posição enquanto espaço político, e o segundo de garantir alguma participação

no diretório. As teses apresentadas se unem ao primeiro objetivo, e a composição das chapas se destina ao segundo objetivo. As mudanças do município para o estado têm a ver com a atuação das tendências em todo o Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia dessa dimensão, o PSOL possui filiados em 90 (noventa) dos 92 (noventa e dois) que existem no Rio de Janeiro. Considerando somente os municípios com mais de 100 (cem) filiados, no Estado do Rio de Janeiro o PSOL possui 24 (vinte e quatro) municípios com esse perfil. Se pegarmos os municípios com mais de 200 filiados, o PSOL possui esse quantitativo em 18 (dezoito) deles.

Tabela 14 – Número de Filiados > 200

<b>Municípios com mais de 200 filiados - Rio de Janeiro</b>	
<b>Municípios</b>	<b>Número de Filiados</b>
Angra dos Reis	244
Araruama	214
Belford Roxo	1266
Campos	319
Duque de Caxias	1160
Itaboraí	213
Macaé	210
Magé	336
Mesquita	203
Nilópolis	296
Niterói	966
Nova Friburgo	411
Nova Iguaçu	668
Queimados	684
Rio de Janeiro	5641
São Gonçalo	823
São João de Meriti	1003
Saquarema	369

Fonte: Elaboração própria - Tabela elaborada a partir dos dados do TSE – janeiro 2018

Essa tabela nos ajuda a entender como as tendências se movimentam de forma distinta nos municípios. A composição em cada cidade tem uma ligação com quem iniciou o processo, a tendência que atua efetivamente no município e o perfil das lideranças locais que as compõem.

A defesa das teses teve participação ativa dos parlamentares. A observação nesse sentido é a de perceber uma disciplina para as disputas internas, que resvala até mesmo em suportar vaia de algumas tendências. O deputado federal Chico Alencar foi respeitado em

sua fala, apesar de estar próximo da agenda US e de tendências que apoiam a ideia da plataforma VAMOS e da Frente Povo sem Medo. Já o deputado federal Gláuber Braga, muito elogiado por militantes, mas que chegou ao PSOL em 2015 oriundo do PSB, passou por algumas vaias da CST, única tendência a dizer não para sua filiação ao PSOL. Outros que tiveram um espaço de fala, como a vereadora Talíria (Niterói) e o deputado estadual Flávio Serafini (Niterói), defenderam as suas teses dentro da lógica da tendência Subverta, mas não causaram desconforto.

As conversas na parte externa do auditório foram importantes para a compreensão de vários aspectos do partido. As bancas de algumas tendências e coletivos que atuam de alguma forma no PSOL ficavam dispostas vendendo artigos do partido (*bottons*, camisetas) ou da organização, bem como lanches, café, jornais, revistas e livros. As conversas nesse espaço ampliaram a relação do partido e o entendimento de atuação das tendências e dos coletivos. Os militantes que atuavam nessas bancas normalmente não pertenciam ao corpo de delegados, o que facilitava a conversa informal, sem a necessidade de comparecimento no espaço do Congresso.

Foto 3 – Segundo dia de Congresso Estadual – Área externa UERJ



Fonte: Foto de Vinicius Gentil

O almoço novamente foi coletivo e a partir da mesma fonte do Congresso Municipal, ou seja, do pessoal da MNLM. Depois dessa pausa, os grupos da tarde seguiram na lógica de posicionamento das tendências e das teses apresentadas. Aliás, essa é uma questão. Não percebi uma vez sequer uma mudança no olhar, uma compreensão distinta da inicial. Os discursos nos grupos eram feitos por outros militantes (ou os mesmos), apenas reforçando a posição enunciada em outro momento do Congresso. Essa forma de construção indica uma distância substancial entre as tendências e, mais do que isso, uma disposição de dificultar essa relação. Os grupos ganhavam apenas adesão de militantes da mesma corrente ou que tradicionalmente se juntam nas disputas. Não houve uma mudança sequer na forma de pensar ou de agir para dentro ou para fora das instâncias partidárias.

No domingo, segundo dia de Congresso, os mesmos parlamentares estavam presentes. Vale frisar a participação do presidente nacional do partido, Luís Araújo (APS-CC) no Congresso. Seguindo o mesmo formato, os primeiros atos consistiriam em votar os pontos de dissensos entre as teses apresentadas. Prefiro não descrever aqui cada tese como fiz no Congresso municipal para não se tornar repetitivo.

Como no municipal, as contribuições dos setoriais foram aprovadas por consenso. Nos aspectos de Conjuntura Nacional, o tema sobre o posicionamento do PSOL em relação ao golpe parlamentar, a superação do lulo-petismo e a disputa dos campos progressistas, a APS-CC, a Insurgência, Rosa Zumbi e independentes, venceu a resolução que entende que superação do petismo precisa de um amplo leque de atores, sobretudo da força dos movimentos sociais. O PSOL entende que sozinho não consegue mobilizar essas forças.

Na tática eleitoral, houve a aprovação do diálogo com mais movimentos sociais e da participação na plataforma VAMOS e na Frente Povo sem Medo. A possibilidade real da candidatura de Guilherme Boulos (MTST) para disputar a presidência da República pelo partido também foi aprovada, mesmo com a recusa de CST, MES, LSR e LRP. Essa questão foi defendida pela Insurgência, APS-CC, Rosa Zumbi e Independentes.

Duas questões de cunho interno do partido tiveram suas resoluções muito disputadas, mas venceu o BE. Uma tratava das fraudes no Amapá e outra de fraudes na Bahia. Ambas foram aprovadas, mas com muita discussão. A diferença central está na legitimidade de um Congresso Estadual apontar problemas de outro estado ou cidade. As fraudes apontadas têm como alvo a tendência que preside o partido nacionalmente e nesses estados: a APS-CC. A cadeira da tendência MAIS foi consenso para o diretório, mas negada como cadeira na Executiva.

Uma questão que remete muito para a construção do partido no interior diz respeito ao fundo partidário. A resolução aprovada no Congresso pretende garantir mais recursos para interiorização do partido. Existe uma demanda pela profissionalização de algumas funções da Executiva do partido que ainda não foi resolvida.

No âmbito das resoluções internacionais, a questão da Catalunha foi a mais disputada. A contagem visual não foi possível, dado o acirramento e pequena diferença. A proposta da CST, LSR e MES apoiava que o PSOL defendesse a independência da Catalunha e total reconhecimento do referendo lá realizado. A inquietação e o cansaço de alguns militantes frente a uma discussão internacional num Congresso estadual reverberavam em comentários como o da vereadora Marielle Franco, que ao meu lado dizia: “Isso não pode ser sério. Porra, os caras estão disputando a Catalunha...olha quanto tempo perdem nessa disputa...o que eu estou fazendo aqui”. Marielle observava a forma ativa da CST em cantar gritos em favor da Catalunha, até mesmo com bandeira da comunidade autônoma da Espanha. Por 139 votos a 118, foi aprovada a resolução que defendia o referendo à independência do povo catalão.

Mais duas questões internacionais foram alvos de disputas. Repetindo o município, a resolução que repudiava o governo Maduro na Venezuela criado pela CST e LSR era combatida por quem discordava dessa posição e entendia o governo de Maduro como importante na luta do socialismo na América Latina. O deputado Gláuber Braga foi o defensor da segunda opção, apoio a Maduro, vencendo as tendências do BE. Por fim, a resolução sobre a Palestina, que nesse momento ganhava uma outra roupagem. A resolução que deveria ser aprovada serviria de resposta à vereadora Teresa Bergher, da comunidade judaica, que acusou o PSOL de ser antisemita. A resolução foi aprovada com mais facilidade.

Chegava então o momento de consolidar as expectativas. No caso das chapas do estadual, havia uma diferença. Os delegados fariam duas votações e para isso dispunham de duas credenciais, uma vermelha e outra amarela. Uma para a escolha dos delegados que irão representar o estado no Congresso Nacional, e outra para a eleição do Diretório Estadual.

Para ilustrar melhor o equilíbrio das votações, decidi apresentar uma tabela da votação.

Tabela 15 – Resultado da Eleição - Congresso Estadual

<b>Eleição para delegados</b>	
<b>Composição das chapas inscritas</b>	<b>Número de votos</b>
Bloco de Esquerda (CST/MES/LRP)	71
Unidade Socialista (APS-CC, Rosa Zumbi, mandatos Gláuber Braga e Wanderson Nogueira)	55
Esquerda Marxista	1
Insurgência e Independentes	65
FES/APS-NE/Subverta	60
Fortalecer o PSOL	12
<b>Eleição para o Diretório Estadual</b>	
<b>Composição das chapas inscritas</b>	<b>Número de votos</b>
Unidade Socialista – APS-CC e Independentes	33
Insurgência, Rosa Zumbi, Independentes e mandatos Chico Alencar, Jean Wyllys, Marielle, Marcelo Freixo, Glauber Braga, Wanderson Nogueira, Tarcísio Motta	87
Bloco de Esquerda – CST/MES/ LRP/Coletivo Paulo Romão	71
Fortalecer o PSOL e mandato Leonel Brizola Neto	12
FES/APS-NE e Subverta	61

Elaboração própria – Retirado do Congresso estadual

Uma tabela interessante que demonstra a disputa acirrada entre as tendências é o cálculo indicando o número de delegados por tendências aptos para a eleição estadual. Essa relação, além de mostrar a enorme fragmentação do partido nas articulações que compuseram as chapas, indica a força de algumas delas no âmbito do Rio e as dificuldades de costurar uma aliança que atenda a tantos grupos.

Tabela 16 – Delegados por tendência

<b>Delegados aptos por tendências – Congresso Estadual</b>		
<b>Tendência</b>	<b>Número de delegados</b>	<b>Percentual</b>
Insurgência	46	17,23%
Unidade Socialista - APS-CC / Fortalecer o PSOL	45	16,85%
CST	33	12,33%
MÊS	31	11,61%
Subverta	31	11,24%
Independentes (mandatos)	19	7,12%
Mandato Gláuber	14	5,24%
NOS (Nova Organização Socialista)	10	3,75%
Rosa Zumbi	8	3,00%
LSR	8	3,00%
CL	7	2,62%
APS-NE	5	1,85%
LRP	5	1,85%
Esquerda Marxista	1	0,37%
Soltos	1	0,37%

Fonte: Elaboração própria

A eleição consolidou as estratégias da Insurgência, garantindo a presidência do PSOL Carioca e do PSOL Estadual. Carol ainda fez um discurso no final da eleição, comemorando o resultado e apostando na unidade do partido e na posição do PSOL em reorganizar a esquerda no Rio e no Brasil.

O passo seguinte seria o de acompanhar as lutas no Congresso Nacional. Numa troca rápida com o presidente nacional, Luís Araújo, consegui o contato de José Ibiapino, dirigente do partido e partícipe da comissão do Congresso Nacional do PSOL. Havia uma interrogação quanto a realização do evento devido à disponibilidade de recursos. A decisão da Direção Nacional foi reduzir o Congresso para 2 (dois) dias, reduzindo o aporte financeiro. Segundo o PSOL, foram mais de 1000 (mil) plenárias em todo o Brasil que reuniram 27 mil filiados.

O local do evento é bem agradável. Luziânia (GO) fica a pouco mais de uma hora de Brasília – DF, mas fica em Goiás. O Lugar do evento é amplo, com espaço para cerca de 800 pessoas. O espaço também conta com alojamentos, onde a maioria dos participantes foi acomodado em quartos coletivos, alguns cabendo 4(quatro) pessoas, outros até 12(doze) pessoas. Aliás, esse foi o motivo que fez o partido levar meu pedido de observação para a comissão do congresso, pois o número de participantes poderia ser um problema para a logística do espaço. Fora do auditório um espaço com muitas salas de reunião, que abrigou os grupos de discussão com facilidade.

A dúvida sobre a participação das lideranças do partido, sobretudo as lideranças do Rio de Janeiro, foram dissipadas logo na parte da manhã. O deputado Marcelo Freixo e o deputado Chico Alencar estiveram presentes e muito atuantes em todo o momento. Os deputados federais de São Paulo, Ivan Valente e Luiza Erundina também compareceram ao evento. Guilherme Boulos, do MTST, possível nome do partido na disputa presidencial, e fruto de um enorme debate nas esferas municipal e estadual, estava no evento e foi muito bem recebido por todos. Boulos falou no Congresso sobre a unidade da esquerda e sobre um ciclo da esquerda que terminava com o PT.

Apesar de ser um dos motes a discussão para o Congresso 2017, não é a primeira vez que Guilherme Boulos comparece a esse tipo de arena política do PSOL. Dito pelo próprio, em outros Congressos o MTST esteve presente, e Boulos fez questão de dar uma saudação ao partido. Essa fala traz uma outra mensagem: Boulos não é um estranho ao partido.

No entanto, no âmbito das tendências, existe uma resistência de tendências organizadas no Bloco de Esquerda, que no momento é minoritária, mas não pode ser negligenciada. CST, MES e LSR, Esquerda Marxista e LRP se posicionaram abertamente contra a participação do partido na plataforma VAMOS e na Frente Povo sem Medo. Para esses setores, a ampliação das alianças com movimentos sociais não deve ser feita, sobretudo pela relação com o lulismo e o petismo. Porém, vários quadros do PSOL já fazem parte desse processo, ou até mesmo coordenam sua execução, como é o caso do deputado Marcelo Freixo. A discussão sobre a possibilidade de Boulos disputar uma candidatura no PSOL, fica então ainda mais distante.

Isabel, presidente do PSOL Carioca, eleita no último Congresso, traduz um pouco esse tipo de disputa interna:

Às vezes a política falha na organização interna do partido. Várias organizações que no congresso que marcaram posição contra a frente ampla, o petismo, a maior parte constrói o Vamos e a Frente sem Medo. A maior parte da Esquerda Socialista, que vocalizou no congresso contra, constrói o Vamos e a Frente Povo sem Medo. O Bloco de Esquerda, o MES tá no Vamos[...] vou te explicar, em São Paulo o MTST é muito forte. Quem quiser estar na luta de forma mais dinâmica, tem que colar. Aqui no Rio de Janeiro é diferente. De alguma maneira você tem que comprar um desgaste. Não tem acordo no PSOL se é um momento de acesso ou de retrocesso. A CST acha que não houve mudança do PT para o Temer, que não muda nada, estamos pós- 2013, estamos em um momento de acesso e que a perda de direitos mobiliza. Não existe acordo no PSOL se é momento de resistir ou de avançar. Mas tem uma maioria política no PSOL que acredita que teve um golpe no Brasil, que é um período de retrocesso e por isso tem de aderir a uma frente ampla como a Povo Sem Medo. Então, eu acho que a gente está nesse momento e acho que isso vai depender de como via se dar a eleição no próximo período, o que o PT vai fazer. O Lula já tem dito que tem de perdoar o PMDB, vamos ver. Eu acho que o próximo ano será muito importante para o futuro do PSOL, o futuro da esquerda. (Entrevista com presidente eleita do PSOL Carioca Isabel realizada em 27/11/2017)

Isabel aponta para duas questões importantes. A primeira é a dificuldade de não adesão ao MTST, sobretudo em São Paulo, dado o tamanho do movimento. E a outra é a de lidar no partido com tendências que entendem ser uma coisa só o PT e o PMDB, o que dessa forma une Boulos a esse grupo por relação.

Durante o Congresso, as tendências unidas em campo político, ou mesmo de forma individual, apresentaram suas teses. Antes de avançar sobre a divisão e o tema das teses, vale explicar a importância desse movimento dentro do partido. Não é apenas um movimento ideológico, antes disso, assinar uma tese marca a participação na disputa. Conversando com o deputado Marcelo Freixo, o peso da assinatura da tese é simbolicamente importante, delimita o campo de maior proximidade dentro do partido e apresenta as linhas ideológicas daquele grupo.

Eu nunca fui de fazer as disputas internas. Me dou bem com todas as tendências. Desde que tenho mandato não exijo nem que esteja filiado ao PSOL. Estar filiado em outro partido também não dá, mas eu não obrigo a estar filiado. Sempre estive aberto para conversar com todas as tendências. Eu não fui aos congressos do Rio também devido a agendas fora do estado. Viajei por vários estados. Mas eu participo nas teses. Eu assinei a tese dos independentes. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/18)

Por isso a importância de apresentar o quadro abaixo. No Congresso Nacional as tendências buscaram seus espaços ideológicos e simbólicos. Na apresentação, as principais lideranças se revezavam para apontar em linhas gerais os objetivos de suas teses. Mesmo com esse processo democrático, as teses apresentadas não têm forças de mudanças de posicionamento político. Todos os grupos seguirão as articulações que já estavam estabelecidas antes do Congresso. Mais uma vez, a ideia de marco simbólico das teses é ratificada. Esse momento tem muito mais um perfil adesista dos militantes de cada uma das tendências do que um processo de construção coletiva. Não restam dúvidas de que os marcos conceituais apresentados nas teses enriquecem o partido e contribuem para a democracia interna, garantindo espaço de participação. No entanto, as discussões não apontam mudanças, mesmo num evento de maior porte e central para o partido como o Congresso Nacional.

Tabela 17 – Teses apresentadas no 6º Congresso Nacional

<b>Nome da Tese</b>	<b>Tendências e Coletivos</b>
1 – A saída da crise é pela esquerda: é preciso superar o PT para o PSOL se consolidar como alternativa de poder para o povo brasileiro	Coletivo Primeiro de Maio
2 – Caminhando contra o vento	Mandatos Chico Alencar, Marcelo Freixo, Gláuber Braga, Wanderson Nogueira e Eliomar Coelho (RJ)
3 – Construir nas ruas uma alternativa de esquerda e independente do lulismo	CST e independentes
4 – Construir um programa e uma estratégia para o novo ciclo na esquerda brasileira	Fortalecer o PSOL
5 - É hora de fazer do PSOL uma alternativa	MÊS
6 – Em defesa dos direitos, reorganizar a esquerda e transformar o Brasil	Unidade Socialista – APS-CC
7 – Organizar a Resistência Popular e construir o PSOL como alternativa programática de esquerda	APS-NE
8 – Por Uma Frente da Esquerda Socialista no Brasil	FES – Frente de Esquerda Socialista – LSR, Comuna, CL, Subverta, Nova Práxis, GAS, MLPS
9 – PSOL de muitas lutas para derrotar o projeto reacionário conservador e construir o socialismo	TLS
10 – Reafirmar o PSOL como parte da construção de uma alternativa de direção política para a Classe Trabalhadora Brasileira	Luta Socialista - LS Construção Socialista - CS
11 – Reformas Estruturais e Revolução Brasileira: é preciso romper com o atual sistema e organizar uma real alternativa de poder	LRP
12 – Resistir e Re-existir	Coletivo Rosa Zumbi

Fonte: Elaboração própria

Nesse processo de 2(dois) dias em Luziânia, foi possível perceber que a importância do Freixo como um quadro nacional. Talvez, apontá-lo como o principal nome do PSOL, é em parte, correr muitos riscos de análise, mas a articulação que executa dentro do partido é, de fato, importante. Freixo seguiu ao lado de Guilherme Boulos durante todo o tempo que o líder do MTST esteve no evento, que corresponde ao primeiro dia de trabalho. Esteve com os

parlamentares de São Paulo, os deputados federais Ivan Valente e Erundina, dentre outros parlamentares do partido. Militantes de vários estados diferentes procuravam o deputado para uma conversa e para tirar fotos.

A construção do VAMOS e da Frente Povo sem Medo tem participação ativa do deputado Marcelo Freixo. Ao afirmar que buscou essa articulação com Boulos, Freixo ainda reforçou a participação do que denominou de candidatura “antissistêmica” com a composição da índia Sônia Guajajara como candidata a vice-presidência. Sônia Guajajara, é coordenadora da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e tem liderança reconhecida no movimento de luta indígena. Essa composição é uma aposta do setor ecossocialista<sup>22</sup> do PSOL. No dia 03/03/2018, a pré-candidatura de Boulos e Sônia Guajajara foi lançada pelo PSOL na Convenção Cidadã com a participação de artistas e intelectuais.

Esse movimento precisa ser lido com um grau mais elevado de cuidado, pois essa chapa representa uma guinada do PSOL para uma outra vertente. Nas últimas eleições, quadros do partido disputaram a presidência, computando erros e acertos. A escolha de Boulos (que só se filia ao PSOL em 05/03/2018) e Guajajara é a aposta numa possibilidade de representarem setores que o partido ainda não consegue alcançar, como também de frisarem a ideia de partido antissistema, com tudo que esse conceito pode sugerir. Nesse caso, ser antissistema no Brasil é apresentar candidaturas destoantes do cenário político mais natural. Um líder dos sem teto, com uma indígena como vice, coloca o PSOL em outra via de atuação, por isso a resistência de alguns setores internos que veem nessa aposta uma descaracterização do partido e um oportunismo dos envolvidos na articulação. Freixo é um dos mais entusiastas desse movimento, para não afirmar ser o principal vetor desse arranjo político. Freixo explica o que pretende com a candidatura

Eu acho que esse ano de 2018 eu joguei muito peso nisso, quando eu jogo muito peso na candidatura do Boulos, o que me fez estar um pouco ausente do Rio, mas, enfim. E eu acho que vai acontecer, correndo muitos riscos. A candidatura do Boulos e com a Sônia Guajajara como vice é uma candidatura anti-sistêmica. Não é pra ganhar a eleição, mas pra ganhar a política. Esse é um diferencial. O PSOL pode hoje se dar ao luxo de disputar a política sem ganhar uma eleição pra poder ganhar uma eleição de fato depois, sem cometer os erros que o PT cometeu. Mas isso dá trabalho. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

---

<sup>22</sup> O ecossocialismo é uma alternativa radical ao capitalismo que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista (marxista). Sua premissa fundamental é que a preservação de um ambiente natural favorável à vida no planeta é incompatível com a lógica expansiva e destrutiva do sistema capitalista. Não se podem salvar os equilíbrios ecológicos fundamentais do planeta sem atacar o sistema, não se pode separar a luta pela defesa da natureza do combate pela transformação revolucionária da sociedade. Retirado do site: <https://outraspalavras.net/posts/lowy-historia-razoes-e-etica-do-ecossocialismo/>

Fotos 4 e 5 – Convenção Cidadã – Apresentação das pré-candidaturas de Boulos e Guajajara.



Fonte: Foto de Partido Socialismo e Liberdade

A disputa pelo poder do partido também traz para a cena principal do partido o deputado estadual Marcelo Freixo. Mesmo já tendo dito que não tem um interesse pelas disputas no partido, Freixo articulava sua candidatura à presidência nacional do partido, o que pode demonstrar que a ideia seria a de direcionar o partido para acordos mais amplos e menos orgânicos. Segundo um militante da tendência Rosa Zumbi, Freixo não avançou nas discussões e no Congresso tentou articular seu nome. Já era tarde demais. Mesmo com uma circulação interna muito positiva entre a maioria das tendências, Freixo talvez tenha feito uma leitura que seu nome seria consenso a qualquer momento, mas as discussões para a indicação de Juliano Medeiros já estavam definidas. Na disputa com Juliano Medeiros (APS-CC), Freixo e independentes decidem abdicar da eleição nacional. Vale lembrar que a APS-CC e Juliano Medeiros não representam nenhuma oposição às articulações que Freixo faz para além do partido. Ao contrário disso, Juliano Medeiros parece encampar as ações do deputado desde o período que presidia a Fundação Lauro Campos.

Vale explicar como as articulações para a composição da executiva nacional se colocam. Como serão chamados os quadros por proporção de votos, a disputa não se dá com apresentação de candidatos a presidente. A chamada se dá pela tendência ou campo político que se uniu na construção da chapa, para esse grupo apontar quem vai presidir o partido. Em Luziânia (GO), a votação ficou da seguinte maneira:

Tabela 18 – Eleição Congresso Nacional - 2017

<b>Votação por Campo e tendência - Congresso Nacional</b>	
<b>Tendência</b>	<b>Votos</b>
<b>Unidade Socialista</b>	<b>183</b>
APS-CC	107
Fortalecer o PSOL	41
Somos PSOL	14
Alternativa (PE)	11
RPS (CE)	6
Poder Popular	4
Mandato Gláuber Braga	2
Rosa Zumbi	19
Coletivo Olga Benário (BA)	1
Independentes (RJ)	3
Insurgência	26
<b>Bloco de Esquerda</b>	<b>140</b>
MES	68
CST	8
LSR	23
APS-NE	16
TLS	12
1º de Maio	6
LRP	4
LS	3
<b>Total Geral</b>	<b>374</b>

Fonte: Elaboração própria

A tabela acima dimensiona a fragmentação e como as forças políticas estão divididas. A tendência APS-CC mantém o controle com folga do partido. No campo das oposições, a tendência MES indica a superioridade frente a CST e se consolida como principal tendência de oposição a atual gestão.

Desse quadro detalhado, é possível compor a votação das chapas e como se uniram na Executiva Nacional. Foram montadas 3(três) chapas, que uniram tendências que no Rio de Janeiro normalmente estão em campos opostos.

Tabela 19 - Votação Chapas Nacional - 2017

Votação Nacional - Chapas		
Chapas	Tendências	Número de votos
Chapa 1	Unidade Socialista - Rosa Zumbi e Mandato Gláuber	<b>205</b>
Chapa 2	Insurgência - Independentes RJ	<b>29</b>
Chapa 3	Bloco de Esquerda	<b>140</b>

Fonte: Elaboração própria

A tabela acima é interessante, pois reforça que a lógica dos estados não significa, nem de longe, as relações no plano nacional nas disputas internas. No Rio de Janeiro, espaço onde a tendência Insurgência tem o domínio há pelo menos 2 mandatos (desde 2015), as relações de composição são distintas, tendo a APS-CC quase como campo minoritário.

Como uma espécie de síntese do Congresso, as disputas internas são bem marcadas, o que ainda resulta em dificuldades para a direção do partido, mas não conseguem frear algumas iniciativas. As maiores lideranças do PSOL no momento entendem a necessidade de o partido buscar uma composição mais ampla e seguirão nesse sentido. A participação de Marcelo Freixo nesse momento é essencial para esse projeto. Na entrevista que me concedeu, o deputado mostrava claramente essa questão:

Nós viemos todos de um outro partido. [...] parece as vezes que é pecado ser de outro partido. A gente precisa deixar de ser sectário, senão vira uma seita. Será que não a gente não consegue ter no PT grupos que a gente possa dialogar, no PDT, no PC do B, no PSB. Isso é complicado. (Entrevista deputado estadual Marcelo Freixo - realizada em 26/02/2018)

A fala de Freixo indica em linhas gerais os rumos do partido. Juliano Medeiros parece seguir na mesma linha, pois está junto na iniciativa de lançar um movimento em defesa da democracia e da reconstrução do país, espaço que não planeja alianças eleitorais, mas representa um momento em que partidos do campo político da esquerda conseguiram sentar à mesa para discutir o país, mesmo que seja simbólico e ainda embrionário. As disputas eleitorais para o ano de 2018 provavelmente não abarquem essa relação, mas a construção teórica é um passo nesse processo. A participação do PSOL indica que o partido planejava uma composição maior que a utilizada em outras composições eleitorais com o PSTU e PCB, partidos sem nenhuma representatividade nacional.

A imagem do folder e o título do manifesto simbolizam esse movimento dos partidos: Unidade para Reconstruir o Brasil. O Congresso Nacional que elege Juliano Medeiros (US/APS-CC) indica que o PSOL pretende se colocar como um partido mais dinâmico nas

eleições, ampliando suas alianças com os movimentos sociais, e como uma articulação permanente de Marcelo Freixo. Isso não exclui a importância de outros quadros importantes no âmbito nacional, como Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ) e Edmilson Rodrigues (PA), dentre outros.

Imagem 10 – Folder do Ato de Lançamento do Manifesto



Fonte: Foto do folder

### **3 O RIO DE JANEIRO COMO PLATAFORMA DO PARTIDO: CULTURA POLÍTICA, LIDERANÇAS E O PSOL COMO CANAL DE COLETIVOS**

#### **3.1 Uma discussão sobre a cultura política do Rio de Janeiro**

A relação do Rio de Janeiro, cidade e estado, com a política é intensa. O processo histórico é refinado do ponto de vista dos fatos ocorridos em terras fluminenses. Desde que se tornou capital, ainda da colônia Brasil, em 31 de agosto de 1763, o palco dos grandes acontecimentos reverberou de forma constante os arranjos políticos, alastrando as disputas território afora por todo o Brasil.

Estudar o PSOL com o olhar sobre as dinâmicas do Rio de Janeiro pressupõe a necessidade de uma visão mais cuidadosa sobre as dinâmicas políticas que marcaram a cidade e o estado. Desse modo, torna-se premente para a pesquisa buscar uma análise dos campos políticos que se desenvolveram e a cultura que foi forjada na cidade.

A fim de discutir as questões que marcaram os campos políticos no Rio de Janeiro, os marcos do nascimento da República são importantes para delinear, mesmo que em linhas gerais, as marcas do jogo político do Rio de Janeiro. Da diversidade da política, destacarei alguns pontos em que a conjuntura favoreceu o surgimento de modelos que ensejaram até hoje a forma de fazer política no Rio e a delimitação dos campos ideológicos.

O interesse central consiste em perceber, através de pesquisas anteriores, como a política do Rio de Janeiro foi forjada. Mesmo passando por alguns períodos mais antigos, os quais não estão diretamente conectados com a pesquisa, nesse momento é importante fazer essa recuperação, mesmo que de forma breve.

Em toda essa discussão, o emblema de capital gerou uma série de fatores e dinâmicas políticas que fizeram do Rio esse espaço de efervescência e que resultaram em lideranças populares tanto no campo das esquerdas quanto no campo dos partidos mais tradicionais e que naturalmente seriam colocados na direita ou centro-direita.

As diferenças entre a capital e o restante do estado são explicitadas por esse processo de luta pela emancipação da capital da República e pela forma como o restante do estado era constituído como campo político distinto. Motta (2004, pg.54) reforça que essas diferenças entre cidade e estado moldaram o campo político e a cultura política, afirmando que “a cidade do Rio construiu sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade”

As manchas da República Oligárquica na organização do Estado e na forma de fazer política seriam difíceis de serem resiliadas, sobretudo pelas rupturas tão características da jovem democracia nacional. O jogo que acompanha os partidos e os políticos durante esse período é o controle do sufrágio, permitindo que apenas um grupo seletivo participe dos pleitos eleitorais. Além disso, o formato das eleições, com voto aberto, desnudava um processo absolutamente corrupto. Os representantes da democracia não representavam a população.

O que foi feito durante a República que se iniciava no início do século XX fortaleceu a política local, a criação de grupos de oligarcas que controlavam a política e a cidade. O Rio de Janeiro foi uma das cidades mais disputadas, justamente pelo seu caráter de Distrito Federal. Freire (2004) comenta que a cidade do Rio de Janeiro sofria pelos processos de intervenção federal que oscilavam de acordo com as articulações na política nacional.

Um dos prefeitos que mais impactaram a política carioca foi Pereira Passos. O então presidente da república à época, Rodrigues Alves, concedeu “carta branca” a Pereira Passos, que, além de fazer as reformas urbanas marcadamente autoritárias, colocou seu nome como gestor da cidade.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, novamente a questão que se levantava era a luta de setores da cidade pela autonomia. Com o formato adotado por Vargas depois do golpe, a intervenção era algo natural para a mudança de modelo de governo pretendida por Vargas. Na cidade do Rio, a indicação do político carioca Pedro Ernesto indicava uma atenção especial à capital, justamente por não colocar um quadro de fora da cidade, mas com os cuidados necessários para o controle de suas ações. Segundo Freire (2004) caberia a Pedro Ernesto a missão de fomentar a autonomia política da cidade.

Caberia ao médico e revolucionário Pedro Ernesto a tarefa de lançar as bases de um partido político local, que concorresse às eleições para a Assembleia Constituinte e viabilizasse a coesão do campo político em torno da proposta autonomista, cujo principal fiador, aparentemente de forma paradoxal, era o próprio governo federal. (FREIRE, 2004, pg.34)

A citação a Getúlio Vargas e Pedro Ernesto representam questões importantes para a pesquisa. Vargas representava a mudança no modelo político administrativo do país e da capital, centralizando as ações e colocando em prática um modelo de gestão baseado na tentativa de não deixar o governo refém única e tão somente do clientelismo. A burocracia estatal tomava formato nesse período, com a lógica do trabalho mais técnico para planejar ações mais livres do jogo político tradicional. Nunes (2010) detalha esse processo que tem início com a Era Vargas (1930-1945) e que repercutiu de forma ímpar a política na capital. As quatro gramáticas de Nunes (2010) refletem os governos Vargas, o período democrático de 1945-1964 e a ditadura militar (1964-1985). Nunes não está preocupado apenas com o Rio,

mas sim com o estabelecimento de uma ordem que ora caminha junto, em outro momento conjuga de outra forma, mas está bem delimitada dentro do estado. As gramáticas de Nunes (2010) estão divididas da seguinte forma: clientelismo e personalismo, universalismo de procedimentos, corporativismo e insulamento burocrático. Esses 4 (quatro) elementos perpassaram a lógica da capital e influenciam na composição dos campos políticos locais.

Em 1960, ano de inauguração da nova capital, Brasília, a cidade do Rio está vivendo um dilema sobre o passo depois de deixar de ser capital. O debate que marcara a cidade até então era a disputa por uma cidade autônoma, que permaneceu durante um bom tempo. Já nesse período, a participação eleitoral havia crescido de forma exponencial, o que gerava um desconforto por parte de grupos que queriam controlar a cidade ainda como um instrumento do governo federal.

Com a criação do Estado da Guanabara, deixando o Estado do Rio de Janeiro com o restante menos a cidade, a disputa pelos cargos estava aberta para a próxima eleição. Essa foi uma eleição que mostrava a diversidade da capital. Ponto de inflexão é a participação de Tenório Cavalcante, político conhecido como justiceiro em Duque de Caxias, que ficou com 22% dos votos nessa eleição. Freire (2004) descreve os candidatos, o que nos faz entender o volume dessa disputa:

Para o Legislativo elegeram-se figuras exponenciais das principais correntes políticas e ideológicas brasileiras, como Roland Corbisier, Lutero Vargas, Temístocles Cavalcanti e Aliomar Baleeiro. Na corrida para o Palácio da Guanabara despontaria o nome do udenista Carlos Lacerda, polemista e orador inflamado, recorrente recordista de votos nos pleitos proporcionais cariocas. Lacerda foi favorecido em sua vitória nas urnas pelas hesitações petebistas. (FREIRE, 2004, pg.45)

Essa eleição vai coroar Carlos Lacerda (UDN – União Democrática Nacional), figura emblemática, que será um ícone nas discussões de cidade. A mudança da capital abre a possibilidade de a ex-capital ter pela primeira vez com autonomia para gerir a cidade. Freire (2004) explica de forma nítida a relação entre mudança de capital x criação do Estado da Guanabara. Para ele, algumas demandas estavam postas, em especial, a autonomia tão tensionada durante a república:

Com a transferência da capital e a criação do estado da Guanabara, foram finalmente criadas as condições para as elites políticas cariocas operarem com maior liberdade e desenvoltura, sem os entraves e constrangimentos acima referidos. Coincidentemente, a criação da cidade-estado se processou em um novo momento crítico que colocou frente a frente os governos estadual e federal. (FREIRE, 2004, pg.49)

A cultura política carioca perpassa então a lógica da intervenção e da autonomia, visto que durante muito tempo a capital foi gerida pelo controle do governo federal, e daí sofrendo todas as influências das disputas políticas nacionais, e em outros momentos conseguindo a

autonomia política. Freire (2004a, pg.50) ainda chama a atenção que o Rio de Janeiro possuía “um alto grau de organização de forças locais” e de “alto padrão de competição e concorrência”.

A criação do novo estado na década de 1960 tornaria o cenário político ainda mais complexo com a eleição de Carlos Lacerda e logo depois com o golpe civil-militar de 1964, quando o processo político sofreria um forte impacto em todos os sentidos. Carlos Lacerda ensejava a construção de um campo ideológico marcante no período de seu governo e que antecedeu o golpe, marcado pelo anticomunismo. Motta (2004b) explica que Lacerda construiu a imagem de liderança desde os tempos de vereador, quando renunciou ao mandato devido a retirada da possibilidade de examinar os vetos do prefeito criado pela Lei Orgânica em 1947.

Lacerda marcou a política nacional ao ser reconhecido como o principal opositor do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), já no período conhecido como democrático. O político carioca todos os dias trabalhava contra Vargas e usava seu jornal Tribuna da Imprensa para atacar o governo. As marcas desse processo elevaram Lacerda a outro patamar quando em 1954 sofreu o atentado, conhecido na história como o atentado da Rua Toneleiros (Copacabana, Rio de Janeiro). Com o desenrolar do processo, e a acusação contra Vargas, forjaram o lacerdismo, um modelo a ser seguido pelos que defendiam as ideias do governador da Guanabara.

Apesar de defender a deposição do presidente Goulart e o governo militar num primeiro momento, Carlos Lacerda viu com o passar dos anos na década de 1960, o seu desejo em disputar a presidência ficar distante. Em 1969 teve seus direitos políticos cassados pelos militares, no período mais repressor da ditadura militar. Com sua morte em 1977, o lacerdismo prosseguiria não mais como a figura de Lacerda, mas como um modelo de gestão da cidade-estado, descrito por Motta (2004b) sobre a eleição de 1992 para a cidade do Rio de Janeiro:

Esses novos ventos trouxeram de volta ao palco da política carioca uma resposta ao fracasso da administração brizolista em enfrentar a violência e a desordem urbana no Rio de Janeiro – camelôs que ocupavam as calçadas esburacadas, “arrastões” que assustavam as praias da Zona Sul, aumento dos índices de assaltos, do tráfico de drogas, entre outros – o eleitorado quisesse buscar no passado um “modelo” de administrador que houvesse orientado uma atuação em três frentes: a preservação da ordem urbana, a realização de um conjunto expressivo de obras e uma boa gerência administrativa. Foi tomado explicitamente o governo de Carlos Lacerda no estado da Guanabara como exemplo de competência a ser seguido que César Maia se elegeu prefeito da cidade, derrotando a candidata petista, Benedita da Silva. (MOTTA, 2004b, pg.99)

Entendo que o lacerdismo relaciona-se com uma visão de um campo ideológico de direita, sobretudo pela postura anticomunista marcada em seus discursos, mas também pela conexão de uma expressão de cidade bem gerida. A imagem de um político gestor também é um componente da cultura política carioca.

Ainda sobre as disputas que marcaram a política na Guanabara na década de 1960, surge o já conhecido Leonel de Moura Brizola (PTB). Governador do Rio Grande do Sul entre 1959-1963, Brizola já possuía uma carreira nacional, sobretudo pelo parentesco (cunhado) com o presidente João Goulart (PTB) e pela liderança na campanha da legalidade pela posse do então vice-presidente João Goulart ao cargo de presidente da República quando da renúncia de Jânio Quadros (PTN – Partido Trabalhista Nacional) em 1961.

A mudança do seu domicílio eleitoral para o estado da Guanabara tinha como interesse o papel de importância que o estado desempenhava na política nacional e fazer frente à liderança de Carlos Lacerda. Brizola significava naquele momento a antítese de Lacerda. Se o governador defendia o impedimento da posse de João Goulart, Brizola mobilizava diversos setores a partir do Rio Grande do Sul para garantir a posse do vice-presidente.

Depois da crise da posse de João Goulart, e com a vitória simbólica de Brizola, as eleições de 1962 marcariam a Guanabara. A Aliança Socialista Trabalhista (AST)<sup>23</sup> de Brizola, vence a UDN de Lacerda, ocupando 11(onze) cadeiras na assembleia contra apenas 6(seis) da UDN do governador. Apesar dessa antítese em relação a Lacerda, o Brizolismo vai se tornar muito mais amplo, sobretudo pela morte prematura de Lacerda. Mais à frente o Brizolismo será discutido com mais cuidado.

Nessa tentativa de destrinchar a cultura política carioca, é impossível não falar de Chagas Freitas e do MDB - Movimento Democrático Brasileiro – e a importância na formação da política da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro. O governo de Chagas Freitas foi o último antes da fusão do estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro em 1975.

O MDB foi o partido criado no período de ditadura militar para compor um sistema de situação e oposição, mesmo que de forma fictícia até o governo Geisel, quando teve início, em caráter embrionário, o processo de abertura política. O MDB possuía quadros importantes, mas não obtinha destaque na cidade. A Guanabara possuía outros arranjos políticos. Chagas Freitas simbolizava a abertura de um modelo que o MDB passaria a simbolizar dentro do

---

<sup>23</sup> A AST era uma aliança entre PTB e PSB.

Estado e na Guanabara, e de forma mais sistemática na composição do Estado do Rio de Janeiro.

O chaguismo foi identificado pelas práticas conhecidas na política e que não representavam algo novo. A política clientelista mais intensa foi a forma que marcou o trecho final do estado da Guanabara. A formação da cultura política carioca passa pelo chaguismo, reforçando então velhas práticas, que desde a aurora da república já se tinha conhecimento. Chagas Freitas tornou o modelo clientelista a sua forma de organizar os grupos políticos e a manutenção de poder. A sùmula do chaguismo é sintetizada por Sarmento (2004) ao discutir a tentativa de apagamento do governador da história política da cidade.

Chagas personificava tudo aquilo que os discursos políticos desejavam expurgar da política fluminense: as práticas clientelistas, a dócil submissão aos ditames do regime militar, a relação patrimonial com a coisa pública e a chamada “promiscuidade” estabelecida entre o Estado e organizações políticas informais. (SARMENTO, 2004, pg.103)

Na leitura sobre o chaguismo, duas versões antagônicas ganham destaque. A primeira que percebia o modelo político como “estranho” às tradições da antiga capital, que normalmente possuía um discurso mais vanguardista. A segunda versão dava conta de que Chagas Freitas era exatamente a expressão ou a síntese das características que marcavam a política carioca.

Na tentativa de análise dessas versões, compreendo que a segunda tem mais conexão com a composição da política nacional. Como já citado aqui por Nunes (2010), quando elencou as características da política nacional, o clientelismo é um dos pilares de sustentação da política. Chagas Freitas seguia essa tradição, e não o contrário. Se a lógica do clientelismo era uma marca, a capital e o estado da Guanabara seriam cenários reais desse fazer político.

### 3.1.1 O Partido Comunista e a cultura das esquerdas no Rio de Janeiro

À tentativa de recuperar as bases da política carioca, as organizações que se posicionavam no campo das esquerdas merecem um espaço de debate. Apesar de se situarem, na maioria das vezes, no campo opositor, a importância dos partidos e de como se posicionavam na capital, na Guanabara e no Rio de Janeiro é central para a identificação de uma cultura política local.

As ideias socialistas que surgiram na Europa no século XIX chegaram ao Brasil e logo começaram a encontrar adeptos. Em que pese a diversidade de leituras e interpretações, o

socialismo encontrou solo fértil, sobretudo na capital. O anarco-sindicalismo, por exemplo, era a principal corrente doutrinária entre os operários brasileiros (Brandão, 1977). Os comunistas empunhavam a bandeira da Revolução de Outubro de 1917, que simbolizava uma aposta vitoriosa.

A primeira reunião para a formação do partido comunista aconteceu na cidade do Rio de Janeiro e na vizinha Niterói, em 1922. Konder (2003) conta que, depois do evento, cantaram o hino da Internacional não muito alto, a fim de não acordar as tias de Astrojildo Pereira Duarte da Silva, pois o evento acontecia na casa das senhoras.

Em março de 1922, havia 73 militantes convertidos ao leninismo em todo o Brasil dispostos a fundar o novo partido. A maioria provinha do anarquismo. Publicaram uma revista intitulada Movimento Comunista e elegeram nove delegados, que se reuniram no Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26, e em Niterói, no dia 27 de março daquele ano. (KONDER, 2003, pg.47)

Já em 1922, o então presidente Epitácio Pessoa coloca o partido na ilegalidade, não permitindo a atuação dele em âmbito nacional. Somente em 1927 o PCB organiza o Bloco Operário (BO) e volta à legalidade, quando elege um primeiro membro para a Câmara dos deputados, Azevedo Lima. Em agosto do mesmo ano, o partido volta à ilegalidade, porém o Bloco Operário torna-se o Bloco Operário Comunista (BOC) e elege Otávio Brandão e Minervino Oliveira, dois membros do PCB, para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro.

Entre a legalidade e a ilegalidade, o Rio de Janeiro sempre foi o cenário de participação efetiva do PCB e das vitórias do partido. Durante o Estado Novo (1937-1945), os comunistas foram amplamente perseguidos, muitos presos, em especial seu principal expoente, Luiz Carlos Prestes, mas continuou a sua organização na clandestinidade. No final desse período ditatorial, Vargas anistiou os presos, e Prestes pôde colocar o PCB na legalidade novamente.

As eleições de 1946 foram talvez o maior auge do PCB no país e na capital. O partido conseguiu eleger 14 (catorze) deputados federais pelo estado, sendo um deles o primeiro negro a ser eleito, Claudino José da Silva, e 1(um) senador, Luiz Carlos Prestes. Na candidatura majoritária, a disputa pela presidência pelo PCB teve a participação de Yedo Fiúza, um ex-prefeito da cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro (Segatto, 1989). Os 569 mil votos conseguidos por Fiúza representavam a dimensão do PCB como partido e a importância da capital e do estado do Rio em sua organização.

A bancada do Distrito Federal em 1947 ficou recheada de comunistas. Com um total de 60 (sessenta) parlamentares, o PCB elegeu 18 deles, tornando-se a maior bancada da capital. Mais de 30% dos parlamentares eram comunistas do PCB. Esses dados colocam um peso na participação do PCB e na relação de influência na cultura política da cidade.

Nas favelas cariocas, os primeiros a subirem o morro como grupo político organizado são os comunistas, que já identificavam a necessidade de organização popular, mas também entendiam o jogo a partir da ampliação do sufrágio. Machado da Silva e Leite (2004) já relatavam a preocupação dos governos com o investimento dos comunistas nas favelas do Rio.

Depois do “mergulho na clandestinidade” (Segatto, 1989) em 1948, aprovado pelo Congresso Nacional, e de seu retorno somente uma década depois, restam sobre o partido e o comunismo uma relação de alta intensidade com a intelectualidade brasileira e carioca, além do estabelecimento de bases mais sólidas da atuação de partidos de esquerda que viriam depois do PCB. O apelido de “Partidão” se deu justamente pelo tamanho que alcançara já na década de 1940.

Nas décadas seguintes, o PCB continuaria sua luta pelo direito de atuar como organização na política brasileira e sofreria algumas rupturas que seriam centrais para sua diminuição na vida política do país, além dos diversos períodos de ilegalidade. As denúncias do stalinismo na União Soviética racharam o PCB, que desde então encontraria dificuldades de retomar a expressão dos anos 1940.

O golpe de 1964 tornou a luta política ainda mais tensa e logo permitiu uma atuação concreta dos militares na desmobilização de organizações de esquerda e de suas lideranças. A partir da edição do Ato Institucional nº 2, depois das eleições de 1965, o sistema partidário estava absolutamente alterado. Somente 2 (dois) partidos seriam constituídos para atuação legal, os demais estavam proibidos de qualquer forma de organização.

A reorganização das forças políticas colocou alguns quadros de esquerda no recém-criado MDB, como forma de manter uma atuação combativa no espaço legal da política estabelecida pelos governos militares. Aqueles que não tiveram seus mandatos cassados posteriormente ou não foram presos, atuaram até o período de abertura política e acabaram construindo dentro do MDB uma ala de esquerda.

Com a redemocratização na década de 1980 e o retorno do pluripartidarismo, o PCB e o PCdoB já atuam disputando a herança da esquerda comunista. Outros partidos de esquerda estão em processo de organização, como o PT e o PDT de Brizola, que retorna do exílio como um dos grandes expoentes da política do Rio de Janeiro.

### 3.1.2 Brizolismo em dois momentos

Quando se trata da reorganização do sistema político brasileiro a partir do fim da ditadura militar em 1985, o nome de Brizola sempre surge como centro desse processo no Rio de Janeiro. Desde a Lei da Anistia em 1979 e com a volta dos políticos exilados, Brizola significava, sem exageros, uma peça central para a agitação do meio político e do sistema partidário. Todavia, Brizola já era, antes de 1964, uma liderança no antigo estado da Guanabara, rivalizando com Carlos Lacerda.

As referências anteriores dão conta de um governador atuante no cenário nacional, e em certa medida radical em suas decisões. O momento histórico era totalmente distinto, pois conjugava um governo que propunha reformas amplas com a ampliação de setores conservadores vivendo as divisões de um mundo dividido pela guerra fria.

Brizola já detinha uma imensa popularidade nos anos 1950 e 1960, o que resultou em seu plano de nacionalizar sua posição, elegendo-se como deputado para o estado da Guanabara. A rivalidade alcançada frente a Lacerda também seria uma marca para o retorno do político ao Rio de Janeiro no início dos anos 1980.

Como bem demarca Sento Sé (1999, pg.26), o “brizolismo é um caso típico de adesão ao líder carismático e há nele indícios mais do que eloquentes do personalismo que o sustenta”. De fato, Brizola era carismático, liderança que conseguia reunir em torno de si as massas que desejavam mudanças do final da ditadura militar. Esse engajamento popular a Brizola construiu as bases do brizolismo, garantindo que o modelo não se resumisse à voz do líder ou a sua história, mas fosse uma conjugação de vozes e histórias que se constroem nesse pertencimento ao brizolismo e ao discurso produzido nesse campo.

Para ser entendido adequadamente, não basta que tratemos o brizolismo como um texto cuja autoria deve ser atribuída a Brizola e seus companheiros de jornadas, próximos ou distantes. Vale dizer, a magnitude do brizolismo, tal como entendo aqui, só pode ser interpretada adequadamente quando reconhecemos o caráter tensionado e relacional de sua composição. Isso porque ele não é apenas uma narrativa sobre o Brasil, sua política e sua história, mas é, também, um dos campos onde a narrativa é composta. [...] Com isso, fica estabelecido que a composição do que tem sido denominado por brizolismo é impensável sem que se levem em conta os discursos de rejeição e estigmatização daquilo que a figura de Brizola representa. (SENTO SÉ, 1999, pg. 27)

No tocante à especificidade do Rio de Janeiro, capital e estado, o brizolismo é uma referência para críticas e para construção de modelos de políticas públicas. Brizola seria o governador do estado do Rio de Janeiro ainda sob a tutela dos militares, gerando um imenso desconforto no último dos presidentes militares, João Batista Figueiredo (ARENA/PDS).

Brizola era a representação de um fracasso da política dos militares, visto que assim que retorna ao Rio e começa a disputar a legenda do PTB com Ivete Vargas (esposa do presidente Getúlio Vargas), já retoma o papel de principal liderança do estado. Como diz Sento Sé (1999, pg.44), “lidar com o brizolismo, portanto, corresponde, em larga medida, a avançar alguns passos no caminho para uma interpretação da cultura política do Rio de Janeiro”.

Para se ter uma ideia do contexto do retorno de Brizola e de quanto era tenso, os militares elaboraram uma lista negra de exilados que não estariam permitidos para retornar. Essa lista trazia o nome de Leonel Brizola e de mais 7(sete) exilados<sup>24</sup>. Brizola era um pesadelo para os militares, tido como o maior problema dentre os quadros políticos.

Desse imaginário é preciso reforçar a particularidade de Brizola ter casado com Neusa Goulart, a irmã do presidente deposto João Goulart. A relação política foi amplamente alinhada com a relação de foro íntimo, o que resultava numa imediata conexão entre João Goulart e Brizola.

Se para os militares, a lista negra detinha o nome de Brizola, para os herdeiros petebistas do trabalhismo, o bastião dessa mensagem estaria com Brizola. Seria ele o representante da continuidade de uma política centrada na figura do trabalhador e na sua relação política, econômica e cultural.

A aproximação de Brizola com a esquerda é realizada ainda no exílio, quando uma articulação o aproxima da Internacional Socialista e ele chega a se tornar membro da organização. Outro contato importante que deu sustentação política a Brizola foi a relação com os grupos políticos da socialdemocracia europeia. Em resumo, no ano de 1977, acontece em Lisboa o Congresso Trabalhista (Sento Sé, 1999) que reuniria as figuras da socialdemocracia e de grupos mais à esquerda. Esse encontro serviria para marcar a criação de um novo momento do trabalhismo no Brasil a partir de Leonel Brizola.

O momento seguinte às articulações na Europa seria o de programação do retorno de Brizola em terras brasileiras. Depois de desembarcar em Foz do Iguaçu, a cena seguinte, que procura conectar de uma vez por todas a herança do trabalhismo, é a visita ao túmulo de Vargas e Goulart. Brizola ratifica ser herdeiro do trabalhismo. O carisma nato se potencializa com as figuras dos ex-presidentes. Na leitura de Sento Sé (1999, pg.83), “Vargas passara a Goulart o comando do PTB e o legado do trabalhista, ainda em vida. Brizola vai ao túmulo de Vargas colher o mesmo legado”.

---

<sup>24</sup> Eram eles: Luiz Carlos Prestes, Francisco Julião, Miguel Arraes, Paulo Freire, Paulo Schilling, Márcio Moreira Alves e Gregório Bezerra. (Sento Sé, 1999, pg. 53)

Essa relação com o trabalhismo e com a herança resgatada faz o brizolismo ganhar musculatura na relação com a sociedade. Nesse processo surge a derrota sobre a legenda do PTB para o grupo de Ivete Vargas, que apesar de acreditar na sua vitória, o fez mobilizar a criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O processo de criação de partidos dos anos 1980 enriquece o sistema político brasileiro. Nesse mesmo instante, o PT está sendo gestado no ABC Paulista, com uma formação específica e distinta da organizada pelo PDT de Brizola. A lógica do PDT unia o carisma, o populismo, o trabalhismo e o nacionalismo, a fim de gerar, num passo futuro, um modelo político socialista.

A organização no Rio de Janeiro para as eleições de 1982 foi intensa. Seria a primeira realizada com diversos países e com algumas lideranças de volta à cena pública. Além disso, a intervenção dos militares é feita com o pacote de novembro<sup>25</sup> de 1981, que representaria um lançamento de várias medidas para o processo eleitoral de 1982. O pacote previa uma espécie de rearranjo a favor do PDS, a fim de garantir para os políticos da situação a continuidade no poder.

Durante a campanha, Brizola conseguiu um enorme feito ao sair de uma desvantagem, seja pelo pacote e pela perda da legenda do PTB, para a vitória do governo do estado do Rio de Janeiro. A descrição mais cuidadosa dessa eleição justifica-se pelo cenário que foi construído para que o resultado fosse outro. Com uma margem muito pequena, Brizola vence o PDS e o PMDB. O Rio de Janeiro foi o único estado a eleger um governador fora dos partidos PMDB e PDS. O brizolismo era chancelado por uma vitória emblemática.

Era o único governador eleito fora do circuito PMDB/PDS. Quebrara, no Rio de Janeiro, a supremacia do antigo MDB, redefinindo, assim, o arranjo político estadual (ao menos essa era a expectativa de uma parte dos pedetistas). Segundo a perspectiva dos brizolistas, sua vitória era encarada, naquele momento, como a

---

<sup>25</sup> Um ano depois de restabelecer eleições diretas para governadores, a ditadura anuncia novas regras eleitorais que favorecem escancaradamente o partido oficial, PDS. Em 1982, além de eleições para governadores, senadores, deputados federais, um terço do Senado e Assembleias estaduais, haveria também eleições para prefeitos e vereadores, adiadas pelo governo em 1980. O Pacote de Novembro, como foi chamado, procurava privilegiar uma herança da antiga Arena, a força da máquina partidária do PDS nos municípios, especialmente nos menores, e determinava:

- 1) O **voto vinculado**: o eleitor tinha de votar em candidatos do mesmo partido, de vereador a governador, ou seu voto seria considerado nulo;
- 2) A **proibição das coligações**: os partidos de oposição não poderiam fazer alianças nas eleições para governador, senador e prefeito;
- 3) A **sublegenda para o Senado**: partidos podiam lançar até três candidatos ao cargo e somar a votação total, o que permitia acomodar as dissidências no PDS;
- 4) A **chapa completa**: os partidos tinham de lançar candidatos em todos os níveis, de governador a vereador, exigência que só o PDS podia cumprir (esse item seria mitigado depois, com a permissão do voto em branco para cargos municipais nas cidades em que um partido não tivesse candidato). Acervo em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-pacote-tenta-fazer-o-pds-vencer>. Último acesso em 20/02/2018.

vitória do moderno, representado pelo socialismo moreno, alinhado à Internacional Socialista e à “revolução” socialdemocrata, contra o atraso, representado pelo chaguismo, pelo PDS e pelos comunistas do PCB ligados ao PMDB. (SENTO SÉ, 1999, pg. 230)

O outro governo de Brizola no Rio de Janeiro seria na década de 1990. Nessa época não havia o advento da reeleição, talvez por isso não existiu uma sequência. Houve a tentativa de seguimento do brizolismo com o seu companheiro Darcy Ribeiro, mas as eleições voltaram a ser vencidas pelo PMDB de Wellington Moreira Franco.

A volta do governador seria na eleição de 1990, com uma vitória mais expressiva. O segundo governo de Brizola seria mais complicado, sobretudo pelas dinâmicas da política nacional, com a eleição de Fernando Collor de Mello (Partido da Renovação Nacional – PRN) em 1989, e das disputas acirradas que marcavam o primeiro governo eleito depois da década de 1960. Brizola frequentemente se colocava como a voz da oposição ao governo federal, engrossando ainda mais a cara do Rio de Janeiro como um vocalizador das questões nacionais.

Uma das marcas centrais do brizolismo no Rio de Janeiro são os CIEPs – Centro Integrado de Educação Pública. Os 503 CIEPs construídos durante os 2(dois) mandatos de Brizola foram fundamentais para a política educacional da cidade e do estado. Esses equipamentos públicos, que no período possuíam uma estrutura invejável (com médicos, dentistas, bibliotecas com acervos grandes etc.), de onde o aluno saía com 6(seis) refeições, ganharam o nome de Brizolões. A nomenclatura é mais um instrumento do brizolismo, que se espalhava também fisicamente por todo o Rio de Janeiro.

O brizolismo deixou sinais profundos na cultura política carioca. O perfil carismático fez de Brizola uma liderança única na democracia que se estabelecera no limiar da redemocratização. As dinâmicas da política nacional reverberaram permanentemente na lógica de Brizola e do Rio de Janeiro.

### 3.1.3 Lulismo e petismo carioca

Quando se relaciona Rio de Janeiro, cidade ou estado, e Partido dos Trabalhadores, é comum ouvir que não houve uma relação intensa entre ambos. Falar sobre o PT no Rio resulta em afirmar que o partido nunca foi forte, nunca conseguiu alçar os voos que se imaginaria numa cidade com a vocação de nacionalizar os debates.

Antes de descrever e analisar alguns dados é imperativo colocar que o desempenho eleitoral não pode exclusivamente ser o fiador de um movimento que garanta a relação deste ou daquele modelo político. Nesse caso em questão, escolhi alguns dados quantitativos como uma forma de mostrar que o PT tem uma história no estado e na cidade que não pode ser desprezada, mas de nenhuma maneira esgota outras formas subjetivas de análise que sejam colocadas em debate.

Concordo de forma parcial com a leitura. No Rio de Janeiro, com exceção dos 8 (oito) meses da deputada federal Benedita da Silva à frente do governo do estado do Rio de Janeiro em substituição ao governador eleito Anthony Garotinho (PDT), não houve um governo petista na cidade. É real essa afirmação de que o PT nunca governou a capital. Entretanto, o desempenho eleitoral e a estrutura do partido no Rio de Janeiro parecem indicar uma conexão maior do que se propaga naturalmente nas discussões políticas.

O petismo não teve no Rio de Janeiro um político que tivesse uma conexão com as massas que determinasse uma relação mais direta entre a liderança e o povo. Lula sempre foi a maior liderança do partido. Desde sua primeira eleição majoritária em 1989, conseguiu no Rio boas margens de votos, mantendo cerca de 40% dos votos válidos. O petismo cresceu com o Lulismo (SINGER, 2001) também no Rio e se organizou nas disputas locais. Um breve apanhado das eleições majoritárias para presidente da República nos dá pistas desse estreitamento com o lulismo no Rio de Janeiro.

Nas disputas presidenciais, desde 1989, ano da primeira eleição direta após o surgimento da legenda, o então candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) teve apenas 12% dos votos válidos frente a mais de 52% de Brizola (PDT), todavia, no 2º turno, Collor (PRN) venceu com mais de 70% dos votos válidos. Mesmo entendendo a distância entre o que representava Brizola no Rio e o que Lula representava, a votação no petista denota uma relação inicial favorável do estado com o petismo.

Tabela 20 – Eleições Presidente – Rio de Janeiro - 1994

<b>Rio de Janeiro – Eleições Nacional 1994</b>			
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Participação</b>
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	3.102.664	47,18%
Luís I. Lula da Silva	PT	1.689.772	25,69%
Enéas Carneiro	PRONA	767.702	11,67%
Orestes Quércia	PMDB	152.738	2,32%
Leonel Brizola	PDT	702.182	10,68%
Esperedião Amim	PPR	91.575	1,39%
Outros		69.675	1,06%

Fonte: Elaboração adaptada do Atlas das eleições presidenciais

Na eleição nacional de 1994, com Brizola no seu 2º mandato como governador do Rio de Janeiro, Lula (PT) ganha no estado o dobro de votos do pedetista. Não queria enfatizar a derrota do brizolismo, mas caracterizar o crescimento do PT com votos ainda no 1º turno.

Em 1998, a eleição teria a junção do PT com PDT, sendo Lula candidato a presidente e Brizola como vice. Mesmo com a derrota no primeiro turno para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o PT amplia a sua votação de forma bem substancial, vencendo o presidente Fernando Henrique por uma pequena margem de votos.

Tabela 21 – Eleições Presidente – Rio de Janeiro - 1998

<b>Rio de Janeiro – Eleição Nacional 1998</b>			
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Participação</b>
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	2.848.277	42,28%
Luís I. Lula da Silva	PT	2.851.274	42,32%
Ciro Gomes	PPS	708.279	10,51%
Enéas Carneiro	PRONA	233.921	3,47%
Outros		95.637	1,42%
Total válidos		6.737.388	

Fonte: Elaboração adaptada do Atlas das eleições presidenciais

No ano de 2002, que marcaria a vitória petista em âmbito federal, a votação no Rio de Janeiro, já sem a participação de Brizola, mostra um PT mantendo a média de votos, mas perdendo para um recém-saído do PDT do interior do estado, o governador Anthony Garotinho. Nessa eleição, o PT ganhou em todos os estados, com exceção do estado de Alagoas, onde José Serra (PSDB) superou os votos do partido em pouco mais de 1%.

Tabela 22 – Eleições Presidente – Rio de Janeiro - 2002

<b>Rio de Janeiro – Eleição Nacional 2002</b>			
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Participação</b>
Luís I. Lula da Silva	PT	3.284.258	40,17%
José Serra	PSDB	721.081	8,82%
Anthony Garotinho	PSB	3.449.001	42,18%
Ciro Gomes	PPS	657.725	8,04%
José Maria	PSTU	59.244	0,72%
Rui Pimenta	PCO	4.696	0,06%
Total válidos		8.176.005	

Fonte: Elaboração adaptada do Atlas das eleições presidenciais

No processo de reeleição de Lula, o Rio novamente garantiu uma votação expressiva ao presidente. Lula venceu e elevou os votos do partido para a casa dos 50%. O momento da eleição de 2006 consolida a posição do PT como partido vencedor no estado. Como em todo planejamento eleitoral, o Rio já contava para o partido como um estado com bases petistas fortes.

Tabela 23 – Eleições Presidente – Rio de Janeiro - 2006

<b>Rio de Janeiro – Eleição Nacional 2006</b>			
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Participação</b>
Luís I. Lula da Silva	PT	4.092.648	49,18%
Geraldo Alckmin	PSDB	2.402.076	28,86%
Heloísa Helena	PSOL	1.425.699	17,13%
Cristóvam Buarque	PDT	372.370	4,47%
Outros		29.740	0,36%
Total válidos		8.322.533	

Fonte: Elaboração adaptada do Atlas de eleições presidenciais

Com o fim do 2º mandato de Lula, a eleição de 2010 é interessante do ponto de vista da manutenção do eleitorado nos candidatos do PT. Dessa vez, uma mulher, sem nenhuma experiência em disputas eleitorais, seria a candidata indicada por Lula e pelo PT. As chances de reprodução da votação eram mínimas. O surpreendente foi a votação garantir a vitória da petista e manter na casa dos 43% os eleitores do partido.

Tabela 24 – Eleições Presidente – Rio de Janeiro - 2010

<b>Rio de Janeiro – Eleição Nacional 2010</b>			
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Participação</b>
Dilma Rousseff	PT	3.739.632	43,76%
José Serra	PSDB	1.925.166	22,53%
Marina Silva	PV	2.693.130	31,52%
Plínio Sampaio	PSOL	140.782	1,65%
Outros		46.365	0,54%
Total válidos		8.545.075	

Fonte: Elaboração adaptada do Atlas de eleições presidenciais

Numa das mais acirradas campanhas presidenciais dos últimos 20 anos, em 2014 Dilma Rousseff (PT) garantiu sua reeleição com a ajuda da votação no estado do Rio de Janeiro. No 1º turno, Dilma teve menos votos que na última eleição, mas venceu no estado. No 2º turno a presidente subiu a 54,94% dos votos válidos, consolidando sua vitória nacional.

Tabela 25 – Eleições Presidente – Rio de Janeiro - 2014

<b>Rio de Janeiro – Eleição Nacional 2014</b>			
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Voto</b>	<b>Participação</b>
Dilma Rousseff	PT	2.970.486	35,62%
Marina Silva	PSB	2.590.871	31,07%
Aécio Neves	PSDB	2.246.363	26,93%
Luciana Genro	PSOL	227.173	2,72%
Pastor Everaldo	PSC	136.143	1,63%
Eduardo Jorge	PV	67.930	0,81%
Levy Fidelix	PRTB	65.001	0,78%
Zé Maria	PSTU	14.427	0,17%
Eymael	PSDC	11.749	0,14%
Mauro Iasi	PCB	8.536	0,10%
Rui Costa	PCO	1.449	0,02%

Fonte: Elaboração adaptada da Folha de São Paulo.

Os dados referentes ao estado mostram uma curva ascendente, que, mesmo com a queda de 2014, descreve um percentual sólido como campo de votação majoritária do estado. Esse cenário não representa que o PT domina o estado, provando uma relação de identificação mais pura com o Rio de Janeiro. Em que pese o PT local não ter conseguido vencer nenhuma disputa majoritária no Rio, é inegável que teve uma participação que demarca a atuação do partido nas disputas locais em algumas vezes como protagonista.

Esse pequeno grupo de tabelas das eleições nacionais indicam a presença muito mais do lulismo, da densidade política do maior expoente do PT, uma vez que esses dados comparados com as eleições locais possuem uma distância considerável. Não houve no PT

nada parecido com o brizolismo no Rio, nem tampouco próximo, mas houve sim um crescimento no desempenho eleitoral (discutido mais à frente) que, apesar de modesto, disputou os principais cargos em várias eleições. As definições do lulismo feitas por Ricci (2004) nos ajudam a compreender a relação nacional com o PT:

O lulismo é, portanto, uma nova faceta da organização, mais pragmático e flexível para com as forças políticas externas, buscando recompor a correlação de forças partidárias, na tentativa da montagem de um projeto hegemônico que sustente a sua reprodução política. Mas é mais inflexível com as forças internas do partido, porque mais controlador, mais centralizador e menos pluralista. (RICCI, 2004, pg. 173)

Mais do que explicar uma forçosa relação de proximidade entre o PT e o Rio, o que pode ser tirado dessa análise é que o PT, pela estrutura nacional, pelo enraizamento nos movimentos sociais, pela ampliação da militância na cidade e no estado, e através do lulismo, aglutinou-se como uma construção da cultura política local. Reforço que não existe comparação com o brizolismo, sobretudo pelas diferentes abordagens e processos históricos que marcaram o fenômeno carismático e popular de Brizola.

### **3.2 O PSOL no Rio de Janeiro: organização, desempenho e liderança.**

Quando o PSOL se torna uma realidade no país (2005), ele já conta com a presença de um parlamentar do Rio de Janeiro: Deputado federal Chico Alencar. Mesmo não vindo de imediato, ou seja, no primeiro rompimento institucional do grupo que acompanhou os 4 (quatro) expulsos, Chico Alencar (RJ) representava um quadro de peso para o partido. Além disso, o PSOL já contava com um vereador na bancada da cidade, Eliomar Coelho. Para deputado estadual, são as eleições de 2006 que elegem o primeiro do partido: Marcelo Freixo.

Esse cenário de 2006 é importante, pois constrói uma linha de representatividade do partido na cidade. O PSOL agora teria um representante do Rio no Congresso, um na Assembleia do Estado e outro na Câmara da cidade.

Antes de dar início as discussões sobre o mandato de Marcelo Freixo, que vai ser um importante marco para o partido, vale fazer um apanhado da caminhada do parlamentar de maior importância no estado e uma das principais lideranças do PSOL.

Marcelo Freixo era um professor de história, militante do PT e que trabalhava dando aulas em presídios. Sua relação com a militância está amplamente conectada a esse perfil que

marca sua história. Esse professor desenvolve na época um trabalho voltado para a defesa dos direitos humanos, construindo sua trajetória política a partir dessa base.

Em 1996, Freixo foi candidato a vereador pelo PT, mas, segundo relatos do próprio, era uma candidatura apenas para compor com algumas categorias e ajudar a eleição local. Nem campanha ele afirma ter tido recurso para fazer. Segundo os dados do TSE, Marcelo Freixo obteve 1.699 votos, colocando-se apto como suplente na câmara de vereadores de Niterói. Além disso, Freixo foi presidente do sindicato dos professores de São Gonçalo entre 1993 e 1995.

Nas eleições de 1998, Freixo faz a campanha dentro do PT apoiando a eleição para deputado estadual de Chico Alencar no Rio de Janeiro. Eleito, Chico Alencar traz Marcelo Freixo como seu assessor, quando assume o Conselho da Comunidade da Comarca do Rio, onde continuou sua relação com os direitos humanos, fiscalizando os presídios e as carceragens do estado do Rio. De 1999 a 2002 Freixo atuou no mandato e ampliou seu trabalho de militância na área de direitos humanos. Ainda coordenou a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ no mandato de Chico Alencar, elaborando uma série de eventos sobre direitos humanos e denunciando a violência contra homossexuais, negros e mulheres.

Nas eleições de 2002, Marcelo Freixo faz a campanha de Chico Alencar a deputado federal, mas no primeiro ano de mandato já se afasta do PT. Em 2004 Freixo chegou a colocar o cargo à disposição de Chico Alencar por decidir sair do PT.

Eu saí muito antes de qualquer possibilidade de formação de partido. Cheguei para o Chico e disse, “olha, vou sair do PT. Fica à vontade para me mandar embora. Eu não tenho condições de continuar no PT. Ele ainda tentou me convencer, mas não me mandou embora. Eu saí muito triste, muito desgastado do PT. A ideia de novo partido estava totalmente fora de qualquer possibilidade. Eu queria ficar ligado aos movimentos sociais, a meu trabalho de professor. Eu estava com uma ressaca do PT que eu não fui para o PSOL. Assinei para a formação do partido, mas não pensava em seguir. Apesar de todos amigos mais próximos estarem indo para o PSOL. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo – realizada em 26/02/2018)

O envolvimento com a disputa eleitoral estava muito distante, segundo Freixo. Foi o deputado Chico Alencar e o decano do partido, Milton Temer, que o chamaram para uma conversa e anunciaram que a participação de Freixo na disputa estadual seria interessante, sobretudo por ser ele um militante de direitos humanos. O partido tinha interesse em quadros com o perfil de Freixo para a disputa no Rio.

Eu quase saí correndo da cadeira, eu falei: vocês são malucos! Eu não sou nem do Psol, quanto mais ser candidato. Não, não e não. Mas aí apelaram para o afeto. Eu já tinha tido uma experiência que tinha sido linda, mas muito cansativa. Eu disse: eu não tenho dinheiro, estrutura e nem esse sonho. Eu estou em um trabalho popular, de base, que é o que eu acredito. Mas eles disseram que era muito importante que eu fosse candidato porque eu representava um setor que não tinha ninguém que representasse os Direitos Humanos, a Segurança Pública. “Você não falou que o tempo inteiro a esquerda deixou de fazer isso? A gente está achando que tem de ter

uma candidatura e tem de ser você”, eles ficaram jogando com as minhas convicções. E aí eu disse: “pra não dizer não categoricamente a gora, eu vou consultar os militantes de Direitos Humanos com quem eu milito”, mas eu tinha certeza absoluta que as pessoas iam achar uma loucura e eu ia ter o respaldo dessas pessoas para dizer não a eles. E aí eu reuni o Pedro Strozemberg, Sandra Carvalho, Andressa Caldas, Ignácio Cano, reuni uma galera que já trabalhava naquela época com Segurança Pública e Direitos Humanos para a consulta. Falei: “olha, o Psol está oferecendo uma candidatura, pra ver o que acontece” e, pra minha surpresa, todos os movimentos acharam ótima a ideia e que tinha de ser candidato. E eu falei: puta que! O único que foi contra foi o Ignácio Cano, ele disse “é muito ruim, porque você é uma referência, você dá entrevista em todos os lugares, você é uma voz que a gente tem e você candidato a gente vai perder isso e você não vai ser eleito”. E isso é a cara do Ignácio! E o restante todo ficou muito animado. Vamos, a gente precisa de um mandato que seja de Direitos Humanos, é agora, tem uma nova coisa acontecendo. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo – realizada em 26/02/2018)

A decisão de ser candidato foi uma “guinada” radical no que imaginava seguir como profissional. Nas eleições de 2006, Marcelo Freixo era um dos desconhecidos na disputa. A surpresa veio com a sua eleição. O mais votado do PSOL foi Marcelo Freixo, que unindo os votos de legenda, tornou-se o primeiro deputado estadual do partido no Rio.

No início de 2007, o deputado eleito Marcelo Freixo ficou responsável pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, local que conhecia bem desde os tempos de assessor do então deputado Chico Alencar, e logo produziu o requerimento para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as milícias<sup>26</sup> no Rio de Janeiro, fenômeno conhecido por todos no estado e na cidade, que ganhou um tratamento mais adequado depois de algumas denúncias dos meios de comunicação, sobretudo episódios de violência na cidade.

Já no início de 2007, as novas autoridades do Estado do Rio se manifestam publicamente contra as milícias e afastam o inspetor da Polícia Civil Félix dos Santos, acusado de chefiar a milícia de Rio das Pedras. Em agosto de 2007 o líder comunitário da favela Kelson’s, Jorge da Silva, faz denúncias perante diferentes órgãos e no dia 7 de setembro é sequestrado e assassinado em função dessas denúncias. Em dezembro de 2007, o vereador Josinaldo, conhecido como Nadinho, é acusado de ser o chefe da milícia na favela Rio das Pedras, e preso. Progressivamente há prisões de outras autoridades públicas acusadas de chefiar milícias, notadamente o deputado estadual Natalino Guimarães e o vereador Jerominho. (ALERJ, Relatório CPI das Milícias, pg.34, 2008)

A instauração de fato ocorre no ano de 2008, ano de eleição municipal. A CPI das Milícias ganharia uma visibilidade robusta devido sobretudo ao processo eleitoral. Os bairros da zona oeste da cidade, reduto maior das milícias, seriam de alguma forma impactados com as denúncias, oitivas e diligências presididas pelo deputado estadual Marcelo Freixo. Naquele

---

<sup>26</sup> A expressão milícias se incorporou ao vocabulário da segurança pública no Estado do Rio e começou a ser usada frequentemente por órgãos de imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento, a partir de 2004. Ficou ainda mais consolidado após os atentados ocorridos no final de dezembro de 2006, tidos como uma ação de represália de facções de narcotraficantes à propagação de —milícias na cidade.

ano, protocolou o pedido de cassação do deputado estadual Álvaro Lins, ex-chefe da polícia civil. Álvaro Lins foi cassado no final do mesmo ano.

As eleições de 2008 já contavam com a dimensão da CPI das Milícias em andamento e as prisões de vereadores da cidade. Os conflitos eleitorais seriam complexos para um partido novo como o PSOL. O Relatório da CPI aponta para alguns resultados:

Em face de tudo o que foi exposto e com base em toda a documentação trazida à análise dessa Comissão, que segue em apêndice para consulta, esta CPI, em defesa do Estado Democrático de Direito e segundo suas responsabilidades constitucionalmente determinadas, propõe:

1. Conceituar milícias como grupos armados para prática de diversas extorsões e exploração irregular de serviços públicos, controlados por integrantes das instituições de segurança pública e/ou das Forças Armadas, para fins econômicos escusos, não raro com representação direta de parlamentares ou indiretamente na forma de sustentação dessa atividade criminosa, contando, no mínimo, com a tolerância de autoridades de Poderes Executivos (braço político-eleitoral);
2. Indiciamento político dos parlamentares em relação aos quais há prova da prática milicianiana, caracterizando quebra de decoro, devendo se proceder a cassação dos mandatos eleitorais de:
  - 2.1 Deputado Estadual Natalino José Guimarães (ex-DEM);
  - 2.2 Vereador, no Rio de Janeiro, Jerônimo Guimarães Filho, —Jerominhol (PMDB);
  - 2.3 Vereador, no Rio de Janeiro, Josinaldo Francisco da Cruz, —Nadinho de Rio das Pedras (DEM);
  - 2.4 Vereador, no Rio de Janeiro, André Ferreira da Silva, —Decol (PR);
  - 2.5 Vereador, em São Gonçalo, Geiso Pereira Turques, —Geiso do Castelol (PDT); (ALERJ, Relatório CPI das Milícias, 2008, pg. 261)

A CPI produzira efeitos em série na cena política carioca. Em 2010, o filme *Tropa de Elite II* é lançado no país tendo como tema central a relação com a corrupção nos aparelhos de segurança do estado do Rio de Janeiro. Um dos personagens, Diogo Fraga, era professor de história e militante dos direitos humanos na trama, papéis exercidos na vida real pelo deputado. Essa nítida relação com Marcelo Freixo gerou questões positivas, tornando-o mais conhecido em todo o Rio e representando uma parcela da sociedade que milita na área, mas também negativas, pois, apesar de ganhar visibilidade e liderança no Rio de Janeiro, foi alvo de inúmeras ameaças de morte<sup>27</sup>, dado o alcance da CPI.

---

<sup>27</sup> Ver em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/10/31/deputado-fluminense-vai-deixar-o-pais-por-cao-de-ameacas-de-morte.htm>

Imagem 11 – Conexão do Personagem de Tropa de Elite II com o deputado estadual Marcelo Freixo



Fonte: Foto retirada do site <https://juntos.org.br/2011/01/tropa-de-elite-ii-muito-alem-da-ficcao/>

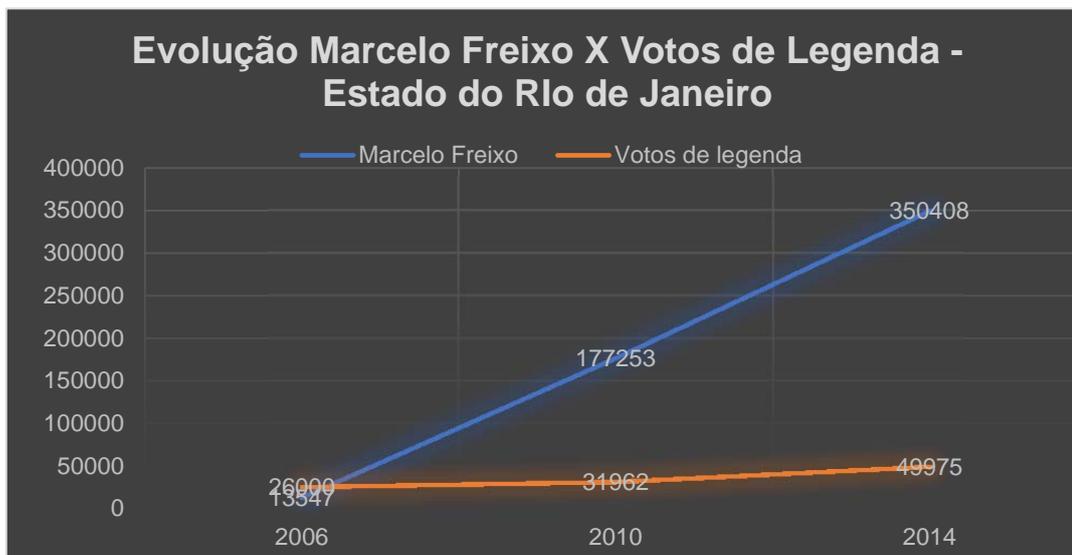
Em 2011, já estreado o 2º mandato nas eleições de 2010 e com uma votação que reverberava o mandato anterior e a visibilidade de sua ação e do filme, Freixo preside a CPI do tráfico de armas. As ameaças se avolumam e Freixo é convidado pela Anistia Internacional<sup>28</sup> a deixar o país. A ideia seria a de ficar apenas 1 mês para reorganizar sua segurança.

No ano seguinte, Freixo vai disputar a prefeitura do Rio de Janeiro. Muito conhecido na cidade, Freixo disputaria com o prefeito Eduardo Paes (PMDB), que tentaria se reeleger. Mesmo com a vitória no 1º turno do prefeito Eduardo Paes (PMDB) com ampla margem, Freixo consegue a 2ª posição, com 28% dos votos válidos, num total de 914.082 votos. A margem expressiva explica onde o candidato colocava o PSOL do Rio na disputa pela cidade.

Uma apresentação de dados de forma gráfica dá a dimensão de Freixo para o partido no Rio. O crescimento é robusto entre as eleições, o que contribuiu para ampliar a bancada do partido a partir do quociente eleitoral.

<sup>28</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/10/deputado-marcelo-freixo-do-rj-deixara-o-pais-apos-ameacas-de-morte.html>

Gráfico 4 – Evolução Eleitoral Marcelo Freixo

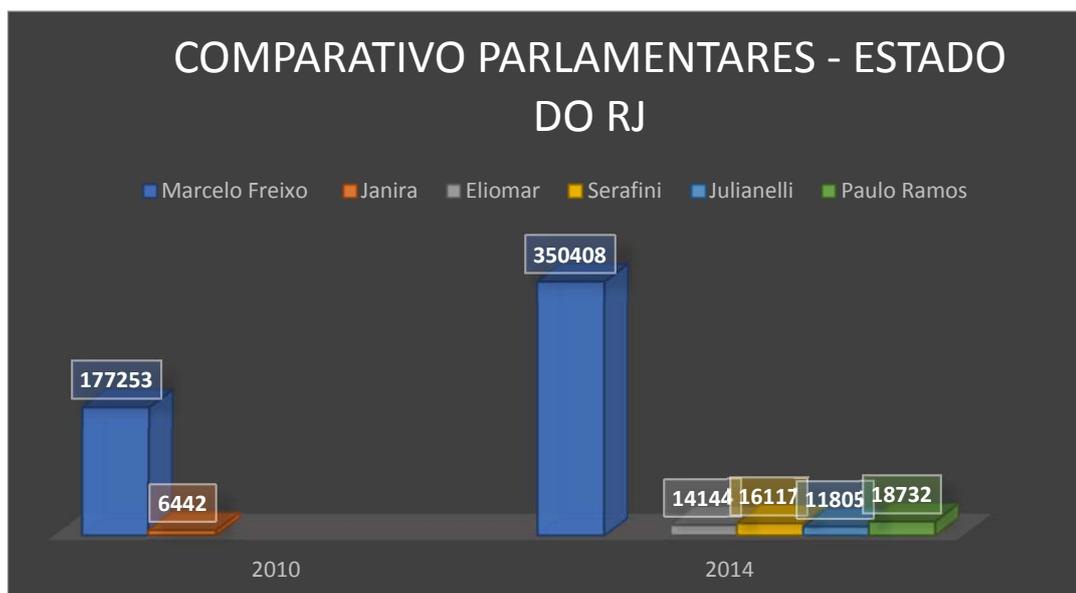


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 4 é possível perceber com nitidez o eixo de subida tão incisivo. Da primeira eleição pelo PSOL em 2006, onde obteve 13.547 votos, Freixo saltou para 177.253 votos em 2010, cerca de 12 (doze) vezes mais do que na primeira eleição. A votação expressiva, que representou a 2ª maior da eleição no Rio (Freixo só perdeu para o candidato Wagner Montes (PDT), que obteve mais de 500 mil votos), foi muito importante para o PSOL. O quociente eleitoral de 2010 era de 118.580 votos, segundo levantamento no TSE. Nesse sentido, Freixo elegeu mais um candidato do PSOL, somando com os votos de legenda e em candidatos do partido, o total de 249.938 votos.

Em 2014, Freixo voltava cacifado de uma eleição importante no município. Concorrendo novamente ao cargo de deputado estadual, o parlamentar conseguiu dobrar sua votação. Os 350.408 votos dessa vez ajudariam a eleger mais 4 (quatro) deputados estaduais para o partido e dessa vez a votação seria a maior do estado para o cargo de deputado estadual, invertendo as posições, com Wagner Montes (PSD) em 2º lugar com 208.814 votos.

Gráfico 5 – Comparativo eleitoral parlamentares



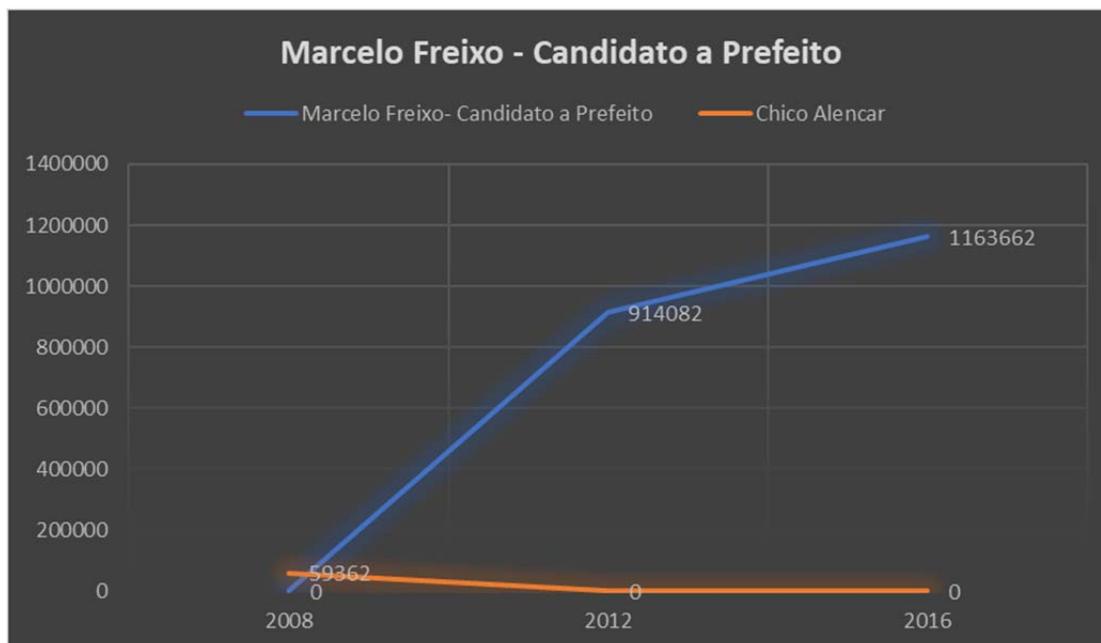
Fonte: Elaboração própria

A análise do gráfico 5 segue a dinâmica do gráfico 4. A diferença entre a votação de Freixo para os demais eleitos é brutal. Em 2010 a diferença entre os votos de Marcelo Freixo e Janira Rocha foi de 27,5 vezes. No ano de 2014, a diferença da votação de Freixo para o mais votado entre os quatro eleitos depois dele, o qual seria o deputado Paulo Ramos, ficaria na casa de 18,7 vezes.

Nas disputas para a prefeitura do Rio, o deputado Marcelo Freixo também apresentou crescimento no total de votos. Mesmo com uma votação menor no 1º turno, na votação final em 2016 Freixo angariou cerca de 250 mil votos a mais que na eleição de 2012. Assim como na corrida para a Assembleia Legislativa do Rio, na disputa pelo governo da cidade a curva do gráfico é ascendente. Quando surge então a primeira disputa pela cidade do Rio em 2008, em que o candidato era o deputado federal Chico Alencar (PSOL), a crescente chega à dimensão de 15,4 vezes o valor em 2012 e cerca de 20 vezes em 2016.

Se compararmos com o número de filiados do partido, esses números reforçam a ideia de que Freixo se tornou mesmo o maior expoente do partido, inclusive quando se comparam as votações em caráter nacional. Nenhum candidato do PSOL sequer alcançou a metade dos votos de Marcelo Freixo em qualquer disputa municipal ou estadual. Obviamente que as comparações precisam ser dimensionadas de acordo com o número de eleitores aptos para o pleito.

Gráfico 6 – Evolução Eleitoral Executivo Municipal Marcelo Freixo



Fonte: Elaboração própria

Esse desenho eleitoral traçado por Freixo e sua participação ativa como deputado estadual o colocam como a maior liderança do partido no Rio e uma das mais relevantes nacionalmente. Esse cenário não faz de Freixo um mito, ou algo semelhante, mas sem dúvida o destaca para o seu partido, a militância e para o campo de esquerda como um todo.

Desse modo, Marcelo Freixo então vira um dos personagens centrais da pesquisa sobre o PSOL no Rio de Janeiro. O deputado sempre é tema dos outros parlamentares do partido, dirigentes e militantes, seja levando críticas duras, ou elogios a sua postura.

Essa personificação de lideranças nos impulsiona a lançar mão de Weber (1968) e tratar a relação do carisma na política. O autor nos ajuda a entender que a forma usada por um líder carismático normalmente é o poder de comunicar com refinamento, permitindo uma conexão mais direta com as massas. Na divisão entre os modelos carismáticos, Weber (1968) estabelece a dominação através de três etapas de legitimidade, sendo a primeira a questão da autoridade tradicional, em que o passado legitima as ações, a segunda é a que se refere aos dons pessoais e a terceira forma de legitimidade do líder seria através da “razão da legalidade”.

Na relação entre Freixo e o PSOL do Rio é preciso ter cuidado ao afirmar que os conceitos de carisma e dominação de Weber (1968) são encontrados naturalmente. Entendo que no Rio de Janeiro essa relação é mais fácil de ser compreendida, mas no âmbito nacional do partido, a relação de Freixo ainda requer de uma experimentação mais concreta. Esse é um

cuidado para não fazer relações muito prontas e cometer equívocos mais graves. O próprio Weber (1968) referenda que o líder carismático não representa a única questão que envolve a disputa pelo poder político, garantindo que outros insumos estão estabelecidos nos processos da política.

O líder é sem dúvida um aspecto importante na cena política. Como dito por mais de uma fonte do partido, “Freixo é maior que o PSOL”, o que em certa medida explica a teoria do carisma de uma liderança e na confiança que a sua figura gera.

Esse tipo nos conduz, com efeito, à fonte de vocação, onde encontramos seus traços mais característicos. Se algumas pessoas se abandonam ao carisma do profeta, do chefe do tempo de guerra, do grande demagogo que opera no seio da eclesia ou no do Parlamento, quer isto dizer que estes passam por estar interiormente “chamados” para o papel de condutores de homens, e que a ele se dá a obediência não por costume ou devido a uma lei, mas porque neles se deposita fé. [...] A devoção de seus discípulos, dos seguidores, dos militantes, orienta-se exclusivamente para a pessoa e para a qualidade do chefe. A História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas. (WEBER, 1968, pg. 58)

É compreensível essa leitura imediata a Marcelo Freixo justamente por ser ele de um partido pequeno, muitas vezes elencado no *hall* dos extremistas, e, no entanto, ter disputado como protagonista as duas últimas eleições municipais e ser o atual deputado estadual mais votado do estado. Entendo, porém, que ainda falta uma caminhada para que esse perfil de liderança carismática se consolide, até mesmo pela ausência do poder administrativo, no caso um cargo no executivo, como prefeito ou governador. Weber (1968) sublinha que a legitimidade precisa dos meios para o homem político dispor. Mesmo sendo deputado estadual há 12 anos, a figura de mandatário da cidade ou do estado tem um peso muito maior na ratificação do líder e dos benefícios que pode dispor para seus comandados.

Parece mais correto apontar Freixo como uma liderança em construção e que atualmente tem uma proeminência na cidade e no estado, que apresenta alguns indícios que essa liderança pode vir a ter as características de uma liderança carismática. Nele reside uma forma de comunicação mais ampla que deixa pistas dessa caminhada, mas não assegura que resulte numa figura próxima a outras lideranças construídas na política do Rio de Janeiro, por exemplo.

Existe um vínculo entre o que representa Marcelo Freixo na cidade e parte considerável de uma juventude que se insere de forma mais plural na vida política. A própria lógica dos coletivos e da inserção mais radical de alguns movimentos explica essa forma de atuação. Freixo entende que esses movimentos se inserem nas ruas “com uma radicalidade diferente, que até então não se via nos movimentos”.

Como dito pelo próprio Freixo, ele se considera um ponto de equilíbrio no partido, o que o torna em certa medida um quadro que consegue dialogar com as diversas tendências internas. Não há possibilidade de rachar com esse ou aquele grupo, segundo o que entende do movimento político. Freixo parece usar desse atributo também como característica de um líder:

Primeiro que eu tento ser um ponto de equilíbrio dentro do PSOL, exatamente por não ser de nenhuma corrente e ter uma expressão eleitoral muito forte. Então eu ganho um papel. Se eu não tivesse voto nenhum eu não teria expressão nenhuma. Como eu tenho voto eu consigo fazer esse papel. Me dou muito bem com o MES, com a Insurgência, com a corrente hegemônica nacional (APS-CC) que não é a corrente que preside aqui... E eu só consigo ter essa relação porque eu tenho muito voto. Dialogo muito bem com a CST, que vive pegando no meu pé em várias situações. Então tem acordo em muitos pontos e desacordo em outros. Até porque eu fui candidato majoritário e fui por consenso. Eu montei um mandato que as pessoas que trabalhavam não eram obrigadas a se filiarem ao PSOL. Não era legal ser filiado em outro partido, mas não precisa ser filiado no PSOL. É um mandato que dialoga permanentemente com os movimentos sociais. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

O olhar de Freixo sobre o que representa é muito próximo dessa discussão de liderança e sobre a importância de seu papel no partido. Explicando sua ausência nos Congressos do Rio de Janeiro, o deputado frisou que nunca gostou de disputas internas e nem participou da direção de partido, explicitando até seu desconhecimento sobre a executiva. O que Freixo descreve de forma transparente é o entendimento de que caminha paralelo ao partido e que, hoje, o PSOL precisa dele para prosseguir.

Eu nunca tive muita paciência para a luta interna do partido. Eu nunca fui dirigente do partido. Eu nunca fui de direção, nunca. Eu tento economizar minha vida das reuniões. Eu tento me preservar das reuniões, senão eu não vivo. Eu me preservo das excessivas reuniões que a esquerda acha que vai resolver o mundo, mas ao mesmo tempo eu tenho que estar. Eu acho que eu contribuo muito mais sendo um aliado das direções, na busca do consenso, do que ser um concorrente delas. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

Mesmo afirmando não topar disputas internas e de se preservar desse processo, existe um conflito de informações quando a disputa pela presidência nacional do partido foi articulada pelo deputado. A sua candidatura não foi à frente, e muito se explica pelo entendimento de Freixo que a qualquer momento a sua candidatura seria rapidamente consensual. O que fica claro na conversa com Freixo é que sua participação ganhou outros patamares no partido e que as disputas locais no Rio não comportam mais o seu tamanho. Numa análise do seu papel, Freixo esclarece onde se encontra dentro do partido.

Isso tem a ver com o perfil eleitoral. A gente teve 27% de votos perdendo para o Eduardo Paes que comprou todo mundo. Comprou o Crivella. E a gente teve 27% dos votos. Na segunda vez (2016) a gente chega a disputar no 2º turno no pior momento da história da esquerda, e a gente derrota o PMDB e vai ao segundo turno, no pior momento da esquerda. Haddad em São Paulo, prefeito, perde no 1º turno. Em Porto Alegre enfim. Foi um fiasco a esquerda. Porrada no Brasil inteiro. Aqui a gente aqui chega a 42% e perde para o voto nulo e branco, a gente perde para a

negação da política. Esse perfil, essa explosão, num partido pequeno e que cresce com cuidado, dá a mim, como expressão pública...A minha expressão pública é maior que o partido, isso é verdade. Hoje eu tenho uma votação que não depende necessariamente do PSOL. Tenho muito voto..., mas que no fundo depende, não tem como separar. É claro que eu tive 350 mil votos e o segundo teve 18 mil. E isso tem que ser usado para o lado bom, para eleger mais deputados. Se não fosse isso a gente não ultrapassaria a cláusula de barreira. A minha expectativa é a de eleger com meus votos 5 (cinco) ou 6(seis) deputados federais, e isso é fundamental. Não dá para reclamar, pois se não fosse essa votação o partido acaba. (Entrevista com deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

Quando questionado sobre a ideia de “dono do partido”, afirmação do vereador Brizola Neto, Freixo respondeu negando essa rotulação, ao mesmo tempo que mostrou um certo desprezo pelas questões internas do partido.

Agora, dono, não faz o menor sentido. Eu não sou de corrente, eu não sou da direção, eu nem sei o que se vota na direção. Dono se eu manipulasse as pessoas da direção. Eu nem sei quem compõe a direção estadual e municipal, eu não tenho a menor ideia. Só se eu fosse um dono muito incompetente e eu sou muito competente no que eu faço. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018).

No final de sua afirmação, Freixo reforça que é preciso usar esse seu “poder político” para o bem do partido, uma vez que a necessidade de existir do partido é maior do que o seu papel de político, dado o tamanho que hoje alcançou. Mesmo afirmando que não tem como separar sua posição do partido, Freixo também comenta que possui uma votação que não depende mais do partido, o que denota a caminhada em paralelo que se solidifica.

A capacidade de diálogo tem uma relação direta com essa ideia de liderança intelectual. As estratégias de sobrevivência do PSOL a partir das mudanças na Emenda Constitucional nº 97/2017, que já valem para 2018, estão sendo articuladas por Marcelo Freixo. A partir das eleições de 2018, só terão acesso aos recursos do fundo partidário e tempo de TV e rádio quem alcançar um mínimo de votos válidos.

Parágrafo único. Terão acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão os partidos políticos que: I - na legislatura seguinte às eleições de 2018:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem eleito pelo menos nove Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação; (EMENDA CONSTITUCIONAL, Nº97 – CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Essa emenda ainda amplia gradativamente o percentual de votos e número mínimo para as eleições de 2022 e para as eleições de 2026. Durante a conversa com o deputado, Freixo deixou claro a estratégia do partido para as eleições, que prioriza, com a aprovação dessa emenda, continuar a existir. As articulações passam pelo deputado. No meio da entrevista o telefone de Freixo tocou e tratava-se do deputado federal Ivan Valente (SP),

marcando uma conversa sobre os rumos do partido. Depois de desligar o telefone, Freixo comentou o que estava fazendo pelo partido, justificando até mesmo sua ausência nos Congressos municipal e estadual. Segundo sua avaliação, a sua presença em vários estados estimulando e costurando candidaturas, naquele momento, era mais útil ao partido do que disputá-lo internamente.

Depois dessa justificativa, Freixo começou a descrever as estratégias do PSOL para 2018, citando nomes de possíveis candidatos e confirmando a nacionalização de seu nome para dar força em espaços onde ainda o PSOL não tem representação. Como este ano o partido precisa de pelo menos uma representação em 9 (nove) estados, a saída é buscar nomes que possuem um trabalho reconhecido em seus estados, ao mesmo tempo que precisam ser postulantes populares em alguma medida. O partido fica então numa linha tênue, entre manter o crescimento das duas bases e de quadros internos, ao mesmo passo que precisa de candidatos já construídos por outros caminhos. E assim tem sido feito no Rio de Janeiro, com algumas filiações já consolidadas, e agora Freixo começa a rodar o Brasil com essa missão.

Depois de 2016 meu nome nacionalizou muito. Porque fui uma das poucas candidaturas da esquerda que disputou o 2º turno em grandes cidades. Então eu tive um trabalho muito grande de estimular candidatos a deputado federal. Eu fui para o Rio Grande do Sul, eu fui a Pernambuco, para a Bahia, eu fui ao Belo Horizonte, a São Paulo. Então ou eu apostava ficar no Rio, o que não iria fazer muita diferença, ou eu investia nessas viagens. Por exemplo, a gente vai lançar candidatura do Ivan em Pernambuco, da Fernanda Belchior no Rio Grande do Sul, no Paraná com a Aúrea. Eu fiz uma avaliação que eu era mais útil me dedicando a um aspecto nacional. É claro que em algum lugar vão reclamar da minha ausência. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

A tática de Freixo tem sido construída há algum tempo. Alguns nomes conhecidos do esporte, como o atleta paraolímpico Clodoaldo Silva e a atleta olímpica Joana Maranhão, já estão no partido. Alê Youssef, ativista e comentarista de política na rádio CBN e no canal Globo News, está em negociação para sair candidato a deputado federal por São Paulo. Outro nome em discussão é o do escritor Marcelo Rubens Paiva, também como candidato em São Paulo. No Rio de Janeiro, o delegado Orlando Zacone será candidato a deputado estadual, o que aproxima o partido de grupos que sempre se posicionaram contra o PSOL pela relação com os direitos humanos.

Eu estou direto dialogando com isso. Você até está sabendo, por acaso, de primeira mão. Eu estou conversando com o Marcelo Rubens Paiva em São Paulo, seria ótimo que ele fosse candidato, por tudo que ele representa. Eu acho que dialogar com esses setores do conjunto da sociedade para trazer candidaturas é bom. O (Orlando) Zacone vem candidato a deputado estadual, vem da luta do antifacismo na polícia, a Jhonny Boy que era atleta, o Clodoaldo, já está filiado ao Psol. A gente está buscando gente que está na luta, expressão e identidade para fazer o partido crescer. (Entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

As articulações do partido parecem passar por Marcelo Freixo, apesar de não estar na direção do PSOL. A candidatura de Guilherme Boulos nasce, segundo Freixo, de uma conversa que teve com sua esposa ao tomar café<sup>29</sup> em sua casa. Esse perfil personalista, que surge em algumas declarações, corroboram a ideia de ser Freixo um personagem que além de ser maior, pretende direcionar o partido para o que entende como a melhor forma de fazer política, tendo ou não a militância orgânica unanimemente ao seu lado. Apesar das críticas de setores do partido, Freixo segue nas articulações por candidaturas mais midiáticas e menos orgânicas.

A ideia do medo é muito forte e legítima a barbárie. Tenho medo da favela, então qualquer coisa que aconteça lá não me toca. Da juventude negra, então seu genocídio não me abala, não sou um deles. Brinco que nossos sonhos não cabem nas urnas, mas nossos pesadelos cabem. Esses debates todos me fizeram chegar ao Boulos. Estava em casa, tomando um café com minha companheira, a Antônia [Pellegrino, escritora e cofundadora do blog feminista #AgoraÉQueSãoElas, hospedado na Folha].

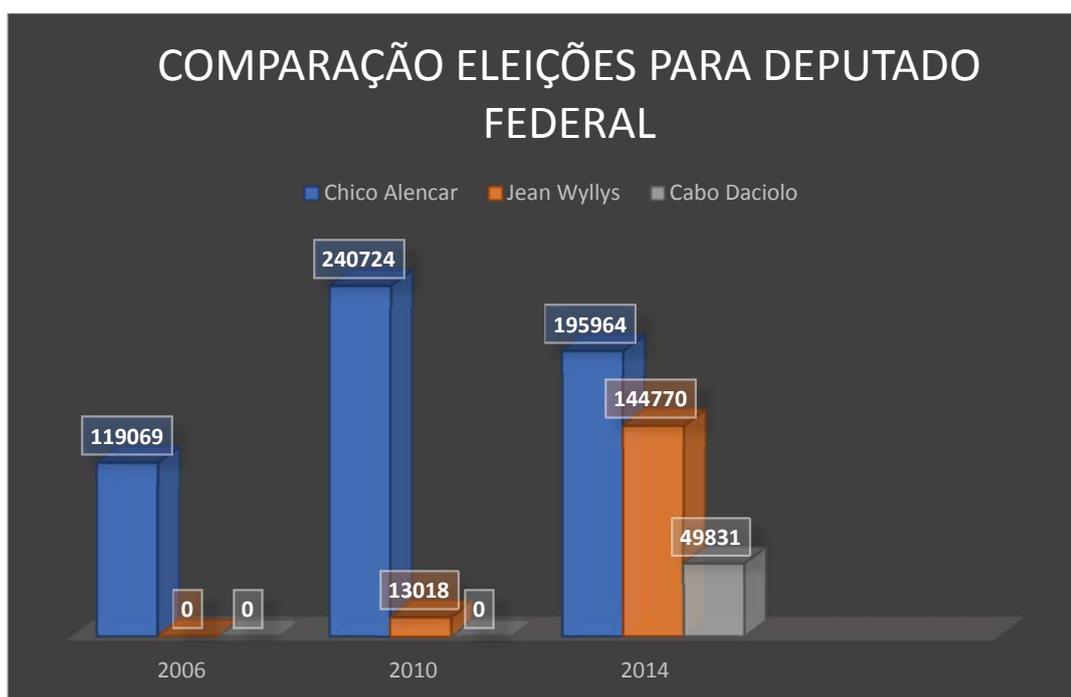
Conversávamos sobre o que é esta esquerda do século 21. Os olhos dela são meio que termômetro. Falei do Boulos, e arregalaram. Pensei: "Opa, ali tem caldo". Fiz testes com minha equipe, e as reações eram as mesmas. Aí liguei pro Boulos e marquei num botequinho bem "vagaba" perto da av. Paulista. Quando sugeri, ele quase caiu da cadeira de susto. Hoje falta muito pouco para consolidar a candidatura. Março é o prazo. (Folha de São Paulo, 29/12/2017)

Antes de avançar aos dados eleitorais, é preciso prosseguir sobre a lógica dos quadros políticos do PSOL no Rio de Janeiro. O deputado Chico Alencar (RJ), primeiro deputado federal do partido, é um dos quadros que em sua trajetória contribuiu para o crescimento da bancada federal e de representantes do Rio de Janeiro. Chico Alencar tem uma história de disputas eleitorais, já até descrita aqui em relação ao deputado Marcelo Freixo, que coloca o deputado federal como responsável de seu posicionamento hoje. Como estamos discutindo o PSOL, a comparação será a partir da primeira eleição do partido, no ano de 2006.

---

<sup>29</sup> Entrevista dada ao jornal Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1946626-nao-sei-se-e-o-momento-de-unificar-a-esquerda-nao-diz-marcelo-freixo.shtml> - Último acesso em 22/02/2018

Gráfico 7 – Comparação Eleições Deputado Federal – Chico Alencar



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 7 a importância de Chico Alencar fica nítida. Mesmo com uma pequena queda de 2010 para 2014, Chico Alencar foi muito importante para ampliar a bancada do PSOL e para tornar a bancada do Rio mais robusta. O PSOL apostou nessa formação de quadros a partir de nomes reconhecidos com políticos com base social e de votos substancial. Em 2006 Chico concorreu pela primeira vez no PSOL, que ainda não possuía nenhuma estrutura, e conseguiu mais de 100 mil votos, garantindo sua eleição para a Câmara. A eleição de 2010 talvez seja a mais emblemática, pois Chico Alencar dobra sua votação, o que contribui para a eleição do ex-BBB e professor Jean Wyllys com apenas 13.018 votos. Jean Wyllys teve uma votação que, no quadro estadual, talvez fosse difícil sua eleição, mas com os 240 mil votos de Chico Alencar, foi eleito pelo quociente eleitoral. No ano de 2010, o quociente eleitoral para o cargo de deputado federal era de 174.129 votos. Jean Wyllys teve menos que 10% do necessário para se eleger.

A presença de Chico Alencar no partido é identificada pela militância como um quadro disciplinado, que participa das disputas internas e representa o PSOL, numa espécie de modelo a ser seguido como parlamentar. Por onde caminhei no partido, e com as mais diversas figuras, Chico Alencar é sempre lembrado como uma figura ímpar, sem problemas que marquem a sua trajetória. Agora segue sua caminhada em 2018 na disputa para o Senado

Federal. Como esse ano entram 2 senadores por estado, a esperança do PSOL em fazer um senador é grande.

Ainda no âmbito da Câmara Federal, o deputado Jean Wyllys é um quadro controverso. Isso não significa nenhuma campanha contrária ao parlamentar ou algo do tipo, mas Jean parece ser um representante de um movimento, de uma causa: a pauta LGBT. Mesmo com a importância da pauta, Jean Wyllys tem pouca relação com as instâncias do partido, atuando quase de forma paralela ao PSOL. Esse “quase” tem relação com a participação de assessores que falam em seu nome nos espaços do partido. Mesmo assim, Jean Wyllys ora ou outra desagrade à direção do partido e alguns de seus expoentes por se pronunciar de forma contrária à legenda ou simplesmente não respeitar a orientação da Executiva. O então presidente do partido no estado do Rio, Álvaro Neiva, comentava esse desconforto durante uma conversa. “E como o PSOL tem, internamente, muitas divergências...por exemplo, o Jean foi para Israel em janeiro de 2016, sem conversar com o partido, sem debater. Isso gerou bastante desgaste.”

Na tentativa de conversar com Jean Wyllys, fui informado por email que o deputado não dava mais entrevistas acadêmicas, mesmo sendo o parlamentar um professor universitário. Tentei com assessores, pelo menos 3 (três) deles, que se quer devolveram uma resposta. O que fica de Jean Wyllys é essa relação de atuação para uma causa, e com bandeira própria.

O caso do deputado Gláuber Braga é interessante. Apesar de chegar ao PSOL em 2015 tendo sido eleito pelo PSB em 2014, Gláuber se tornou líder de bancada no Congresso e tem uma relação partidária que impressiona alguns dirigentes e militantes com quem conversei. Álvaro Neiva, presidente do partido no estado naquele momento, comenta as desconfianças que o nome de Gláuber causava e a surpresa agradável como quadro do partido.

O Glauber é impressionante. Ele foi aprovado aqui no Rio, com muita desconfiança. Ninguém conhecia a trajetória dele de perto. A mãe dele foi prefeita, ele foi presidente estadual do PSB, não era só deputado. Era uma trajetória política que ninguém conhecia de perto e que a princípio a gente via com desconfiança. Mas ele foi uma gratíssima surpresa. Tanto do ponto de vista da política, como com a preocupação com a disciplina partidária que muita gente que está há mais tempo não tem. Ele geralmente nunca toma decisões diferentes das que o partido definiu. (Entrevista com presidente estadual Álvaro Neiva 2015 -2017 realizada em 26/06/2017)

Ele mesmo conta que preferiu seguir todos as etapas para filiação, respeitando as dinâmicas internas, até mesmo de tendências que não queriam a sua vinda, no caso a CST.

Na minha chegada teve quem votasse contra, mas fui aprovado e eu procurei dialogar com os que votaram contra. A CST, que é a corrente do Babá, votou contra. Foi a única, as outras todas votaram favoravelmente. Logo depois que eu ingressei, eu procurei a CST para conversar. Eu ia para o lançamento de um livro na Câmara

dos Vereadores, eu disse que estava entrando e não ia sem avisar à Bancada. Fui ligando para cada um e liguei para o Babá. Ele atendeu e desligou, disse que não queria falar comigo pelo telefone. Eu falei com ele que estava indo ao gabinete para conversar com ele. Fui lá, fizemos uma conversa franca. Coloquei meus posicionamentos, disse que a gente tinha diferença de entendimentos e, hoje, nossa atuação pode ser diferente na análise da conjuntura, mas é muito respeitosa. Eu comecei conversando com a bancada, da bancada fui conversando com a Direção Nacional, depois conversei com o partido estadualmente, fui conversando com o partido em Friburgo. Hoje quando vem alguém falando que quer ingressar no PSOL, tem de fazer esse caminho, conversar com todo mundo, pra não parecer que está entrando a partir de um cacique. O PSOL não tem cacique e foge dessa lógica. Vai conversar com as instâncias e não espere tapete vermelho, vai mostrar suas incoerências e você vai mostrar porque quer entrar. (Entrevista com o deputado federal Gláuber Braga – realizada em 03/07/2017)

No caso dos deputados estaduais, Wanderson Nogueira, o mais novo psolista, tem uma trajetória muito distinta, pois entra na política em 2011 e já se elege vereador em Nova Friburgo ainda pelo PSB. Em 2014 se lança na disputa para deputado estadual e se elege em parceria com o deputado federal Gláuber Braga, também do PSB e de Nova Friburgo. Wanderson Nogueira chega ao PSOL através de Gláuber Braga, que chegara ao partido em 2015.

Como ele mesmo se auto define, seria o “mais tucano dos psolistas”, numa referência ao perfil moderado que sustenta dentro do partido. Seu grupo de trabalho é todo do antigo partido, deixando-o mais blindado às disputas internas, mas também o isolando da militância mais orgânica.

O mandato de Eliomar Coelho, antigo quadro do PT na cidade, tem uma avaliação um tanto diferente. O deputado, que já fora vereador pela cidade do Rio em 7(sete) oportunidades, segundo alguns militantes estava meio “sem saco para fazer a política”, não parecia querer muita coisa mais no legislativo aos 76 anos de idade. Entretanto, segundo a avaliação de militantes do partido, a atuação surpreendeu pela disposição em propor novas agendas. Não consegui conversar com Eliomar devido às agendas do deputado estadual.

De Niterói, Flávio Serafini representa o movimento do ecossocialismo no partido e atua na tendência Subverta, que se posiciona mais à esquerda dentro do organograma das tendências. Serafini foi candidato a prefeito de Niterói e conseguiu um expressivo número de votos na cidade.

Um quadro polêmico entre os deputados é Paulo Ramos, que saiu do PDT para o PSOL. O deputado, com 7 (sete) mandatos entre a câmara federal e estadual, sofrera muita resistência para entrar no PSOL. As posições de Paulo Ramos representavam muito mais o seu mandato do que sua relação com o PSOL. No comentário sobre a chegada de parlamentares de outros partidos ao PSOL, Freixo ainda comenta que o partido acertou na

maioria dos casos, sendo Paulo Ramos um dos pequenos erros. Em novembro de 2017, ao não votar a favor das prisões do deputado estadual Piccianni e do deputado estadual Edson Albertassi, Paulo Ramos foi afastado do partido e rapidamente expulso pela comissão de ética. A nota da Executiva Nacional deixa claro os motivos:

O deputado estadual Paulo Ramos que já vinha se apresentando como desligado da bancada do PSOL, tomou hoje uma atitude inaceitável: votou contra a decisão do partido e foi um daqueles que revogou a decisão unânime do TRF que determinava a prisão de Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB. Desta forma, o deputado se colocou ao lado da máfia dos transportes, das empreiteiras e de todos aqueles que saquearam o estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. O PSOL sempre esteve na luta contra estes setores e na defesa dos interesses dos trabalhadores do Estado do Rio. Ao se colocar ao lado destas máfias, Paulo Ramos perdeu completamente as condições de permanecer nas fileiras do nosso partido. Diante destes fatos, a Executiva Nacional do PSOL, em conjunto com a Executiva Estadual do PSOL-RJ, decide pelo imediato afastamento do deputado estadual Paulo Ramos das fileiras do partido e inicia junto à Comissão de Ética seu processo de expulsão (NOTA DA EXECUTIVA NACIONAL do PSOL, novembro de 2017)

Na câmara de vereadores do Rio de Janeiro, o PSOL representa a 2ª maior bancada. A bancada de vereadores tem uma representação bem diversa, com representações muito características das pautas defendidas pelo partido. A começar pela vereadora mulher mais votada da cidade, Marielle Franco, que se elegeu com a pauta de mulher negra e de favela. Como surpresa na última eleição, Marielle já se projeta dentro do partido para a disputa de vice-governadora ao lado do Prof. Tarcísio Motta. Essas definições ainda representam alternativas, mas Marielle deve tentar alçar voos maiores devido a sua projeção na última eleição.

O vereador Tarcísio Motta, professor de história do Colégio Pedro II, foi o mais votado do partido e 2º mais votado da cidade, talvez pela densidade que seu nome ganhou depois da disputa eleitoral para governador em 2014. Tarcísio debutava na corrida para o governo do Rio e surpreendeu com uma votação de mais de 700 mil votos no estado, chegando quase a igualar-se ao senador Lindbergh Farias do PT. Ele teve uma participação importante na construção do PSOL Carioca, dirigindo o partido na cidade, iniciando alguns projetos de formação e incentivando a abertura de novos núcleos em vários bairros do Rio. Para 2018, Tarcísio foi aclamado como candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro de forma consensual, sem nenhuma convenção eleitoral.

David Miranda, militante da causa LGBT, ganhou destaque no caso internacional de Snowden<sup>30</sup>, que denunciou a espionagem na internet pelo governo americano. David Miranda

---

<sup>30</sup> No final de 2012, Glenn foi procurado por Edward Snowden. Junto com a documentarista Laura Poitras, Glenn começou a trabalhar nas denúncias de espionagem baseadas em documentos fornecidos pelo ex-agente da Agência Nacional de Segurança, a NSA, enquanto David administrava todas as publicações, trabalhando

é casado há 11 (onze) anos com o jornalista Glenn Greenwald, da CNN, que faz a cobertura política no Brasil. Nesse contexto, David Miranda ganha projeção e em 2014 se filia através da deputada Luciana Genro, que prometera apoio à campanha do asilo de Snowden no Brasil. Em 2016, David Miranda disputa as eleições e vence, afirmando ser o primeiro vereador assumidamente gay na cidade do Rio de Janeiro.

A trajetória de Paulo Pinheiro é antiga, passando do PCB ao PT, depois ao PPS e por fim ao PSOL. Paulo Pinheiro é servidor municipal e médico, tendo iniciado seu trabalho na direção do hospital Miguel Couto no Rio de Janeiro. Mesmo com algumas desconfianças no ato de sua chegada por parte do partido, Paulo Pinheiro hoje não enfrenta tantas oposições e tem respaldo da principal liderança, Marcelo Freixo: “Paulo Pinheiro é um quadraço do partido. A gente acertou e muito com a sua vinda”.

Renato Cinco está no seu segundo mandato como vereador pelo partido e prepara sua candidatura à câmara federal. Cinco tem uma atuação intensa pelo movimento de legalização da maconha, pelo qual reconhecidamente tem trabalhado na esfera municipal e nos movimentos sociais. Na relação com o partido, Renato Cinco se aproxima mais de tendências do Bloco de esquerda, defendendo um afastamento mais nítido das fronteiras com a socialdemocracia e com o lulo-petismo.

Finalmente no Rio, temos ainda o vereador Leonel Brizola Neto. Eleito pelo PDT em 2012, Brizola Neto chegou ao partido em 2015 através de uma intervenção da Executiva Nacional do partido depois da Executiva estadual barrar seu nome. Essa relação parece ainda distante de ser normal, visto que existe um distanciamento entre o que pensa o vereador e o que o PSOL entende como linha política de sua atuação. Mesmo compreendendo que as diferenças de perspectivas existem em todos os mandatos parlamentares no Rio, Brizola Neto parece ter uma enorme dificuldade em entender o partido, apesar de buscar uma atuação nas instâncias internas. Brizola Neto entende que o PSOL é muito acadêmico, discordando que na política isso possa configurar em algo positivo sem a atuação na prática.

Tem que sair um pouco do academicismo. Sair um pouco dessa prática. E se aprofundar e escutar de fato. O que a população tem de fato pra falar. As amarguras. E é preciso respeitar a nossa história. É preciso... o Brasil conhecer o Brasil. Essa que é a de fato. O PSOL precisa debruçar-se sobre nossos autores nacionais. (Entrevista com vereador Leonel Brizola Neto realizada em 05/05/2017)

---

decisivamente na história do maior furo do jornalismo mundial neste século. As primeiras publicações sobre o esquema de espionagem são de junho de 2013. No Brasil, as informações de Snowden revelaram que a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos não só monitorava as transações da Petrobras, como a própria ex-presidenta Dilma Rousseff. <https://davidmirandario.com.br/sobre/>. Último acesso em 10/03/2018

Brizola Neto deve disputar uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, mas é imprevisível identificar seus caminhos no PSOL. Durante o Congresso Carioca, Brizola Neto tentou criar uma tendência trabalhista dentro do partido, que não foi muito à frente.

A fim de encerrar esse breve perfil das lideranças parlamentares do partido, vale enunciar os vereadores de Niterói, Paulo Eduardo Gomes e Talíria. O primeiro é um quadro histórico na política fluminense desde os tempos que atuava no PT e que foi candidato a prefeito pelo partido na mesma cidade. Paulo Eduardo, que está no seu segundo mandato como vereador pelo PSOL de Niterói, em 2012 foi o vereador mais votado da cidade. Em 2016, Talíria foi a mais votada da cidade de Niterói, unindo-se a Paulo Eduardo Gomes na câmara de vereadores da cidade. Talíria teve como plataforma de sua candidatura a luta das mulheres e das mulheres negras.

Ao descrever o perfil resumido das principais lideranças da cidade, do estado e representares federais, a lógica é entender a conformação das forças dentro do partido. A liderança de Marcelo Freixo, com críticas e com os apoios, é nítida. Mesmo reconhecendo a atuação individual de cada parlamentar a partir de suas aproximações com pautas e movimentos sociais. Quando a ideia de partido de forma mais ampla está colocada em questão, a orientação vem de Marcelo Freixo.

A proeminência dos parlamentares nos partidos políticos não é algo incomum. Essa relação direta não deveria ser feita, uma vez que existem outros caminhos para a discussão do papel de liderança política, que não significa o mesmo que ocupante de cargo eletivo. Essa conexão é justamente a trajetória para o que Michels (1980) vai chamar de oligarquização dos partidos, que é a tendência de formação de elites dentro do partido, que passam a controlar suas ações.

Panebianco (2005) identifica que esse poder nos partidos pode ter formas variadas em sua composição, com articulações que podem ser até externas ao partido. Ele vai chamar essa junção de forças de “coalizão dominante”. Ainda segundo Panebianco (2005) esse grupo controlador vai gerir recursos muitas vezes escassos que orbitam no partido, chamando-os de “zonas de incerteza”.

O papel dos parlamentares no PSOL ainda não pode ser descrito como uma oligarquia, dada a vida orgânica do partido. Porém, a autonomia dos mandatos e a contratação dos dirigentes por meio dos mandatos torna a relação assimétrica, o que impede um posicionamento mais fiscalizador sobre os parlamentares. Os lugares de fala começam a ser colocados com pesos diferentes.

O estatuto do partido e a composição das tendências ainda permitem imaginar que o partido pode rediscutir os papéis de cada um dos militantes, mas a questão da hegemonia de uma dessas tendências, a APS-CC, indica que o partido vai construir uma supremacia, que pode resultar na perda da democracia interna. Essas linhas são muito tênues dentro das instâncias do partido. Ao mesmo tempo que a formação de delegados nas disputas locais ainda garante um processo amplamente democrático, as políticas tocadas de forma paralela por parlamentares encerram esse processo.

### **3.3 A percepção dos dirigentes, parlamentares e militantes para os rumos do PSOL a partir do Rio de Janeiro.**

Depois de 12 (doze) anos de partido e com uma participação ainda pequena no âmbito nacional, o PSOL chega em 2018 com uma construção que pretende, antes de qualquer ação mais ideológica, superar a cláusula de barreira estipulada pela câmara dos deputados em 2017. Nas conversas com militantes, parlamentares e lideranças partidárias, surgiu a pergunta sobre os rumos do partido e o que de fato ele poderia apresentar como partido de “novo tipo”. A relação com o PT parece ainda um problema, justamente pelo “parentesco” e pelo receio de vir a ser um novo modelo petista.

Inúmeras questões sugeriram dessa tentativa de descontinuar a estratégia política e a diferença central frente aos partidos de esquerda mais antigos no país, dentre elas as dificuldades de formação política, os entraves para o diálogo com as periferias, as disputas internas e os planejamentos eleitorais mais pragmáticos.

O olhar de um militante da Baixada Fluminense no PSOL é de fato distinto dos demais pela própria organização atual do partido, ou seja, a quase invisibilidade do PSOL nos municípios da região. O PSOL nesses municípios não possuem recursos, estrutura física montada e nem estão intimamente ligados nas lutas da capital. Ewerson já fez parte da Executiva, mas entende que as limitações do partido na região inserem um ingrediente a mais na disputa política.

Você deve ter lido os estatutos do partido e, diferente dos partidos mais clássicos como o PCB, PCdoB, o Psol se propõe a retomar uma organização de base, uma relação mais horizontal com a sua militância, no sentido de ter instrumentos que consigam auscultar mais no cotidiano a militância que está na base do partido e não só as direções formais. Quando a gente fala de um partido diferente, de novo tipo, está muito relacionado a isso. Ainda hoje a gente usa muito que é ser um novo

partido contra a velha política. (Entrevista com militante Ewerson da Tendência Rosa Zumbi realizada em 24/03/2017)

Na visão de Ewerson a tentativa de não criar as oligarquias características de partidos políticos é o primeiro passo para o novo. O PSOL tem uma dinâmica interna de discussão, em que as instâncias podem pleitear posições, porém, existe uma autonomia relativa dos mandatos que destoam dessa horizontalidade. O deputado federal Gláuber Braga reforça a ideia da importância do lugar de fala dos parlamentares, mas salienta a disciplina militante de todos. Perguntado sobre a posição de Freixo dentro do partido e desse papel de proeminência, Gláuber comenta sobre a face pública do PSOL.

O Freixo, como outras lideranças no exercício de mandato, tem peso na discussão. Querendo ou não um mandato parlamentar acaba sendo a voz pública das decisões do partido, isso é natural. Mas uma coisa que eu aprendi no Psol é que o que está no exercício do mandato é, em primeiro lugar, um militante do partido. Ele está na tarefa parlamentar, mas é um militante. Esse peso da voz amplificada é relevante para as discussões internas, mas não é como em outros partidos e legendas, não é o fator determinante para as posições que serão adotadas. É um componente, que é relevante, mas não se encerra ali. (Entrevista com deputado federal Gláuber Braga realizada em 03/07/2017)

A liderança de Freixo no partido nesse processo de construção do PSOL foi um dos componentes da pesquisa. O papel de destaque dado ao deputado estadual não encontra tantos problemas, mas pode gerar incômodos. A caminhada paralela de Freixo em relação ao PSOL, segundo a pesquisa, precisa ter limites para não se distanciar demais da organização partidária. A independência de Marcelo Freixo é real, mas ainda traz mais benefícios. No Congresso do PSOL Carioca, nos grupos de debate, a militante Aline da CST e o militante Anderson do MES se posicionaram da ausência de participação da militância para a participação de parlamentares do partido na plataforma Vamos e na Frente Povo sem Medo.

O que causa incômodo em quem está tocando os núcleos de base é justamente não saber quem definiu a participação do partido nas conversas com a plataforma Vamos e a Frente Povo sem Medo. Antes de apoiar ou ser contra, seria legal a gente deliberar sobre essas questões no partido. Não posso ser questionado nas ruas se o PSOL está nessas frentes e ficar sem saber o que responder. (Militante Anderson – GT Congresso Carioca, 27/10/2017)

O ex-presidente do partido no estado, Álvaro Neiva, entende que a relação entre parlamentares e partido precisa ser mais cuidadosa, em especial a decisão de uma questão que seja polêmica para o partido. E para ele não se trata de cerceamento, mas de combinados, que normalmente são meio esquecidos, sobretudo pelos parlamentares. Mais uma vez a liderança de Freixo foi mote das conversas.

O Freixo não é o dono do partido. Ele é uma figura que é maior que o PSOL, isso é um fato. A solução para essa equação não é fácil. Vou começar aqui a explicar como funcionam as instâncias de decisão no partido. Por exemplo, essa instância internúcleos, quando a gente propôs a criação dela, uma parte foi totalmente contra que ela tivesse uma ação próxima ao diretório, achavam que tinha de ser mais esvaziada, apenas para os núcleos trocassem ideia. A gente batalhou que fosse uma

instância, que tivesse regimento. Outro setor que existia era de transformá-la em uma instância superior ao Diretório. O Congresso não tem como, é debate democrático. Você passa seis meses, escreve teses. O Núcleo é importante, mas às vezes o núcleo tem cinco, sete pessoas. A gente sempre tentando ser um partido que tem a democracia interna como um pilar, outro desafio histórico da esquerda e dos partidos é esse, a gente acha que as decisões políticas cabem às direções partidárias e não à burocracia. A gente passou seis meses, debateu teses e ali consolidou-se uma maioria do partido. O Álvaro pode representar a maioria das opiniões políticas do interior do PSOL, mas tem um milhão de vozes. É um equilíbrio e acho que a gente funciona bem porque estamos permanentemente refletindo sobre isso, preocupado. A gente tem um exemplo aí que é o do PT, com o Lula, que é parecido. Eu militei no PT por quase oito anos. Quando eu entrei para o PT já era muitas vezes refém das vontades dos parlamentares e dos mandatos, ia por um caminho que não eram os caminhos da democracia interna, partidária. (Entrevista com presidente estadual Álvaro Neiva 2015-2017 realizada em 26/06/2017)

Logo depois de ter discutido que não acreditava no domínio de Freixo sobre o partido, Álvaro fez questão de colocar uma observação: “Você perguntou, o Marcelo manda no PSOL? Eu falei “não”. A resposta ainda é não. É um motivo de preocupação e tensão permanente que você convive”. Álvaro deixa claro que o partido permanece atento às ações isoladas e nas trajetórias paralelas de parlamentares. Não é incomum que isso aconteça, sobretudo pelo que representam: votos para o partido. No caso de Freixo, os votos são ainda mais valiosos, pois elegem outros quadros.

Nas discussões sobre lugar de fala e a responsabilidade do partido, surge ainda um outro instrumento de extrema importância orgânica: as tendências. Como o estatuto do PSOL prevê uma autonomia absoluta para a formação e para a atuação das tendências, parlamentares ligados a uma dessas tendências se expressam muitas vezes como porta-vozes das tendências e não do partido. Isabel, presidente eleita do PSOL Carioca resume bem essa questão.

É o que a Carol falou, tem uma tendência de os mandatos ganharem autonomia. **A Luciana Genro vai assumir a posição da corrente dela, não necessariamente a que o partido delibera.** Essa lógica das tendências diferentes, cada uma vem de uma tradição diferente. Por exemplo, Brizolinha faz essa fala para você é muito a lógica de que a representação do partido passa pelos parlamentares é a lógica de caciquismo e eu acho que a gente tem de encontrar mecanismos de fugir disso. A gente vai participar das reuniões de bancada e vai tentar fazer os parlamentares participarem das reuniões de direção. (Entrevista com a presidente do PSOL Carioca Isabel realizada em 27/11/2017) [grifo meu]

Ainda sobre os vôos solos de parlamentares, Carol, presidente eleita para o biênio 2018-2020, entendeu que algumas posturas não contribuem com a organização do partido e acabam o enfraquecendo. Uma das questões levantadas foi o apoio de Marcelo Freixo a Dilma Rousseff no 2º turno das eleições de 2014 sem o partido ter deliberado qualquer posição para a militância.

Nesse caso do Marcelo foi ruim, ele poderia ter aguardado e a posição dele poderia ter até se encaixado na decisão nacional. Que era voto nulo ou no PT. Esse rompimento de fronteira a gente questionou. Agora, as decisões mais cotidianas, mais táteis são menos compartilhadas e é aí que a gente acha problemático. O que a

gente está conversando é sobre participar mais institucionalmente. Mas a gente tem uma agenda de nucleação muito forte. A gente tem uma agenda política partidária que não é só eleição. A gente tem uma dinâmica de movimento grande. A Bel está inserida na organização da atividade do Dia dos Direitos Humanos, que vai ser na Uerj. Tem uma agenda para além do parlamento. Para esse diretório a gente vai convidar todos os parlamentares. A gente entende que isso é um problema e a gente está procurando caminhos para melhorar isso, pra incluir os mandatos mais na lógica partidária. (Entrevista com a presidente eleita do PSOL estadual Carol 2018-2020 realizada em 27/11/2017)

A discussão sobre as tendências internas e as dificuldades desse enorme mosaico de perspectivas políticas foi observada durante as conversas que embasaram a pesquisa. Apesar de ser uma escolha na formação do partido a formação de tendências diversas, é nítido que o volume de fragmentos, em algumas vezes, faz o partido rachar em múltiplos pedaços que são difíceis de se reconectarem rapidamente. Álvaro identifica isso como um problema para o partido. A miríade de tendências fragiliza o partido.

Eu vou falar uma coisa que vai parecer que estou fugindo, mas é importante você ter nitidez e compreensão desse que é um problema real do Psol. **O Psol ainda hoje é um partido que não é um partido pleno. Ele é um partido frágil do ponto de vista de ser um condomínio de correntes** e setores nesse processo de reorganização. É a dialética. Na reorganização o Psol se apresentava como um guarda-chuva. Um enorme acerto e tem conseguido demonstrar na prática esse acerto em ser um agregador. Por outro lado, nesses doze, treze anos, a gente não conseguiu ainda ser de fato um partido maduro, enquanto partido, enquanto coletivo. Essa fragilidade, essas dúvidas, essas incertezas todas estão aí. Como lidar com os problemas de disputa de hegemonia? Você tem dez opiniões sobre isso internamente, você leva isso pra direção, faz um debate, se for possível vota, encaminha alguma coisa, mas não é estratégico, do tipo como vai resolver isso daqui a dez anos. É uma briga, tateia um pouquinho, briga. (Entrevista com presidente do partido no estado Álvaro Neiva 2015-2017 realizada em 26/06/2017) [grifo meu]

Uma liderança com um olhar distinto no partido é o Pastor Henrique Vieira, que já teve um mandato como vereador (2013-2016) e hoje coordena o mandato do deputado estadual Marcelo Freixo no Rio. O conceito de distinto é justamente pelo fato de ser um pastor batista ativo, coisa rara na militância do PSOL. O olhar de Henrique Vieira sobre as tendências relaciona-se a ideia de permanente atenção para pontos de vista muito distintos.

Sim, eu defendo do ponto de vista de concepção que um partido tenha direito a tendências e organizações. Isso é um elemento de democracia interna. Mas, na prática, muitas vezes isso se transforma numa dinâmica fratricida, que dificulta tomar posições mais unitárias que a gente possa defender junto na sociedade. O grande desafio do PSOL hoje é esse. Construir uma unidade interna que torne o partido mais forte nas suas posições na sociedade. Então eu defendo o partido ter direito às tendências, faz parte da minha formação. Mas acho que as tendências têm de funcionar mais pensando no partido que pensando em si mesmas. (Entrevista com pastor Henrique Vieira – ex-vereador e liderança do partido - realizada em 01/02/2018)

Segundo Henrique Vieira, um dos desafios do PSOL é construir uma unidade que coloque o partido numa posição menos vulnerável. Quando uma tendência tem uma atividade

política muito autônoma e seus representantes falam mais sobre ela do que sobre o partido, algo precisa ser rediscutido.

A relação com a juventude também foi alvo das conversas, sobretudo pensando essas relações no Rio de Janeiro, e a partir daquilo que o PSOL pode representar para essa geração que já nasce com o PT no poder. As juventudes que se organizam através da política hoje são absolutamente diferentes daquelas de 10 anos atrás. A lógica de como entedem a participação e a militância é outra. Talvez essa relação seja um atributo de um novo modelo político.

Eu acho que o Psol tem uma capacidade muito grande de aglutinar os jovens. Primeiro porque a sua militância está espalhada nesses coletivos. Movimento estudantil tanto universitário quanto secundarista. Movimento LGBT, Movimento Feminista, Movimento Negro. O Psol tem uma capacidade de abarcar esses movimentos que hoje crescem em que setor? Na juventude. Acho que é uma esquerda que se mostra nesse momento atraente, por que não é sectária, não é vanguarda e não é só porta de fábrica. e veja só ,não estou diminuindo o chão de fábrica, ali tem muita luta, resistência. Mas esse caráter multifacetado da luta anticapitalista. Acho que o Psol consegue mostrar que tem um vetor de classe muito evidente mas que ele não é exclusivo, que a elaboração de uma sociedade nova passa por estudantes engajados, pela ocupação das escolas, pela pauta do Movimento negro, pela autonomia das mulheres, pelo respeito à diversidade. Isso dialoga muito com uma juventude buscando espaço, buscando se entender no mundo e que encontra no Psol uma esquerda que pega tudo isso e traduz num projeto e diz: tem espaço pra esse tipo de militância aqui.(Entrevista com pastor Henrique Vieira, ex-vereador e liderança do partido - realizada em 01/02/2018)

O vereador Tarcísio Motta entende a importância da juventude nesse processo de enraizamento do PSOL. Mesmo que de forma praticamente autônoma, os jovens se unem ao partido por acreditarem que a organização pode atender as pautas das juventudes.

Eu falo como vereador. A gente teve uma presença importantíssima dos jovens na campanha, isso se refletiu no mandato. Nosso mandato tem como pautas principais a Educação e a Cultura, que dialogam com os jovens o tempo todo. Ao mesmo tempo, a gente está disponível para ouvir as demandas que vem sobre o passe livre, sobre democracia para tentar responder a elas. Isso não é necessariamente um projeto que o partido tenha parado pra pensar nisso. A gente sabe, e essa é uma análise compartilhada por nós, que o crescimento do PSOL aqui no Rio de Janeiro vem de uma juventude que passa a militar já tendo o PT no poder. Então isso nos traz uma necessidade de diálogo com essas pessoas diferente do que se faz com uma geração anterior que lutou para levar o PT ao poder. No final das contas, essa questão e o uso das redes sociais, de uma outra linguagem, o que na campanha de 2016 foi muito importante, a gente está atento a isso. (Entrevista com o vereador Tarcísio Motta realizada em 03/07/2017)

Na busca pelo entendimento do que seria então o PSOL e como serão os próximos passos do partido, as percepções dessa diferença ficaram mais nítidas para uns do que para outros. Esse olhar tem muito a ver com a posição que o partido ocupa no Rio de Janeiro, tendo bancadas importantes, além de mandatos de deputados federais reconhecidamente atuantes.

Ainda na linha dos novos formatos da cena política atual e que se unem a questão das juventudes, o PSOL tem como bandeiras as pautas identitárias, as quais estão ancoradas no

movimento feminista, no movimento LGBT, no movimento negro e em outros mais que se juntem nesse formato. As juventudes estão muito inseridas nessas defesas, organizando-se em coletivos, que são leituras de organização novas. Nesse aspecto, a ideia de ser protagonista e instrumento de luta surge nas narrativas. Carol e Isabel, dirigentes jovens do partido no estado e na cidade, respectivamente, identificam essa relação.

Carol: Eu acho que isso tem um peso, óbvio. Os debates que são nomeados de combate às opressões. O diferencial mesmo é ter se mantido como oposição de esquerda ao governo do PT. Esse é o diferencial que abre espaço pra muita coisa. O PT teve de abrir mão disso tudo na pauta socialista. Foi Belo Monte, diversas questões com os povos originários. A própria questão das mulheres, a gente ficou lá, nós falamos sobre aborto, a gente não assinou a porra do Brasil-Vaticano. Por não ter feito como o PT a gente ganhou espaço pra essas questões sem tratá-las como algo menor. Esse diferencial dos setoriais que são bastante fortes, uns mais outros menos, é ter se mantido como oposição. Acho que a diferença programática. (Entrevista com a presidente eleita Carol realizada em 27/11/2017)

Bel: Acho que tem a questão de o partido ser identificado com a nova geração política. A geração que nasce com o neoliberalismo consolidado no Brasil e no mundo. Nasce como um sujeito político, é nesse sentido. É claro que no Brasil a gente tem uma condição um pouco diferente com esse governo social-desenvolvimentista do PT que conseguiu garantir alguns direitos importantes, mas internacionalmente tem esse fator. No Brasil essa experiência do PT foi muito negativa. Uma experiência que traz pra essa geração no Brasil uma marca de rejeitar a velha política, de rejeitar os esquemas da lógica da política institucionais, do toma lá, dá cá, das velhas práticas da esquerda. O PSOL tem um desafio muito grande de se descolar disso e se apresentar como uma nova esquerda e já é muito permeado por esse debate. Claro que nacionalmente o partido tem suas diferenças internas e de como se constrói. Aqui no Rio a gente é muito marcado por 2013. Nosso diretório ter nascido nessa data tem a ver com esse debate de arejar nossos espaços de organização, pensar novas fórmulas. Estabilizar direção e ao mesmo tempo conseguir abrir mais espaço pra base participar. Aqui no município a gente tem um espaço que é chamado internúcleos. Os núcleos têm representantes que participam da instância e conseguem trazer pra mais. (Entrevista realizada com a presidente eleita Isabel realizada em 27/11/2017)

Na perspectiva das pautas identitárias, o deputado estadual Marcelo Freixo reforça a importância de tais questões e indica, assim como Isabel dá pistas, a importância das Jornadas de Junho de 2013 como virada do partido na cidade.

Esse não é um desafio do Psol, é da esquerda como um todo. A partir de 2013 uma coisa mais visível, uma explosão de crise identitária na política. O modelo de democracia representativa explode em 2013, há um modelo que não funciona e a gente não arruma outra coisa que substitua. A gente sabe muito mais do que não quer do que o que quer. Aliás, acho que 2018 consolida 2013, nessa crise toda que a gente está vivendo. Por isso a pulverização com polarização, que a gente está vivendo hoje. Essas pautas identitárias vêm de 2013 pra cá. Eu prefiro, como diz a Djamila(Ribeiro), chamar de pautas humanitárias. Em parte, é um preço que a esquerda está pagando por não ter entendido que essas pautas sempre fizeram da luta. E essas pautas atropelam a tradição da esquerda. O movimento LGBT é novo, mas a pauta das mulheres não é nova, mas ganha outro papel, o movimento negro tem outro papel. A radicalidade dos movimentos humanitários é fruto de um silêncio sobre essas lutas, inclusive pela esquerda. E é preciso a gente entender hoje que a luta de classes, que sempre foi o motor dessa esquerda, ela não é contraditória com as lutas humanitárias. Eu sempre disse que a luta por Direitos Humanos é um novo paradigma na luta de classes. A esquerda tem dificuldade de entender isso, e eu falo

há muitos anos. A relação capital-trabalho não está só na carteira de trabalho. Ela está na moradia, no genocídio sobre os jovens negros, na agenda de exclusão e violência na relação com as trans. Isso tem relação com capital-trabalho por causa dos sobrantes, por causa dos supérfluos, por causa daqueles que não fazem mais parte de uma sociedade do mercado, porque o próprio capital mudou. Não dá mais pra pensar na relação capital-trabalho como na da século XIX. Você tem hoje um capital rentista que gerou a exclusão estrutural de um setor que coloca, por exemplo, o debate do sistema penitenciário como o debate de um modelo de desenvolvimento e não mais sobre violações de Direitos Humanos. O debate sobre o extermínio da juventude é o debate sobre um modelo de desenvolvimento e não apenas sobre o racismo estrutural ou só sobre racismo. É maior que isso. A relação trabalho-capital hoje tem um viés altamente humanitário, porque há um processo de desumanização de parte do precariado. Se a gente não entender isso a gente via ter contra a esquerda, as lutas humanitárias. Não vai ser fácil, vai ser um processo de aprendizagem que a gente vai custar pra ver. (entrevista com o deputado estadual Marcelo Freixo realizada em 26/02/2018)

As questões finais trataram do olhar sobre o futuro da organização e sobre seu principal diferencial. A questão circunscrevia a possibilidade do PSOL ser mesmo um partido com características novas, o que de fato é uma questão complexa e muito ampla. Houve uma dificuldade em apontar no partido algo realmente inovador, como também houve uma leitura direta e bem demarcada sobre esse espaço de novidade representado pelo partido. O vereador Renato Cinco foi o primeiro a definir o novo como uma espécie de retorno.

É muito difícil criar algo. Ainda mais fazendo com material velho! Tem uma galera jovem que vem a partir da construção do partido. Na construção é racha parlamentar, movimento de descenso das lutas. A grande tarefa do PSOL era como manter a caravana unida durante a travessia no deserto. Essa sempre foi a figura que me vinha à cabeça. Desde 2004 e 2005 a imagem que me vinha à cabeça era essa. Ou vai capitular todo mundo ou a gente ajuda a Heloísa Helena, o Babá e a Luciana Genro a ter um partido. Foram expulsos do PT porque desobedeceram ao programa partidário. Heloísa está na Rede, João Fontes não sei onde está. Heloísa faltou disposição para o diálogo. A candidatura do Plínio foi a que mais mobilizou a juventude em torno da nossa candidatura. Eu até criei um escritório político meio centro cultural que a gente batizou de Espaço Plínio. Lá a gente sempre faz atividades. [...] Acho que é falta de visão de que a gente tem de organizar a política por fora das instituições. Os comunicadores populares ficam isolados, eles não têm apoio de seus partidos, movimentos para fazer a sua comunicação. É um trabalho de abnegados. Mesmo o jornal dos sindicatos, para ser mais que um informe da categoria é um parto. (Entrevista com vereador Renato Cinco realizada em 27/06/2017)

O vereador Tarcísio Motta procura definir o novo do PSOL sobre a ótica do papel de representante de uma nova forma de fazer política, em especial, na tentativa de reencantar a juventude pela política.

Talvez o que o PSOL tenha de novo a apresentar é que diante do que foi a desgraça que foi a experiência petista ainda assim, o PSOL apontava uma esperança desse caminho institucional popular e dos movimentos sociais. A tarefa do PSOL talvez seja, neste momento, dizer que a gente não está fadado a fazer isso, não é natural. Não é natural que uma experiência socialista, popular, resulte nisso que foi o governo que conseguiu fazer medidas compensatórias que combatiam as desigualdades, mas manteve as estruturas excludentes e de privilégio do país intocadas. A tarefa do PSOL é dizer que é possível transformar as estruturas do país. Não só possível como necessário. Sem transformar essas estruturas que são desiguais há muitos séculos você não vai conseguir mudar isso. Essa tarefa de

reencantar a juventude em tempos de desesperança é fundamental. Nós vivemos tempos sem esperança e isso é triste. No tempo que nós conseguimos fazer uma campanha como a do Freixo, como a minha para vereador, é pouco, mas ainda é significativo para reencantar essa juventude para a esperança, para acreditar que um novo mundo é possível. (Entrevista com o vereador Tarcísio Motta realizada em 03/07/2017)

Finalmente, um tema central para o partido: o enraizamento e a relação com as periferias. O partido que teve início com quadros parlamentares, nos seus 12 (doze) anos ainda procura formas de se conectar com a população de forma mais automática. O PSOL já ampliou sua votação, mas ainda tem dificuldades de articular o seu discurso e de encontrar canais com a população mais pobre. O vereador Brizola Neto entende que o partido precisa entender as reais necessidades do povo, e não colocar outras questões como as mais importantes.

É isso. Sendo bem franco e direto com você. A grande questão do PSOL aí, e ficou claro na eleição do Crivella e do Freixo, é justamente isso aí. Claro que a gente é a favor do movimento LGBT, é, a descriminalização da droga, do aborto. Isso tem que se discutir. É importante. Muito... mas, vamos aprofundar o que importa de fato. O cara tá na miséria. Como é que a gente vai trabalhar pra ele sair da miséria. Porque ele pode fumar maconha na Maré liberado, mas continuar na miséria. Não vai sair dali. Vai continuar sendo discriminado. Vai continuar amofinado na porta do barraco dele. Tapa na cara. Não vai ter emprego ou subemprego. Vai ser lavador de privada. Eu quero, justamente, tirar isso daí. Eu quero fazer emancipação econômica nas classes populares. Então, essa foi a grande diferença entre o Freixo com o Crivella. “Vou cuidar das pessoas”. Então, o Freixo não soube dialogar. Teve tudo. Nunca a esquerda de uma vez teve tudo pra ganhar a prefeitura. Não sei se esse “cavalo selado” vai passar novamente pra gente, como diria o Brizola. (Entrevista com o vereador Leonel Brizola Neto realizada em 21/06/2017)

O deputado Gláuber Braga caminha num sentido diferente do vereador Brizola Neto, entendendo que os espaços públicos precisam ser ocupados pela esquerda a fim de recuperar um canal de diálogo mais constante e participativo.

Eu não acredito numa vanguarda que substitua o protagonismo do agente da periferia, da pessoa que está lá. Essa formação e essa construção tem de se fazer lá, com atores, com representantes que tenham protagonismo dentro da sua comunidade, no seu espaço de vida. Eu acho que a gente tem uma tarefa, com o aparato que a gente tem, com os mandatos que a gente tem, com o pouco de estrutura partidária que a gente tem, a gente tem de ocupar um espaço que a Direita, não quer ocupar ou só ocupa ocasionalmente, que é o espaço público da praça, e da praça não só como espaço de transmissão das nossas ideias, mas como espaço de diálogo. Essa é uma tarefa, que se a gente tiver cada direção municipal do PSOL criando rotina de a cada semana de a gente estar aqui nessa praça para dialogar com os presentes. Já é um movimento completamente diferente que o PSOL faz. (Entrevista com o deputado federal Glauber Braga realizada em 03/07/2017)

Essas percepções e pontos de vistas distintos no partido contribuem para a tentativa de compreender a complexa organização do PSOL. São vários pontos que entrecruzam, ora com consensos e ora com dissensos. A política do partido parece ter como estrutura esse organismo fragmentado, com diversos olhares e com estratégias diversas. A pesquisa sobre o

PSOL, em todo o tempo, indicou esse ir e vir de conceitos e percepções, esse mosaico de entendimentos sobre a política.

### 3.4 Um epítome do PSOL nas eleições majoritárias

A dissidência parlamentar que deu vida ao PSOL em 2004, e oficialmente em 2005, indica que o novo partido pretendia disputar o Estado na mesma arena do partido que os elegeu. Como diz Maringoni (2014, pg. 138), “disputar o Estado significa disputar o centro do poder político e as regras dessa disputa”. Nesse sentido, a disputa pelo campo da esquerda seria com o petismo que dominava a cena política nacional com a vitória de Lula em 2002. Mesmo nascendo com parlamentares eleitos, um partido que pretendia se colocar à esquerda do PT, fazendo oposição ao modelo petista, iria encontrar obstáculos consideráveis em sua trajetória.

O PSOL chega em 2006 com uma base de sete deputados federais e dois senadores, mostrando uma presença considerável para um partido com pouco mais um ano. Mesmo diante dos escândalos do Mensalão que marcaram o primeiro governo Lula, a disputa do partido no pleito eleitoral de 2006 seria um tanto complexa, visto que a esquerda nacional girava em torno de Lula e o PT, e o próprio governo mostrava fôlego nos meses próximos as eleições. Reis (2007) relembra o efeito de políticas públicas que podem ter dado a sustentação no momento de crise:

[...] o Bolsa-Família, o crédito consignado, o aumento do salário mínimo em proporção maior que a inflação, a diminuição dos impostos sobre os gêneros da chamada cesta básica e também dos que incidiam sobre materiais de construção (cimento). Além disso, é preciso considerar a curva ascendente do emprego, formal e informal, propiciado pela retomada, embora modesta, do desenvolvimento econômico, e as políticas públicas de estímulo ao financiamento, adotadas nas áreas de cultura e da ciência e tecnologia, atenuando críticas e reivindicações das comunidades envolvidas. (REIS, 2007, pg. 20)

A mudança no perfil eleitoral do PT, demonstrada por uma saída robusta da classe média, eleitores históricos do partido, que foram substituídos pelas classes mais pobres (Samuels, 2008), explica um pouco a recuperação do partido e é justificativa para as dificuldades encontradas pelo PSOL nas eleições de 2006. Esses votos da classe média não migram para o novo partido, o PSOL, sobretudo devido a força do petismo e ao pouco espaço do novo partido. Singer (2010) define com clareza essa nova realidade do PT:

O partido começa a atrair uma porção significativa da enorme quantidade de eleitores situados nas duas camadas de renda mais baixas, as quais constituíam nada menos que 76% do eleitorado, segundo cálculos do Datafolha usados à época. Isso significa que, em 2002, o PT adquire nova feição. A maioria dos simpatizantes pertence, segundo o rendimento familiar, aos escalões inferiores. (SINGER, 2010, pg.96)

O PSOL enfrentaria sua primeira arena eleitoral nesse contexto, com os poucos recursos destinados a partidos recém-criados. O tempo para apresentação das propostas é mínimo, alguns segundos na televisão e rádio, deixando a disputa ainda mais difícil. Segundo o presidente do PSOL no Rio de Janeiro, Álvaro Neiva, a hegemonia do PT no período torna as dificuldades do partido ainda maiores, sobretudo na disputa pelo voto mais popular. Além disso, o PSOL é um partido que surge através de quadros parlamentares, e não a partir de um amplo movimento popular e com vários grupos da sociedade civil.

Tabela 26 - Desempenho eleitoral eleições majoritárias

Executivo Nacional e Estadual / Congresso Nacional				
Cargos	Anos das eleições			
	2003/2004/2005*	2006	2010	2014
Governador	0	0	0	0
Senador	1	1	2	1***
	(AL)		1(AP), 1(PA)	
	7	3	3	6**
Deputado Federal	1(PA), 2(SP), 1(RJ), 1(RS), 1(DF), 1(CE)	1(RJ), 1(SP) e 1(RS)	1(RJ), 1(SP) e 1(RS)	3(RJ) 2(SP) e 1(PA)
Deputado Estadual	4	3	4	12
		2(SP) 1(RJ)	2(RJ), 1(SP) e 1(PA)	5(RJ), 1(PE), 1(CE), 2(SP), 1(RS) e 2(AP)
* Anos que marcaram as expulsões do PT e saídas espontâneas de deputados para a formação do PSOL				
** Em 2014 foram eleitos 4 deputados federais. No ano de				
*** Em 2014 o Senado Federal substituiu 1/3 dos seus				

Fonte: Elaboração própria

A tabela 26 traduz o percurso do partido nas eleições para presidente, governadores, deputados federais e estaduais. Nas eleições de 2006, o partido perde mais da metade dos deputados estaduais com que iniciara o pleito. Dos sete deputados federais, apenas três são reeleitos. As deputadas Araceli Maria Pereira Lemos, do Pará, e Maninha, do Distrito Federal, e os deputados João Alfredo Telles, do Ceará, e Orlando Fantazzini, de São Paulo, não conseguem a reeleição. Na primeira legislatura do PSOL na disputa eleitoral, Chico Alencar (RJ), Luciana Genro (RS) e Ivan Valente (SP) conseguem garantir as cadeiras na Câmara Federal.

Para Deputados Estaduais a bancada sofre um pequeno revés, caindo de quatro deputados para três em 2006. O então deputado estadual Randolfe Rodrigues (AP) não consegue sua reeleição. O PSOL elege no Rio de Janeiro o deputado estadual Marcelo Freixo, que seria um dos protagonistas na cena política carioca.

Para as vagas do executivo estadual, o PSOL lança candidatos em 22 estados brasileiros, além de um candidato a vice-governador. Não obteve vitória para o cargo, mas teve alguns destaques, como Plínio de Arruda Sampaio, em São Paulo, Clécio Luiz, em Macapá, ficando inclusive a frente do candidato do PT, e, em Alagoas, Ricardo Barbosa.

No Senado o PSOL garantiu a manutenção de 1 (um) senador, pois o senador José Nery (PT) saiu do partido em direção ao PSOL. A senadora Heloísa Helena (AL), umas das mais importantes interlocutoras do partido, foi escolhida pelo PSOL para disputar as eleições presidenciais em 2006. Heloísa teve uma votação robusta, chegando em terceiro lugar com cerca de 6,6 milhões de votos, totalizando 6,85% dos votos válidos.

Tabela 27 – Destaque votação PSOL Heloísa Helena - Eleições 2006

Eleições Presidenciais 2006		
1. Lula - PT	46.662.365	48,61
2. Geraldo Alckmin - PSDB	39.968.369	41,64
3. Heloísa Helena - PSOL	6.575.393	6,85
4. Cristovam Buarque - FDT	2.538.844	2,64
5 - Ana Maria Rangel - PRP	126.404	0,13
6 - Jose Maria Eymael - PSDC	63.294	0,07

Fonte: Elaboração própria

O destaque para as eleições 2006 se deve ao fato do PSOL ganhar visibilidade nacional com a senadora Heloísa Helena (AL) na disputa presidencial. A senadora chegou à frente de nomes conhecidos da política, como o ex-governador do DF e ex-ministro do governo Lula, Cristovam Buarque do PDT. Heloísa sairia da disputa com grande cacife político, dona de milhões de votos e com capacidade de crescimento.

As eleições de 2010 servem nesse momento com um marco na trajetória do PSOL na arena eleitoral. A decisão de Heloísa Helena (AL) de se candidatar ao cargo de senadora por Alagoas era tida como um enorme erro estratégico. Heloísa tinha saído da campanha de 2006 fortalecida pelo volume de votos que recebera em todo o Brasil e que permitia ao PSOL acreditar em possíveis vitórias no futuro. Temer (2014) ressalta os impactos no partido:

Também não podemos deixar nos escaninhos do esquecimento os episódios com forte impacto destabilizador em nossas lutas. E nisso destaco a renúncia traumática de Heloísa Helena, até então nossa referência fundamental para uma campanha presidencial competitiva em 2010. Em 2009, por conta da excelente performance em 2006, Heloísa aparecia com destaque nas pesquisas de todos os institutos. Variava de 12 a 14% e tinha condições concretas de chegar ao segundo turno, no ano seguinte, excluindo desse embate a direita tradicional, que José Serra assumia. Lamentavelmente, as divergências internas – principalmente na discussão sobre o aborto – deram a ela a arma para a operação que já pretendia, de abandonar a candidatura à Presidência, priorizando uma disputa inviável, de resultados eleitorais e significado político, para o Senado, por Alagoas. Decisão brutalmente equivocada, contra a qual me coloquei de forma quase solitária no campo das tendências e de alguns independentes que se alinhavam internamente com Heloísa. (TEMER, 2014, pg.83)

Ainda segundo Temer (2014), o crescimento do PT e Lula no Nordeste apontavam um peso fundamental na disputa pelo senado. Renan Calheiros (PMDB) seria apoiado pelo presidente Lula e a disputa parecia difícil, além de frear a visibilidade e o crescimento nacional do PSOL:

Heloísa não cedeu. Preferiu o suicídio político, pelo menos em âmbito nacional, e se retirou de forma trágica da disputa. Trágica porque estimulou a inexpressiva candidatura de Marina Silva, então beirando os 3% nas pesquisas. Não a impulsionou apenas pela ausência na campanha de Plínio no âmbito nacional, mas por nunca desmentir de forma clara as insinuações de sua simpatia pessoal por Marina. Suicídio político, repito, porque liquidou uma candidatura presidencial que, já na sua primeira experiência, não hesitara em defender reformas estruturais radicais, apontando o socialismo como saída para o desenvolvimento sadio do gênero humano. E colocando no seu espaço político alguém que, dissimulada em imagem de esquerda por conta do passado petista, já era um braço auxiliar dos tucanos, como veio a se revelar de forma explícita na campanha por Aécio no segundo turno de 2014. (TEMER, 2014, pg. 84)

O que Temer (2014) apontava aconteceu. Heloísa Helena (AL) perde as eleições em 2010. Benedito Lira (PP) e Renan Calheiros (PMDB), ambos da base de apoio do governo Lula, saem vencedores em 2010 representando o estado de Alagoas.

A escolha de Heloísa Helena pela disputa ao senado representou a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio (SP), ex-deputado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1962 e pelo PT em 1986. A participação de Plínio foi maior que seu desempenho nas urnas. Muito irônico nos debates, Plínio conseguiu 886.000 mil votos, beirando a marca de 1% dos votos válidos chegando em quarto lugar na corrida presidencial vencida por Dilma Rousseff do PT. Para o PSOL a perda no número de votos foi bastante significativa. Nas pesquisas para a eleição de 2010, Heloísa Helena aparecia sempre com bons índices, ampliando os quase 7% da última campanha.

Apesar dessa perda nacional na campanha presidencial, o PSOL consegue ampliar o número de senadores, elegendo Randolfé Rodrigues pelo Amapá e Marinor Brito pelo Pará. Para o cargo de deputado federal o partido mantém os três deputados, garantindo as reeleições de Chico Alencar (RJ) e Ivan Valente (SP) e elegendo Jean Wyllys (RJ). Desde então o Rio de Janeiro manteve a maior bancada por estado do PSOL na Câmara Federal.

Em relação às disputas para o cargo de deputado estadual, a legenda cresceu, elegendo quatro deputados estaduais, sendo dois do Rio de Janeiro – Marcelo Freixo se reelegendo e Janira Rocha como primeiro mandato –, Carlos Gianazzi por São Paulo e Edmilson Rodrigues pelo Pará. Para o cargo de governador, o PSOL lança novamente candidatos próprios em 22 estados, mas não consegue ninguém para o executivo dos estados.

O marco do avanço de desempenho eleitoral para o PSOL é a eleição de 2014. Mesmo recuando no Senado, onde perdeu a vaga de Marinor Brito pela Lei da Ficha Limpa, o número de deputados federais dobra na nova legislatura. O destaque nesse pleito deve-se ao estado do Rio de Janeiro que elege três deputados federais, Chico Alencar e Jean Wyllys sendo reeleitos, e o novato Cabo Daciolo. Além desses, Ivan Valente (SP) é reeleito, e Edmilson Rodrigues (PA) se elege na região norte do país.

A eleição expressiva de Marcelo Freixo (RJ) para deputado estadual como o maior votado do estado, cerca de 350.000 mil votos, e o desempenho do candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Professor Tarcísio Motta, apontam para uma capilaridade distinta do PSOL no Rio de Janeiro. Tarcísio teve pouco mais de 717.000 mil votos, totalizando 8,92% dos votos válidos. Para ter uma ideia da dimensão desses números, o senador Lindbergh Farias (PT) detinha 5 vezes mais de tempo nos programas de TV e conseguiu pouco mais de 1% a mais do que o candidato do PSOL. É possível que os resultados de Marcelo Freixo, pela terceira vez eleito no Rio de Janeiro, tenham influenciado o crescimento do PSOL na eleição para governador. As eleições de Chico Alencar e Jean Wyllys com expressiva quantidade de

votos também compõem esse cenário de crescimento e consolidação do PSOL como uma força de oposição no Rio de Janeiro.

Outros resultados igualmente chamaram a atenção. No Amapá, o PSOL se coligou com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), de Camilo Capiberibe, somando forças na Frente Popular a Favor do Amapá com o PT e o PCdoB. O vice na chapa de Camilo era Rinaldo Martins do PSOL. O pleito foi para o 2º turno, mas foi derrotado pelo candidato do PDT, Waldez.

Na disputa pelos cargos de deputados estaduais o PSOL triplicou sua posição, passando de quatro para doze o número de deputados eleitos. Os eleitos se dividem em quatro regiões do país, com exceção da região centro-oeste, dando pistas de um enraizamento mais profundo pelo país. O Rio de Janeiro se coloca como grande eixo do PSOL para o Brasil, elegendo quatro deputados estaduais, representando a maior bancada de oposição ao governo do PMDB no estado. No ano de 2015 ganha a presença de Wanderson Nogueira, eleito pelo PSB, que deixa o partido e filia-se ao PSOL. A bancada agora seria de cinco deputados.

A eleição presidencial de 2014<sup>31</sup> possibilitou ao PSOL crescer frente à eleição de 2010. Luciana Genro (RS) foi a candidata do partido e obteve 1,55% dos votos válidos, que traduzido em números resulta em mais de 1 milhão e seiscentos mil votos em todo o país. Luciana ficou à frente do candidato Pastor Everaldo (PSC) que contava com o apoio dos evangélicos, de Eduardo Jorge (PV), além de outros candidatos de partidos de menor expressão. Luciana dobrava os votos conseguidos por Plínio na última eleição. O PSOL saiu fortalecido da eleição de 2014. Para o partido, os debates feitos por Luciana consolidaram a posição do PSOL em ser o partido à esquerda do PT no país.

#### 3.4.1 - Desempenho eleitoral – o crescimento do PSOL nas eleições municipais

Nas eleições municipais o primeiro pleito do PSOL foi em 2008. O partido lançou candidaturas em 22 capitais do país, conseguindo votos expressivos em algumas delas. Segundo os dados retirados do site do partido, “dos candidatos que disputaram o executivo nas capitais, os melhores resultados foram de Luciana Genro com 9,22%; de Renato Roseno com 5,67% em Fortaleza; de Martiniano com 4,88% em Goiânia; e Hilton com 3,94% em

---

<sup>31</sup> Ver em <http://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno/>

Salvador. Em outras cidades, destaca-se a votação de Paulo Eduardo, que obteve 8% em Niterói (RJ). O PSOL não obteve vitória para o executivo nas eleições de 2008”.

A eleição em todas as em regiões do país para vereador ressalta um importante passo para a oxigenação do partido. O PSOL saiu de vinte vereadores na sua fundação, para vinte e cinco em 2008. O partido elegeu vereadores em capitais importantes, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiânia, Macapá e Fortaleza, com o mais votado do município, além de Heloísa Helena em Alagoas, como a vereadora mais votada do país proporcionalmente.

Em algumas regiões o partido se coligou com outras forças políticas, inclusive de campos ideológicos distintos, como foi o caso de Macapá, onde o partido Democratas (DEM) fez parte da coligação. Essa relação gerou um profundo mal-estar no partido. Esse mal-estar das coligações se soma às contribuições de empresas privadas na eleição de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O apoio da Gerdau fez um enorme rebuliço no partido, uma vez que contribuições patronais são absolutamente proibidas no PSOL. O crescimento do partido nas cidades introduz alguns debates mais acirrados e promove discussões em torno do que pretende ser o PSOL.

As eleições de 2012 significam o maior crescimento entre os partidos políticos no país. O PSOL sai de vinte e cinco (25) para quarenta e nove (49) vereadores. O crescimento em percentuais é de 96%. Além disso, o PSOL elege seu primeiro prefeito numa capital, na cidade de Macapá (AP), com Clécio Luis. E na cidade de Itaocara (RJ), Gelsinho Gonzaga, ex-cortador de cana, é eleito como mais um vereador (no total de 11) na câmara da cidade. A primeira experiência no executivo será alvo de análise mais à frente.

Tabela 28 – Desempenho nas eleições municipais

Eleições Municipais - Desempenho PSOL				
Vereadores Eleitos por região do país	2004	2008	2012	2016
<b>Centro-Oeste</b>	3	3	1	2
<b>Norte</b>	5	7	10	7
<b>Nordeste</b>	1	2	11	10
<b>Sudeste</b>	6	7	23	25
<b>Sul</b>	5	6	4	9
<b>TOTAL</b>	20	25	49	53
Prefeitos eleitos por região do país	2004	2008	2012	2016
<b>Centro-Oeste</b>	X	X	X	X
<b>Norte</b>	X	X	1 - Prefeito de Macapá (AP) Capital do Estado	Candidato no 2º turno na capital - Belém
<b>Nordeste</b>	X	X	X	2 - Jaçana (RN) e Jaduís (RN)
<b>Sudeste</b>	X	X	1 - Itaocara (RJ)	Candidato no 2º turno na capital (RJ) e em Sorocaba (SP)
<b>Sul</b>	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria

Em 2012 o PSOL elegeu vereadores em onze (11) capitais de todas as regiões do país. A cidade do Rio de Janeiro surge como protagonista para o PSOL, pois cresce de forma imperativa, passando de um (1) vereador em 2008 para quatro (4) vereadores em 2012. A disputa pelo executivo da cidade teve como um dos protagonistas o candidato do PSOL, Marcelo Freixo, que disputou o controle da cidade com o então prefeito, Eduardo Paes (PMDB). Nessa eleição Freixo conseguiu aproximadamente 30% dos votos válidos, o que credenciaria ele e o PSOL como principal canal de oposição da cidade.

O vereador Tarcísio Motta (PSOL-RJ) explica que a campanha de Marcelo Freixo em 2012 simbolizou para ele e para o partido que o PSOL era um pouco mais de conjuntos de pessoas descontentes com os rumos do PT.

Eu costumo dizer que a campanha do Freixo em 2012 e, ao final dela, quando a gente vai pra Lapa depois do resultado da apuração, pela primeira vez eu sinto que o Psol é mais que um grupo de pessoas e que está firmando a sua raiz. É uma raiz firrada num setor que é a juventude, uma juventude claramente de classe média e universitária e é uma raiz. essa juventude classe média e universitária não é uma raiz que vai alimentar um partido socialista e de massas, mas foi a raiz para o Psol ser o que é. De 2012 até agora, quatro ou cinco anos depois, a gente pode dizer que o Psol está fazendo um esforço institucional de construir outras raízes, nas favelas, na Zona Oeste, uma tentativa de criar outras raízes está em curso. (Entrevista com vereador Tarcísio Motta realizada em 03/07/2017)

Nas últimas eleições de 2016, o partido continuou a rota de crescimento e ampliou o número de vereadores. Como ressalta Luís Araújo, presidente nacional do PSOL, as condições nesse processo eleitoral eram mais adversas:

No campo da esquerda, quem disputou em melhores condições e simbolismo do “novo” foi o PSOL. Mas seu potencial foi tremendamente diminuído pelas mudanças na legislação eleitoral que retiraram quase todas as suas candidaturas dos debates de rádio e TV, fizeram desaparecer seus programas no horário eleitoral gratuito, com apenas duas inserções que variavam entre dez e 15 segundos. Assim, candidatos que poderiam representar uma alternativa foram, na prática, excluídos do processo eleitoral. (ARAÚJO, 2016, pg. 10)

O PSOL ampliou sua base de vereadores em todo o país, conseguindo 53 vereadores frente os 49 da última eleição municipal de 2012. No Rio de Janeiro, viu a bancada crescer para 6 (seis) vereadores, obtendo ainda o 2º vereador mais votado da cidade, Prof. Tarcísio Motta. Em Niterói (RJ) os dois candidatos mais votados foram Talíria e Paulo Eduardo (PSOL). Outras cidades importantes no pleito de 2016 foram as capitais Belém (PA), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), onde o PSOL obteve a vereadora mais votada, o que para o partido é a materialização da participação das mulheres na política.

Apesar desse pouco tempo de TV e rádio e a ausência dos debates, Luciana Genro, em Porto Alegre (RS), conseguiu 12% dos votos, Elson Pereira, em Florianópolis (SC), chegou a 20% dos votos, quase indo ao segundo turno, e o Procurador Mauro, em Cuiabá (MT), obteve 24% dos votos válidos na capital. No estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói (RJ), o deputado estadual Flávio Serafini conseguiu 20% dos votos no primeiro turno, e, na cidade de Nova Friburgo (RJ), o deputado federal Gláuber Braga perdeu com pouca margem de diferença, chegando a 23,79% dos votos contra 28% do candidato eleito.

Em três cidades importantes o PSOL chegou ao segundo turno. No Rio de Janeiro (RJ), Marcelo Freixo conseguiu 40% dos votos e uma enorme mobilização de jovens na cidade por sua candidatura. Em Belém (PA), Edmilson Rodrigues perdeu por uma diferença de 35 mil votos, obtendo 48% dos votos válidos. Em Sorocaba (SP), o candidato Raul Marcelo obteve 41% dos votos válidos, com forte apoio da juventude na cidade.

O PSOL conseguiu ampliar sua participação na gestão de prefeituras. As duas cidades com prefeitos do PSOL são do Rio Grande do Norte. São duas cidades pequenas, Janduís (RN) e Jaçanã (RN). Na cidade de Janduís, o eleito era um antigo militante do PT, já eleito em 1989 como prefeito da cidade (um dos primeiros do PT). Na cidade de Jaçanã, o candidato eleito foi comemorado no PSOL, pois é o primeiro eleito LGBT.

Esses dados apresentados mostram com maior nitidez o crescimento do partido em números, por um lado, mas, por outro, suas dificuldades de consolidação no cenário político frente à posição que o PT ocupa desde os anos 1980. Segundo o vereador e presidente do PSOL Carioca, Tarcísio Motta, o PSOL entende que seu papel não é o de ser a única força de construção de um novo tipo de governo, mas sim o de participar desse processo com vários outros grupos e movimentos sociais que comunguem do mesmo ideal.

### 3.4.2 Cultura política nas eleições da cidade.

A primeira eleição direta pós-ditadura na cidade em 1986 elege o candidato Saturnino Braga do PDT, partido do governador Leonel Brizola (PDT - 1982-1986). A força política do PDT se mantém até o 2º mandato do governador Leonel Brizola (1991-1994). A Tabela 29 torna mais claro a distribuição dos ocupantes do cargo de prefeito e seus partidos.

Tabela 29 – Prefeitos e Governadores eleitos

Prefeitos Eleitos			Governadores eleitos		
Ano	Nome	Partido	Ano	Candidato	Partido
1986	Saturnino Braga	PDT	1983	Leonel Brizola	PDT
1989	Marcelo Allencar	PDT	1987	Moreira Franco	PMDB
1993	César Maia*	PMDB	1991	Leonel Brizola	PDT
1997	Luiz Paulo Conde	PFL	1995	Marcello Alencar*	PSDB
2000	César Maia*	PTB	1999	Anthony Garotinho	PDT
2004	César Maia*	DEM	2002	Rosinha Garotinho	PSB
2008	Eduardo Paes	PMDB	2006	Sérgio Cabral	PMDB
2012	Eduardo Paes	PMDB	2010	Sérgio Cabral	PMDB
2016	Marcelo Crivella	PPB	2014	Luis Fernando Pezão	PMDB

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisarmos a tabela 29 é possível apontar para uma disputa nítida entre os partidos PDT e PMDB. A força do governador Leonel Brizola na montagem de seu partido na década

de 1980 resulta tanto em sua eleição em 1982 quanto na de Saturnino Braga (PDT) e de Marcelo Allencar (PDT) nas eleições municipais de 1986 e 1989, respectivamente. Apesar da derrota de Darcy Ribeiro (PDT), professor e criador dos CIEPs no governo de Brizola, para Moreira Franco (PMDB), na eleição seguinte o governador se elege com imensa vantagem (61% dos votos válidos contra 17% do segundo colocado) frente ao segundo colocado, Jorge Bittar (PT).

A representação do brizolismo no Rio de Janeiro se mantém forte até o final da década de 1990, pois na cidade do Rio de Janeiro, César Maia (que foi eleito pelo PMDB) era um antigo quadro do PDT, incluindo sua participação no primeiro governo de Leonel Brizola como Secretário de Fazenda do Estado. Logo em seguida, César Maia (PDT) foi eleito deputado constituinte pelo partido, reelegendo-se em 1990. Se analisarmos a força de César Maia na cidade, é possível compreender a relação de força do PDT na cidade. César Maia mudou de partido pelo menos 4 vezes. César Maia mudou do PDT para o PMDB. No meio do 1º mandato como prefeito, filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL). Elegeu seu candidato Luiz Paulo Conde (PFL) e depois disputou a eleição de 2000 já filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Vencedor das eleições, Maia se reelege em 2004, mas volta ao PFL, que depois muda de nome para Democratas (DEM). Apesar das mudanças, a ligação histórica com o PDT constituiu a carreira de César Maia.

No âmbito das disputas eleitorais do estado, novamente o PDT garante uma participação efetiva. Vale a ressalva que, no período da década de 1980 até 1997, os mandatos do executivo não podiam participar da eleição seguinte, ou seja, não poderiam se candidatar à reeleição. Esse impedimento legal explica em parte a derrota do PDT depois do governo de Leonel Brizola (PDT) entre 1982-1986. Logo depois do governo de Moreira Franco (PMDB), Brizola retorna ao governo e exerce seu mandato entre os anos de 1991 e 1994. A sequência pós Brizola também é interessante. Marcelo Allencar (PSDB) é eleito como o mandato seguinte, entretanto novamente a trajetória política é relevante na análise. Marcelo Allencar já fora prefeito da cidade entre os anos 1989-1993 pelo PDT. Allencar era mais um que se formou na política fluminense a partir das relações com Leonel de Moura Brizola. Apesar da mudança de partido, os caminhos políticos de Marcelo Allencar trazem consigo as marcas do brizolismo na cidade.

A presença dos herdeiros de Brizola no Rio de Janeiro continua com a eleição do então prefeito da cidade de Campos (RJ), Anthony Garotinho (PDT). A eleição de Garotinho (PDT) trouxe de novo a marca do brizolismo, pois o político se apresentava como um herdeiro do ex-governador. As eleições de 1998 seriam um marco nas relações do PT no Rio

de Janeiro. As articulações para a eleição de Garotinho tiveram uma intensa movimentação de Leonel Brizola (PDT) e sua candidatura para vice-presidente de Lula (PT) no mesmo ano. Mais à frente, a relação das oposições no Rio de Janeiro será objeto de análise.

Anthony Garotinho (PDT) disputa as eleições presidenciais de 2002, por isso deixa como candidata nas eleições estaduais do Rio de Janeiro sua esposa Rosinha Garotinho, filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). A candidatura de Rosinha é uma saída para manutenção de poder de Garotinho. Rosinha disputaria sua primeira eleição com a marca de ser a esposa do governador. Em processo interno, o PDT recusara a indicação de Rosinha, o que aponta para o rompimento da família Garotinho com o partido. Rosinha se candidata pelo PSB e se elege para o mandato de 2003-2006. As disputas eleitorais com as marcas do brizolismo no Rio de Janeiro têm uma pausa, de alguma maneira, nessa eleição. Leonel de Moura Brizola morre em 2004, o que representa um duro golpe no PDT. Nas próximas eleições do estado, o PMDB vai comandar a arena política, garantindo as vitórias de Sérgio Cabral (PMDB), em dois mandatos, e sua sequência com a eleição de Luís Fernando Pezão (PMDB).

Essa breve análise das forças políticas é central para a compreensão do surgimento do PSOL nesse contexto e de como o partido, a partir desse processo histórico, construiu suas bases como partido de oposição na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Atualmente a bancada do PSOL tem um peso grande devido aos parlamentares do Rio de Janeiro.

Tabela 30 - Base Parlamentar – Rio de Janeiro

<b>Perfil Parlamentares do Rio de Janeiro</b>				
<b>Parlamentares</b>	<b>Cargo eletivo</b>	<b>Mandatos no cargo / pelo partido</b>	<b>ano de filiação</b>	<b>Origem</b>
Chico Alencar	Deputado federal	3º mandato	2005	PT
Jean Wyllys	Deputado federal	2º mandato	2010	
Gláuber Braga	Deputado federal	Eleito por outro partido	2015	PSB
Marcelo Freixo	Deputado estadual	3º mandato	2006	PT
Flávio Serafini	Deputado estadual	1º mandato	2007	
Eliomar Coelho	Deputado estadual	1º mandato	2005	PT
Wanderson Nogueira	Deputado estadual	Eleito por outro partido	2016	PSB
Paulo Ramos*	Deputado estadual	1º mandato	2013	PDT
Tarcísio Motta	Vereador	1º mandato	2006	PT
Marielle Franco	Vereadora	1º mandato	2007	PT
David Miranda	Vereador	1º mandato	2012	
Brizola Neto	Vereador	1º mandato	2015	PDT
Paulo Pinheiro	Vereador	2º mandato	2011	PPS
Renato Cinco	Vereador	2º mandato	2004	PT
<b>O deputado estadual Paulo Ramos foi afastado do partido em 17/11/2017.</b>				

Fonte: Elaboração própria

### 3.4.3 O espaço dos partidos de esquerda e de oposição no Rio de Janeiro e a força do Brizolismo: PDT, PT e PSOL

O campo dos partidos de esquerda e de oposição na cidade precisam de observação mais refinada. Como já dito acima, o PDT teve importante participação na política fluminense desde a sua criação na década de 1980. O maior símbolo do partido e um de seus fundadores, Leonel Brizola, desempenhou importante papel na formação de quadros para o município e para o estado do Rio de Janeiro. Mesmo depois de perder fôlego, sobretudo depois das eleições de 1998, quando se aliou ao PT de Lula e saiu como candidato a vice-presidente, Brizola e o PDT são imprescindíveis na organização das forças políticas do Rio de Janeiro como um todo. Do mesmo modo, falar em partidos de oposição e de esquerda no Rio é

relacionar obrigatoriamente o PT como força política. A tabela 31 a seguir descreve um pouco desses espaços de disputa na cidade.

Tabela 31 – Disputas eleitorais para Prefeito da cidade: participação e desempenho de PT, PDT e PSOL

A atuação do PT, PDT e PSOL no Rio de Janeiro			
Cidade do Rio de Janeiro - Candidaturas a Prefeito			
Ano	PT	PDT	PSOL
1988	17,51% dos votos - Jorge Bittar	31,65% dos votos - Marcelo Allencar	
1992 1º turno	32,94% dos votos - Benedita da Silva	18,43% dos votos - Cidinha Campos	
1992 2º turno	48,11% dos votos - Benedita da Silva	Derrotada por César Maia - PMDB	
1996	21,7% dos votos - Chico Alencar	8,6% dos votos - Miro Teixeira	
2000	22% dos votos - Benedita da Silva	9,1% dos votos - Leonel Brizola	
2004	6,3% dos votos - Jorge Bittar	1,4% dos votos - Nilo Batista	
2008	4,9% dos votos - Alessandro Molon	1,80% dos votos - Paulo Ramos	1,81% dos votos - Chico Alencar
2012	PT sem majoritário coligado com PMDB - candidato a Vice do PT - Eduardo Paes	PDT sem majoritário coligado com o PMDB - Eduardo Paes	28,15% dos votos - Marcelo Freixo
2016	PT sem majoritário coligado com o PCdoB - candidato a vice do PT - Jandira Feghali	PDT sem majoritário coligado com o PMDB - candidata a vice -Cidinha Campos do PDT - Eduardo Paes	1º turno - 18,26% dos votos - Marcelo Freixo e 2º turno - 40,56% dos votos - Marcelo Freixo

Fonte: Elaboração própria

O maior partido de oposição da cidade até o início dos anos 2000 foi o PT. Mesmo sem eleger um candidato a prefeito pela cidade desde sua fundação em 1980, o PT disputou eleições apresentando bom desempenho, em alguns casos mostrando capacidade de vencer o

pleito eleitoral. As relações com o PDT são importantes para mostrar a musculatura do PT na arena eleitoral carioca, apesar da força do brizolismo. E para fins de inserir o PSOL no contexto político da cidade, a tabela 31 mostra com nitidez o papel que o partido ocupa a partir de sua segunda participação.

A primeira eleição direta na cidade pós-ditadura foi em 1988. Nessa disputa, o candidato Marcelo Allencar (PDT) vence a eleição. Jorge Bittar (PT) consegue 17,51% dos votos válidos, já demonstrando a disposição do partido na disputa das grandes cidades do Brasil.

Da eleição de 1988 até a eleição de 2012, ou seja, no espaço de cinco eleições, o PT vai se constituindo na cidade do Rio de Janeiro como principal partido de esquerda. O desempenho eleitoral do PT não chegou a levar o partido ao poder no município, mas garantiu em todos esses pleitos um melhor desempenho em relação ao PDT. O destaque dessas eleições é para o ano de 1992, quando Benedita da Silva chegou ao 2º turno, totalizando 48,11% dos votos válidos.

A perda de força do PT é flagrada na eleição de 2004, quando Jorge Bittar (PT) consegue somente 6,3% dos votos válidos na cidade, um resultado que apresenta uma queda acentuada do partido. As intervenções de 1998 da Executiva e o governo de oito meses de Benedita da Silva<sup>32</sup> (depois da saída de Garotinho para a disputa presidencial em 2002) com diversos problemas financeiros e de segurança pública são indícios dessa queda em 2004. Não está descartado o desgaste da imagem de algumas lideranças do PT do Rio que se alternavam nessa disputa, como Jorge Bittar, por exemplo.

As eleições de 2012 já possuem uma outra correlação de forças na cidade. Com o destaque do deputado Marcelo Freixo, o PSOL ocupa o lugar de partido de esquerda e de oposição na cidade. Freixo (PSOL), apesar de uma campanha sem visibilidade, sobretudo devido ao tempo de TV e rádio de poucos segundos, tem uma mobilização na cidade, com os limites reais do partido, pela sua candidatura.

Esse protagonismo no campo das oposições se consolidaria na eleição de 2016, quando mais uma vez Marcelo Freixo (PSOL) se destacou e disputou o 2º turno das eleições com o candidato Marcelo Crivella (PRB). Freixo chegou em 2º colocado no primeiro turno, a frente do candidato de situação, Pedro Paulo (PMDB), indicado pelo prefeito Eduardo Paes (PMDB). A disputa mexeu com a cidade. Freixo conseguiu 40,56% dos votos válidos, cerca

---

<sup>32</sup> Ver mais em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>

de 1 milhão e 300 mil votos. Para um partido novo como o PSOL, e com recursos muito limitados, é um enorme feito.

As eleições municipais de 2012 servem como marco para o PSOL devido a eleição do primeiro prefeito do partido, Gelsimar Gonzaga, ex-cortador de cana, em Itaocara (RJ), município do Noroeste Fluminense. A experiência no executivo foi traumática para o PSOL. Gelsimar se elegeu com apenas um (1) vereador de seu partido, no total de 11 vereadores na Câmara Municipal da cidade. A cidade pequena e com reduzidos recursos viveu o mandato de Gelsinho com diversos embates políticos<sup>33</sup>. Segundo o partido, Gelsinho foi vítima de sabotagem em seu governo<sup>34</sup>. Foram inúmeras as disputas jurídicas, ora impedindo e afastando o prefeito de gerir a cidade, ora o recolocando no cargo. Na disputa eleitoral de 2016, a candidatura de Gelsinho foi impugnada, deixando-o inelegível por oito anos<sup>35</sup>.

Tabela 32 - Disputas eleitorais para Governador do Estado do Rio de Janeiro: participação e desempenho de PT, PDT e PSOL

A atuação do PT, PDT e PSOL no Rio de Janeiro			
Estado do Rio de Janeiro - Candidaturas a Governador			
Ano	PT	PDT	PSOL
1983	3,05% dos votos - Lysâneas Macial	34,17% dos votos - Leonel Brizola eleito	
1987	8,57% dos votos - Fernando Gabeira	35,88% dos votos - Darcy Ribeiro	
1991	17,8% dos votos - Jorge Bittar	61% dos votos - Leonel Brizola eleito	
1995	10,73% dos votos - Jorge Bittar	30,38% dos votos - Anthony Garotinho	
1999	Candidata coligada com o PDT - vice- governadora Benedita da Silva	46,9% dos votos - Anthony Garotinho eleito	
2002	24,4% dos votos - Benedita da Silva	14,3% dos votos - Jorge Roberto Silveira	
2006	7,6% dos votos - Vladimir Palmeira	1,52% dos votos - Carlos Lupi	1,44% dos votos - Milton Temer
2010	Coligado com o PMDB, sem candidato ao cargo	Coligado ao PMDB, sem candidato ao cargo	1,67% dos votos - Jefferson Moura
2014	10% dos votos - Lindbergh Farias	Sem coligação e sem candidato	8,92% dos votos - Tarcísio Motta

Fonte: Elaboração própria

<sup>33</sup> Ver mais em <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2016/02/justica-suspende-cassacao-e-prefeito-de-itaocara-rj-fica-no-cargo.html>

<sup>34</sup> <http://www.psol50.org.br/blog/2016/02/24/juiz-anula-decisao-da-camara-de-itaocara-e-determina-que-gelsimar-reassuma-o-cargo-de-prefeito/>

<sup>35</sup> Ver em <http://www.sfnoticias.com.br/prefeito-de-itaocara-tem-candidatura-a-reeleicao-impugnada-e-fica-inelegivel-por-oito-anos>

Na trajetória das disputas estaduais, o PDT consegue se manter na dianteira em comparação com o PT. A tabela 32 esmiúça de maneira bem nítida essa relação de força entre os partidos e suas influências. Da eleição de 1983 com a vitória de Brizola (PDT) à eleição de Anthony Garotinho (PDT) em 1999, o PDT se manteve com forte influência no estado e com vitórias expressivas. Enquanto na cidade o PT se tornava maior que o PDT, no estado o PDT ainda mantinha a preponderância, inclusive com a participação da petista Benedita na chapa de Garotinho (PDT) em 1998.

Quanto ao PSOL, a participação na disputa para o cargo de governador ganha expressão com a participação do Prof. Tarcísio Motta (PSOL). A campanha ganhou destaque com a participação do candidato nos debates, o que resultou no crescimento de sua candidatura na reta final da campanha. Um dos números que chamam a atenção em 2016 é justamente a proximidade dos números entre o candidato do PT, Lindbergh Farias (10%), e do PSOL, Tarcísio Motta (8,92%), apesar das diferenças substanciais nos recursos financeiros e nos recursos de comunicação, como os tempos de cada uma das campanhas (O PT possuía 5 minutos na TV contra 1 minuto do PSOL).

#### 3.4.4 PSOL no Legislativo – As eleições nas capitais

O PSOL hoje se organiza a partir do legislativo e é um partido com referência neste âmbito. O surgimento a partir do parlamento indica uma possibilidade de crescimento, sobretudo no Rio, onde já em 2006 o partido elegia quadros novos. Nas instâncias municipal e estadual do Rio de Janeiro, o PSOL possui na atualidade bancadas importantes, tanto em número como em atuação.

Em comparação com outras capitais no Brasil, o Rio de Janeiro desponta como a maior base parlamentar do partido, chegando a seis vereadores na cidade. A tabela 33 demonstra em perspectiva a importância da cidade para a consolidação do partido enquanto protagonista da cena política carioca.

Tabela 33 - PSOL no Legislativo: comparação da base parlamentar do Rio de Janeiro

PSOL NO LEGISLATIVO		
BANCADAS DO PSOL	CAPITAL	Número de eleitos nas câmaras municipais
2008	Macapá	1
	Fortaleza	1
	Porto Alegre	1
	Rio de Janeiro	1
	Goiânia	1
	Alagoas	1
2012	Alagoas	2
	Macapá	2
	Salvador	1
	Fortaleza	2
	Goiânia	1
	<b>Belém</b>	<b>4</b>
	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>4</b>
	Natal	2
	Porto Alegre	2
	Florianópolis	1
São Paulo	1	
2016	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>6</b>
	<b>Belém</b>	<b>3</b>
	<b>Porto Alegre</b>	<b>3</b>
	São Paulo	2
	Natal	1
	Alagoas	1
	Goiânia	1
	Fortaleza	2
	Salvador	1
	Macapá	1
	Belo Horizonte	2
<b>Florianópolis</b>	<b>3</b>	

Fonte: Elaboração própria

Somente a cidade de Belém, em 2012, detinha o mesmo número de vereadores que o Rio de Janeiro. Quando se analisa 2016, a diferença fica ainda maior, pois no Rio de Janeiro (RJ) a base salta para seis vereadores, enquanto Belém (PA) perde um em sua Câmara Municipal. Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) apresentam crescimento na perspectiva de 2008 a 2016.

A base parlamentar do PSOL nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados também destaca o estado do Rio de Janeiro. Desde que surgiu, o Rio de Janeiro é o estado que mantém parlamentares nas três instâncias do Legislativo. Além disso apresenta

crescimento contínuo na projeção das eleições. A tabela 34 abaixo sublinha a importância do Rio de Janeiro para o partido.

Tabela 34 - Bancadas do PSOL nos Estados e na Câmara Federal

PSOL NO LEGISLATIVO			
BANCADAS DO PSOL	ESTADOS	Número de deputados estaduais eleitos nas Assembleias Legislativas	Número de Deputados Federais eleitos por Estado
2006	Rio de Janeiro	1	1
	São Paulo	1	1
	Rio Grande do Sul	1	1
2010	Pará	1	1
	Rio de Janeiro	1	2
	São Paulo	1	1
2014	Amapá	2	x
	Ceará	1	
	Pernambuco	1	
	Rio de Janeiro	5	3
	Rio Grande do Sul	1	
	Pará	x	1
	São Paulo	2	2

Fonte: Elaboração própria

Diante desses quadros apresentados que substanciam a análise sobre o partido, as investigações sobre as ações no Rio de Janeiro são justificadas. Os números reforçam a lógica de ocupação crescente do partido no campo da oposição na cidade e no estado.

Esse esforço em levantar o desempenho eleitoral da cidade e do estado, como forma de embasar uma referência, é válido, mas não representa a expressão real de votos do partido. Isto se deve à migração de parlamentares de outros partidos. Na câmara de vereadores, Leonel Brizola Neto, eleito pelo PDT, chegou em 2015, e na assembleia legislativa, chegara ao PSOL o deputado estadual Paulo Ramos (PDT) e o deputado estadual Wanderson Nogueira (PSB).

Esse movimento de migração não expressa fragilidade do PSOL, mas precisa ser analisado com mais cuidado em relação ao desempenho eleitoral, objeto de análise aqui. A escolha de parlamentares de outros partidos pelo PSOL também pode representar uma posição de destaque do partido e possibilidades maiores de reeleição.

### 3.5 A formação das Bases do partido no Rio de Janeiro

A organização de base do PSOL possui uma clara referência com a organização dos partidos de massa. No Brasil, a experiência de partido de massa tem como parâmetro o PT. A participação dos militantes é intensamente ligada à participação dos núcleos de base. De acordo com o estatuto do partido, os filiados são obrigados a participarem de pelo menos um núcleo de base. Assim como no PT, a dinâmica dos núcleos de base tem como objetivo envolver o militante nas atividades do partido, criando assim uma relação de pertencimento na organização de todas as atividades internas. Outra questão importante que envolve os núcleos é a capacitação de militantes e um estreitamento das ações do partido nos locais onde os mesmos se desenvolvem.

Espalhados pelas cidades, os núcleos podem ser criados por poucos militantes (a partir de três). A ideia é que se construa um espaço de discussão permanente do militante e das políticas do partido. Segundo a descrição no site do partido, os núcleos “podem ser formados tanto por área de atuação quanto por local de trabalho, estudo ou moradia”.

Um dos eixos importantes na ação dos núcleos diz respeito a formação dos militantes. Nesse sentido, a organização por áreas geográficas da cidade contribui para um processo de formação que seja mais acessível ao conjunto dos filiados do partido. Todavia, essa formação ainda é muito tímida. Não existe um planejamento de formação para os núcleos. Consegui visitar 4 (quatro) núcleos, sendo 2 (dois) na cidade do Rio de Janeiro e 2 (dois) na Baixada Fluminense, mais especificamente nas cidades de Mesquita e Nova Iguaçu. A visita aos núcleos foi importante, não só para entender como funcionavam, mas para perceber que novos núcleos estão em formação. O partido começa a tentar sair dos centros para as periferias da cidade. Em Nova Iguaçu um núcleo está tentando ser formado em Santa Rita e Corumbá, bairros distantes do centro.

O militante Gabriel, responsável pelo núcleo do Largo do Machado (RJ), explicou a lógica de funcionamento do núcleo. Normalmente a reunião é mensal. O número de militantes que circulam nessas reuniões varia de 20 a 25 militantes orgânicos, aqueles que atuam de forma efetiva no partido. Nas reuniões em períodos eleitorais, o grupo que frequenta o núcleo é bem maior, justamente pela participação de simpatizantes. Além disso, nesses períodos, os núcleos se transformam em comitês eleitorais, o que garante uma circulação muito além da militância orgânica.

Segundo o vereador Tarcísio, os espaços de formação, mesmo que ainda muito tímidos, melhoraram substancialmente a partir de 2013, ano em que o PSOL da cidade ganhou uma organização e começou a existir como tal. Nesse processo, mais formações vêm acontecendo, e existe um incentivo para criação de mais núcleos, o que permitiu ao partido estar mais presente nas zonas norte e oeste da cidade.

É fruto um pouco dessa gestão atual do PSOL municipal e estadual apostar na questão da nucleação e da formação. Isso faz parte dessa gestão de que eram coisas que nós precisávamos apostar. Do ponto de vista da nucleação, a formação do Se a Cidade Fosse Nossa, dos Comitês de Campanha, que aconteceu em 2012 e mais em 2016. Essa questão foi um acerto. No segundo ponto de formação teve a iniciativa de formar uma revista do PSOL Carioca, chamada Compartilhe, que saíram três ou quatro números, mas é muito sazonal e não está sistemático. Da mesma forma a formação. Há pelo menos quatro anos nós estamos fazendo cursos anuais de formação, organizados pelo PSOL carioca, que às vezes acontecem de acordo com a disponibilidade das pessoas. Já fizemos em formato de cineclubes e agora estamos fazendo territorializado. Fizemos em Campo Grande, na Zona Oeste e vamos fazer nas favelas. São as nossas iniciativas disso. O PSOL tem uma Fundação, que faz a Revista Nacional, que em tese deveria colaborar mais com isso. Mas a gente espera agora no segundo semestre de 2017 e no primeiro de 2018, fazer um processo de construção programática que seja também um processo de formação. [...] Os processos de formação, por exemplo, dependem de trabalho voluntário, tudo depende da militância. Essa é uma coisa que a gente não resolveu, um déficit organizativo. Mesmo esse Psol do Rio de Janeiro que é grande em sua expressão, importante na sua expressão social, ainda é pequeno do ponto de vista de sua estrutura partidária. Ele cresceu do ponto de vista de sua penetração territorial, ele está firmando raízes em outros lugares, ele tem núcleos. Mas do ponto de vista de sua estrutura física, dinheiro, administrativa, ele é muito aquém do que precisa e é um problema que a gente não resolveu (Entrevista com o vereador Tarcísio Motta realizada em 03/07/2017)

Um dos problemas específicos do PSOL na organização de tais núcleos era o acompanhamento das formações e das dinâmicas de atividades realizadas. Segundo o Presidente estadual do PSOL, Álvaro Neiva, o fortalecimento dos núcleos e suas atividades contínuas é central para o desenvolvimento do partido. Para Álvaro é importante reverberar as discussões dos núcleos em todo o partido, reforçando o plano de autonomia descrito no estatuto do partido. A realidade dessa dinâmica ainda é amadora e não parece planejada. Voluntários preparam algum tipo de discussão, numa espécie de aula, e levam para um núcleo. Mesmo sendo importante a ativação desse espaço, a formação ainda não tem uma linha definida.

O Diretório Municipal tem tido uma política de formação bem interessante, permanente. Não dá pra dizer que quem participou desse processo está formado politicamente, conhece o Marxismo. São pequenos módulos. Não tem material, a gente já fez vários modelos. A gente começou a fazer cursos de verão, livres. Cada um podia oferecer sobre feminismo, sobre Lukács, sobre qualquer coisa. Depois a gente fez um de Marxismo, Introdução ao Marxismo, com módulos. Já fizemos de pautas de opressões. A gente já fez vários formatos no tempo de trinta dias. (Entrevista com o presidente estadual do PSOL Álvaro Neiva 2015-2017 em 26/06/2017)

Mesmo diante desse cenário, Álvaro Neiva entende que a realidade do diretório municipal é muito mais estruturada do que na maioria dos locais que já visitou. A organização no Rio de Janeiro tem muito a ver com a necessidade que o partido precisa pelo tamanho de sua bancada.

O Psol do município do Rio é o melhor do país, modéstia à parte. Seja do ponto de vista da base social, da base parlamentar, em ser de fato reconhecido como uma expressão política, seja do ponto de vista da capacidade organizativa. O Psol tem muito filiado que não tem vida orgânica nesse Brasilzão. Quando se pretende ser um partido amplo é uma coisa comum. Não é como o PSTU ou PCB. O Psol tem um modelo mais parecido com o PT, mais aberto, mas a gente quer que as pessoas tenham organicidade. (Entrevista com o presidente estadual do PSOL Álvaro Neiva 2015-2017 em 26/06/2017)

Para que as questões dos núcleos se tornassem eixos de atuação, o PSOL do Rio de Janeiro criou uma instância estadual de núcleos, chamada Internúcleos. Esse espaço seria a forma encontrada pelo partido a fim de garantir uma discussão mais ampla das ações e a troca de experiências entre todos os núcleos do partido. Além disso, esse espaço planeja ações externas do partido, garantindo a representação dos núcleos nesses eventos.

A internúcleos ela é uma instância do partido, que organiza ações coletivas dos núcleos, é uma instância do partido onde todos os núcleos da cidade se reúnem para atacar política, sendo ações internas, estratégias de atuação, como ações coletivas para fora. (Entrevista com Gabriel realizada em 08 de agosto de 2017)

No Rio de Janeiro existem núcleos organizados em várias regiões do Estado. Somente na cidade são cerca de 24 núcleos, sendo que, deste total, 14 (catorze) estão em funcionamento na zona oeste da cidade. Segundo Álvaro Neiva, o PSOL saiu de 2 (dois) núcleos em 2012 para 9 (nove) em 2016 na zona oeste, e hoje já somam os 14(catorze) citados acima. Aliás, essa é uma estratégia do partido, ou seja, estar mais presente nas zonas norte e oeste, com formações e com núcleos, a fim de garantir um maior diálogo com a periferia do Rio. A nova executiva que começou a trabalhar em 2018 pretende fazer um acompanhamento mais de perto dos nucleamentos, a fim de organizar melhor o partido, pois tudo ainda é muito disperso, funcionando autonomamente.

É importante destacar a cidade de Niterói nessa relação de ampliação do partido e do número de núcleos. Niterói elegeu a vereadora Talíria do PSOL como a mais votada da cidade e ainda conta com outro vereador, Paulo Eduardo Gomes. Essa relação com o partido aponta para um número considerável de núcleos. Segundo o site do partido, Niterói e região possuem 11 (onze) núcleos.

Da organização dos núcleos e suas discussões surgem novas instâncias do partido mais específicas, as chamadas Setoriais. O Estatuto organiza os setoriais a partir da Secretaria de Movimentos Sociais, garantindo representatividade nos coletivos municipais, estaduais e

federal. A participação dos setoriais não exclui a participação nos núcleos. Os filiados podem participar em ambas as instâncias. A ideia primária da organização dos Setoriais é aproximar o partido de movimentos sociais que atuam de forma específica em cada uma das agendas.

Art. 65 – Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Art. 66 – Os Setoriais se organizarão em âmbito municipal, estadual ou nacional, inclusive no que diz respeito ao seu funcionamento interno, mediante referendo das instâncias de direção correspondentes e/ou do Diretório Nacional.

Art. 67 – Os Setoriais estarão vinculados à Secretaria de Movimentos Sociais e será constituído um coletivo composto dos titulares desta Secretaria e pelos representantes públicos dos coletivos nacionais dos setoriais, eleitos nos respectivos encontros nacionais. (PSOL, 2010)

Os Setoriais para o PSOL tornam-se centrais na identificação do partido, como instância de luta para os movimentos sociais. O estabelecimento de vínculos dos Setoriais com os representantes de movimentos sociais é importante para o partido, pois segundo o presidente do PSOL Carioca, vereador Tarcísio Motta, a luta contra as opressões em relação às minorias está inserida nos objetivos do partido.

A definição das políticas para fora do partido com os movimentos sociais e com alguns coletivos tem relação com os setoriais. São eles que emitem a posição do partido a partir de uma temática mais específica. Como o PSOL entende ser as pautas identitárias a política do partido, os setoriais funcionam como vetores nesse processo de mobilização.

Tabela 35 - Divisão em setores atuantes PSOL Rio de Janeiro

<b>Setoriais atuantes no PSOL Rio de Janeiro</b>
Setorial LGBTs
Setorial Política sobre drogas
Setorial Favelas
Setorial Diversidade religiosa
Setorial Cultural
Setorial Mulheres
Setorial Sindical

Fonte: Elaboração própria

A participação de parlamentares nessas agendas dos setoriais demonstram a sua importância. Durante o acompanhamento dos Congressos, a maioria dos setoriais do Rio de Janeiro tem participação de assessores do deputado federal Jean Wyllys. Com exceção do setorial sindical, que ainda está em construção, e do setorial de favelas, liderado pelo mandato da vereadora Marielle Franco, todas os demais possuem uma participação efetiva do mandato

de Jean Wyllys. Essa relação estreita com as pautas dos setoriais possui uma conexão direta com a proximidade de movimentos sociais importantes para o partido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do PSOL como objetivo de pesquisa foi permeada de interrogações, em especial sobre a relevância do partido no cenário político nacional. É bem verdade que se trata de um partido pequeno, com sua história conectada a um dos partidos que mais foram investigados nas ciências políticas do país, o PT, e com diversas semelhanças com rupturas e dissidências entre os partidos que compõem o espectro ideológico de esquerda no Brasil. De certo, a pesquisa poderia encontrar um terreno árido, de poucas oportunidades no campo das ciências sociais e políticas. Porém, havia uma ideia de que a partir do PSOL seria possível discutir conceitos, encontrar caminhos diferentes e, de alguma forma, contribuir para a pesquisa sobre partidos políticos no Brasil. Venceu a última opção.

O Rio de Janeiro foi o cenário da pesquisa. Além do desempenho importante do PSOL nas últimas eleições na cidade, os parlamentares têm conseguido atuar como atores reconhecidos no campo de oposição. O deputado estadual Marcelo Freixo coordena esse protagonismo, dando maior visibilidade ao partido. É do estado que surge também o maior número de deputados federais do partido, somando 3 (três) com a chegada de Gláuber Braga em 2015. Essa composição do PSOL do Rio de Janeiro com a história política da cidade foi relevante para a construção da pesquisa. Os arranjos políticos do Rio de Janeiro possuem uma história ímpar no país, sobretudo em relação ao campo de esquerda, e uma constituição de tantas lideranças que transbordaram os limites do estado. O PSOL do Rio de Janeiro deu sequência a essa história.

O levantamento das teorias sobre os partidos políticos e a forma como se organizavam interna e externamente, as categorias criadas e as discussões entre ambas, a institucionalização das organizações e as transformações por que passaram em pouco mais de 1(um) século possibilitaram entender o PSOL como um partido que caminha numa linha tênue entre a reprodução de modelos e a construção do novo. Seu surgimento a partir de uma ruptura de parlamentares e a trajetória legislativa dos seus 12 (doze) anos deixam pistas desses limites.

As experiências no campo do executivo não podem ser ainda analisadas como um modelo, visto serem ainda muito reduzidas (apenas uma capital, Macapá, e sem terminar o mandato no partido). Somando isso ao fato de o partido começar a partir de quadros parlamentares, percebe-se a pequena aderência de bases populares, o que permite concluir inicialmente que o PSOL não possui características muito marcantes dos partidos de esquerda

mais tradicionais. Por outro lado, o partido tem ampliado significativamente sua base de filiados e tem atuado como parte de um conjunto de mobilizações populares e movimentos sociais, buscando a construção de bases originais. Portanto, o PSOL é um partido que faz um movimento oposto de um partido de esquerda: nasce com parlamentares, para depois encontrar os movimentos sociais e construir bases populares.

Durante a pesquisa foi possível entender que o PSOL abriga uma série de tendências, em que muitas delas possuem conexões internacionais, o que em tese explica, em alguns momentos, pertencerem mais às suas organizações internacionais do que ao partido. A alta fragmentação interna dificulta a orientação de uma unidade partidária, criando por vezes dificuldades nas ações políticas “para fora”. Essa relação tende a ser diminuída devido ao controle de uma tendência (ou um campo político) no partido, a Ação Popular Socialista – corrente comunista (APS-CC), e ao peso de parlamentares que se unem no campo dos independentes do partido.

Há 8 (oito) anos o PSOL é comandado pela APS, que depois de algumas rupturas se define hoje como APS-CC. Esse grupo, que ainda não é hegemônico, devido justamente ao grande número de tendências e arranjos internos, orienta o partido para um campo mais moderado, entendendo duas questões importantes: o crescimento do partido e sua trajetória como protagonista no campo das esquerdas; e a sobrevivência, questão mais pragmática, devido às modificações da nova cláusula de barreira. Internamente a APS-CC é acuada por tendências do Bloco de esquerda, em especial pela CST e MES, de buscar uma hegemonia e levar o partido a um modelo próximo do que representa o PT.

A maioria dos parlamentares do partido, com destaque para o deputado estadual Marcelo Freixo (RJ), colocam-se no campo dos independentes. Esse grupo também entende que o PSOL não pode representar as experiências de partidos de esquerda que surgiram a partir do PT (PSTU e Partido da Causa Operária - PCO) e que hoje fazem oposição ao partido, nem mesmo os partidos que aderiram ao PT em alguma medida (PSB, PCdoB e PDT), mas abrem espaço para o diálogo e uma possível composição. Freixo sustentou essa posição na entrevista que me concedeu ao afirmar “que ser de outro partido é um pecado, é um exagero também. Acho que a luta é maior. existem lutas em outros partidos, nós viemos todos de outros partidos. Então, um pouco de cuidado e bom senso”. O que Freixo está dizendo refere-se exatamente à lógica do crescimento e da sobrevivência mais imediata do partido, isto é, da necessidade de eleger mais.

Mesmo entendendo que a fala de Freixo não pode nem deve ser compreendida como a narrativa oficial do PSOL, os ecos do parlamentar são ouvidos como um caminho possível,

tanto no congresso, quanto nas conversas com militantes do partido. Além disso, a Executiva Nacional, que tem como presidente Juliano Medeiros, da APS-CC, segue exatamente esse caminho. Compor a Frente Povo sem Medo, a Plataforma Vamos, lançar o candidato Guilherme Boulos como candidato à presidência e construir a Frente em Defesa da Democracia em companhia do PT, PDT, PSB e PCdoB indicam que o PSOL não pretende mais se isolar em alianças com PSTU e PCB.

O entrave desse processo de comando da APS-CC é justamente a reprodução de modelos hegemônicos, que se não apontam ainda para uma oligarquização partidária, deixam pistas que essa trilha pode ser consolidada com o passar dos anos. A proporcionalidade das tendências na composição da EN ainda permite discussões mais democráticas.

Existe nessa relação política interna o peso muito grande dos quadros parlamentares. Muitas vezes é possível entender que as orientações partidárias são ultrapassadas pelas definições dos parlamentares. Uma questão importante nessa dinâmica interna é a ausência da profissionalização dos dirigentes estaduais e municipais. Normalmente, os dirigentes do partido ocupam cargos dentro dos mandatos de parlamentares. Torna-se explícita a assimetria das relações e o quanto as executivas e diretórios se encontram com dificuldades de implementar qualquer tipo de política mais ampla e que seja uma orientação para todos os filiados. Na conversa que tive com os dirigentes, essa relação de dependência se apresentou como uma demanda a ser resolvida pelo partido. Existe a compreensão de que os mandatos têm autonomia, porém, a coerência das ações precisa estar dentro das linhas estabelecidas pelo partido.

A lógica da sobrevivência, pragmatismo, crescimento e linha doutrinária resultam no que chamo de partido de ativistas. Além dos quadros parlamentares, marca do PSOL, e da formação de novos quadros internos que saíram de mandatos, como é o caso da vereadora Marielle Franco, assessora do deputado Marcelo Freixo, o PSOL tem procurado ativistas, sobretudo no campo dos direitos humanos e representantes de pautas identitárias, para atrair mais votos e crescer com esse perfil. Se tais ativistas tiverem um reconhecimento mais midiático, enquadram-se ainda mais no que o PSOL está procurando. Obviamente que nos ditames eleitorais para 2018, esse perfil de ativista midiático tem uma relação mais intensa com o pragmatismo no número necessário para garantir o fundo partidário, mas tem relação também com o que entendo da construção do novo no PSOL: a radicalidade dos movimentos sociais. As pautas identitárias empurraram as discussões mais clássicas de um partido de esquerda, o que para mim é fruto de um novo perfil de juventudes que entendem a política a partir de temáticas específicas.

Dentro desse novo perfil, os coletivos surgem no horizonte da pesquisa sobre o PSOL com algo que, de fato, gera conteúdo: a ideia de novos modelos políticos das juventudes. Interessante que os coletivos que consegui pesquisar no Rio de Janeiro possuem relação com organizações de partidos (tendências), com universidades ou com movimentos sociais. Não existe uma relação de dependência, mas sim uma atuação que perpassa qualquer modelo estabelecido no campo político mais formal. Os mais tradicionais espaços de militância nas universidades, como os diretórios acadêmicos, parecem não representar mais o que esses grupos desejam, assim como as organizações políticas. Muitos dos participantes fazem parte do PSOL, mas não entendem que sua atuação completa está garantida nesse espaço do fazer político, ou seja, o partido é um dos espaços de atuação e não mais o único ou mais importante. O partido tem sido utilizado como possibilidade de uma atuação mais formal no sistema democrático do país.

Portanto, o PSOL não representa algo absolutamente distinto dos demais partidos, muitas vezes reproduzindo práticas comuns, nem mesmo se coloca como um substituto do PT, seguindo a mesma trajetória. Existe no seio do partido um sectarismo que trava as ações externas. Muitas tendências atuam mais em consonância com suas organizações internacionais, e menos com a unidade do PSOL. Porém, o que se coloca como novo é a compreensão de que os movimentos sociais, as bases populares, os movimentos de juventudes e os arranjos políticos mudaram. Mesmo ainda frágil como organização, pequeno nas dimensões nacionais, o PSOL acumula uma experiência no ativismo político que dialoga mais facilmente com uma série de possibilidades mais modernas. A relação com os coletivos tem semelhança com essa dinâmica do novo. Não é possível garantir que o PSOL ocupará um papel de grande partido de esquerda, ou que se esvairá nas disputas internas, mas seria importante acompanhar o partido nesse percurso. A expectativa é que novas pesquisas se dediquem ao funcionamento dos coletivos e dessa relação com o PSOL.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz. **Aprender com a derrota para reconstruir a esquerda**. Revista Socialismo e Liberdade, nº 15, dezembro de 2016. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campo.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Editora José Olympio, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97, 04 de outubro de 2017**. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/10/2017, página 1 (Publicação Original).

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves.; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes.; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. Revista Eletrônica de Administração da Universidade Federal de Lavras. v.5, nº 1, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Tradução Cristiano Monteiro Oiticica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

ELIAS, Bruno. & CÉSAR, Rodrigo. **O PT e a Juventude: a esperança em construção**. São Paulo: Editora Página 13, 2015.

FORNAZIERI, Aldo.;MUANIS, Carlos. (Orgs). **A crise das esquerdas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FORNAZIERI, Aldo. et. al. **Por uma nova pedagogia de esquerda**: entrevista com Guilherme Boulos. In: FORNAZIERI, Aldo.;MUANIS, Carlos. (Orgs). **A crise das esquerdas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FREIRE, Américo.; SARMENTO, Carlos Eduardo. **Três faces da cidade**: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca In: MOTTA, Marly Silva da., FREIRE, Américo. e SARMENTO, Carlos Eduardo. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. **Changing Models of Party Organization and Party Democracy**: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KINZO, Mria D`alva. **O quadro partidário e a Constituinte**. In: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o Balanço da Transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os Partidos no eleitorado**: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº 57, 2005.

\_\_\_\_\_. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006

KECK, Elisabeth Margarte. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KIRCHHEIMER, Otto. **El camino hacia el partido de todo el mundo**. Teoría y sociología críticas de los partidos políticos. Anagrama, 1980.

\_\_\_\_\_. **As transformações dos sistemas partidários**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 349-385.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2003.

LACERDA, Alan Daniel. **O PT e a unidade partidária como problema**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. **Apontamentos sobre a questão democrática brasileira**. In: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHVARZER, J. *Como renascem as democracias*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

LAVAREDA, Antônio. **Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964**. *Dados*, vol. 32, n.3, pp. 341-361, 1989.

LAWSON, Kay. **When parties dedemocratize**. In: LAWSON, Kay.; MERKL, Peter. *When parties prosper the uses of electoral success*. Boulder (Colorado): Lynne Rienner Publisher, 2007.

LEALa, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEALb, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, Márcia Pereira. **Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas**. In: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 77-96.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAIR, Peter. **Os partidos políticos e a democracia**. In: *Análise Social*, vol.38, nº 167, Eleições e Democracia, pg.277-293, 2003.

MARINGONI, Gilberto. **Dez anos adiante**. In: MEDEIROS, Juliano e DUTRA, Israel. *Um partido necessário: 10 anos do PSOL*. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.

MARTUCCELLI, Danilo. **Esfera pública, movimentos sociais e juventude**. In: B.Sorj & S.Fausto (orgs.), *Internet e mobilizações sociais; transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: KAS/Plataforma Democrática, 2015.

MEDEIROS, Juliano e DUTRA, Israel. **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Paz e Terra, 1989.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 66 (2003): 117-149.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução Paulo César Castanheira, 2003. Disponível em <http://www.unifal-mg.edu.br/cienciassociais/system/files/anexos/Minicurso%20-%20Istiv%C3%A1n%20-%20Texto%201.pdf>

MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. tradução Hamilton Trevisan. São Paulo: Senzala, 1980.

MOTTA, Marly Silva da., FREIRE, Américo. e SARMENTO, Carlos Eduardo. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOTTAa, Marly Silva da. **A autonomia carioca e o município do Rio de Janeiro**. In: MOTTA, Marly Silva da., FREIRE, Américo. e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOTTA<sup>b</sup> Marly Silva da. **Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro**. In: MOTTA, Marly Silva da., FREIRE, Américo. e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Socialismo e Democracia no Marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012)**. *Revista Lua Nova*, São Paulo, pg. 11-21, 2013.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

PANEBIANCO, Ângelo; TRINIDAD, Mario. **Modelos de partidos**: Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Programa do Partido**. Brasília, 2005.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Resoluções do I Congresso**. Rio de Janeiro, 2007.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Resoluções do II Congresso**. São Paulo, 2009

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Resoluções do III Congresso**. São Paulo, 2011.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Resoluções do IV Congresso**. Brasília, 2013.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Resoluções do V Congresso**. Brasília, 2015.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Resoluções do VI Congresso**. Brasília, 2017.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Estatuto**. Brasília, 2010.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Nota da Executiva Nacional**. Brasília, 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de princípios**. São Paulo, 1979.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 2002.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p. 200-212.

POMPÊO, Flávio Sposto. **As origens do PSOL**. Revista Urutágua, Maringá 12, 2007.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores**: trajetória, metamorfoses, perspectivas. As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia, v. 1, p. 503-540, 2007.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **O PT sob uma perspectiva sartoriana**: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. Revista Política e Sociedade, nº3, outubro de 2003, p.45-70.

RICCI, Rúda. **Lulismo**: três discursos e um estilo. Revista Lutas Sociais, nº15, 2004.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Comissão Parlamentar de Inquérito (resolução nº 433/2008). **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 12 de junho de 2008.

SÁEZ, Manoel Alcântara.; FREIDENBERG, Flávia. **Partidos políticos na América Latina**. Opinião Pública, Campinas, Vol. VIII, nº2, 2002, pp.137-157

SANTOS, Boaventura de S. **O Socialismo do Século XXI**. Carta Maior. 24 de maio de 2007. Obtido de <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Política/O-Socialismo-do-Seculo-XXI/4/13428>. Último acesso 15 de junho de 2017.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des)construção de uma imagem pública** – trajetória individual e as reelaborações da memória. In: MOTTA, Marly Silva da., FREIRE, Américo. e SARMENTO, Carlos Eduardo. A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

SCHERER, Rafael Sabini. **Ascensão do partido político PODEMOS na Espanha**: uma perspectiva desde a cultura política. Dissertação (Mestrado em ciência política) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p.88, 2015.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

SENTO SÉ, João Trajano. **Brizolismo**: estetização da política e carisma. Editora FGV: 1999.

SILVA, Júlio César Gonçalves. **Partido de Professores**: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Paraná Eleitoral, v. 2. p. 63-98, 2013.

SILVA, Edilson.; PIRES, Albanise. **Socialismo com Liberdade**: eis o convite desafiador do PSOL. In: MEDEIROS, Juliano.; DUTRA, Israel Pinto. (Orgs.) Um partido necessário: 10 anos do PSOL. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.

SINGER, André. **O PT**–Folha explica. São Paulo: Publifolha, 2001.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. *Novos estudos-CEBRAP*, n. 85, p. 83-102, 2009.

\_\_\_\_\_. **A segunda alma do Partido dos Trabalhadores**. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 88, p. 89-111, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das Letras, 2012.

SOUZA e SILVA, Maria Cecília Pérez. **Discursos das mulheres da periferia**: o papel dos coletivos na contemporaneidade. *Caderno de Linguagens e Sociedade*, vol.18, nº1, 2017, p.69-81.

TEMER, Milton. **Parece que foi ontem**. In: MEDEIROS, Juliano e DUTRA, Israel. Um partido necessário: 10 anos do PSOL. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016

TONER, Ivo. **Socialismo e democracia**. Disponível em <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/socialismo\\_e\\_democracia.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/socialismo_e_democracia.pdf)> Último acesso em 27/08/2017.

VEIGA, Luciana Fernandes. **O partidarismo no Brasil (2002/2010)**. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 400-425, 2011.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.